

SEMINÁRIO
NACIONAL
DE PESQUISA
EM HISTÓRIA SOCIAL

História, margens e fronteiras
30 e 31 de outubro de 2019

Realização:



Anais do III Seminário de Pesquisa em História Social

ISSN: 2317-7969



ANAIS DO
III SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM
HISTÓRIA SOCIAL

“História, margens e fronteiras”

ISSN:2317-7969

Realização

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros



Apoio

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG



MONTES CLAROS/ MG

2019

Anais do III Seminário de Pesquisa em História Social: “História, margens e fronteiras”

Realizado em 30 e 31 de outubro de 2019

Unimontes - Universidade Estadual de Montes Claros

Reitor: Prof. Dr. Antônio Alvimar Souza

Vice-Reitor: Profa. Dra. Ilva Ruas de Abreu

Programa de pós-graduação em História

Coordenadora: Profa. Dra. Cláudia de Jesus Maia

Coordenador Adjunto: Prof. Dr. Felipe Azevedo Cazetta

Comissão Organizadora:

Prof. Dr. César Henrique de Queiroz Porto

Profa Dra Helena Amália Papa

Prof Dr. Renato da Silva Dias

Comitê Científico

Alysson Luiz Freitas de Jesus

Claudia de Jesus Maia

Felipe Azevedo Cazetta

Ildenilson Meireles Barbosa

Ilva Ruas de Abreu

Ivete Batista da Silva Almeida

Laurindo Mékie Pereira

Rafael Baioni Do Nascimento

Rafael Dias De Castro

Rejane Meireles A. Rodrigues

Renato da Silva Dias

Vinicius Cesar Dreger De Araujo

Comissão discente:

Ary Batista
Carolina Pereira Acypreste
Francisco Rocha Silva
Gustavo Motta
Keyse Valéria Barbosa Diniz
Laura Mendes Matos
Luiz Fernando Rocha Fernandes
Maria Clara de Oliveira Silva

Organização do original

Helena Amália Papa
Cesar Henrique de Queiroz Porto
Francisco Rocha Silva

Diagramação de texto

Francisco Rocha Silva

Revisão

Helena Amália Papa

III Seminário Nacional de Pesquisa em História Social: história, margens e fronteiras (3.:2019: Montes Claros). Anais do evento, v. 1, 2019, Montes Claros / organizado por Helena Amália Papa et al. [realização: Programa de Pós-graduação em História Unimontes].

ISSN 2317-7969

1. Anais. 2. História Social. 3. Política. 4. Pesquisa. I. Título. CDD: 981

Sumário

APRESENTAÇÃO

César Henrique de Queiroz Porto

Helena Amália Papa

Francisco Rocha..... 09

História, margens e fronteiras

NOVOS TEMPOS: O FIM DA NAVEGAÇÃO E O PARADOXO DO PROGRESSO NAS RELAÇÕES SOCIAIS DOS RIBEIRINHOS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO (1957-1972)

Adriana Rodrigues Pereira

Leandro Rodrigues Pereira..... 13

ELAS FIZERAM A HISTÓRIA E A NOTÍCIA: A ENTRADA DE MULHERES EM RÁDIO E TV EM MONTES CLAROS (1979 – 1997)

Ana Carolina Ferreira da Silva..... 47

ÁGUA É PARA TODOS? ABASTECIMENTO, RESISTÊNCIAS, EXPERIÊNCIAS E COSTUMES NAS CIDADES DE SÃO FRANCISCO-MG E JANUÁRIA-MG. (1960-1980)

Ariely Antunes..... 59

A COMPLEXA POLARIDADE POLÍTICA

Célio Barbosa de Freitas..... 71

REPRESENTAÇÕES, MEMÓRIA E IMAGINÁRIO NA VIDA E OBRA DE CYRO DOS ANJOS

César Henrique de Queiroz Porto..... 79

A LIGA E A EMERGÊNCIA DE UMA CULTURA POLÍTICA CLASSISTA NOS SERTÕES DO NORTE DE MINAS

David Batista Batella..... 85

BOLSONARISTAS: ENTRE O CÍNICO MODERNO E O ALIENADO

Fábio Antunes Vieira..... 93

UM INTELLECTUAL NO PRINCIPADO ROMANO (SÉC I d. C.): UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE PLUTARCO DE QUERONEIA À LUZ DO PAPEL DOS INTELLECTUAIS

Francisco Rocha Silva..... 103

A PRÁTICA DO PODER NA POLÍTICA: AS DISPUTAS BIPARTIDÁRIAS ENTRE “TIMBÓS” E “FARISEUS” NO MUNICÍPIO DE JANAÚBA/MG, 1960 A 1980

Genilda Rosana da Silva..... 115

CITY OF ANGELS IN CONSTANT DANGER: A CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE LOS ANGELES POR MEIO DO RAPPER TUPAC SHAKUR Gustavo Martins Mota.....	127
QUESTÕES DE GÊNERO EM TORNO DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF Ivana Veloso de Almeida.....	137
VIOLÊNCIA NA TV: O FENÔMENO DA ESPETACULARIZAÇÃO NA SÉRIE DOCUMENTAL INVESTIGAÇÃO CRIMINAL Laura Mendes Matos.....	147
LEITURAS E RELEITURAS: A TELENÓVELA <i>O CLONE</i> E AS REPRESENTAÇÕES DA DANÇA DO VENTRE (2001 – 2002) Lorena Danielle Santos.....	157
FICÇÃO OU REALIDADE? O USO DA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E A ANÁLISE DE DISTOPIAS NO COMBATE ÀS PÓS -VERDADES E <i>FAKE NEWS</i> Maria Clara de Oliveira Silva.....	169
CONSTRUÇÃO COLETIVA DO ESPAÇO PÚBLICO: UMA ANÁLISE SOBRE O PARLAMENTO JOVEM DE MINAS GERAIS À LUZ DE HANNAH ARENDT Maria Santana Silva Santos.....	183
O EVANGELHO DA PROSPERIDADE NOS ESTADOS UNIDOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO TRABALHO DA HISTORIADORA KATE BOWLER Marlon Andrey Nunes da Silva	195
NA AUSÊNCIA DOS TERCEIROS: HISTÓRIA(S) E MEMÓRIA(S) DAS ALIANÇAS AFRO-INDÍGENAS NA AMAZÔNIA CARIBENHA Ramiro Esdras Carneiro Batista Roselles Magalhães Felício.....	207
REFLEXÕES SOBRE AS QUESTÕES RACIAL E MIGRATÓRIA PRESENTES NAS MÍDIAS DIGITAIS RELACIONADAS AOS MÉDICOS CUBANOS Rogério Macedo Ramos.....	217
REPRESENTAÇÕES E RELAÇÕES DE PODER NO <i>UNDERGROUND</i> DO METAL EXTREMO EM BELO HORIZONTE: O CASO SEPULTURA Rubens de Brito Ferreira Teixeira.....	229
NOTAS SOBRE TEORIA DA HISTÓRIA NO PROJETO DAS <i>PASSAGENS</i> DE WALTER BENJAMIN Warley Souza Dias.....	239

Apresentação

Apresentação

É com muito orgulho e satisfação que apresentamos os Anais do **III Seminário Nacional de Pesquisa em História Social**, realizado entre os dias 30 e 31 de outubro de 2019, na Universidade Estadual de Montes Claros. Essa terceira edição do Seminário dá continuidade a iniciativa do Programa de Pós-graduação em História, que pelos idos de 2013, inaugurava a primeira edição, que teve como tema “Mídias, Gênero e Poder”, com ênfase no eixo temático “**Leituras do poder**”. O **III Seminário Nacional** enfatizou a temática “História, Margens e Fronteiras” reunindo historiadore(a)s, profissionais de áreas afins, estudantes de pós-graduação e de graduação fomentando debates e reflexões envolvendo temas como Sertão, Poder Privado, identidade, música popular brasileira, conexões das riquezas dos sertões, cotidiano e cultura material em consonância com as problemáticas que envolvem a Cultura Política.

Participantes de diversas instituições e áreas do conhecimento, apresentaram seus trabalhos nos Simpósios Temáticos. O evento se desdobrou ao longo de dois dias. No primeiro dia, ocorreram os minicursos, o início das apresentações de trabalhos, se encerrando com a conferência de abertura ministrada pela Profa. Dra. Patrícia da Silva Merlo (UFES) tendo como título “Entre margens e fronteiras: cotidiano e cultura material na tecitura da história”. No segundo dia tivemos a realização das 3 mesas redondas, a primeira com o prof. Doutorando Luiz Gustavo Molinari Mundim (IEPHA) e o Prof. Dr. Denilson Meireles Barbosa (UNIIMONTES) intitulada de “Sertão do Rio São Francisco: cultura e identidade”, a segunda mesa redonda foi realizada com a presença do Prof. Dr. Adalberto Paranhos (UFU) e da Profa. Dra. Kátia Paranhos (UFU), intitulada de “Pelas margens da História: Música Popular, Teatro e Mídia”. Já a terceira mesa redonda, por sua vez, fora proferida pela Profa. Dra. Edneila Chaves (UFVJM) e o Prof. Dr. César Henrique de Queiroz Porto (UNIMONTES), com o título de Justiça e poder privado no Sertão de Minas Gerais – Século XIX. A conferencia de encerramento do evento foi realizada pela profa. Dra. Isnara Pereira Ivo (UESB), com o título de “Agentes das conexões e condutores das riquezas dos Sertões: Negro(a)s, preto(a)s, pardo(a)s, crioulo(a)s e cabras.”

É importante destacar que a realização do III Seminário Nacional de Pesquisa em História Social foi possível graças ao apoio da FAPEMIG juntamente com à colaboração e apoio dos/as professores/as do Programa de Pós-graduação em História Social e do Departamento de História da Unimontes, no qual muitos auxiliaram na coordenação de Simpósios Temáticos e na mediação das palestras e mesas redondas, a todos/as os nossos sinceros agradecimentos. Fazemos um agradecimento especial ao casal de professores

Adalberto e Kátia Paranhos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que custearam suas próprias despesas demonstrando disponibilidade e prestatividade para construir o nosso evento, na oportunidade, também deixamos registrada a nossa gratidão ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) responsável pelo financiamento da vinda do prof. Doutorando Luiz Molinari. Agradecemos também a todos/as pós-graduandos/as do mestrado em História Social que se dedicaram na organização e no empenho para a realização do evento. Acreditamos que o legado deste evento tenha sido a sua modesta contribuição para fomentar a troca de experiências, soluções e debates científicos que visam o incremento da pesquisa no Norte de Minas e, também a produzida no próprio Programa de Pós-Graduação em História Social da Unimontes.

César Henrique de Queiroz Porto – Presidente da Comissão Organizadora

Helena Amália Papa – Comissão Docente

Francisco Rocha – Comissão Discente

História, margens e fronteiras

NOVOS TEMPOS: O FIM DA NAVEGAÇÃO E O PARADOXO DO PROGRESSO NAS RELAÇÕES SOCIAIS DOS RIBEIRINHOS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO (1957-1972)

Adriana Rodrigues Pereira – UNIFESP/FAPESP¹
Leandro Rodrigues Pereira

Desde o processo de formação do Norte de Minas Gerais, o rio São Francisco se tornou a principal fonte de comunicação entre os estados que fazem fronteira. No período colonial, as primeiras capitanias chegaram à região através das barrancas do São Francisco². Esse dinamismo foi favorecido pela proximidade na localização do rio São Francisco, sendo a principal fonte de ligação no transporte de comércio e pessoas a diversas cidades.

A água do rio era garantia de sustentabilidade, logo motivou e contribuiu com a construção de diversas cidades ribeirinhas ao longo de suas margens. O que gerou a formação nas barrancas do Velho Chico foram os Vapores. Atuando de forma intensa em finais do século XIX e início do XX, os barcos a vapor possibilitaram o vai e vem de moradores e mercadores entre os estados da região Nordeste e o Norte de Minas Gerais.

O início do declínio da navegação se dá na década de 1950 com as iniciativas governamentais, que buscavam intensificar o desenvolvimento econômico do Brasil, por meio da introdução de novas tecnologias. Neste período ganharam destaque os apelos por meios de transportes rápidos e eficientes para pessoas, bem como para produtos agropecuários da região. Esses processos de transformação atingiram as páginas dos jornais e levantaram opiniões sobre as possíveis mudanças nos modos de vida local.

O Norte de Minas, que compõe o Médio São Francisco, hoje é considerado uma das 12 mesorregiões do Estado de Minas, formado por 89 municípios, agrupados em sete microrregiões³. A região com fortes traços sertanejos tem como bases econômicas a agricultura e a pecuária. De clima semiárido, o rio São Francisco é garantia de água durante todo o ano. Isso, devido à intensidade de chuvas serem mais presentes entre os

¹ E-mail: adriana.pereira92@outlook.com

² O norte de Minas é composto por diversas culturas que por aqui habitaram. Os índios foram os primeiros habitantes, seguidos pelos bandeirantes paulistas, os colonizadores e os pecuaristas.

³ A regionalização adotada neste trabalho é a mesma utilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a partir de 1990. Nesta data, houve a divisão do Estado em mesorregiões e microrregiões geográficas.

meses de outubro a janeiro, assim, a região passa a maior parte do ano pelo processo de estiagem e coberto por uma vegetação constituída pelo cerrado.

Sobre o assunto, podemos analisar que, no Brasil, diversas regiões como o Norte de Minas especificamente, faz parte do clima semiárido (quente e seco), o que nem sempre favorece ao sertanejo que se mantinha a partir da agricultura. Além disso, nestas regiões é comum ocorrer também à pluviosidade nos períodos de chuva, isso devido muitas vezes ocorrer abaixo das expectativas, tornando-se prejudicial ao plantio das colheitas. No entanto, é importante destacarmos que a pluviosidade irregular não designa somente a falta de chuvas, mas também quanto a sua distribuição desequilibrada durante o amadurecimento e a cultura das lavouras.

O período de destaque econômico brasileiro (1957 a 1972) foi visto pelos jornais locais como o auge positivo do “progresso” no Norte de Minas. Durante as análises dos periódicos é possível perceber a significativa relevância que essa palavra atribui para que a região fosse colocada no patamar de outros estados brasileiros, que nesse momento recebiam indústrias, rodovias, máquinas, etc.

Os Jornais “SF-O Jornal de São Francisco” (São Francisco) e o “Gazeta do Norte” (Montes Claros) serão usados como base para colocar em discussão o papel da imprensa e a sua influência nas novas intervenções na região. Lembrando que diante dessa questão teremos alguns setores para análise: a imprensa, a situação dos moradores locais e os seus modos de vida que sofreram modificações com a chegada do progresso.

Em relação às fontes que usaremos nessa pesquisa, vale ressaltar que a cidade de São Francisco/MG possui arquivos de forma escassa, principalmente quando se refere ao nascimento da imprensa. Entretanto, o memorialista Brasileiro Braz na sua obra “São Francisco nos Caminhos da História” (1977) ⁴ é o que melhor apresenta a história dos jornais locais da cidade. Ambas as cidades tiveram o nascer da imprensa em períodos diferentes da história (apesar de apresentar objetivos parecidos).

Em São Francisco a imprensa nasce nas primeiras décadas do século XX, por volta de 1910 e 1916. Já em Montes Claros, segundo a historiadora Rejane Meireles A. Rodrigues (2013)⁵:

⁴ BRAZ, Brasileiro. São Francisco nos Caminhos da História. Belo Horizonte: Lemi, 1977.

⁵ RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. Resumo. Memórias em Disputa: Transformando Modos de Vida no Sertão e na Cidade. Uberlândia, Tese. 2011.

Essa nasce no século XIX, em 24 de fevereiro de 1884 com as primeiras edições do jornal “Correio do Norte”. Nasce 05 anos anterior a Proclamação da República, ainda no período da Monarquia. A imprensa na cidade era um fator que estava presente nos problemas sociais. (RODRIGUES, 2013, p. 06).

O que é intrigante no jornal montesclarenses é o espaço próximo entre a sua inauguração e a proclamação da República. Isso pode ter ocasionado na cidade uma proposta ou desejo de mudança na realidade local. Esse período do nascer da imprensa não é o foco da nossa pesquisa, mas é importante percebermos as ideias que já estavam sendo alimentadas no Norte de Minas como uma forma de trazer à tona novos investimentos para a região local.

Em São Francisco, a imprensa nasce no século XX, no âmbito da Primeira Guerra Mundial (1914-1916). O Brasil já estava inserido no período republicano, todavia a realidade do Norte de Minas permanecia nos fortes traços sertanejos, ruralista e baseado numa agricultura e pecuária de subsistência. Entre os desafios estavam à comunicação com os grandes centros econômicos.

Representando essa forte tradição interiorana, o Rio São Francisco já aparecia como um caminho para viajantes e fonte de renda para os moradores. Segundo o memorialista Brasileiro Braz (1977) ⁶ uma forma que os residentes usavam para acompanhar os fatos e acontecimentos eram as reuniões juvenis num local de nome “*Hag Life*”. Nesse local, aconteciam às partilhas e através de jornais e revistas se informavam do que ocorria no Brasil e no mundo. Para o historiador Lucas Rocha (2017) ⁷ A cidade estava criando um elo com os jornais e criou-se um ambiente de “troca de informação através da imprensa mesmo antes da fundação do primeiro jornal oficial: podemos pensar que havia consciência da importância de um jornal”. (ROCHA, 2017, p.07).

A influência da imprensa norte mineira era baseada em fazendeiros ou grupos políticos locais, no qual “cada jornal, naquela época, apresentava seu parecer sobre determinado acontecimento e defendia a causa que lhe convinha” (RODRIGUES, 2013, p. 23) ⁸. Assim como no caso do Jornal Gazeta do Norte, que era representado pelo grupo Camillo Prates (os liberais). Através do jornal a família buscava divulgar seus projetos de governo e propor uma imprensa mais moderna e atuante. Já o SF- O Jornal

⁶ BRAZ, Brasileiro. São Francisco nos Caminhos da História. Belo Horizonte: Lemi, 1977.

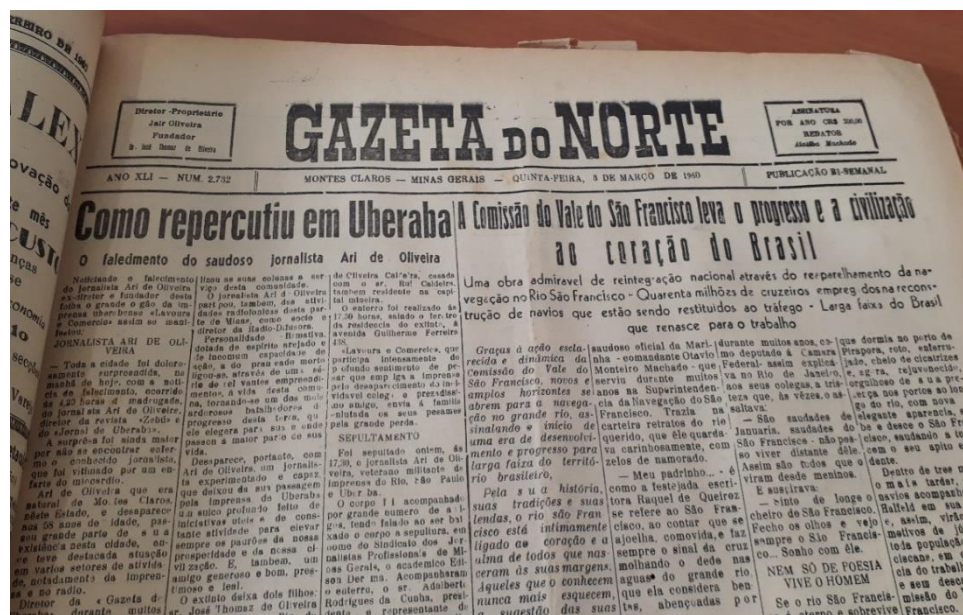
⁷ ROCHA, Lucas. RODRIGUES, Rejane. M. A. A imagem fotográfica e o discurso político da imprensa. Artigo. Unimontes, 2017.

⁸ RODRIGUES, Rejane. M. A. Memórias em disputas: Transformando modos de vida no sertão e na cidade. Jundiá. Paco Editorial, 2013.

de São Francisco foi fundado pelo Ministro Clovis Salgado, o Deputado Manoel de Almeida e o Dr. Heráclito Cunha Ortega. “Esses foram os fundadores, isso não quer dizer que apenas os três decidiram a fundação do SF, o próprio Oscar Caetano Júnior, na época o prefeito da cidade, obteve participação” (SF- O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. 03 de julho de 1960)⁹.

Sobre o assunto, o impulsionador no desenvolvimento dessa pesquisa foram algumas páginas (em destaques) dos jornais, que mostrava como o progresso poderia “civilizar” a sociedade local, elevando as obras realizadas e a relevância do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) na contribuição do progresso e a construção de Brasília.

1.1. A expansão da ideia de progresso no Norte de Minas Gerais: uma abordagem dos conceitos pela imprensa.



Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa- Unimontes¹⁰

Em 1957 o Brasil vivenciava o período JK (1956-1961). O país estava efervescente, o processo de industrialização em curso e Brasília estava para ser edificada, era notável os ideais desenvolvimentistas que tomava conta do país. O Plano de Metas do Presidente da República prometia mudar o Brasil 50 anos em 05.

⁹ SF- O Jornal de São Francisco, p.4, 03 de julho de 1960.

¹⁰ Gazeta do Norte, Quinta feira, 08 de março de 1960. Ano XLI. Num. 2.732.

Investimentos nas áreas de indústria, energia e transporte tinham como intuito interligar as regiões brasileiras, principalmente aquelas mais afastadas.

Na região Norte de Minas, esse otimismo também ganhava força. Através da imprensa, ondas progressistas tomavam as páginas dos jornais exaltando as novas prosperidades que chegavam à região. O termo “progresso” era o mais usado, tanto pelo “SF- O Jornal de São Francisco”, quanto pela “Gazeta do Norte”. Notamos que o principal objetivo da imprensa local era dar um sentido de avanço ao Norte de Minas, entendendo a transformação do local não apenas como parte de um processo, mas como um fim a ser alcançado.

O Jornal montesclarensense “Gazeta do Norte”, no ano 1960, trouxe como destaque os investimentos milionários que a Navegação do São Francisco receberia da CVSF- (Comissão do Vale do São Francisco) ¹¹. A palavra “civilização” ganhou destaque na capa do jornal que, de uma forma crítica, mostra a mudança que a população teria que passar ao receber as inovações progressistas do período JK (1957-1961).

Como foi dito anteriormente, o processo de formação do Norte de Minas, sobretudo das cidades ribeirinhas, esteve diretamente ligado ao caminho das águas, na maior parte pelo rio São Francisco. As atividades econômicas, social e cultural encontraram no rio a principal fonte de locomoção e oportunidades.

Assim, a capa do jornal mostrou possíveis investimentos para que o transporte fluvial atuasse de forma mais capacitada e efetiva no rio. Entretanto, a análise do jornal apresentou uma contradição. Quando estudamos os planos de metas de JK (1956-1961) entendemos que nesse período já estava em construção a Hidrelétrica de Três Marias no Alto São Francisco (1957-1962). A represa foi responsável por controlar as águas do rio, no intuito da geração de energia. A partir dessa questão, a navegação teria como forte impacto a sua continuidade, uma vez que o rio não apresentava condições favoráveis.

Quando pensamos no processo de desenvolvimento mais presente a partir de 1957, constatamos que o São Francisco passou a ser pensado como meio de produção econômica para transformar a região num modelo de desenvolvimentismo e progresso. Falar sobre os investimentos da navegação do rio criava uma nova mentalidade que

¹¹ A Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) foi um órgão subordinado ao Governo Federal. A sua criação se deu baseado na lei nº 541 em 15 de dezembro de 1948. A CVSF, faz parte dos estudos para o desenvolvimento da região do rio São Francisco. Esse órgão remonta a Constituição brasileira de 1946. Algo interessante sobre o assunto é que CVSF- Comissão do Vale do São Francisco foi o primeiro órgão destinado a estudar o desenvolvimento da região a partir do rio, sendo substituída em 16 de julho de 1974, pela CODEVASF- Comissão Do Vale do São Francisco.

seria expandida pela imprensa, para que todos conhecessem os novos tempos que batiam às portas.

A positividade atingia a região e era compartilhada pelos redatores dos jornais. Um exemplo desse desejo ao anunciar o progresso foi à carta publicada na edição nº 05 de 10 de abril de 1960. A carta corresponde ao elogio do diretor do Jornal de Montes Claros, Décio Gonçalves de Queiroz, aos idealizadores do SF, em cultivar a mais “nobre” das profissões, “estando ligado aos anseios do povo de São Francisco e também do Norte de Minas: O Progresso” (SF- O JORNAL DE SÃO FRANCISCO nº5, Ano I, de 1960)¹².

O livro de Nicolau Sevcenko, “Literatura como Missão”, nos faz refletir sobre a ideia de Progresso. Ao abordar os traços de modernidade que chegava ao Rio de Janeiro no século XX, o historiador mostra que após a Proclamação da República era preciso, pois, findar com a imagem de cidade insalubre, com uma enorme população de gente simples, vivendo no maior desconforto, imundice e promiscuidade. Para o autor¹³:

Acompanhar o progresso significava somente uma coisa: Alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia, onde nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa (SEVCENKO, 2003, p. 41).

No Norte de Minas não era diferente, existia um ritmo de vida presente nas margens do rio São Francisco. Pessoas que ainda precisavam deste para comercializar e locomover. Segundo o memorialista ribeirinho João Botelho Neto (2005) ¹⁴ o São Francisco, até a década de 1950, conservava um valor histórico por meio das relações sociais representadas nos diversos segmentos sociais ao longo do rio. Valores estes que eram atingidos pelas transformações mostradas nas propagandas e que apontava o período JK (1956-1961) como o ponto alto do chamado desenvolvimentismo, no qual através da substituição das importações pretendia industrializar a nação.

O Jornal SF- O Jornal de São Francisco (1960)¹⁵ trouxe como destaque a construção de Brasília. Na página principal, a nova capital Federal construída através de

¹² SF- O Jornal de São Francisco nº5, Ano I, 1960.

¹³ SEVCENKO, Nicolau. Literatura Como Missão; Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. Companhia das Letras. São Paulo, 2003.

¹⁴ NETO, João Botelho. Fragmentos da História: A pecuária até a metade do século XX.

¹⁵ O Jornal de São Francisco- SF de 1960 era dividido em partes- composto de apenas duas folhas em frente e verso, no total de 04 páginas: um formato de panfleto pela capacidade de informação direta com poucas páginas.

um “Patriota de verdade” seria o maior investimento já feito por um governo republicano;



SF- O Jornal de São Francisco. Quinta-Feira, 21 de abril de 1960.

O noticiário acima, mostra aos sãofranciscanos como a Nova Capital nasceu e se desenvolveu, além das novas metas que o Brasil estava vivenciando a partir da construção. Isso é uma característica bem notória do jornal que buscava ser o “mensageiro do progresso” e possuía como objetivo mostrar a política e a transformação da cidade.

A construção de Brasília nas páginas do jornal, transmitida de uma forma positiva, mostrava as questões benéficas que o progresso traria à região. Eram mudanças atrativas realizadas, na época, pelo Presidente da República e assunto bem notado no texto, quando relatam a figura do político como a solução para os problemas do país. Quem percorria o planalto “já ciente de que ali dever-se-ia erguer a futura capital do nosso país, certamente não acreditaria que houvesse brasileiro audaz, para lançar-se a tão formidável empresa. E a onda de pessimismo crescia, quando se falava em transferência da capital da República, tantas foram as iniciativas frustradas. Na velha Diamantina, nasceu um brasileiro de tempera, que veio moldar o nosso gigante, revolucionar o Brasil, criando sua nova capital: JUSCELINO KUBITZKEK.

A sua atitude em construir a capital significava o acordo firmado nos interesses do jornal. Uma força impulsionadora é a região ser a única do estado a estar inserida na área de atuação, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

O Norte de Minas foi inserido na segunda metade do século XX como parte da área do Polígono das Secas. A SUDENE proporcionaria investimentos nessas regiões, expandindo as relações capitalistas e propiciando o maior desenvolvimento econômico dessas áreas. A SUDENE foi criada na década de 1950 e tornou-se possível a partir de

um planejamento construído pelo economista Celso Monteiro Furtado¹⁶, renomado nos estudos e discussões acerca do desenvolvimento nacional. A intervenção do governo buscou promover e coordenar o desenvolvimento da região Nordeste.

Na imagem abaixo, verificamos a área de atuação da SUDENE no estado de Minas Gerais, com a delimitação do Semiárido (em amarelo) e a área de atuação da Superintendência (em verde);



O projeto de desenvolvimento para a região a divide em dois processos: 1) uma realidade anterior, com traços sertanejos e de uma vida tranquila (no qual a concepção temporal se dava de acordo com as horas de chegada dos transportes fluviais aos portos) 2) para outra realidade, que surgiu através da SUDENE, por meio da Lei federal 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Ação do Presidente da República, Juscelino Kubitschek (1956/1961).

Uma das causas para a criação da SUDENE foi a grande seca do Nordeste em 1958. A situação provocou uma reação dos governadores recém-eleitos, que adotaram o discurso desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e protestavam

¹⁶ Celso Furtado foi um economista brasileiro. Foi Ministro do Planejamento no governo João Goulart e Ministro da Cultura no Governo José Sarney. Foi superintendente da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), criada no governo de Juscelino Kubitschek.

contra a falta de atenção do Governo Federal para com a região. Segundo o sociólogo Renan Cabral (2011)¹⁷;

Os problemas da Região Nordeste faziam-na a mais atrasada do País e a construção de Brasília em nada remediava seus problemas. E, como contraponto, havia a imagem do Sul como espaço de progresso, da indústria, “do futuro”. (CABRAL, 2011, p.21).

O sociólogo Renan Cabral (2011) tece uma visão crítica ao governo desenvolvimentista, ao mostrar que uma das suas maiores preocupações era que a pressão pudesse atrapalhar sua grande obra: “a obsessiva construção de Brasília”. Além disso, um dos objetivos do presidente na época era ser reeleito. Assim, buscar uma solução para os investimentos na região nordestina tornou-se um dos focos do seu governo.

A atuação do economista Celso Furtado foi fundamental para que este apresentasse novas políticas vigentes e tivesse as suas ideias aprovadas pelo presidente. Para Renan Cabral¹⁸, “a ação do governo deveria priorizar a criação das bases para a industrialização e o aumento da oferta de alimentos. (CABRAL, 2011, p.22)”.

A imprensa local norte mineira repercutiu o assunto de forma positiva. Nas páginas do Gazeta do Norte (1959) ¹⁹ é possível ver uma pressão do jornal para que o norte de Minas entrasse na zona do polígono das secas. Nas páginas são destacados os trabalhos de alguns deputados na missão:

Deputado Último de Carvalho encaixado uma emenda em favor da entrada de Minas na Operação Nordeste, que foi rejeitada. Postos os projetos das três comissões no Plenário ao elaborado pela Comissão de Orçamento, ofereci emenda que determina a inclusão da zona mineira no Polígono também na Operação Nordeste (...) o que interessa é que Minas, na zona do Polígono, está também na Operação Nordeste. (GAZETA DO NORTE, 15 de março de 1959, Ano XL, Nº 2.666).

Algo notório é que a grande influência local ocorria por meio de empresários das áreas agrícolas e rurais. Empresários que, inclusive, tinham participação na política local e na imprensa. Inserir a SUDENE aceleraria o processo industrial no Norte de Minas e possibilitaria que estes fossem beneficiados pelas técnicas de plantio,

¹⁷ SILVA, Renan Cabral da. 1959. Das Ideias a Ação, A Sudene de Celso Furtado – Oportunidade Histórica e Resistência Conservadora. Cadernos do Desenvolvimento vol. 6 (8), UFPE, maio de 2011.

¹⁸ SILVA, Renan Cabral da. 1959. Das Ideias a Ação, A Sudene de Celso Furtado – Oportunidade Histórica e Resistência Conservadora. Cadernos do Desenvolvimento vol. 6 (8), UFPE, maio de 2011.

¹⁹ GAZETA DO NORTE, 15 de março de 1959, Ano XL, Nº 2.666.

comercialização de produtos, através de transportes mais velozes e inclusão da região no patamar das demais regiões desenvolvidas no Brasil.

Sobre tal assunto vemos a reportagem do SF- O Jornal de São Francisco (1970) em que destaca a SUDENE e os benefícios para agropecuária regional. O Norte de Minas foi mais uma vez beneficiado na última reunião do “Conselho Deliberativo da SUDENE, quando foram assinados três convênios e assinado mais um projeto em favor do setor agropecuário da região. (SF, Domingo, 13 de Dezembro de 1970)”²⁰.

A SUDENE, do ponto de vista estrutural, ficou representada como o divisor de águas na região, voltando-se para a modernização dos campos e à industrialização. Os planos para o Norte de Minas eram guiados pelas teorias do desenvolvimento econômico de um Estado interveniente. A forma seria buscar condições que estruturassem a capacidade econômica local e com práticas mais modernas.

Além desse órgão, outros também contribuíram nas ações governamentais no Norte de Minas. O Departamento Nacional Contra a Seca (DNOCS), na década de 1950, atuou nos portos e na distribuição de águas nas cidades e povoados. Até a chegada da SUDENE, a DNOCS tinha relevância na vida da população, atuando principalmente nos períodos de seca que assolam a região. O DNOCS foi criado para combater a seca em todo o território brasileiro, porém o Nordeste, por apresentar maiores necessidades devido ao clima seco presente em boa parte do ano, o trouxe pelas “oligarquias rurais nordestinas, que direcionaram suas ações para aquela região” (MOREIRA, 2010, p. 39)²¹.

Com isso, no processo de desenvolvimento regional, contamos com um tripé que foram o: 1) DNOCS (1945) - órgão responsável pelo combate à seca; 2) SUDENE (1959) - que tinha por finalidade promover o desenvolvimento na base produtiva; e 3) CODEVASF (Comissão do Vale do São Francisco- 1974) - que se ocupava do desenvolvimento econômico da Bacia do rio São Francisco, através de ações e projetos agroindustriais, tendo como alicerce básico a agricultura irrigada. Para o sociólogo Hugo Fonseca Moreira (2010) as ações combinadas destas agências federais se distribuíram basicamente em quatro eixos: a) grandes projetos agropecuários; b) industrialização; c) reflorestamento; d) e projetos de irrigação.

²⁰ SF -O Jornal de São Francisco, Domingo, 13 de dezembro de 1970.

²¹ MOREIRA, Hugo Fonseca. “SE FOR PRA MORRER DE FOME, EU PREFIRO MORRER DE TIRO”: O Norte de Minas e a Formação de Lideranças Rurais. UFRJ. Rio de Janeiro. Dissertação. 2010.

Como abordamos anteriormente, o Norte de Minas é beneficiado pelas águas do Rio São Francisco. O médio São Francisco contribui nas vazantes, na criação de gado, como sustento dos moradores, bem como no abastecimento dos mesmos. A intervenção governamental promoveu mudanças na região, mas ao mesmo tempo trouxe impactos nas relações sociais. Esse assunto é pouco citado pela imprensa, entretanto bem presente na vida dos ribeirinhos, por outro lado, imprensa transmite, revela, uma realidade que estava sendo “construída” pelos novos projetos, o que nos garante uma fundamentação em paralelo as transformações concretas das relações sociais.

As margens ribeirinhas não são apenas espaços de produção, mas espaços de vivências e interação entre o meio físico e social, onde as tradições fazem parte da cultura do povo. Cultura essa que, segundo o geógrafo francês Paul Caval (2001) ²², “é a herança transmitida de uma geração a outra (CAVAL, 2001, p.63)”.

Anexar o rio nos ideais desenvolvimentistas do Governo Federal e no ideal tecnológico de tempos rápidos, proporcionam uma reflexão sobre como foram tecidas essas relações do novo com o velho. Sabemos que foi forte na imprensa as chamadas do progresso e a busca por atrair investimentos modernos na região, mas buscamos também entender a presença forte das permanências culturais e sociais de uma população que insistiram em permanecer voltadas para o rio.

Nas cidades de São Francisco e Montes Claros, locais sede dos jornais trabalhados nesta pesquisa, percebemos que havia uma grande população rural entre as décadas de 1950 e 1960. Eram nos campos que se encontravam a maior parte da população. Parte dessa trajetória foi mudada a partir da década de 60. De acordo com a análise do historiador Roberto Mendes Ramos Pereira (2015)²³, o perímetro urbano começou a se modificar de forma acelerada e recebendo pessoas de várias partes. O historiador destaca, até os dias atuais, a presença forte dos traços rurais nas cidades, sejam estes presentes nas casas com a criação de animais ou até mesmo pela função econômica local.

No período em questão umas das promessas mais enfatizadas pelo Presidente eram as melhorias da população rural. Vânia Maria Losada Moreira (1998)²⁴ enfatiza que um dos pontos contribuintes seria a construção da nova capital, Brasília. A nova

²² CLAVAL, Paul. A geografia cultural. 2. Ed. Tradução: Luiz F. Pimenta e Margarita C. Pimenta. Florianópolis: UFSC, 2001.

²³ PEREIRA, R, M, R. Sobre (vivências): Modos de vida, Trabalho e Institucionalização dos Pescadores artesanais de São Francisco (1960-2014). T. Doutorado. Uberlândia, 2014.

²⁴ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. Rev. bras. Hist. [online]. 1998, vol.18, n.35, pp.329-360.

capital ligaria o país, traria proximidades com as regiões mais pobres e proporcionaria maior ampliação comercial. Para a autora:

As populações simples do campo teriam suas condições de vida substancialmente melhoradas com a transferência da capital. Juscelino utilizava o termo “interior” em vários sentidos. Por meio desta palavra, designava simultaneamente uma vasta região do país, representada pelas regiões não urbanizadas ou rurais. (MOREIRA, 1998, p.32).

Esta posição de J.K. em relação ao “interior” explica o interesse pela modernização do Brasil. E mais: o progresso era a chave de abertura desses novos tempos, não simplesmente como uma estrutura concreta do meio físico, mas também um rompimento com o pensar e a mentalidade do povo. Uma preocupação que avançou no Brasil desde o início da República, a exemplo do Rio de Janeiro (1910). Seguiu-se o modelo da Europa, especificamente a França. Tal questão foi explorada pelos jornais ao enfatizar a palavra progresso e civilização.

Um dado interessante dos jornais foi a exploração das imagens fotográficas como um meio possível de contato mais direto com o leitor. O uso das fotografias representou um dos meios mais acessíveis da comunicação, tanto para o leitor, quanto para o analfabeto, pois, a imagem transmite o todo da mensagem, neste contexto era o testemunho verídico e ocular dos fatos.

Através das imagens era possível aproximar o leitor dos fatos e indicar nomes a política local. Havia uma preocupação em ligar o progresso ao político e assim, transmitir essa relevância aos moradores da cidade. É notória a necessidade de, nesse contexto que o Brasil vivenciava, manter os ideais de expansão e crescimento também no contexto local.

O Jornal Gazeta do Norte mostrava Brasília como a capital promissora. Na edição de 12 de setembro de 1957, a capa trouxe em destaque o tema: “Em 1960 a capital do país será transferida para Brasília”. O jornal buscou mostrar detalhes da construção, a atuação do político JK (1957-1962) e a construção das rodovias. A imprensa montesclarensense traçou um paralelo entre a modernização da capital e a cidade de Montes Claros. Enquanto a região centro oeste receberia os investimentos da nova Brasília, Montes Claros se destacava no Norte de Minas como cidade progressista:

Montes Claros, líder em Minas. Entre os municípios brasileiros de maior progresso em 1957. Em solenidade realizada no Palácio do Catete, em 23 deste mês, o presidente Juscelino Kubtscheck proclamou os dez municípios brasileiros que mais progrediram em 1957, cabendo a Montes Claros a liderança, em Minas, dos municípios de maior desenvolvimento em suas realizações públicas, em concurso realizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal. (GAZETA DO NORTE, Ano XL, 1958)²⁵.

No caso do Rio São Francisco, a imprensa destacava a nova capital, Brasília, como a solução para os nordestinos. Entre os séculos XIX e XX, eram os transportes fluviais que promoviam o vai e vem de pessoas entre as regiões Nordeste e o Norte de Minas. Na busca por melhores oportunidades, encontravam no rio o caminho propício para chegar a capitais como; São Paulo, Belo Horizonte e o Rio de Janeiro.

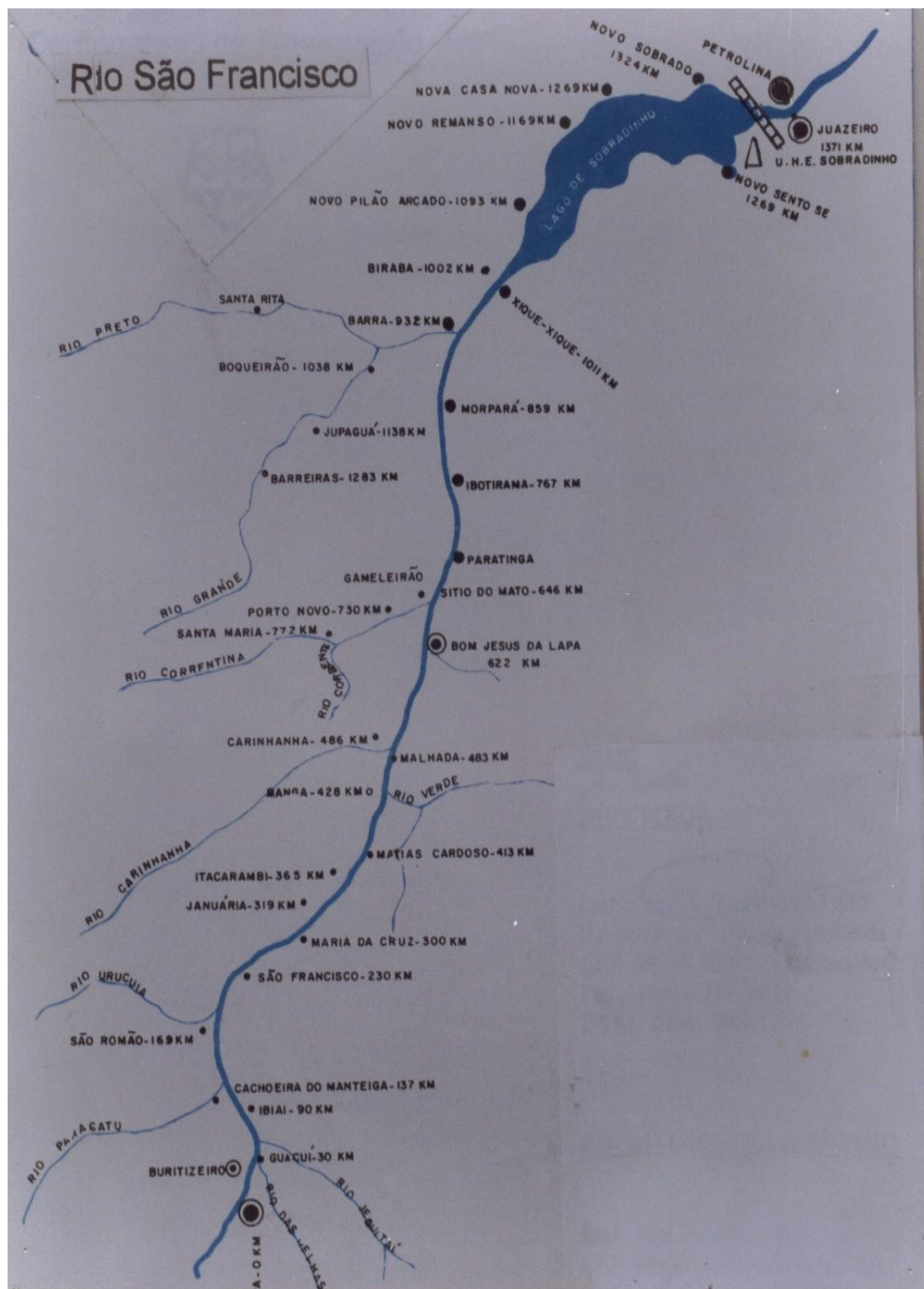
A partir da construção de Brasília, os jornais entenderam a nova cidade como uma “solução” para muitos desses viajantes, mostrando uma capital de oportunidades e atrativa:

Brasília foi salvação para nordestinos em trânsito. Viagens quatro vezes por semana conduzindo média de 15 elementos – imigrantes europeus vieram em menor número – Um ano árduo para o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e o CIME. (GAZETA DO NORTE, Ano XL, 1959).

Algo muito citado pelo jornal foi a nova possibilidade de emprego que Brasília poderia vir a oferecer a esses nordestinos. Ao mesmo tempo, isso traça uma visão crítica, uma vez que seria necessária, a substituição das estradas de água, pelas estradas de terra. O rio São Francisco fornece o percurso de Minas Gerais ao Nordeste, por onde, através dos meios fluviais como os barcos a vapor, esses moradores de diversas localidades conseguiam se locomover em viagens de longa distância. Outra mudança bem notada se daria nas práticas culturais e econômicas dos nordestinos. Dedicados durante toda uma vida as lavouras e outras práticas agrícolas, chegar a capital teriam que se adaptar a uma nova realidade. Algo não citado pela imprensa local, mas propício para questionamentos quando discutimos os modos de vida desses moradores.

Abaixo, podemos perceber o Mapa da navegação no rio São Francisco. É possível perceber a distância em quilômetros percorrida pelos vapores desde o porto de Pirapora a cidade de Juazeiro. Ligação que os vapores promovia entre as regiões Nordeste e Norte de Minas.

²⁵ GAZETA DO NORTE, Ano X, Quinta-feira, 25 de setembro de 1958.



Fonte: Arquivo público Municipal de Pirapora/MG

Como percebemos na imagem, o médio São Francisco tem início abaixo da cachoeira de Pirapora (MG) até parte do estado da Bahia. Esse percurso na primeira década do século XX era o caminho de pessoas e escoamento de produtos. Nas

barrancas do rio cidades foram formadas e a mistura de culturas fortemente manifestadas. O rio era o portal das notícias do Brasil e do mundo.

O mapa da Bacia Hidrográfica do São Francisco²⁶ permite-nos observar com clareza a atuação do estado em diversos pontos estratégicos do rio. A construção de barragens, as divisões por áreas, entre outros, traz à tona uma realidade que estava sendo modificada. As águas do rio São Francisco já não circulavam livremente, o que mostra “a posição do estado como um agente segregador, capaz de regionalizar e classificar o rio por áreas e interesses sagazes de intervenção” (SOUZA, 2013, p.44) ²⁷.

Diante desse contexto, percebemos a atuação do estado e a parceria dos veículos de informação como aliados dos ideais propagados pelos governos desenvolvimentistas. O cenário natural do rio aos poucos passou a ser substituído pelas rodovias ou DER (Departamento de Estradas de Rodagem). Quando se pensava o contexto da mídia, o São Francisco era pensando como meio para produção de energia elétrica e projetos de irrigação. Nesse momento os ribeirinhos teriam em mãos os escritos e poderiam acompanhar os passos que o país estava dando em direção ao progresso e desenvolvimento. Algo diferente em relação aos meios fluviais, quando os noticiários eram trazidos pelos comandantes dos barcos a vapor e muitas vezes chegavam com certo atraso. Diante dessa situação, os portos viravam pontos de debates sobre os acontecimentos no Brasil e no mundo.

Ao analisar a imprensa local sabemos que, a partir da década de 50, os acessos aos escritos são mais frequentes, inclusive, este ganha força a partir do Plano de Metas do governo JK (1956-1961). Para trabalhar o Norte de Minas, faz-se necessário mostrar os impressos como influenciador de uma ideia de “progresso” que estava surgindo, bem como esta chegava aos moradores e atingia as suas relações culturais e sociais. A fonte impressa atua como suporte para entendermos o contexto do fim da navegação dos vapores no São Francisco e como isso estava sendo recebido pelos moradores do médio São Francisco.

²⁶ As instituições governamentais adotam atualmente quatro divisões; O Alto São Francisco, desde as suas nascentes até a cidade de Pirapora em Minas Gerais. O Médio São Francisco corresponde logo abaixo da cachoeira de Pirapora/MG, (onde se inicia o trecho propício a navegação) até a cidade de Remanso na Bahia. O Submédio São Francisco se estende em terras baianas e encerra o seu percurso no próprio estado, na cachoeira de Paulo Afonso/BA. Por fim, o Baixo São Francisco, de Paulo Afonso/BA até a sua foz, no Oceano Atlântico, entre os estados de Sergipe e Alagoas.

²⁷ SOUZA, Angela Fagna Gomes de. Ser, Estar, Permanecer: vínculos territoriais das gentes que povoam as margens e ilhas do Rio São Francisco. Tese de Doutorado. Uberlândia, 2013.

Para o historiador Rafael Saraiva Lapuente (2015)²⁸, ao estudar as fontes de jornal, inserimo-nos em dois tempos: um objetivo, que interpreta o texto escrito efetivamente; outro subjetivo, que precisa compreender aquilo que não aparece escrito, mas é possível identificar a luz do contexto histórico. Para Simone da Silva Bezerril (2011)²⁹:

A imprensa, particularmente a impressa, tem propiciado não apenas o alargamento das fontes do historiador, mas principalmente a possibilidade de verificar e conhecer, dentre outros as transformações das práticas culturais, os comportamentos sociais de uma referida época, as manifestações ideológicas de certos grupos, a representação de determinadas classes e a visibilidade de gênero. (BEZERRIL, 1011, p.03).

No médio São Francisco, a imprensa ribeirinha a partir do “SF” e do “Gazeta” tinham interesses no progresso da região Norte do estado de Minas Gerais. Era possível observar as manifestações ideológicas dos grupos políticos locais que expunham uma região em crescimento. Mostrava-se a transição do campo/cidade e do rio como promissor de produção elétrica.

Através dos jornais locais entra em análise o confronto das relações dos moradores com o rio e a representatividade trazida pela imprensa como uma região que se voltava para o mercado e a exploração dos seus recursos – realizavam assim uma frente de batalha para comandar a implantação das mudanças referentes, sobretudo, à navegação. A legitimação da imprensa ao conceber os acontecimentos ocorridos na sociedade, “assim como de reconstruir os fenômenos culturais e os estereótipos sociais, fazem dos jornais um potencializador e guardador de memórias locais ou mesmo nacionais”. (BEZERRIL, 2011, p. 03)³⁰.

Resgatar a história, a partir dos jornais, permite-nos conhecer a luta de uma sociedade local, bem como o conceito de cidade e o posicionamento político desta sociedade. A imprensa de informação, tão forte a partir de 1950, possuía poucas características políticas e ideológicas presentes nas suas páginas, mas ao mesmo tempo, reforçavam nas fotografias e propagandas os novos ares modernos e as transformações que o país passava.

²⁸ LAPUENTE, Rafel Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. Encontro Nacional de História da Mídia. UFRGS, 2015.

²⁹ BEZERRIL, Simone da Silva. Imprensa e Política. Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. UEMA, 2011.

³⁰ BEZERRIL, Simone da Silva. Imprensa e Política. Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. UEMA, 2011.

É dessa história, construídas a partir das vidas de pessoas sejam nordestinas, sejam mineiros, e suas fortes relações com os vapores e com o rio, que percebemos a importância de uma região, como a do rio São Francisco, para integração de um país tão grande como é o Brasil.

1.2. Sertão Norte Mineiro: do isolamento ao papel de integração nacional

Dentre tantos termos presentes na historiografia brasileira, o termo “sertão” é um dos que acreditamos ser mais complexos, dado sua riqueza de significados. Janaína Amado (1995)³¹ diz que este termo é uma categoria não somente de caráter espacial, mas também uma categoria do pensamento social brasileiro. Sertão, nesse caso, é um conceito importante para se entender o Brasil na sua construção. Além disso, a autora trata o termo também como uma categoria cultural, presente na literatura e nas artes, e ainda, “como uma categoria construída durante a colonização do Brasil, designando quaisquer espaços longínquos, amplos, desconhecidos, desabitados ou pouco habitados” (AMADO, 1995, p. 148).

No período colonial, todas as áreas que não correspondiam às regiões litorâneas eram delineadas pelos europeus como sertão. Termo designado pela ausência da modernização, da presença de uma população mestiça em meios aos cerrados ou até mesmo as áreas cobertas pela grande extensão da mata atlântica. É interessante notar que, ao analisarmos diversas obras relacionadas ao tema, encontramos inúmeras definições para o termo sertão.

João Guimarães Rosa, na Obra “Grande Sertão Veredas” (1956)³², traz o termo sertão para denominar o refugio dos que não se submetiam a dominação, que buscavam a liberdade. Daqueles que se apropriavam de um espaço temeroso e que regiam as suas próprias vidas, sem um código preciso para dizer o que é certo ou errado. Já para a autora Iara Soares França (2000)³³ o sertão traz consigo um sentido bastante interessante, já que aponta para um projeto de dominação sofrido historicamente:

³¹ AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. V.8, n.15, 1995, p.145-151.

³² ROSA, Guimarães. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994.

³³ FRANÇA, Iara Soares de; SOARES, Ribeiro Beatriz. O Sertão Norte - Mineiro e suas transformações Recentes. Artigo. Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2000.

O sentido de sertão enquanto delimitação geográfica; ser do sertão ou ser sertanejo resgatam o projeto de dominação da região, os impactos e violências decorrentes de tal processo, bem como, as tentativas de resistência dos povos sertanejos e índios que ali habitavam (FRANÇA, 2000, p. 06).

Na análise percebemos que o sertão exerce um significado relevante para a compreensão do interior do Brasil. França (2000) procura abordar o sertão a partir dos primeiros habitantes, defensores do território, dizendo que não é um simples lugar, fazendo a partir de uma história de sertanejos e índios que ali residiam e resistiram às garras dos aventureiros. Quando especificamos o Sertão Norte Mineiro, resgatamos a história do sertanejo que longe do auxílio português, foi construindo aos poucos o seu habitat e procurando, através do comércio, participar nas atividades econômicas de outras regiões.

Destacamos, sobre o sertão, as dificuldades em meio ao isolamento, as leis impostas pelos coronéis, além das secas frequentes em boa parte do ano. No entanto, vale dizer que essa associação entre condição climática e o sentido de sertão não é aplicada a todas as regiões entendidas como tal, pois, no Brasil, por exemplo, boa parte do centro-oeste é entendida como sertão, mesmo não sendo uma região de seca.

Para além dessas discussões, é importante dizer que a delimitação do termo “sertão” foi assunto discutido ainda no período colonial. Segundo França (2000) a descoberta do ouro na região central de Minas Gerais, fez com que todo o estado, antes visualizado como sertão na sua totalidade, se dividisse em duas regiões: uma modernizada, rica, mineradora e outra mais pobre, isolada, agropastoril, sertaneja.

Com a descoberta do ouro, depois de um século de colonização, essa região se urbanizou e não era mais conhecida como sertão. Mas o que então passa a ser considerado sertão em Minas Gerais? A partir de então, Minas Gerais sofreu duas divisões: de um lado a área mineradora, região de concentração de riqueza e de poder político no século XVIII, e, que se estende até a Comarca de Sabará. De outro lado, o sertão de Minas. Hermann Burmeister (1980)³⁴ passa a definir o sertão como aquelas áreas onde não se encontrava nenhuma cidade, “mas apenas fazendas esparsas e, raramente, aldeia ou povoação sem nenhuma importância” (BURMEISTER, 1980, p.249). Diante disso, o sertão mineiro se opunha não só ao litoral, mas também a região mineradora no estado.

³⁴ BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil* – Através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tradução de Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda / São Paulo: EdUSP, 1980.

Sendo assim, a região norte mineira no século XIX manteve-se em meio aos poucos investimentos, com um comércio voltado para a economia de subsistência a partir da agricultura e pecuária. Nesse período, tal a região, que ainda continha as suas áreas compostas em grande parte por fazendas ou povoados, deparava-se com um dos desafios enfrentados pelos sertanejos; à dinamização do comércio, principalmente no caso dos grandes períodos das secas, que inibiu o desenvolvimento da agricultura. O historiador José Augusto Querino (2006)³⁵ aborda mais um pouco sobre as influências possíveis do isolamento norte mineiro:

No caso do sertão norte - mineiro onde desde as primeiras bandeiras e da formação dos currais da Bahia, esta dinâmica aparece bem manifesta no relacionamento dos adventícios com os indígenas. Além do que os sertões eram uma fronteira mal controlada, livre no nosso entendimento, diante das possibilidades de controle pelo Estado português, ou mesmo da resistência da população sertaneja ao controle. (QUERINO, 2006, p.85).

Ressalvemos que o autor volta a sua análise para os traços que os sertanejos traziam do passado, enfaticamente. Mesmo após os indígenas serem sufocados, os sertanejos resgataram muitos dos seus costumes e das suas tradições, como as técnicas de plantio e os primeiros meios de transporte fluviais. Os sertanejos, ainda que enfrentando dificuldades, longe das oportunidades oferecidas e em meio às secas frequentes que atingiam esse vasto território em algumas épocas do ano, mostrava a resistência diante das leis oriundas dos centros de poder.

João Botelho Neto (2005)³⁶, memorialista regional, destaca que as secas do Norte de Minas compõem a trajetória de vida dos ribeirinhos que, em meio às lutas, batalhavam para garantir o seu sustento.

A seca é o fator climático mais marcante na vida do sertão. Sertanejo quando começa a falar de seca é estória pra não acabar mais (...) desde o sertanejo do norte de Minas até o maranhense, todos mostram a coragem de enfrentar os problemas, criar e divulgar o produto da sua criação (BOTELHO, 2005, p. 58, 59).

João Botelho foi vereador, escritor, jornalista, técnico agrícola, Presidente e fundador da ONG Preservar, membro e um dos fundadores da Academia de Letras,

³⁵ QUERINO, Augusto José. Montes Claros e o Norte de Minas na Rede Urbana do Centro Sul: Fábulas e Metáforas do Desenvolvimento. Dissertação. Unimontes. Montes Claros, 2006.

³⁶ NETO, João Botelho. Fragmentos da História: A pecuária até a metade do século XX.

Ciências e Artes do São Francisco (ACLECIA)³⁷, bem como membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros (MG). Os escritos do autor são voltados para a cidade de São Francisco no Norte de Minas Gerais. Botelho buscava mostrar a cidade e o processo de transformação econômica vivenciada pelos ribeirinhos. Além disso, em toda a sua obra, percebemos os relatos sobre o sertanejo enquanto desbravador, pois sempre enfrentou dificuldades, principalmente no âmbito econômico, quanto à ação de desenvolvimento do comércio e, também, na conservação da garantia do seu sustento durante o ano.

No Brasil, diversas regiões como o Norte de Minas, especificamente, faz parte do clima semiárido (quente e seco), o que nem sempre favorece ao sertanejo que se mantinha a partir da agricultura. Além disso, nestas regiões é comum ocorrer também a pluviosidade nos períodos de chuva, isso devido muitas vezes ocorrer abaixo das expectativas, tornando-se prejudicial ao plantio e as colheitas. No entanto, é importante destacarmos que a pluviosidade irregular não designa somente a falta de chuvas, mas também quanto a sua distribuição desequilibrada durante o amadurecimento e a cultivação das lavouras.

Percebemos a figura do sertanejo como um desbravador, pois sempre enfrentou dificuldades. O sertanejo tem nas suas raízes a história de superação, sendo tão presente na lembrança daqueles que contribuíram para ampliar as relações com outros lugares.

A criação bovina também enfrentava dificuldades quanto ao clima sertanejo. Celso Furtado (2004) ³⁸ relata que as manadas de centenas de animais vindos do Nordeste percorriam longas distâncias. Chegar ao Norte de Minas fazia os passar muitas vezes por regiões inóspitas, quando relacionado à escassez de água ou até inexistente em alguns trechos. Na análise do autor, a chegada dos rebanhos ao destino ansiado tornava-se desgastante, causando muitas vezes, prejuízos aos fazendeiros.

No século XIX a maioria dos aglomerados populacionais no Norte de Minas não era formada por cidades institucionalmente constituídas, no entanto, as mesmas já se encontravam em fase de expansão. Essas pequenas cidades eram responsáveis pela movimentação do comércio. Entre as primeiras podemos citar: São Romão, São Francisco, Matias Cardoso, Januária e Guaicuí. Esses locais eram os pontos de

³⁷ A Aclécia foi fundada em São Francisco (MG) em 04 de Outubro de 2001. Seu surgimento deveu-se as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Rio São Francisco.

³⁸ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

referência, para o qual os produtos eram enviados aos portos para em seguida serem exportados.

Para Oliveira (2009)³⁹, com o crescimento e a ampliação dessas regiões, as cidades fixadas às margens ribeirinhas do Velho Chico se apresentavam como o eixo econômico da região. Isso viria a ocorrer com maior vigor décadas depois, a partir das relações econômicas com outros estados do Brasil pelos meios fluviais. As cidades de Pirapora e Januária, por exemplo, foram dois dos centros comerciais da época. Os Municípios ganharam destaque pela dinamização econômica e pela movimentação de pessoas nesses locais, ambos às margens do Rio São Francisco.

O que se percebe na trajetória de alguns desses lugares é que as fazendas e sucessivamente as vilas, bem como as cidades, foram sendo desenvolvidas a partir da economia de subsistência. Toda a cultura era voltada para o trabalho persistente, ou seja, desde a infância o norte mineiro, em uma tradição familiar, buscou como trajeto principal o trabalho, tanto na agricultura como na pecuária.

Augusto Querino (2000)⁴⁰ também parte para a visão de que o sertão norte mineiro constituiu-se de uma cultura diferenciada em relação aos constructos civilizacionais ocidentais. Na qual o adventício europeu, diante das dificuldades impostas pelo meio e pela resistência da população nativa à sua chegada, incorporou as suas fontes de conhecimentos, as técnicas e os conhecimentos locais. Tal incorporação foi, ao mesmo tempo, fundamental para que se efetivasse a conquista e a formação de uma cultura diferenciada no sertão. Podemos perceber que o Norte de Minas, assim como outras regiões sertanejas, teve como componentes o gado, o ouro, o branco, os índios, entre outros. Esses fatores influenciaram na caracterização cultural da nossa região, sendo que o rio São Francisco foi o responsável por ampliar essas relações, trazendo do Nordeste muitos traços dessa cultura.

No Sertão do São Francisco, é intenso o contingente de trabalhos regionais que vai se encontrando por toda a parte. Por aqui, também há uma próspera indústria de objetos de couro, barro, cerâmica, madeira e tantos outros. As inspirações vindas do rio trazem para o artesanato as cores e a criatividade, fazendo o ribeirinho criar a sua própria identidade na região.

³⁹ OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de. Círculo de águas e vidas: O caminho do rio nas vozes dos antigos vaporzeiros e remeiros do São Francisco. Dissertação. UFU. Uberlândia, 2009.

⁴⁰ QUERINO, Augusto José. Montes Claros e o Norte de Minas na Rede Urbana do Centro Sul: Fábulas e Metáforas do Desenvolvimento. Dissertação. Unimontes. Montes Claros, 2006.

Para a geógrafa norte mineira, Anete Marília Pereira (2004) ⁴¹ as raízes do Norte de Minas sempre estiveram voltadas para o Nordeste, devido à relação íntima com o comércio. Assim, considera o Norte como parte nordestina das Minas Gerais pela semelhança socioeconômica entre ambos. Oliveira (2000) ⁴² destaca que a relação do norte mineiro com o Nordeste vem acontecendo há muito tempo. O que comprova é a região ser a única do estado a estar inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Sobre o assunto, ao analisarmos a questão política ou econômica, nos deparamos com um fator importante abordado por Botelho (2005) ⁴³ quando se refere às tradições presentes no Norte de Minas no período coronelístico. Para o memorialista, em pleno século XIX, os coronéis tornaram os mantenedores da autoridade política na região, esbanjando posse sobre terras e ampliando territórios ao longo das margens, ou seja, a região era movida pela ação coronelística.

Iglesias (1993) ⁴⁴ aborda que o papel de coronel passou a ser usado a partir da criação da Guarda Nacional no século XIX. Isso aconteceu devido à necessidade de autoridades locais para o controle dos habitantes e encaminhar homens para a Guerra, quando necessário:

Como era frágil o Exército quando o país se emancipava, o governo contrata mercenários, que, nas cidades, ociosos e sem pagamento, entregam-se as práticas condenáveis; o governo então cria no princípio da Regência, em 1831, a Guarda Nacional, que chama o particular, o civil, para o policiamento. Cabe o comando aos fazendeiros, proprietários de terras, que convocam dependentes ou agregados para formar os hostes militares ou paramilitares (...). E por Coronel passou a ser conhecido o cidadão interiorano, detentor de algum poder. (IGLÉSIAS, 1993, p. 210).

É importante ressaltar que o termo coronel, apesar de ter sido resgatado no período da Guarda Nacional, não equivale ao utilizado na República Velha. O primeiro é estritamente relacionado a um cargo dentro da hierarquia militar, sendo que o segundo relaciona-se ao poder mandonista de uma figura de status exercido geralmente no interior do país.

⁴¹ PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Ivete Soares de. Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais. Montes Claros: Unimontes, 2004.

⁴² OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene; CARDOSO, José Maria Alves; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Formação Social e Econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Unimontes, 2000.

⁴³ NETO, João Botelho. Fragmentos da História: A pecuária até a metade do século XX.

⁴⁴ IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória Política do Brasil 1500-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Sabemos que esses coronéis exerciam o seu poder na posse de grandes propriedades rurais, que seriam constantemente ampliadas pela tomada do poder local junto aos seus adversários. Havia também várias formas dos coronéis ampliar os seus domínios como conquistar o apoio dos grandes políticos ou até mesmo da população através de práticas como o clientelismo. O que se nota no contexto do sertão norte mineiro é que o isolamento dos municípios e o seu lento processo de desenvolvimento favoreceu a manutenção do coronel.

Para Diniz (2009)⁴⁵ o coronel no contexto sertanejo se destaca como uma:

Figura rude, destemida, autoritária, leal para com os amigos. É o delegado de polícia, o conselheiro, o juiz de direito, a lei, o poder. Comerciante, dentista prático, fazendeiro dono de muitas terras. Possui centenas de afilhados de batismo e de casamento. Conservador defende com unhas e dentes a propriedade privada. Chefe de uma família feudal. (DINIZ, 2009, p.210).

Os coronéis cuidavam dos interesses de todos, eram responsáveis pela segurança da população e ofereciam oportunidades de emprego nas fazendas. Além disso, se envolviam nas histórias e conflitos da sociedade sertaneja, além da questão política, no qual definiam partidos, indicavam os candidatos e manobravam os eleitores. Falar dos coronéis é entendermos que entre eles as coisas eram resolvidas na “bala”, sendo a defesa dos próprios interesses a causadora desses conflitos.

Esses coronéis eram os responsáveis pela vida econômica das populações sertanejas, muitos até ofereciam apoio e proteção às pessoas em troca de serviços. Há um fator importante destacado por Diniz (2009), ao afirmar que a forma usada pelos coronéis para ampliar o seu território era convencendo os donos de pequenas propriedades de que era melhor eles as venderem, ao invés de adquirirem prejuízos com aquelas terras no futuro.

Podemos analisar que o coronelismo aconteceu devido aos fatores de desigualdade social existentes no Brasil, assim como a ausência dos direitos dos cidadãos perante a falta de assistência do Estado. No Norte de Minas não foi diferente, as resistências dos sertanejos em meio às imposições da Coroa e a distância com que se encontrava das zonas de desenvolvimento fortaleceu o poder dos grandes fazendeiros nas áreas regionais. A figura do coronel permaneceu até a primeira metade do século XX.

⁴⁵ DINIZ, Domingos; MOTA, Ivan Passos Bandeira da; DINIZ, Mariângela. Rio São Francisco: vapores e vapozeiros. Pirapora: Ed. Dos autores, 2009.

Ao abordamos a trajetória do sertão mineiro, conseguimos definir que, apesar do isolamento, tal região obteve grande participação no comércio. Através da agricultura e principalmente da pecuária, apresentou-se às outras regiões como um importante polo de distribuição de produtos de consumo diário. Falar do sertão como um lugar distante e isolado significa também levar em conta o rio que integrou a região Norte mineira ao Sul e ao Nordeste do país. O São Francisco integrou o país principalmente no aspecto econômico e sócio cultural. A seguir, trataremos sobre essa integração que se deu a partir da ação de barqueiros e tropeiros em toda a região.

1.3 (1957-1972): As contradições de um tempo – o rompimento de um processo econômico e social.

No decorrer dos estudos, analisamos a trajetória do comércio como propulsor no crescimento das áreas ribeirinhas mineiras a outras regiões do país. Neste sentido, o Rio São Francisco se mostrou continuamente a primeira grande via de comunicação do Brasil até meados da década de 50. A grande extensão da pecuária e agricultura possibilitou muitas oportunidades àqueles que ali habitavam. As vantagens oferecidas pelo São Francisco, devido o seu trecho extenso e ligado a diversas regiões do Brasil, fizeram com que as autoridades investissem no transporte fluvial a partir do século XX. A navegação entrou em cena no panorama regional como estratégia de locomoção de pessoas e mercadorias.

Desde o período da colonização, quando era possível encontrar diversas tribos de índios ao longo do Rio São Francisco, já existiam relatos dos primeiros meios de transporte na região. Uns dos meios mais utilizados por eles nas barrancas do São Francisco foram às canoas. Zanone Neves (1998) ⁴⁶ destaca que as canoas construídas pelos índios eram utilizadas para duas funções: caça e pesca. Feitas de madeiras das árvores ribeirinhas, essas canoas passaram do âmbito da pesca para um trunfo econômico da Metrópole. Estas foram usadas pelos portugueses no intuito de deslocamentos para outros locais pelo rio ou até mesmo perpetrados às pressas pelos carpinteiros de expedições exploradoras em meio aos conflitos na região.

Percebemos que o povoamento do Norte de Minas, desde a sua formação, é ligado ao rio. Antes dos transportes a vapores, outros meios estiveram em serviço.

⁴⁶ NEVES, Zanoni. Navegantes da integração: os remeiros do Rio São Francisco. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1998.

Buscaremos brevemente destaca-los aqui como parte dessa integração local e interestadual. É importante ressaltar que o transporte fluvial, por muito tempo, se impôs como a única opção para os sertanejos comercializarem com outras regiões. Os ajujos, paquetes e as barcas de frete, por exemplo, exerceram grande importância para o transporte de animais e produtos, principalmente os mais valiosos. Inicialmente, o rio era usado para o transporte de mercadorias entre as regiões de Minas e do Nordeste. Os barcos a vapor vieram tempos depois, aproximadamente após 1900, fazendo a junção com as ferrovias e atuando como alternativa para a movimentação humana, torneando a situação vigente.

O ajoujo, transporte essencial para a pecuária, não percorria longas distâncias, isso apenas passou a ocorrer quando apareceram as primeiras barcas no São Francisco, na primeira metade do século XX. Porém, exercia uma função fundamental para o comércio dos fazendeiros, servindo no deslocamento do rebanho para o outro lado da margem. Com a expansão do comércio nas áreas ribeirinhas, as barcas entraram em cena, por oferecerem espaços maiores e percorrerem longas distâncias. Zanone Neves (1998) ⁴⁷ confirma que é evidente que a introdução das barcas no São Francisco teve interesses fundamentalmente comerciais.

O uso das barcas tornou-se essencial na história ribeirinha. Machado (2002) ⁴⁸ destaca que, em fins dos séculos XIX e início do XX, a região era movimentada por aproximadamente trezentas barcas. O frete poderia ser pago em longo prazo e os donos das barcas eram os próprios carregadores. Abaixo, podemos observar algumas delas atracadas no porto do Rio São Francisco no Norte de Minas e a movimentação de pessoas as margens do rio.

BARCAS ATRACADAS NO PORTO DO RIO SÃO FRANCISCO



Fonte: Núcleo de Pesquisa e Preservação do Patrimônio Cultural de São Francisco – PRESERVAR

⁴⁷ NEVES, Zanoni. Navegantes da integração: os remeiros do Rio São Francisco. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1998.

⁴⁸ MATA-MACHADO, Fernando. Navegação do Rio São Francisco. Rio de Janeiro: 2 ed. To Pbooks, 2002.

“Barca parada não ganha frete”. Esse ditado popular era dito por ribeirinhos ao ver remeiros parados nos portos. Diante da concorrência do comércio, a única saída era ser bom na “fala” e convencer os comerciantes das vantagens oferecidas por sua barca. As embarcações fluíam, rio abaixo. Rio acima, de porto em porto realizavam o papel de comércio ambulante e transporte de mercadorias.

Radizando um pouco mais a questão do desenvolvimento local, Neves (1998) mostra que havia nas Minas Gerais do século XIX um sistema econômico regional, muito promissor e intenso, baseado nas barcas que dominavam o comércio ambulante ao longo do São Francisco.

Estas traziam das províncias da Bahia e Pernambuco o chamado “sal da terra” e outros produtos de origem européia; da província de Minas Gerais, levavam couro, peles, rapadura e algodão, entre outros produtos. Vinculado a este sistema estariam figuras como os tropeiros e carreiros do sertão, com suas tropas e carros de boi, que faziam a ligação entre o campo e os pequenos núcleos urbanos. (SOUZA, 2008, p. 79 *apud* NEVES, 1998) ⁴⁹.

As mercadorias transportadas remetem-nos a grande influência nordestina existente nas cidades barranqueiras. Ocasionalmente pelo processo migratório que o rio São Francisco proporcionou, desde o período colonial, como um caminho viável para outros locais. A ligação cultural entre uma região e outra se manifesta fortemente na culinária, nas práticas artesanais e no sotaque simbólico dos habitantes. Para o historiador Antônio Carlos da Silva Souza (2008) ⁵⁰, tal influência com certeza se deve à expressiva “migração de baianos, pernambucanos e nordestinos em geral para Pirapora, como os grandes “mestres” e “comandantes” que vieram trabalhar nos barcos e gaiolas do Velho Chico” (SOUZA, 2008, p.80). Esse dinamismo econômico e sociocultural foi fortemente construído no “Velho Chico” por um tripé formado pelos: transportes fluviais, as vias férreas e as tropas.

A primeira estação férrea chegou à cidade de Pirapora (MG) em 1911. Nesse período, a cidade passou a centralizar todo o comércio regional transformando, posteriormente, no grande centro econômico local. Essa influência, segundo Matta

⁴⁹ SOUZA, Antônio Carlos da Silva. Pirapora, uma cidade média no Norte de Minas Gerais. Dissertação. Puc MG. Belo Horizonte, 2008.

⁵⁰ SOUZA, Antônio Carlos da Silva. Pirapora, uma cidade média no Norte de Minas Gerais. Dissertação. Puc MG. Belo Horizonte, 2008.

Machado (2002) ⁵¹, se deu com a chegada da Companhia Indústria e Viação de Pirapora, em 1918.

Entendemos que o trabalho das barcas atuou de forma expansiva na movimentação das relações entre as comarcas, pois possibilitou o estreitamento dos ribeirinhos que residiam rio abaixo ou rio acima. Isso, tendo em vista que comercializavam entre si ou migravam entre os estados em meios às oportunidades que viessem a surgir. As ferrovias, nesse sentido, seria uma investida do Governo Republicano, possibilitando uma maior abertura entre os estados interioranos e os grandes centros econômicos.

A partir desse ideal de progresso que ganhou força no país, outra palavra entra em destaque: o “desenvolvimentismo”. No Brasil, a expressão ganhou influência a partir dos presidentes Getúlio Vargas (1930/1954) e Juscelino Kubistchek (1956/1961), quando estes inseriram a estratégia da “Barganha Nacionalista⁵²”. O objetivo era programar o desenvolvimento industrial interno no Brasil. E isso gerou maior notoriedade com a construção de Brasília, que foi vista como um veículo de transmissão da “ideologia do desenvolvimentismo nacional” e também uma forma de convencer a população “sobre as novas potencialidades e os novos objetivos nacionais”. (MOREIRA, 1998, p. 139)⁵³.

Sobre a análise, compreendemos em qual contexto estava inserida a região do Médio São Francisco no início do século XX. A chegada da Ferrovia abria a possibilidade de escoamentos de produtos e circulação de pessoas, afinal, o trabalho realizado pelas barcas de frente se consolidava entre Juazeiro (BA) e Pirapora (MG), e com as vias férreas⁵⁴ essa movimentação passou a chegar também as grandes capitais.

O crescimento de Pirapora (MG) foi seguido por um claro aumento populacional. Para Zanone Neves (1998)⁵⁵, entre os anos de 1920 a 1930, houve uma expansão populacional de 16.000 para 22.643 habitantes. A maior parte dos migrantes era composta por nordestinos, que nas fugas das secas encontravam na cidade “uma

⁵¹ MATA-MACHADO, Fernando. Navegação do Rio São Francisco. Rio de Janeiro: 2 ed. To Pbooks, 2002.

⁵² Barganha Nacionalista foi uma tentativa, uma pretensão de autonomia frente à superpotência dos Estados Unidos.

⁵³ MOREIRA, M. L. MARIA. BRASÍLIA: A construção da nacionalidade em meio para muitos fins (1956-1961). Edufes. Vitória, 1968.

⁵⁴ O tráfego de Salvador/BA até a estação terminal de Juazeiro foi inaugurada em 24 de Fevereiro de 1896 no intuito de ligar as duas cidades e tornar a comunicação com o Oceano Atlântico mais fácil. Em Pirapora, a ferrovia chegou no ano 1910, que tinha como objetivo a ligação do Norte de Minas com as capitais; Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

⁵⁵ NEVES, Zanoni. Rio São Francisco: História, Navegação e Cultura. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

parada estratégica na sua função de entreposto comercial” (NEVES, 1998, p.82). As ferrovias trouxeram um grande impulso para a cidade ribeirinha, dando continuidade ao percurso ofertado pelo rio. Deste modo, Pirapora (MG) desenvolveu-se amparada em dois fatores determinantes: a navegação do rio São Francisco e a Estrada de Ferro Central do Brasil (1918).

A estrada de ferro alcançou as corredeiras de Pirapora e desta cidade partem os vapores de várias empresas, distribuindo para o sertão manufaturas e recebendo produtos locais, especialmente mamona e o algodão (mais ou menos 85% do transporte). (CARVALHO, 1937, p.63).⁵⁶

Essa ligação possibilitou o escoamento da produção ribeirinha do Norte de Minas para capitais, como Belo Horizonte. Lá a produção de charque, por exemplo, era uma das mercadorias mais pedidas para abastecer as regiões mineradoras. Sobre isso, desperta a nossa atenção o fato de que grande parte desses produtos escoados pertencerem às comunidades locais, com a sua agricultura ou pecuária de subsistência. Morar a beira do rio não se fazia importante somente para os fazendeiros e os seus modos de produção, mas para todos que, de uma forma geral, poderiam exercer o trabalho de troca e venda do seu cultivo.

Povo destemido, que encontrava nas águas o seu refúgio, o seu descanso. Nascer e viver as margens do rio fazia desses moradores verdadeiros agricultores da terra. As experiências do solo para aqueles que chegavam as barrancas do rio era a forma natural de homens que vivem “com poucas terras, mas muita fé” (OLIVEIRA, 2011, p.106) ⁵⁷. O aprendizado para quem vivia as margens do rio era voltado para os saberes e a experiência. Nesses relatos sobre os meios de transportes, as barcas de frete eram uma das que mais exigiam a sabedoria daqueles que resolviam encarar esse serviço como profissão.

As barcas⁵⁸ apresentavam um tamanho limitado. Feitas por uma cobertura de palha de carnaúba, os espaços eram divididos entre mercadorias e poucos tripulantes. Os remeiros exerciam o seu trabalho satisfazendo o desejo dos moradores norte mineiros sob o comércio. Se observarmos a realidade da região, devido o seu isolamento, e ainda dependente dos trabalhos manuais, chegamos à convicção de que esses homens

⁵⁶ CARVALHO, Orlando. O Rio da Unidade Nacional: o São Francisco. São Paulo: Nacional, 1937.

⁵⁷ OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de. Ciclo de águas e vidas: O caminho do rio nas vozes dos antigos vaporzeiros e remeiros do São Francisco. Dissertação de Mestrado. UFU. Uberlândia, 2011.

⁵⁸ Segundo Fernando da Mata Machado (2002), estimava-se de 250 a 300 o número de barcas existentes no São Francisco e nos afluentes mais importantes.

enfrentavam muitas dificuldades durante a atuação nas barcas. Para ser um barqueiro não se exigia apenas experiência, mas também força física e uma grande dedicação, afinal era uma forma para garantir o seu salário e o sustento da família. A jornada de trabalho podia durar aproximadamente 14 horas, pois, quanto maior a dedicação ao trabalho, mas rápidas eram as viagens. Entre as funções ao longo do rio:

Haviam barqueiros que se especializavam no comércio de tecidos; outros mantinham em suas embarcações um comércio variado como “um bazar”. Outros barqueiros operavam o transporte a frete: por exemplo; não era incomum um empresário de Januária, do setor agroindustrial, despachar uma carga de cachaça ou rapadura para um atacadista de Juazeiro, utilizando as “barcas de frete”. (NEVES, 1998, p.65).⁵⁹

Observando os relatos acima, chamamos a atenção para as inclusões que estavam sendo formadas ao longo do rio. As histórias estavam sendo construídas através dos portos, da troca de produtos e das possibilidades que eram encontradas entre os migrantes. As barcas de frete foram um caminho precursor dos barcos a vapor. As relações comerciais e humanas estavam se expandindo. Cada vez mais pessoas se voltavam para o São Francisco e teciam as suas vidas e os seus modos de sobrevivência. Morar as margens do rio tornava-se significativo quando se pensava na possibilidade de ampliar as rotas comerciais, buscar melhores salários ou garantir a sua própria renda.

Estamos diante do século XX que se iniciava apresentando uma parte do Brasil, até então pouco vista, através do transporte fluvial. Enquanto o litoral estava ligado ao comércio expansivo do exterior e aos ideais europeus, no Médio São Francisco estava sendo construída uma realidade outra pelos próprios ribeirinhos. Eram eles que faziam a história da navegação acontecer e despertava a atenção dos centros econômicos para o dinamismo que estava sendo construído e solidificado as margens do rio São Francisco.

Quando mostramos nesse capítulo os primeiros meios fluviais e as outras formas de trabalho que foram surgindo, chamamos a atenção para a relação cultural que, durante décadas, já se mostrava fortemente interligada entre as regiões Nordeste e Norte de Minas, possibilitada pelo rio.

Ainda neste século tão marcante pelas “estradas de água”, surgiram os primeiros homens dispostos a percorrerem longas distâncias pelas estradas de terras, motivados pelo comércio e pela oportunidade econômica: os tropeiros. Estes foram os precursores de desvelar vastos territórios, transportando as mercadorias em lombos de burros. As

⁵⁹NEVES, Zanoni. Navegantes da integração: os remeiros do Rio São Francisco. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1998.

tropas foram o primeiro meio de transporte terrestre a comercializar no Norte de Minas, antes da chegada dos automóveis.

Diniz (2009) ⁶⁰ vem relatar que:

Em Minas Gerais, por suas condições topográficas, as tropas foram essenciais no transporte de carga. É importante destacar que os tropeiros teceram as teias de ligação do São Francisco às longínquas regiões do Piauí, Maranhão, Goiás e pelo próprio estado. (DINIZ, 2009, p. 104).

Esses tropeiros eram considerados os grandes desbravadores de florestas e cerrados. Sabemos que no início do Brasil Republicano, as estradas brasileiras ainda eram precárias ou se encontravam em falta, isso levava os tropeiros a improvisarem em meio às matas para o transporte das mercadorias. Segundo Neves (1998) ⁶¹ os tropeiros são descritos dessa forma:

Os tropeiros são, em geral, camponeses que se dedicam ao trabalho de conduzir do campo para as cidades as tropas de mulas e burros carregados de buracas (ou “bruacas”), onde acondicionam cereais e outros produtos agrícolas. (...) os tropeiros são em geral agregados, camaradas, meeiros etc. trabalhando por conta do proprietário da terra que é também dono da tropa. (NEVES, 1998, p. 130).

O serviço dos tropeiros tornava-se frequente devido à falta de estradas adequadas ao transporte de mercadorias no Norte de Minas. O trabalho dos tropeiros se assemelhava aos barqueiros no que se refere às dificuldades enfrentadas na realização de seu ofício. Eles passavam meses distantes de suas famílias (muitos nem acompanhavam o crescimento dos filhos) e de sua propriedade, devido ao fato de percorrerem diferentes estados do Brasil. Também gastavam tempo nas viagens. A missão principal desses homens era a venda e a troca de mercadorias.

Quando falamos em estradas de água e estradas de terra, queremos dar destaque ao trabalho conjunto e complementar dos meios de transportes. A partir da chegada das mercadorias através das barcas aos portos, os tropeiros tinham como missão levá-las ao seu destino. No entanto, apesar da importância das tropas, foram às barcas as responsáveis pela confiança dos moradores e comerciantes do Norte de Minas. Ao falar

⁶⁰ DINIZ, Domingos; MOTA, Ivan Passos Bandeira da; DINIZ, Mariângela. Rio São Francisco: vapores e vapozeiros. Pirapora: Ed. Dos autores, 2009.

⁶¹ NEVES, Zanoni. Navegantes da integração: os remeiros do Rio São Francisco. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1998.

das barcas, Botelho (2005)⁶² as descreve como um armazém flutuante, afinal o vendedor comercializava nos varejos.

O processo de comercialização da região era realizado de forma tranquila, já que as barcas ofereciam preços baixos. Muitos agricultores não se preocupavam com as delimitações das distâncias que as barcas deveriam percorrer, desde que as mercadorias fossem entregues no período correto. Os portos eram considerados por Zanone Neves (1998)⁶³ como uma hidrovia. Era intenso o movimento de pessoas, que vinham de todos os cantos das cidades e povoados, para se reunirem ou ofertarem os seus produtos e, assim, garantirem o sustento familiar. E essas mercadorias transportadas do Norte de Minas puderam, através dos meios de transportes, percorrer as regiões do Brasil, Nordeste e Sudeste, no intuito de abastecimento e exportação.

Na questão econômica, era um meio totalmente favorável, já que todos os ribeirinhos poderiam participar do comércio, seja os grandes ou pequenos comerciantes, através das suas plantações e da pecuária. Na questão cultural e social, analisamos a convivência e os aglomerados que hoje são cidades.

A beleza do rio tornou-se poemas e cantigas. As expectativas para o novo que chegava, fazia com que todos se voltassem para os portos. Porto do rapaz que queria arranjar um casamento. Das moças que buscavam novidades nos vestuários. Do senhor que desejava receber as novas notícias que vinha das capitais ou das mulheres que queriam vender os seus frutos. Era ali que tudo acontecia, ou melhor, que acontecia a vida dessa gente de beira-rio.

Nesse processo de povoamento do Vale do São Francisco percebemos, conforme Dumont (2007)⁶⁴, os diversos sujeitos sociais que foram se afixando às suas beiras. Bem como cada um, a partir de seu modo de vida e de suas experiências, foi se apropriando do espaço, modificando-o e construindo uma gama de vivências e saberes. Sendo assim, o rio São Francisco apresenta-se como espaço multicultural dada as diversas experiências tecidas a partir do seu povoamento. Lugares que, por sua vez, fez surgir inúmeros sujeitos sociais históricos, tais como os remeiros, os vaporzeiros, os pescadores, dentre outros, cada qual se relacionando com o rio à sua forma. Visamos esses ribeirinhos (comerciantes, vaporzeiros, viajantes, vendedores ambulantes,

⁶² NETO, João Botelho. Fragmentos da História: A pecuária até a metade do século XX.

⁶³ NEVES, Zanoni. Navegantes da integração: os remeiros do Rio São Francisco. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1998.

⁶⁴ DUMONT, Sandra Regina Torres. São Francisco – caminho geral do sertão: Cenários de vida e trabalho de pescadores tradicionais em Pirapora e Buritizeiro – norte de Minas Gerais. Dissertação de mestrado. UFU. Uberlândia, 2007.

músicos, etc) como grupos que se mantinham a partir da navegação fluvial no Rio São Francisco.

Então, podemos pensar no rio São Francisco como um local de múltiplos sentidos, no qual os sujeitos adéquam seus trabalhos e suas vidas às formas que este rio aparece a eles. Seco ou cheio, calmo ou caudaloso, propício à pesca ou não, o rio parece sempre se mostrar aos ribeirinhos com um sentido que vai além do meramente econômico, servindo como um espaço de trabalho, de lazer e de construção/manutenção de uma cultura. O espaço natural dos ribeirinhos era passado por gerações e ainda crianças:

A vida dos futuros remeiros começava ainda na meninice do seu viver barranqueiro. Meninos arteiros, a correnteza do rio já os desafiava em braçadas e mergulhos. Essas peraltices de crianças possibilitavam-lhes conhecer as águas do rio, desde muito cedo. Seriam estas talvez as suas primeiras viagens pelo rio? Onde, como peixes dentro d'água, já o conheciam por pequenos espaços, em águas de sonhos e fantasias que brincavam, em ciranda, nos seus imaginários infantis. (OLIVEIRA, 2009, p.81) ⁶⁵.

Atualmente, ao observar as tardes no Rio São Francisco, nos encontramos com um cenário festivo e alegre. As crianças fazem do rio o espaço para brincadeiras e diversões. Em meio às águas do rio há crianças nadando, jogando bola, pescando e compartilhando histórias. Olhar este panorama nos remete ao mesmo passado da navegação, confirmando a permanência dessas tradições, que são passadas de pai para filho e que torna a vida dos ribeirinhos inseparável do rio.

Aos poucos, as regiões Nordeste do Brasil e o Norte de Minas passaram a se integrar, ambas forneciam métodos econômicos e trocas de mercadorias. Do mesmo modo houve mudanças na vida das pessoas, sendo que o lugar não era constituído de pessoas de uma só localidade, mas pertencia a várias culturas que foram se apropriando e se estendendo por este vasto território. O Norte de Minas, por exemplo, de sertão deu lugar ao crescimento regional, sendo necessário que os ribeirinhos voltassem para o rio e ali se aglomerassem. Neste contexto, os portos eram os pontos de conexão entre os povos, entre as culturas. Ali era intensa a espera pelos parentes, namorados (as) ou por aquela carta de alguém que há anos não se via ou com quem não se falava.

⁶⁵ OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de. Ciclo de águas e vidas: O caminho do rio nas vozes dos antigos vaporzeiros e remeiros do São Francisco. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em Geografia/ Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

O Rio São Francisco correndo entre o Sudeste e o Nordeste representou (com maior intensidade) o único ponto de aderência entre os povos do extremo sertão. Caso este, que ao trazermos para a atualidade permanece dando ao centro da nossa pesquisa (os ribeirinhos do Médio São Francisco), a regular permanência da produção. Não acobertamos as dificuldades que o rio e toda a população enfrentaram nos últimos anos. O que mostramos é que o elemento humano que, em etapas contínuas tomou o espaço físico do São Francisco sempre se serviu da navegação para comunicarem entre si e com a população ribeirinha.

Com a chegada dos vapores a região, a estrada das águas permitiu novas possibilidades à região do Médio São Francisco, colocando os vapores como elemento central na mediação das relações tecidas entre as diversas cidades ribeirinhas aí existentes. A navegação a vapor trouxe avanços para a economia norte- mineira, aumentando o fluxo de mercadorias e as oportunidades de comércio favorecendo a vida da população.

Bibliografia

- AMADO, Janaína. *Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V.8, n.15, 1995, p.145-151.
- BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos Caminhos da História*. 1997.
- BEZERRIL, Simone da Silva. *Imprensa e Política. Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão*. UEMA, 2011.
- BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil – Através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda / São Paulo: EdUSP, 1980.
- CAVAL, Paul. *A geografia cultural*. 2. Ed. Tradução: Luiz F. Pimenta e Margarita C. Pimenta. Florianópolis: UFSC, 2001
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras: 1990.
- DINIZ, Domingos; MOTA, Ivan Passos Bandeira da; DINIZ, Mariângela. Rio São Francisco: *vapores & vapozeiros*. Pirapora: Ed.dos autores, 2009.
- DUMONT, Sandra Regina Torres. *São Francisco – caminho geral do sertão: Cenários de vida e trabalho de pescadores tradicionais em Pirapora e Buritizeiro – norte de Minas Gerais*. Dissertação de mestrado. UFU. Uberlândia, 2007.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia editora Nacional. 33ª ed. 2004
- FRANÇA, Iara Soares de; SOARES, Ribeiro Beatriz. *O Sertão Norte - Mineiro e suas Transformações Recentes*. Artigo. Instituto de Geografia. Uberlândia, 2000.
- FULGÊNCIO, Dimas Lúcio. *Revista Nossa História*. Brasília de Minas, Junho 2002.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- LAPUENTE, Rafel Saraiva. *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*. Encontro Nacional de História da Mídia. UFRGS, 2015
- MATA-MACHADO, Fernando. *Navegação do Rio São Francisco*. Rio de Janeiro: 2 ed. ToPbooks, 2002.

MOREIRA, Hugo Fonseca. “*Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro*”: *O Norte de Minas e a Formação de Lideranças Rurais*. UFRRJ. Rio de Janeiro. Dissertação. 2010

MENEZES, Denise. Pinto, Maria Célia. *Um rio de beleza e Contrastes*. São Francisco século 21. Belo Horizonte. Hoje em Dia, vol.01. Dez, 2011.

MOREIRA, M. L. MARIA. BRASÍLIA: *A construção da nacionalidade em meio para muitos fins (1956-1961)*. Edufes. Vitória, 1998.

NETO, João Botelho. *Fragmentos da História: A pecuária até a metade do século XX*.

NEVES, Zanoni. *Navegantes da integração: os remeiros do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1998.

NEVES, Zanoni. Rio São Francisco: *História, Navegação e Cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

NETO, João Botelho. *Fragmentos da História: A pecuária até a metade do século XX*.

OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de. *Ciclo de águas e vidas: O caminho do rio nas vozes dos antigos vaporzeiros e remeiros do São Francisco*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia / Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Ivete Soares de. *Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais. Montes Claros*: Unimontes, 2004.

PEREIRA, R, M, R. *Sobre(vivências): Modos de vida, Trabalho e Institucionalização dos Pescadores artesanais de São Francisco (1960-2014)*. T. Doutorado. Uberlândia, 2014

QUERINO, Augusto José. *Montes Claros e o Norte de Minas na Rede Urbana do Centro Sul: Fábulas e Metáforas do Desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2006.

ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. *Resumo. Memórias em Disputa: Transformando Modos de Vida no Sertão e na Cidade*. Uberlândia, Tese. 2011.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão; Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. Companhia das Letras. São Paulo, 2003.

SOUZA, Antônio Carlos da Silva. *Pirapora, uma cidade média no Norte de Minas Gerais. Dissertação*. Puc MG. Belo Horizonte, 2008.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de. *Ser, Estar, Permanecer: vínculos territoriais das gentes que povoam as margens e ilhas do Rio São Francisco*. Tese de Doutorado. Uberlândia, 2013.

SILVA. Maria, O. L da. *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*. In: - *Trabalhos da memória*, Projeto História nº 17, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Depto de História da PUC/SP, nov. 1998.

Outros Documentos Impressos

- SF- O Jornal de São Francisco (1960-1979) e fotografias disponíveis no acervo do Núcleo de Pesquisa e Preservação do Patrimônio Cultural de São Francisco, em São Francisco–MG.
- A imprensa Gazeta do Norte, de Montes Claros. Documentação disponível no Centro de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes, em Montes Claros –MG. (1957/1972).
- Textos de memorialistas disponíveis no acervo do Núcleo de Pesquisa e Preservação do Patrimônio Cultural de São Francisco, em São Francisco-MG.
- Arquivos oficiais da administração local da região norte de Minas Gerais.

ELAS FIZERAM A HISTÓRIA E A NOTÍCIA: A ENTRADA DE MULHERES EM RÁDIO E TV EM MONTES CLAROS (1979 – 1997)

Ana Carolina Ferreira da Silva¹

O trabalho tem como tema a entrada das mulheres na imprensa em Montes Claros em rádio e TV, levando em consideração que a emissora ZYD-7, Rádio Sociedade, instalada na década de 1940, era a única emissora que existia em Montes Claros no recorte temporal deste trabalho e nesta mesma época, foi inaugurada uma emissora televisiva, a TV Montes Claros. Isso significa dar visibilidade histórica à ocupação feminina no mercado de trabalho jornalístico, até então, em sua hegemonia, composto por homens. Levando em consideração o papel da imprensa, subentende-se que estas mulheres ocuparam lugares de fala privilegiados, onde se davam importantes jogos de poder. O objetivo foi analisar as relações e desigualdades de gênero estabelecidas, assim como as relações de poder, com o pioneirismo das jornalistas: Vanda Gonçalves, Rosângela Silveira, Marina Queiroz e Lígia Rocha Tupy. O tema escolhido permitiu observar os mecanismos para que surgissem novas representações sociais, as consequências disto, com suas produções de novos sentidos na Montes Claros dos anos de 1980.

Entrei para o rádio por amor. Tudo no começo foi muito difícil. Eu fui praticamente a primeira repórter em Montes Claros a fazer serviços de delegacia, hospitais e todo o tipo de reportagem sacrificante. Hoje, apesar de não estar mais neste setor ainda me ressinto muito da deselegância de certos senhores que por verem uma mulher repórter se julgavam logo no direito de cantá-la. Já fui vítima desta grosseira forma de conquista e tive que sair sempre com categoria para não perder as fontes de informações. Apesar de alguns pesares sinto-me bem como radialista (Entrevista de Vanda Gonçalves ao Jornal do Norte, edição de 20 e 21 de setembro de 1980).

A epígrafe é um trecho de uma reportagem especial, concedida por Vanda Gonçalves a uma entrevista ao Jornal do Norte em comemoração ao dia do radialista. Dentre as seis entrevistas cedidas para a matéria, Vanda foi a única mulher; ela foi

¹ Mestre em História pela Unimontes.

também a primeira a exercer esse tipo de função na época e fazer parte da equipe da Rádio Sociedade, a única emissora de rádio até aquele momento em Montes Claros. A fala de Vanda ao jornal foi o primeiro vestígio encontrado sobre desigualdades de gênero² nesta pesquisa, durante um processo de levantamento de fontes. Pela sua fala, percebe-se a situação de assédio moral a uma jornalista, durante o exercício da profissão. Uma mulher executando um trabalho em um campo, cuja atuação se restringia a homens. Na fala, a expressão do incômodo da cantada barata, agressiva e imposta, por diversas vezes, às mulheres, porque na cultura que regia e ainda rege a sociedade, somos um corpo e sobre ele, o discurso masculino age, determina, delimita, julga. À Vanda – e certamente a outras mulheres em posição idêntica – restou, como se viu na entrevista, diante desse constrangimento, tratar com certo cuidado essas abordagens e impor o devido respeito, mas sem o direito de responder rispidamente para “não perder a fonte³”. Vislumbrou-se, nesse exemplo, as hierarquias de gênero que colocam as mulheres em posições inferiores por serem tratadas como o “outro” e a esse “outro” cabe apenas seguir determinados preceitos de quem está numa posição de submissão, de servir o masculino, como afirma Simone de Beauvoir.

Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado; para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o *inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro* (BEAUVOIR, 2016, p. 12 e 13).

Diante desse primeiro vestígio, surge aqui o questionamento: Vanda seria a única mulher a ter sofrido este tipo de situação constrangedora e que reforça as desigualdades de gênero? Um ano após a entrada dela na Rádio Sociedade, para trabalhar, inaugura-se, em 1980, uma emissora de TV onde outras três mulheres foram

² Segundo a pesquisa “Mulheres no jornalismo brasileiro”, realizada em 2017 por iniciativa da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, em parceria com a instituição Gênero e Número e a Google News Lab, o problema apontado por Vanda Gonçalves, ainda na década de 1980 é mais frequente do que se imagina no século XXI. Neste trabalho, 477 jornalistas, dos mais diferentes tipos de veículos de comunicação, em todas as regiões do país foram entrevistadas. Deste total, 46,3% já recebeu uma cantada de um colega homem. E quando se analisa cantadas ou assédios em geral vindos de entrevistados, este resultado é de 36,9%. De chefes ou homens em cargos superiores, 27,9%. O interessante é que a pesquisa não se furtou a perguntar sobre este tipo de assédio vindo de mulheres. As jornalistas responderam que 1,3% foram cantadas por entrevistadas. 1% por uma colega de profissão. E quando é uma mulher, em um cargo superior, este resultado foi de 0,2%. Para mais detalhes desta pesquisa, acesse: https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf 8

³ Fonte, para o jornalista, é quem constantemente concede entrevistas, ou seja, pessoas extremamente importantes para a composição de conteúdo da notícia.

admitidas para o departamento de jornalismo. A TV Montes Claros era afiliada à Rede Bandeirantes e estava sob a direção de Elias Siufi⁴, o mesmo que dirigia a Rádio Sociedade desde 1964. Por ocupar esses dois cargos, ele estava inserido dentro de uma teia de poder bastante influente na região e também foi um sujeito decisivo na carreira dessas mulheres. Na equipe da emissora de TV, Marina Queiroz como apresentadora e produtora do programa *Revista Feminina*; Lígia Maria Rocha Tupy no cargo de redatora⁵ e Rosângela Silveira contratada para auxiliar na produção do programa apresentado por Marina.

O objetivo do trabalho em questão foi analisar narrativas de experiências dessas mulheres e assim fazer a história delas por meio do olhar de cada uma. Para isso, os depoimentos gravados por meio das técnicas de História Oral de Vida. Além da transcrição das entrevistas, cujo objetivo é possibilitar uma leitura do texto de maneira mais leve e agradável, a História Oral permite o registro de testemunhos e o acesso a “histórias dentro da História” e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado (ALBERTI, 2015, p. 155). Alberti ainda defende que essa técnica de pesquisa é importante para se compreender como determinadas pessoas ou grupos elaboram suas experiências de vida e as leituras que fazem a respeito delas, além da possibilidade de se ver o trabalho da memória agindo nesses relatos, compreendendo melhor esses sujeitos (ALBERTI, 2015). Segundo Alberti, a memória

[...] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de comunidade e de coerência – isto é, de identidade. E porque a memória é mutante, é possível falar de uma história as memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História oral (ALBERTI, 2015, p. 167).

Associado aos depoimentos, um aglomerado de fontes de distintas naturezas como jornais, atas de reunião da Câmara Municipal de Montes Claros, contracheques da emissora de TV. Esse *corpus* documental possibilitou ter acesso aos mecanismos que levaram à superação de dificuldades, à compreensão das inserções no mercado de trabalho, às conquistas de cargos relevantes e à ascensão profissional. Além disso, foram analisadas as novas representações sociais, devido ao pioneirismo delas, e

⁴ Elias Siufi foi um dos responsáveis pela vinda de uma emissora de TV para o Norte de Minas. Ele mobilizou empresários e políticos interessados neste investimento.

⁵ Redatora era o nome usado para a função que hoje se equivale a editoria chefe de um telejornal. Este profissional é responsável por redigir os textos que os âncoras leem e interfere diretamente no conteúdo do telejornal, bem como a ordem como as notícias são organizadas.

identificou-se, também, onde estereótipos de gênero cristalizados socialmente foram reforçados dentro dessa profissão.

Por causa da metodologia escolhida, História Oral de Vida, notou-se que era necessário, antes da gravação, encontros informais para explicação da pesquisa e do envolvimento delas com o tema. E foi neste primeiro contato que a pesquisa ganhou mais uma fonte riquíssima e muito cara à História. Marina Queiroz revelou que possuía uma caixa com cartas de telespectadores do programa que ela apresentava: *Revista Feminina*. Diante disso, o *corpus documental* foi ampliado, pois Marina gentilmente cedeu toda essa documentação pessoal que consiste em duas pastas com mais de duzentas cartas, bilhetes e cartões redigidos das mais diferentes formas. Por isso foi possível analisar o que parte da recepção dos anos oitenta construiu sobre a figura da apresentadora de TV Marina Queiroz, em relação ao programa e ao modo como essas diferentes construções permeavam parte desse imaginário social dos telespectadores da TV Montes Claros. Cartas dão acesso a sutilezas de um passado, conforme defende a historiadora Teresa Malatian.

Os escritos autobiográficos abrem um grande campo de possibilidades para o historiador. Resultam de atividades solitárias de introspecção, ainda que sua autoria possa ser partilhada por secretários, assessores ou familiares. Trata-se da escrita de si, na primeira pessoa, na qual o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação a sua história e ao mundo onde se movimenta. Nos documentos que a expressam, entre eles as cartas, a palavra constitui o meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito. (MALATIAN, 2015, p. 196).

As missivas permitiram a esta pesquisa compreender um pouco deste lugar de fala de Marina Queiroz. Estava-se diante de uma mulher de grande popularidade regional. Em tal contexto, na mídia brasileira, alguns exemplos apenas em âmbito nacional como Marília Gabriela⁶. Era um espaço novo e habitado por uma mulher no Norte de Minas e que causou um impacto social para a época. Um importante elemento para este trabalho conforme Mary Jane Spink e Benedito Medrado defendem. “Usualmente, é pela ruptura com o habitual que se torna possível dar visibilidade aos sentidos. É essa, precisamente, uma das estratégias centrais da pesquisa social” (SPINK

⁶ Marília Gabriela é jornalista e foi apresentadora do programa TV Mulher, da Rede Globo, de 1980, quando foi inaugurado até 1986 quando o programa saiu do ar. Vale destacar que o TV Mulher foi um sucesso de audiência e por isso a Globo exigiu que todas as suas afiliadas produzissem programas semelhantes em âmbito local ou inserissem quadros nos telejornais locais voltados para o público feminino. Apesar da TV Montes Claros não ser afiliada a esta emissora no ano de 1980, o modelo era reproduzido por diferentes emissoras.

e MEDRADO, 2013, p.25).Dentro da pesquisa, o papel profissional exercido por Marina e reconstruído por meio da metodologia adotada, foi um importante instrumento que permitiu clarear alguns sentidos de uma época, ainda que seja um arquivo pessoal de cartas, onde há o critério de seleção de quem as guarda ou falas extraídas de entrevistas com interferências da memória e influenciadas por experiências adquiridas ao longo dos anos. Tais características deste *corpus* não o isentaram de ser um manancial riquíssimo de possibilidades para uma pesquisa historiográfica. Um deleite para quem buscava as mais sutis sensibilidades de um passado.

Se havia cartas e entrevistas, fez-se necessário um método de análise para que o dito e o não dito ganhassem evidência. Utilizamos a análise de discurso com o objetivo de compreender como determinados discursos produziram significados. “Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 1999, p.13). Associadas, história oral, cartas e análise de discurso, foi possível ir além de construir uma história do cotidiano montesclarenses da imprensa, também compreender como determinados espaços, representações, saberes foram constituídos com a entrada dessas quatro mulheres nesse campo de trabalho até então reservado aos homens. Se a língua que compõe o discurso é um ato concreto, a junção dessas duas metodologias permitiu a construção de documentos monumentais de um determinado período histórico e com a forte ação da memória. É por isso que pode-se dizer que a análise de discurso interage bem com a História porque busca compreender os mecanismos da produção do discurso e o peso do simbólico que perpassa os sujeitos dentro do contexto, sem deixar de considerar as subjetividades e os mecanismos do ato de lembrar. Por meio da construção de um dispositivo de análise, a aplicação do mesmo sobre essas entrevistas e da formação do *corpus*, teve-se a noção de quem disse, como e em quais circunstâncias. Houve visibilidade para o processo de enunciação em que o sujeito se marca no que diz. Ao aplicar essa metodologia, foi importante levar em conta as relações de força e de sentido. A análise de discurso também permite que os esquecimentos e os silêncios, pausas surgidas durante as falas possam ser compreendidos como importantes elementos de constituição do que a memória privilegia. Ficou explícito que as condições de produção do discurso não devem ser perdidas de vista, ou seja, tudo que compreende o sujeito e a situação possui uma razão de ser, ainda que não intencional.

É relevante destacar que o pioneirismo das quatro jornalistas estudadas aqui não foi o elemento de principal importância nessa pesquisa, apesar de ter sido o que definiu o recorte do objeto. Elas fizeram história, pela coragem de assumir funções até então não ocupadas por mulheres no Norte de Minas, e com isso recebendo elogios e críticas. O elemento de principal é o processo histórico em si, com sua dinâmica que alinhava diversas circunstâncias e interferências de muitos sujeitos. E nas particularidades de cada uma, no enfrentamento das questões de gênero, cada uma a seu modo, elas abriram caminhos para as futuras mulheres interessadas na profissão, contribuíram para a imprensa daquela época de maneira marcante.

Ao se deparar com a entrada quase que ao mesmo tempo das quatro mulheres num mercado de trabalho tão masculino que era a imprensa norte mineira, surgiu uma outra pergunta: o que tornou isso possível? Não havia como pensar que essas contratações foram apenas situações isoladas. Elas faziam parte de um contexto histórico que tornou possível às mulheres ocuparem esses postos já vistos em capitais como no Rio de Janeiro e em São Paulo. Por isso algumas fontes da pesquisa, como reportagens e peças publicitárias de jornais de Montes Claros, atas da Câmara Municipal, contracheques da TV foram essenciais para auxiliar na compreensão desse contexto de época e na própria formulação das perguntas das entrevistas. Por meio de análises dessas fontes, tivemos acesso à visão de que parte de uma sociedade construiu-se com a chegada de uma emissora de TV. Além disso, um pouco dos fatos noticiados ocorriam concomitantemente com a chegada da emissora e com a entrada de mulheres nesse mercado de trabalho. O que normalmente é definido como notícia pela imprensa, diz muito de um contexto social vigente e, principalmente, de quem dirige os veículos noticiosos.

Apesar de que a participação da mulher na imprensa está registrada desde o século XIX, e por meio de jornais femininos ou feministas (DUARTE, 2016), em meados do século XX, a profissão de jornalista passou a ter registro, com o surgimento dos primeiros cursos de nível superior e, ainda, com a entrada de mulheres nos mesmos. Cinco anos antes do recorte temporal desta pesquisa, ressurgiu no Brasil uma imprensa dirigida por mulheres como uma demanda de uma época, segundo Constância Lima Duarte. Dois jornais se destacam em 1975: o *Brasil Mulher* e o *Movimento Feminino pela Anistia*. Os dois jornais enfrentam as questões polêmicas daqueles tempos atribulados como a anistia, o aborto, a mortalidade materna, as mulheres na política, o trabalho sobre sexualidade, o preconceito racial, a mulher na literatura, no teatro e no

cinema. (DUARTE, 2003, p. 166) Seguindo a tendência de uma época, o programa “*Revista Feminina*”, tinha como pauta esses temas tão em destaque, reflexo de uma época. No artigo “*Imprensa Feminista Brasileira pós-74*” uma breve descrição do que permeava nos periódicos, entre os anos de 1981 a 1999, segundo Elisabeth Cardoso.

a segunda geração da imprensa feminista incorpora o conceito de gênero, assume os temas relacionados direta e exclusivamente às mulheres (como sexualidade, planejamento familiar e violência contra a mulher); tende para a especialização por temas; luta pelo direito à diferença e opera em parceria com um novo ator social, a sociedade civil organizada, na forma de ONGs e associações voltadas para a questão de gênero. (CARDOSO, 2004, p. 38).

Esse período se caracteriza por um momento de consolidação de direitos e conquistas feministas, buscadas de maneira muito intensa. Era uma abertura democrática, com reforma de leis trabalhistas e cíveis, maior participação da mulher no sistema partidário e também no executivo. Vale ressaltar que o período pós-ditadura, ou seja, a partir de 1985, houve uma grande efervescência do movimento feminista no país, sobretudo pela ocasião da constituinte de 1988. Feministas que já militavam em prol da anistia, ou seja, pela volta de brasileiros exilados no exterior, continuaram mobilizadas para que os direitos das mulheres, também, fossem garantidos nas futuras alterações da lei. O que de fato acabou ocorrendo, como foi a questão da licença maternidade, a responsabilização do estado em coibir a violência contra a mulher, o direito de detentas amamentarem seus bebês, entre outros. Na década de 1980 e na seguinte, o feminismo brasileiro se pluralizou e se expandiu através de núcleos, grupos de reflexão, coletivos de mulheres, centros de estudos em universidades, comitês em setores profissionais.

(...) O feminismo diversifica sua composição em decorrência da aproximação com outros setores da sociedade. (...) Nos anos de 1980, as conquistas das mulheres se ampliaram, especificamente no âmbito institucional e político. Em 1982, com o início da abertura política e a eleição de novos governadores, foram criados o Conselho da Condição Feminina, em São Paulo, e o Conselho dos Direitos da Mulher, em Minas Gerais. Em 1985, o Congresso Nacional criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. (MAIA, 2016, p. 255).

Apesar desses avanços importantes da década de 1980 e 1990, as desigualdades de gênero ou a dissolução de preconceitos contra as mulheres não se findaram, no âmbito nacional ou regional. Em diversas reportagens que encontramos no Jornal do Norte, havia menção a temas polêmicos da época como aborto, divórcio, violência contra a mulher e a necessidade de alterações nas leis trabalhistas envolvendo a

maternidade⁷. Toda vez que um discurso novo consegue ancoragem social há transformações que mexem com as estruturas, com os valores e com as hegemonias. E o que se via, cada vez mais evidente, era uma legião de cidadãs brasileiras divididas entre a maternidade e a carreira, diante de uma sociedade e de leis que ainda não davam a sustentação necessária para esta mulher que entrava com toda a força no mercado de trabalho como nunca visto em outras épocas. Esse desafio foi vivido por duas das quatro jornalistas: Lígia Rocha Tupy e Marina Queiroz. Elas se tornaram mães, mas Vanda Gonçalves e Rosângela Silveira não tiveram filhos nem se casaram. Ainda compreendendo essa época, o que tinha-se de maneira muito evidente como transformação era esse deslocamento espacial da figura feminina. Da casa e da cama para um protagonismo no espaço público. A luta das mulheres do século XX é marcada por exigências de direitos políticos, sociais, trabalhistas; de se fazer existir. Nessa época, diversas mulheres deixaram de ser apenas coadjuvantes para serem protagonistas de suas próprias vidas. Montes Claros, no Norte de Minas Gerais, não estava isolada desse processo em âmbito nacional e mundial. Aqui também havia suas mais diversas histórias de lutas e de emancipação femininas em diferentes campos.

Com o rigor de uma pesquisa histórica, buscou-se quebrar alguns silêncios e promover um novo olhar sobre determinados acontecimentos importantes para a região que foram sempre vistos e recontados de uma mesma forma. E foi exatamente esta repetição na narrativa dos fatos que provocou a inquietação no presente. Como jornalista, fiz algumas reportagens sobre aniversários da emissora e notava que apenas os homens ganhavam um protagonismo e relevância no momento de reportar os fatos. As mulheres até apareciam mas não recebiam o devido destaque e eram elas que sustentavam quase todo o conteúdo produzido. No caso de Lígia, que exercia um cargo de bastidor, ou seja, não ia para a frente das câmeras, o esquecimento era ainda maior. Somado ao incômodo, esta pesquisa permitiu um olhar crítico sobre mim mesma como jornalista e do lugar de fala que hoje ocupo sem grandes questionamentos sociais. E para sanar incômodos, silêncios e promover reflexões, nada melhor do que a historiografia. O ato de fazer isso, por meio da história das mulheres, é uma das formas mais eficientes porque permite compreender, etimologicamente, o valor e a importância

⁷ Vale destacar que no ano de 2018, a discussão sobre alguns temas, como o aborto são retomadas, ainda que dentro de um contexto de muita polêmica e até tentativas diversas de sequer promover algum tipo de discussão sobre o assunto. Porém, o próprio STF, Supremo Tribunal Federal, no mês de agosto, provocado pelo PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, promoveu audiências onde este tema foi discutido por diferentes representantes da sociedade.

de reconstruir um passado no qual protagonistas foram apagadas ou não tiveram a devida relevância dentro do processo histórico social. Isso significa repensar a fim de se fazer existir, pois, o que não ecoa no tempo é esquecido. Quem se propõe a historiografar esse tipo de temática precisa ter em mente a necessidade de se fazer um trabalho que exige a junção da sensibilidade à arte de ouvir e ao exercício do olhar. O/a historiador/a não pode esquecer-se de que as mulheres de uma pesquisa como esta, ainda que pioneiras, são personagens de um complexo contexto, com suas ambições e interesses e que com esta pesquisa ganham um lugar na historiografia. O grande desafio, ao escrever história das mulheres, é a compilação de vestígios de um passado que ainda não teve suas versões na historiografia, sujeitos que enfrentaram o silenciamento, mas ainda assim, estão lá, não como uma coisa dada, todavia como retalhos a serem alinhavados. É o “farejar da carne humana” no sentido mais profundo, defendido por um dos mestres dos *Annales* (BLOCH, 2002). Esta pesquisa, nada mais é do que um fragmento de uma narrativa sempre em construção.

Fazer história das mulheres não significa apenas ouvir ou analisar as narrativas femininas. É preciso ter a percepção aguçada para todo o contexto que as envolvem, principalmente observar como se davam as relações com os homens com as quais conviviam. Um deles, como já citado, foi Elias Siufi, importante colaborador que também foi incluído nas entrevistas. Sujeitos de pesquisa que auxiliaram na produção de documentos históricos.

Na sutileza do cotidiano norte mineiro, onde essas quatro mulheres estavam inseridas, fatos, memórias, representações, discursos e ideologias habitavam um universo num balé dinâmico, que diante de um olhar inquieto, curioso, promoveu um ir e vir entre o século XX e o XXI.

Até onde esta pesquisa conseguiu ir, foi possível perceber que essas quatro mulheres foram essenciais para a sustentação das emissoras onde trabalharam e colaboraram para naturalizar a presença feminina em redações. Ainda que nesse percurso profissional delas houvesse desigualdades de gênero, situações interpretadas atualmente como assédio moral, ainda assim elas foram protagonistas da própria história e ocuparam lugares de fala importantes. Cada uma a seu modo, por meio das falas nas entrevistas, relataram essas desigualdades de gênero. Desigualdades que nem sempre foram conscientemente percebidas por elas, mas expressadas por pausas, por seleções cautelosas de palavras. Elas ocuparam espaços de poder e lá chegaram tanto pela competência quanto pela oportunidade de um contexto de época. Uma emissora

instalava-se, outra consolidava-se cada vez mais no Norte de Minas, logo a força feminina de trabalho seria bem-vinda. O que se notou também era que essas empresas precisavam e dependiam da competência delas, uma vez que eram elas quem se dedicavam mais tempo a produção de conteúdo. Os homens, que em princípio ocupavam o cargo de apresentadores de telejornais, apenas iam à TV para a apresentação.

Seja na Rádio Sociedade, com Vanda vendendo comerciais para custear coberturas especiais ou na gerência deste departamento; ou na TV Montes Claros, com o sucesso do programa *Revista Feminina*, com Marina Queiroz à frente na apresentação e Lígia e Rosângela na produção e edição do mesmo, o conteúdo agradava e refletia o que a sociedade da época queria ver e ouvir. Elas colaboraram para construir novas visões sobre os papéis femininos, mostrando que podiam ocupar cargos de chefia; que tinham condições de irem à frente das câmeras tratar de temas polêmicos como aborto, divórcio; que eram capazes de ancorar telejornal, como foi o caso de Rosângela Silveira alguns anos depois. Além de tudo isso, a resistência a uma das circunstâncias mais complicadas para a mulher: superar os constrangimentos de situações de assédio e não permitirem que tais momentos as fizessem desistir das profissões.

No entanto, não há como ignorar que elas reforçaram, em alguns momentos, estereótipos de gênero, principalmente no começo de carreira. No caso de Vanda Gonçalves foi dado um quadro de culinária na Rádio Sociedade, dentro de um programa aos sábados. E à Marina Queiroz, a primeira a ocupar uma função de vídeo, no entanto em um produto rotulado para o sexo feminino. Ainda que essas situações de reforço de estereótipos de gênero tenham ocorrido, não por uma escolha delas e sim por uma imposição da empresa, elas fizeram a notícia e a história! A notícia, pois como manda a técnica, tiveram olhar aguçado para selecionar o que poderia ser um fato noticioso, o que poderia interessar à sociedade e no ato de escrita do texto, seja para rádio ou para TV, a aplicação da subjetividade de cada uma para reportar e construir uma visão do fato. Elas também fizeram história, ao serem sujeitos que lutaram pelo que queriam ainda que isso fosse algo pouco comum na época. Ao colaborarem com esta pesquisa e gentilmente destinar parte do tempo que tinham, elas foram sujeitos fundamentais na composição deste documento histórico.

E nesta historiografia sobre parte da comunicação norte-mineira e as questões de gênero envolvidas neste processo, houve um pouco de tudo isso com a presença e colaboração delas. Tema aberto para outras pesquisas, para novas discussões uma vez

que a História não tem fim e a existência dessas quatro jornalistas agora se faz historiograficamente. Que venham muitas continuidades!

Bibliografia

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- ARANDIA, Alejandro Kuajara. O mercado de trabalho frente à crise dos anos 80 e aos planos de estabilização. *Revista de Indicadores Econômicos da Fundação de Economia e Estatística, Brasil*. V. 18. Nº 4. Porto Alegre – RS. 1991. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/380/612>> Acesso em: 15 de maio. 2018.
- BAZI, Rogério. *TV Regional, trajetórias e perspectivas*. São Bernardo do Campo – SP: Alínea, 2001.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*/ Trad. Sérgio Millet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BOSI, Ecléa. *Mémória e Sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CARDOSO, Elisabeth. *Imprensa Feminista Brasileira pós- 74*. Disponível em: file:///C:/Users/Ana%20Carolina/Downloads/10222-30540-1-PB.pdf Acesso em: 15 de fevereiro. 2019.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas telas do vivido (décadas de 60 a 70 do século XX). In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 59, p. 115-142, jul./dez. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <122 <https://revistas.ufpr.br/historia/article/download/37036/22828>> Acesso em: 15 maio. 2018.
- DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX*. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 4. Ed. Rio de Janeiro – RJ: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo – SP: Loyola, 1996.
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1990.
- MAIA, Cláudia de Jesus. *A invenção da Solteirona: conjugalidade moderna e terror moral: Minas Gerais 1890-1948*. Ed. Mulheres, Florianópolis, SC, 2011.
- MEHY, José Carlos Sabe Bom e HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2017.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*/Trad. Pedrinho A. Guareschi. 10 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso, princípios e procedimentos*. Campinas – SP: Pontes, 1999.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo – SP: Edusc, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte – MG. Autêntica: 2003.

RICCO, Flávio e VANNUCCI, José Armando. *Biografia da Televisão Brasileira*. v. 1, ed. Matrix, São Paulo, 2017.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> Acesso em: 10 de março. 2018.

SPINK, Mary Jane (org). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro – RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

ÁGUA É PARA TODOS? ABASTECIMENTO, RESISTÊNCIAS, EXPERIÊNCIAS E COSTUMES NAS CIDADES DE SÃO FRANCISCO-MG E JANUÁRIA-MG. (1960-1980).

Ariely Antunes¹

Esse trabalho visa discutir sobre as experiências e vivências dos moradores da cidade de São Francisco-MG e Januária- MG que viveram o drama da falta de água, e presenciaram a implantação do sistema de abastecimento de água encanada, durante as décadas de 1960 a 1980, situando o tema dentro da História Cultural, e trabalhando o conceito de cultura enquanto experiência. Desde já salientamos que esse estudo é parte da nossa pesquisa de mestrado que está em andamento. Esse trabalho se encontra na História Cultural, que é um campo da história que ganha força nos anos de 1970, “ela é mais eclética, tanto no plano coletivo como no individual” (BURKE, 2005:7), de acordo com Peter Burke:

Um sinal dos tempos é a conversão do cientista político norte-americano Samuel P. Huntington à ideia de que, no mundo de hoje, as distinções culturais são mais importantes que as políticas e econômicas, de modo que, desde o fim da Guerra Fria, o que vemos não é tanto um conflito internacional de interesses, mas um “choque de civilizações”. Outro indicador do clima intelectual é o sucesso internacional dos estudos culturais. Na Rússia da década de 1990, por exemplo, a Kul'turologija (como lá se chama) tornou-se disciplina obrigatória nos cursos superiores, particularmente preocupada com a identidade russa e muitas vezes ministrada por ex-professores de marxismo-leninismo, que antes tinham uma interpretação econômica da história e se converteram a uma interpretação cultural. (BURKE, 2005: 8)

“As fronteiras do tema certamente se ampliaram, mas está ficando cada vez mais difícil dizer exatamente onde elas se encerram”. (BURKE, 2005:9). A história cultural estaria centrada em trabalhar os costumes em uma dimensão diferente das que os historiadores anteriores lidavam, devido à abordagem no social, no global e econômico.

A história cultural traz um enfoque que tende trabalhar as relações em termos culturais centrada na preocupação com o coletivo. Antonie Prost destaca que “enquanto

¹ Mestranda em História no PPGH - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Apoio: Fapemig.

a história econômica e social, preocupada com grandes conjuntos e de dimensão global, se vê progressivamente abandonada, a história cultural produz mil novidades e anuncia-se como a história de amanhã, a quem convém a um tempo mais desencantado e mais narcísico” (PROST, 1998: 123). Prost expõe a história cultural enquanto um campo de resposta que vai tratar de assuntos que a história econômica e social não alçava.

Prost ainda comenta:

De uma forma mais geral, a história cultural deve interessar-se pelo que Noelle G r me chama justamente os arquivos sensíveis: as imagens, no sentido mais geral, e os objectos. As insígnias, os emblemas, os estandartes, por exemplo, mas também as fotografias de amadores ou os bilhetes postais. Para as abordar, porém, os historiadores devem ir colher nos antropólogos ou etnólogos ou seu método em todo seu rigor: a sua observação é muito mais precisa, muito mais sistemática que a dos historiadores. Ela esforça-se por não deixar escapar nenhum por menor, pois recusa decidir, antes de os ter todos coleccionados, se são ou não significativos e porquê. Imagens e objectos ganham sentido no interior das séries. (PROST, 1998: 133)

O campo da história cultural trabalha de forma interdisciplinar, mantendo diálogos abarcando a história com outras áreas, como a psicologia, as ciências políticas, linguística, antropologia. E foi através de um desses diálogos, mais precisamente com a antropologia de Clifford Geertz que houve a consolidação de correntes muito importantes para os historiadores culturais. Será oportuno citar uma passagem de Hebe Castro:

No crescente intercâmbio de antropologia e história, nesta perspectiva, a influência da antropologia interpretativa de Clifford Geertz merece menção especial pela frequência com que tem inspirado diversas abordagens. Percebe-se que alguns pontos básicos determinaram essas múltiplas referências. Em primeiro lugar, a elaboração de uma nação de cultura percebida como inerente à natureza humana e que engloba e informa toda ação social. Da perspectiva de Geertz, toda ação humana (e não apenas o hábito ou o costume)   culturalmente informada para que possa fazer sentido num determinado contexto social. É a cultura compartilhada que determina a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos humanos e da inteligibilidade aos comportamentos sociais. Deste ponto de vista, não apenas as representações, mas também as ações sociais são “textos”, passíveis de serem culturalmente interpretados, o que determina um especial interesse do ponto de vista da análise social. (CASTRO, 1997: 11)

Os temas tratados na história cultural passaram a ser diversos, como a história da linguagem, história da religião, história urbana, e muitos tantos. As práticas passaram a ter relevância com a história cultural, um exemplo interessante é tratado por Peter Burke em seu livro “O que   cultura?”. Os estudos de Ruth Harris sobre as práticas religiosas,

onde a mesma estuda a peregrinação a Lourdes “seu contexto político, como um movimento nacional de penitência que começou na década de 1870 como reação à derrota da França na guerra Franco-prussiana”. (BURKE, 2005: 79-80), assim vemos que a cultura pode surgir também como uma resposta a um fato político, numa nova perspectiva.

No que tange as maneiras diferentes de tratar a história cultural, Ronaldo Vainfas vai nos mostrar três maneiras, destacando a possibilidade de a história cultural proporcionar vários caminhos para a investigação histórica.

1. A história da cultura praticada pelo italiano Carlo Ginzburg, notadamente suas noções de cultura popular e de circularidade cultural presentes quer em trabalhos de reflexão teórica, quer nas suas pesquisas sobre religiosidade, feitiçaria e heresia na Europa quinhentista.
2. A história cultural de Roger Cartier, historiador cingalês, por origem e vocação, à historiografia francesa-particularmente os conceitos de representação e de apropriação expostos em seus estudos sobre leituras e leitores na França do antigo Regime.
3. A história da cultura produzida pelo inglês Edward Thompson, especialmente na sua obra sobre movimentos social e cotidiano das classes populares, na Inglaterra do século XVIII. (VAINFAS, 1997: 148).

Nesse sentido ao considerarmos que os moradores das cidades São Francisco-MG e Januária-MG que lutavam pela água encanada, porque a experiência anterior de pegar a água diretamente no rio já estava superada, e que o desejo da população era que as águas entrassem pela cidade de forma “civilizada”, ou seja, canalizada até suas casas, podemos recorrer a Thompson, com seu conceito de experiência para entender como era antes sem a água encanada e posteriormente com a expectativa da água encanada, no sentido de perceber as experiências vividas e modificadas, desses moradores, e o que isso gerou em suas vidas.

Para Thompson “a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e a seu mundo”. (THOMPSON, 1978: 199-200), ou seja, dentro do processo histórico, todos nós refletimos sobre aquilo em que sofremos, pensamos e agimos então a união desses três elementos é a experiência, é nela que nós elaboramos e criamos, para Thompson não há nada ausente, tudo está presente, porém nós temos graus diferentes de pensar, entender, interpretar e reproduzir enquanto ação.

Em relação à cultura como experiência, Antonie Prost nos dá uma contribuição, assinalando que:

Mas se a cultura é aquilo que permite ao indivíduo pensar a sua experiência, aquilo através do que o indivíduo formula a sua vivência, no trabalho, as preocupações quotidianas, bem como os episódios mais importantes da existência, o amor ou a morte, o historiador não poderia decifrar essa cultura sem conhecer a experiência de vida. A história cultural deve transitar constantemente da experiência ao discurso sobre a experiência. De que experiência vivida se fala numa cultura? Como e de que experiência se alimenta a cultura? A história cultural propõe por isso um programa de investigação muito mais árduo que a simples história, uma vez que é um vaivém constante entre esta e as representações que os contemporâneos dela fazem. (PROST, 1998: 136)

A citação revela que para Prost a cultura tá intimamente ligada à experiência e que por isso é necessário uma investigação mais intensa. “Mas a cultura é também mediação entre o indivíduo e a sua experiência; é o que permite pensar a experiência, dizê-la a si mesmo dizendo-a aos outros”. (PROST, 1998:135).

A noção de “prática” é muito favorável aos historiadores culturais, pois através dela conseguimos observar os objetos e sujeitos culturais que são produtores e receptores de cultura, compreendendo a formação e consolidação de uma sociedade através de seus costumes. Thompson em sua obra “Costumes em Comum” nos traz que “o termo “costume” foi empregado para denotar boa parte do que hoje está implicado na palavra “cultura”. O costume era a “segunda natureza do homem”. (THOMPSON, 1998: 14).

Ainda sobre os costumes Thompson relata que:

Se, de um lado, o “costume” incorporava muitos dos sentidos que atribuímos hoje à “cultura”, de outro, apresentava muitas afinidades com o direito consuetudinário. Esse derivava dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podiam ser reproduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei. (THOMPSON, 1998:14).

Aplicando a leitura de costumes para o nosso objeto de pesquisa que são os moradores da cidade de São Francisco-MG e Januária-MG que presenciaram a chegada do abastecimento de água, analisamos os costumes que passaram a existi, a partir do momento em que eles não se deslocavam mais para o rio São Francisco na buscar da água, e passaram a apanhar a água nos chafarizes por exemplo, que foram instalados em alguns pontos da cidade.

Para tanto, procuraremos entender também como foi à reação da população em ter água encanada e como se deu as tensões geradas pela busca da mesma. Partimos

então de um episódio insólito ocorrido na cidade de São Francisco-MG em 2011, onde a população, naquela ocasião, sofreu um grande transtorno, quando em uma manutenção de rotina, foi encontrado um corpo humano em decomposição dentro da caixa d'água da COPASA- Companhia de Saneamento de Minas Gerais, empresa responsável pelo abastecimento de água da cidade até os dias atuais (2019), a água com os restos mortais estava sendo normalmente distribuída para os bairros residenciais e isto causou grande consternação a toda população são franciscana. Em decorrência daquele incidente, surgiu então o desejo de compreender o desenvolvimento da implantação do abastecimento de água no município, tentando encontrar os principais motivos dos problemas relacionados ao saneamento básico, estarem presentes até os dias atuais. O elo evidente que une desejo de pesquisar as duas cidades sob o mesmo tema proposto, manifestou-se durante a análise do Contrato de Concessão de Abastecimento de Água, firmado entre a empresa COPASA e a cidade de São Francisco-MG, nele observamos que o município de Januária-MG, contratou as mesmas empresas que implantaram e forneceram água à primeira, sendo assim, esse documento instigou-nos a analisar o Contrato de Concessão de Abastecimento de Água da cidade de Januária-MG, onde confirmamos que as duas cidades assinaram o contrato de Concessão no mesmo dia². Isso gerou os seguintes questionamentos: Januária passou pelas mesmas questões sociais por qual São Francisco havia passado, durante o processo de instauração do abastecimento de água? Quais as semelhanças entre as duas cidades? Quais suas discrepâncias? A população experimentou as mesmas experiências? Que mudanças estas modificações estruturais provocaram na sociedade de ambas as cidades?

Averiguando a história sobre a implantação do fornecimento de água nas duas cidades observamos que: a estruturação deste abastecimento chegou a São Francisco e Januária em vinte e cinco do mês de setembro no ano de 1962, sendo um convênio firmado entre estes municípios e a empresa CAENE- Companhia de Águas e Esgotos do Nordeste³. Até então, o modo como funcionava o suprimento de água era precário e improvisado, utilizado apenas por uma pequena parcela dos moradores que residiam no centro da cidade, sendo que em alguns bairros periféricos a população contava apenas com um ponto de abastecimento de água, os chafarizes, conforme relatos de Maria Arlinda⁴. O abastecimento da água, agora institucionalizado, não supriu as necessidades

² Contrato de Concessão. São Francisco. Diretoria DNT. Certidão. Arquivo da COPASA.

³ Contrato de Concessão. Januária. Diretoria DNT. Certidão. Arquivo da Copasa.

⁴ Entrevista realizada com Maria Arlinda no dia 09 de setembro de 2013.

dos moradores das cidades, a precariedade do sistema ainda dificultava o bom funcionamento da distribuição, os habitantes, principalmente das áreas mais periféricas, sofriam com o desabastecimento e impurezas na água.

Na tentativa de resolver os problemas relacionados ao calamitoso trabalho prestado pelas empresas que forneciam o abastecimento de água no Norte de Minas, em 1971 houve uma transferência da responsabilidade da concessão do serviço através da substituição da empresa CAENE⁵ para a COMAG, que seria a futura encarregada pelo abastecimento da cidade São Franciscana e da Januarense⁶.

Para entender o modelo de desenvolvimento do sistema de abastecimento de água nas duas cidades, primeiramente é necessário compreender como foi o processo de urbanização das mesmas, a cidade de São Francisco está localizada à margem direita e esquerda do rio São Francisco, pertence à região norte do Estado de Minas Gerais, fica situada no vale do médio São Francisco, com uma área territorial de 3.300 km², a 600 km da capital mineira Belo Horizonte e, 400 km da capital federal Brasileira⁷. Por sua vez Januária se localiza apenas na margem esquerda do rio São Francisco, também na região norte do Estado de Minas Gerais, no vale do médio São Francisco, com uma área territorial de 2.015 km², situa-se a 595,8 km da capital mineira Belo Horizonte, e, 511 km de Brasília DF, Capital Federal Brasileira. A distância entre as duas é de mais ou menos 85,5 km⁸.

Um ponto de congruência importante entre as duas cidades é que, apesar dos municípios de São Francisco e Januária estarem situados às margens do rio São

⁵ Sobre os problemas com a empresa CAENE o SF, O Jornal de São Francisco. São Francisco. Domingo. 07/ 06/1970, Ano X, N° 395, relata que: A nossa reportagem teve oportunidade de ouvir, nos últimos dias, para ser, realmente, um autentico porta voz das críticas e reivindicações que o povo faz a CAENE, varias pessoas da cidade. E o que anotou foi um profundo descontentamento com os serviços desta companhia fornecedora de água. Vejamos a situação: O que a população reclama? 1) Falta de capacidade dos motores para captação e distribuição de água. Há setores da cidade em que o precioso liquido só dá o ar da graça em determinadas horas da noite. 2) Falta de material de reserva: se queima um motor o fornecimento torna-se deficiente e muitas das vezes a água é capitada e distribuída diretamente ao consumidor, sem nenhum tratamento. Torna-se, então lógica a pergunta: do que adianta servir água boa de se beber, durante 11 meses, para depois em um dia distribuir água barrenta (não é exagero: certas ocasiões saem barro puro das torneiras!) E contaminada? 3) Há cerca de um mês que dois motores foram queimados (mais recentemente um 3°, teve o mesmo fim) e ainda não receberam os reparos necessários. O serviço com apenas um motor, tornou-se precaríssimo, e esta realidade deixa toda população em pânico: e se esse que resta se danificar? É bom lembrar que neste mês a CAENE, sem aviso prévio e maiores explicações ao povo, aumentou a taxa mínima de Cr\$6,69 para Cr\$805. Providencias já foram tomadas pelo executivo local que recebeu o Sr. Joel Carvalho, diretor, presidente do escritório regional, sediado em Montes Claros, a promessa de providenciar com urgência a recuperação dos motores avariados o que para quem vive nesta calamitosa situação já é alguma coisa.

⁶ Contrato de Concessão. São Francisco. Diretoria DNT. Certidão. Arquivo da Copasa.

⁷ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-francisco/panorama>

⁸ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/januaria/panorama>

Francisco, sendo um rio perene e estável ao longo de todo o ano⁹, essas cidades sempre vivenciaram dramas relacionados ao desabastecimento ou excesso de suas águas. Esta afirmação pode parecer paradoxal, todavia esta situação se faz presente no cotidiano das populações ribeirinhas de muitas cidades situadas às margens do rio São Francisco, visto que as cidades nasceram movidas pelas embarcações e o rio era a principal via de acesso a estas localidades, estas cidades ribeirinhas tiveram seu processo de urbanização diretamente ligado a dois fatores regionais marcantes e antagônicos: a seca, que historicamente castiga milhares de famílias em pleno vale do São Francisco, e as enchentes do rio que inundam as margens, provocam deslizamentos de barrancos e fecham os acessos a diferentes localidades, estes dois eventos naturais fomentaram o processo histórico de êxodo rural em direção aos centros urbanos¹⁰ naquelas regiões.

Ainda sobre o processo de formação dessas cidades, notamos que é forte presença do vaqueiro e do fazendeiro que, com seu gado, cria uma nova forma de organização cultural, econômica e social. Os municípios de São Francisco e Januária foram crescendo de forma desorganizada, sem nenhum planejamento prévio, através das mãos dos pescadores, dos criadores de gado e dos pequenos produtores agrícolas, que fomentavam o comércio e as relações sociais a sua própria maneira, nos tempos atuais ambas as cidades ainda conservam essas relações, visto que as bases de suas respectivas economias ainda são concentradas na agricultura e pecuária¹¹.

É dentro desse cenário de urbanização sem planificação, que as vilas e os bairros foram surgindo em torno dos centros urbanos e às margens do rio São Francisco, desta maneira as populações destes locais não tinham acesso ao abastecimento de água, à rede elétrica, saneamento básico, educação e unidade de saúde. Para corroborar com o problema utilizando destas demandas sociais e, do padecimento do povo, numerosos políticos construíram suas plataformas eleitorais usando como base as adversidades sofridas pela população, entretanto ao invés de buscar melhorias, através de soluções concretas que reparassem as condições de sobrevivência destes povos, contribuíram ainda mais para a reprodução dessa realidade.

⁹ <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/rio-sao-francisco.htm> acessado em 19/10/2019.

¹⁰ Segundo ALENCAR (2012) A razão de ser das cidades que surgiram às margens do “Velho Chico” é o próprio rio. A dinâmica da região norte mineira esteve vinculada durante muito tempo ao eixo do curso do São Francisco. Isolados da região litorânea era ele o único caminho a ser perseguido. Adotando o posto de caminho do Sertão, em suas águas transitavam pessoas, mercadorias e as suas margens nasciam cidades, de acordo com a relevância desempenhada para a dinâmica vigente. (ALENCAR, 2012, p. 42)

¹¹ Dados do IBGE. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/januaria/panorama>

Até os dias atuais as cidades de São Francisco e Januária situam-se às margens de um grande rio sem desfrutar efetivamente do seu potencial¹², isso é resultado de anos de negligência e desinteresse por parte da administração pública destas cidades, esse problema já era evidenciado nas décadas de 1960 a 1980, visto que o desejo da população era simplesmente que as águas chegassem canalizadas até suas casas, entretanto isso demorou consideravelmente. Como já descrevemos as cheias e secas do rio São Francisco faziam com que a população rural, migrasse para essas cidades em busca de melhorias de vida, fazendo com que esses núcleos urbanos expandissem sem nenhuma organização, e, levando conseqüentemente aos problemas relacionados à salubridade, higienização, habitação, que cada vez mais, ao passar do tempo, foram aumentando. Com o crescimento populacional dessas cidades torna-se maior a necessidade da implantação de um sistema efetivo de abastecimento de água encanada, todavia, o sistema que vai surgir de início foi implantado de modo muito precário, sem nenhum planejamento, onde apenas poucas residências localizadas nas áreas mais centrais foram beneficiadas, outros bairros periféricos até dispunham dos chafarizes, estes obrigavam à população a coletivizar a utilização da água, e se tornaram uma das principais causas dos conflitos sociais existentes naquele período. Vemos que através das praticas de ir até os chafarizes em busca da água, essas pessoas desenvolviam regras, e no momento que essas regras eram quebradas, os conflitos surgiam.

Ao analisar esses costumes, que passaram a existir a partir do momento em que as pessoas não se deslocavam mais para o rio São Francisco na busca da água, e passaram a apanhar a água nos chafarizes que foram instalados em alguns pontos da cidade. Podemos dizer que esses costumes tinham “força de lei” entre eles. Uma dessas leis era a de colocar os recipientes, nos quais eram utilizados para transportar a água, em filas, muitas das vezes o liquido só vinham de madrugada, nesse caso as pessoas deixavam seus recipientes e voltavam para casa, retornando ao local somente no horário que estava previsto a vinda da água. Quando uma dessas pessoas retirava o recipiente da outra para conseguir a água de maneira mais rápida, aconteciam os conflitos. Sobre esses costumes e conflitos Maria Tereza da Conceição nos relata que:

¹² Como já foi apontado sofriam com a questões das cheias do rio São Francisco que para resolver tais problemas, tanto na cidade de Januária-MG quanto em São Francisco-MG foi construído um muro que separa o rio da cidade. Esse muro resolveu um problema, ligado às enchentes, todavia, a falta de abastecimento de água das cidades continuou a ser o problema.

Eu nunca briguei, mas alguns, sempre eu via brigando por causa do lugar, porque era assim: a gente chegava lá, tinha aquelas latinha¹³, na vaga daquelas pessoas a pessoa ia, botava aquela latinha lá, pra quando aqueles que chegassem por ultimo não tomar a frente. Então o que acontece, um dia eu vi uma briga, e justamente por causa da vaga, que a mulher chegou, tava a latinha, ai ela pegou e tirou a latinha, e ficou na vaga dela, ai ela chegou, a mulher já tava na vaga dela, ai ela achou ruim, falou que a vaga era dela, que ela tinha levantado meia noite e tinha posto a lata lá, pra quando ela vir a vaga dela tá lá. Ai a outra mulher falou: Olha moça, quem tinha que ficar aqui era você, não era a lata não, porque nos chegou precisando da água, ai eu tirei a lata e fui pegar minha água, eu tava precisando, e você deixou aqui, não ia servir pra nada, se você não tava, ela não ia andar lá pra torneira pra encher as vasilhas, então eu cheguei, tava precisando, eu peguei¹⁴.

Vemos que através das praticas de ir até os chafarizes em busca da água, essas pessoas desenvolviam regras, e no momento que essas regras eram quebradas, os conflitos surgiam.

Na tentativa de resolver problemas relacionados ao saneamento básico, em 1973 o Governo Federal instituiu o Plano Nacional de Saneamento¹⁵, com o objetivo de melhorar o trabalho da empresa COMAG¹⁶, responsável pela captação, tratamento e distribuição de água, em varias cidades do norte de minas, já no ano seguinte, através da Lei 6.475 ficou estabelecido que o nome COMAG fosse substituído para COPASA- Companhia de Saneamento de Minas Gerais, sendo que, esta lei ainda permitiu que fossem feitas modificações na empresa buscando a melhoria na distribuição de água no norte de Minas Gerais¹⁷.

¹³ Recipiente para transportar água.

¹⁴ Entrevista concedida por Tereza Maria da Conceição no dia 23 de setembro de 2013.

¹⁵ Ministério das Cidades. POLÍTICA E PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL Experiências e recomendações. Brasília-DF, 2005.

¹⁶ Ao relatar sobre os problemas enfrentados durante o trabalho da empresa COMAG, o SF, O jornal de São Francisco. São Francisco. Domingo. 18/02/1973, Ano XII. Nº 526, nos afirma : A população sanfranciscana está visivelmente desgastada e aborrecida com o serviço da Comag (...) existem motivos de sobra para que cresça este descontentamento, pois passam-se os anos e S. Francisco vê aumentando os problemas de deficiências no serviço de fornecimento de água, sem que, efetivamente sejam tomadas providencias imediatas e decisivas para dar termo a esta situação incômoda e cheia de riscos a saúde publica. A cidade cresceu muito, muitas ligações de água foram feitas, mas a rede geral de distribuição e o sistema de captação e elevação é o mesmo instalado na inauguração do serviço. Isto vem mostrar que nestes anos nenhum estudo ou trabalho foi realizado no sentido de atualizar a distribuição d'água para a cidade e só agora, com recursos da Sudene, que alguma coisa é iniciada, mas com morosidade, sem a urgência que a situação exige. O contribuinte tem razão em se queixar, pois em todos estes anos vem pagando sua taxa d'água e, em muitas vezes sem tê-la em casa. São erros passados acumulados que pesam na atual administração, exigindo-lhe maior empenho sacrifício e uma decisão enérgica, pois SF, O Jornal de São Francisco 1971 a hora é esta. Há meses que a Comag iniciou as obras de construção de nova rede de elevação e planejou a extensão da rede de distribuição, mas até hoje nada há de positivo, pelo contrario, estamos sempre às voltas com problemas de falta d'água. Como na semana passada, toda ela no seco, com a população fazendo filas rumo ao rio, que é puro barro. A situação é grave, incômoda, é cheia de perigo para a saúde do povo. É preciso que a Comag, sobre todos os aspectos se humanize e decida resolver de vez o problema da seca nas torneiras do Sanfranciscano.

¹⁷ Contrato de Concessão. São Francisco. Diretoria DNT. Certidão. Arquivo da Copasa.

Pretendemos com essa pesquisa, estender o território que abrange o assunto, a fim de contemplar as diferentes especificidades presentes na história da implantação do abastecimento de água em Januária e São Francisco, identificando as dimensões das experiências cotidianas, vividas pelos moradores dessas cidades, sendo eles os principais agentes históricos em meio ao processo de urbanização, identificando em seus costumes, as reações e práticas inerentes das relações sociais, motivadas pela dinâmica imposta pelas empresas de abastecimento de água.

Com a canalização da água, outras práticas vão surgindo, agora não se tem mais o contato direto com o rio, a água tá disponível em alguns pontos da cidade, os saberes transmitidos serão outros, as praticas se modificam, os conflitos e disputas para se ter a água começam a existir, ou seja as praticas e saberes vão se modificando. “As práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares”. (THOMPSON, 1998: 18)

Podemos afirmar que a relevância desse trabalho se dá no momento que ele assume a posição de buscar entender as mudanças ocorridas no contexto social da época (1960 a 1980), devido à chegada de um sistema urbano de abastecimento de água tão normal para nós nos dias atuais, além de resgatar as memórias da população ribeirinha destas localidades, antes coadjuvante nos processos históricos, agora alavancada ao posto de protagonista, com o intuito de preservar a história regional o que possibilitará ao leitor o acesso ao conhecimento das vivências cotidianas de pessoas comuns naquele período da história.

Como vimos à expansão da História Cultural tem dado um novo olhar para o campo historiográfico, permitindo novas abordagens, ofertando aos historiadores um palco enorme para formulação de conceitos. Thompson ao trabalhar com pessoas comuns, formulando o conceito de experiência, nos auxilia com um vasto conjunto de possibilidades, nos dando suporte para compreender as ações e experiências dos indivíduos. Ao analisar os moradores de São Francisco-MG e Januária-MG da década de 1960 a 1980 vemos que o debate da História Cultural se aplica perfeitamente no nosso objeto de pesquisa, que são os hábitos, costumes e experiências dessas pessoas, que viveram o drama da falta de água tratada, e consequentemente passam por problemas durante a implantação do abastecimento de água encanada.

Bibliografia

- ALENCAR, Nôila Ferreira. **Eixos de desenvolvimento: as cidades, os vapores e as locomotivas no Norte de Minas Gerais** / Nôila Ferreira Alencar. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2012.
- AMARAL, Ana Alaíde. **História e memória de Januária. Minha Cidade**, São Paulo, ano 09, n. 097.01, Vitruvius, ago. 2008.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. 2. Ed, São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.
- BURKE, Peter, 1937- **O que é história cultural?**. Tradução: Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.
- CALVO, Célia Rocha. **Muitas Memórias de uma Cidade: Lembranças e Experiências de Viveres Urbanos em Uberlândia**. In: FENELON, Déa Ribeiro. ET. AL. (orgs). **Muitas memórias Outras Historias**. São Paulo: Olho d'água, 2005, p.155-172.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro:Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CEBALLOS, Viviane Gomes de. **E a historia se fez cidade... A construção histórica e historiográfica de Brasília**. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2005.
- Contrato de Concessão. Januária. Diretoria DNT. Certidão. Arquivo da Copasa.
- Contrato de Concessão. São Francisco. Diretoria DNT. Certidão. Arquivo da Copasa.
- CYNAMON, Szachna Eliaz. **Política de Saneamento-proposta mudança**. Artigo escola nacional de saúde-FIOCRUZ, Faculdade da Engenharia. UERJ- RJ. Rio de Janeiro 1986.
- Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v2n2/v2n2a03.pdf>>
- EDLER, Flavio Coelho. **Remédios de comadre**. Revista Nossa História, Rio de Janeiro, ano 05, nº 56, 2010.
- FANELON, Déa Ribeiro. **Cidades**. Pesquisa em História. Programa Estudos Pós-Graduação em História PUC – SP. São Paulo: Editora Olhodágua, 1999.
- GOMES, Uende Aparecida Figueiredo, HELLER, Leo. **Saneamento Básico em Vilas e Favelas: qual o papel da regularização fundiária?**. Revista Vera Cidade. Ano IV, nº 05. Outubro de 2009.
- Disponível em: <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v5/pdf/artigo5.pdf>>.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Traduzido do original francês La Memoire collective. 2º. Ed. Presses Universitaires de France. Paris, França, 1968.
- LUCENA, Andrea Freire de. **As políticas de saneamento básico no Brasil: reformas institucionais e investimentos governamentais**. s/d.
- MARICATO, Emilia. **Metrópole na periferia do capitalismo: Ilegalidade desigualdade e violência**. São Paulo, julho, 1995. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf>
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil. Opções de desenvolvimento**, 2º Ed. Rio de Janeiro: Edição Geral. 1988.
- MIRA, Fernanda Cristina Festa. **A evolução do espaço geográfico campineiro e como as sociedades pensaram a cidade: dominação e segregação socioespacial**. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2006. Disponível em: <<http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q=+assunto:%22Territorial%20segregation%22>> . Acessado em: 11 jan. 2013.
- MONTEIRO, José Roberto do Rego. **Plano Nacional de Saneamento- PLANASA**. Novembro de 1993. Disponível em:<<http://www.bvsde.paho.org/bvsacg/e/fulltext/planasa/planasa.pdf>>.
- MOURA, Gabriele Rodrigues, COSTA, Karine Lima da, PRESTES, Roberta Ribeiro. **A reforma urbana do Rio de Janeiro nas crônicas de João Rio e Lima Barreto**. Revista Historiador. Ano 05, dezembro, 2012. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador/cinco/4gabriele.pdf>>.

Outras histórias: Memórias e linguagens/ Organização de Laura Antunes Maciel, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Khoury. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

PISKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas.** (orgnizadora). 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PONTE, Carlos Fidelis, LIMA Nisia Trindade, KROPF, Simone Petraglia. **O Sanitarismo (re) descobre o Brasil.** Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/cap_3.pdf>. Acessado em: 24 julho. 2012

QUEIROZ, Stefany Tâmara Martins. **A história social da doença de chagas no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Estadual de Montes Claros, São Francisco, 2010.

RIBEIRO, Júlia Werneck, ROOKE, Juliana Maria Scoralick. **Saneamento Básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde pública.** Trabalho de Conclusão de Curso.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. **Para uma história Cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RONCAYOLO, Maciel. **Cidade.** Enciclopédia. Região. Einaudi. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1986.

SAMPAIO, Teodoro. **O rio São Francisco e a chapada Diamantina.** (org) José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. **O Pensamento Sanitarista na Primeira Republica: Uma Ideologia de Construção da Nacionalidade.** Dados Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, V.28, n.2, p.193-210, 1985.

SILVA, Daiane Pereira da. **O urbanismo no Brasil: uma análise histórica da cidade de São Francisco-MG.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Estadual de Montes Claros, São Francisco, 2013.

SILVA, Valmiro Ferreira. **Uma enchente, uma historia, um povo: A formação do bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Estadual de Montes Claros, São Francisco, 2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward. **A economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII.** Lisboa: Antígona, 2008.

A COMPLEXA POLARIDADE POLÍTICA

Célio Barbosa de Freitas¹

Direita e esquerda são dois opostos tão comuns, que mesmo quando estamos usando os termos para definir posicionamentos ideológicos, (ou no nosso caso culturas políticas divergentes) por muitas vezes usamos de forma indiscriminada. Neste caso, cabe a nós responder, o que é a esquerda? e o que é a direita? Em um primeiro ponto podemos dizer que são posições e também paixões, mas ainda assim estaríamos apenas no senso comum dessa discussão.

Como nos diz Bobbio (1995), “quem se considera de esquerda, do mesmo modo que quem se considera de direita, admite que as respectivas expressões estão referidas a valores positivos” (p;21). Nesse caso, a díade apesar de manter uma estrutura de oposição entre o bem e o mau no campo de disputa político, não significa necessariamente que um grupo defende o bem e o outro não. Neste ponto específico ambos acreditam estar do lado certo sendo sempre o outro o errado. Dito isto, vamos a uma primeira definição, na qual “direita e esquerda são termos antitéticos que há mais de dois séculos tem sido habitualmente empregados para designar o contraste entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas” (BOBBIO,1995, P. 31). Assim, mesmo que mude os termos a estrutura permanece.

Devemos pensar os termos de forma espacial e linear, que coloca ambas em oposição, estando no meio o centro, que é respectivamente neutro e funciona como uma espécie de arbitro, que se aproxima e se distancia da díade. Seguindo a lógica deste mesmo pensamento, quando a esquerda se move para a direita ela se torna de direita em relação a esquerda que não se moveu, e é assim também para a direita que se move em relação a que não se moveu². (BOBBIO, 1995, p. 90-92). Deste modo, temos uma primeira distinção, entre extremos e moderados, que nos remete a uma esquerda e direita historicamente datada, a qual conhecemos como comunista e fascista. O que é por sua vez possível em estados totalitários, no qual a liberdade é limitada ao estado,

¹ Mestrando em História no PPGH - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Bolsista Capes. Apoio: Fapemig.

² Em um outro movimento, “o extremismo de esquerda desloca a esquerda mais para a direita, assim como o extremismo de direita desloca a direita mais para a esquerda” (BOBBIO, 1995, p. 93)

não existindo liberdades individuais. Assim, “Ravelli observa corretamente que um sujeito que ocupasse todo o espaço político eliminaria qualquer distinção entre direita e esquerda: é o que ocorre de fato em um regime totalitário, no interior do qual não é possível nenhuma divisão” (BOBBIO, 1995, P. 93), podendo assim ser considerado de direita ou de esquerda, apenas quando comparado a outro estado totalitário.

Depois de mencionarmos os estados totalitários na discussão direita esquerda, agora pensaremos em uma definição dentro de um estado democrático onde há disputa entre os mesmos. Neste ponto, “o tema que retorna em todas as variações é o da contraposição entre visão horizontal ou igualitária da sociedade e visão vertical ou inigualitária” (BOBBIO, 1995, p. 93). Ou seja, igualdade e desigualdade é o núcleo da discussão sobre a díade, no qual bobbio se debruça e nos alerta para uma distinção sobre igualitário e igualitarista, pois, “uma coisa é a doutrina igualitária ou um movimento nela inspirado, que tendem a reduzir as desigualdades sociais e a tornar menos penosas as desigualdades naturais: outra coisa é o igualitarismo, quando entendido como ‘igualdade de todos em tudo’”. (BOBBIO, 1995, p. 100) E esta é a linha tênue entre uma esquerda que se dedicou a realizar uma utopia e de outra que quer diminuir as desigualdades.

Existem desigualdades que são “naturais e se algumas delas podem ser corrigidas, a maior parte não pode ser eliminada” (BOBBIO, 1995, p. 93). Este é o ponto no qual partimos para identificar, tendo em vista que ambas dependendo do tempo e da sociedade em que estão sofrem mudanças, se contrapondo sempre de forma relacional. A esquerda tem como núcleo a luta por igualdade sociais, enquanto a direita tem em seu núcleo a preservação do tradicional e neste caso hierarquia de classes. “Disso decorre que quando se atribui à esquerda uma maior sensibilidade para diminuir as desigualdades não se deseja dizer que ela pretende eliminar todas as desigualdades ou que a direita pretende conservá-las todas” (BOBBIO, 1995, p. 103) e sim que uma é mais igualitária que a outra. Assim, para melhor ilustrar a discussão ate aqui,

o igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitario, ao contrario, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis (Bobbio, 1995, p. 105).

Aqui está o centro da discussão onde a esquerda vê as desigualdades como um problema social e a direita em contrapartida as vê como natural. E esta é a tese de Bobbio (1995) na qual ele distingue a esquerda da direita exatamente neste aspecto, o “igualitarismo, desde que entendido, repito, não como a utopia de uma sociedade em que

todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais” (BOBBIO, 1995, p. 110). E o contraponto a esta questão é a liberdade, ponto o qual a direita se mostra presente, uma vez que:

Em geral, qualquer extensão da esfera pública por razões igualitárias, na medida em que precisa ser imposta, restringe a liberdade de escolha na esfera privada, que é intrinsecamente inegalitária, pois a liberdade privada dos ricos é muito mais ampla do que a liberdade privada dos pobres. A perda de liberdade golpeia naturalmente mais o rico do que o pobre, para quem a liberdade de escolher o meio de transporte, o tipo de escola, o modo de se vestir, está habitualmente impedida, não por uma imposição pública, mas pela situação econômica interna à esfera privada. (BOBBIO, 1995, p. 113-114).

Aqui temos a divisão característica de cada oposto, que sempre lutam por ideais que vão de encontro ao outro, neste caso igualdade versus liberdade. Lembrando que não são harmônicos, pois “enquanto a liberdade é um status da pessoa, a igualdade indica uma relação entre dois ou mais entes” (BOBBIO, 1995, p. 115). Em outras palavras a esquerda tem um ideal coletivo enquanto a direita acredita na meritocracia.

Outro ponto de vista, que ainda toca na questão relacional é o de Bourdieu (2010), ao falar do “campo político”. E neste caso trás a discussão para os partidos e para os componentes desses, que entendem as regras do campo por conhecerem e as usam para “tomadas de posição”, que acontece pela luta no simbólico para ganhar a “base”, que é a força que eles mobilizam para chegar ao poder. Neste momento estamos falando da construção da representação e da apropriação, e para tal domínio é preciso conhecimento. Ou em outras palavras a profissionalização, a qual, Bourdieu (2010) vai se referir quando fala sobre “grandes burocracias políticas de profissionais”, onde se refere aos conhecimentos gerados por instituições que formam os agentes do campo. Assim para ele, essas instituições são:

encarregadas de selecionar e de formar os produtores profissionais de esquemas de pensamentos e de expressão do mundo social, homens políticos, jornalistas políticos, altos funcionários, etc., e, ao mesmo tempo, de codificar as regras do funcionamento do campo de produção ideológica e o corpus de saberes e de saber fazer indispensáveis à respectiva acomodação. (BOURDIEU, 2010, p. 170).

A essa profissionalização, nos remete a um conjunto de saber que forma o discurso para mobilizar a massa a favor de um ou de outro pensamento político. E isto está localizado no núcleo da discussão direita/esquerda, que tentaremos entender, não de forma geral como fizemos anteriormente, e sim, dentro do seu campo específico. Ou

seja, a disputa que “opõe os profissionais é, sem dúvida, a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social e dos princípios de divisão deste mundo” (BOURDIEU, 2010, p. 173-174). Desta forma para o autor, os partidos são os agentes em disputa e assim sendo, os mesmos para obterem uma mobilização que dure por um tempo maior, “devem, por um lado, elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre os seus atributários” (BOURDIEU, 2010, p. 174).

Agora, depois de ter falado sobre a profissionalização do político, ênfase nas palavras do já citado autor, que seria um erro não levar em consideração a “autonomia e a eficácia específica de tudo o que acontece no campo político e reduzir a história propriamente política a uma espécie de manifestação epifenoménica das forças económicas e sociais de que o actores políticos seriam, de certo modo, os títeres” (BOURDIEU, 2010, p. 175). Dizendo de outra forma seria esquecer o poder de mobilização do Estado.

Assim, retornando ao assunto até aqui pretendido abordar, para Bourdieu, o campo político se organiza em dois pólos (direita/esquerda) e também trás o centro como mediador ou árbitro, assim como Bobbio. Mas como já dito, a diferença está em uma análise mais específica, uma vez que o primeiro olha para o campo de disputas políticas. Portanto Bourdieu, pensa da seguinte forma:

O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio dos jogos das oposições e das distinções. É assim, por exemplo, que a oposição entre a “direita” e a “esquerda” se pode manter numa estrutura transformada mediante uma permuta parcial dos papéis entre os que ocupam estas posições em dois momentos diferentes (ou em dois lugares diferentes) (BOURDIEU, 2010, p. 179-180).

O que distingue direita e esquerda para Bourdieu (correndo o risco de generalizar ou reduzir o seu argumento) seria a questão relacional, tanto que o autor ao utilizar um exemplo para a citação anterior³, vai mostrar esse carácter relacional em uma

³ O racionalismo, a fé no progresso e na ciência que, entre as duas guerras, em França como na Alemanha, constituíam o ideário da esquerda enquanto que a direita nacionalista e conservadora se dava mais ao irracionalismo e ao culto da natureza, tornaram-se hoje, nestes dois países, no coração do novo credo conservador, fundamentado na confiança no progresso, na técnica e na tecnocracia, enquanto que a esquerda se vê recambiada para temas ideológicos ou práticas que pertenciam exclusivamente ao pólo oposto, como o culto (ecológico) da natureza, o regionalismo e um certo nacionalismo, a denúncia do

mudança entre a direita e esquerda, onde essas perdem características que as definiam em relação a outra que em uma espécie de readaptação assimilam aspectos que outrora pertencia a oposição. Algo que nos faz lembrar da tese de Bobbio quando o mesmo, trás uma visão espacial e também relacional, para ilustrar na divisão entre direitas e esquerdas, uma vez que se movem, tende a ser reconhecida na outra posição da que permaneceu imóvel ou se tornou mais radical. E para as posições que se moveram em direção ao meio elas ainda pensam ser ou de direita ou de esquerda. Pois o que podemos enxergar na representação espacial, como o centro, se comparado a outro partido que possivelmente estaria também no centro, ambos em uma disputa, ainda, se posicionariam ou de um lado ou de outro, mantendo em relação ao rival uma posição.

Temos que levar em consideração, que a teoria de Bourdieu está presente em um campo de disputas de posição, que tem como objetivo mobilizar uma representação que aumente a sua “base” ou a mantenha uma vez que este esteja no poder. A base ou povo por assim dizer, compartilham de um imaginário, com as características de sua época. Meio pelo qual, os partidos constroem suas representações objetivando a proximidade com questões do presente momento. E por isso, dentro de tal cenário buscam a divisão direita esquerda, de acordo com o que pede o momento, cada um traçando objetivos para chegar ao poder, dentro do campo de disputa.

Saindo um pouco dessa discussão sobre a díade direita/esquerda, para entrar em outra mais abrangente, que procura entender os modos de governo de forma ampla. Ainda em uma polarização, traremos a discussão dois modos operantes da política moderna que são: a política de fé e a política do ceticismo. A primeira forma de governar é baseada no pensamento utópico e assim procura chegar a perfeição da sociedade, e esse objetivo dá ao governo um poder maior, pois ele se torna o único capaz de guiar os governados para o caminho da perfeição. O segundo, o cético procuram com base no direito manter uma ordem, e ao contrario da fé, não busca a perfeição, em outras palavras o governo não interfere na vida da população, apenas estabelece regras. (OAKESHOTT, 2018).

No entanto, devemos entender essa polarização a qual Oakeshott (2018) chama de política de fé e política do ceticismo, como modos de governar existente há séculos. Assim, o mesmo fala que a política da fé, “nunca foi, propriedade exclusiva de algum país europeu ou de algum partido político. Esse estilo é meramente um dos dois pólos

mito do progresso absoluto, a defesa da ‘pessoa’, tudo isto banhado de irracionalidade. In: (BOURDIEU, 2010, p. 180).

por entre os quais tem oscilado todos os esforços e as interpretações políticas modernas durante cinco séculos” (OAKESHOTT, 2018, p. 114). Sabendo que este estilo existe há alguns séculos, traremos agora a forma que a crença se expressa:

“segurança” significa, primeiramente, “bem-estar” e, depois, “salvação”; “trabalho” converte-se, primeiro, em um direito e, depois, em um dever; “traição” é reconhecida como infidelidade a um credo moral ou religioso; e todo mínimo converte-se em um máximo até que a “liberdade de viver sem miséria” e o desfrute da felicidade sejam proclamados como “direitos”. (OAKESHOTT, 2018, p. 110).

Para o autor, esse modo de governar tem um grande poder e ocupa todo o espaço de uma determinada sociedade para guiá-la por um único caminho, o da perfeição. E há apenas um caminho a seguir para chegar ao paraíso. E no contra ponto deste, o já mencionado ceticismo, que olha para a política de fé com certo estranhamento, pois acreditam numa política que está presente no momento e não em um futuro glorioso. Na concepção de Oakeshott, o ceticismo seria uma ordem superficial existente no mundo moderno, mas isso não é o mesmo que dizer que há ausência de poder, pelo contrario, “o contexto do ceticismo político é a presença, não a ausência, do poder” (OAKESHOTT, 2018, p.118). Dito isto, cabe ressaltar que o autor se refere “a política do ceticismo simplesmente como uma reação contra a política da fé” (OAKESHOTT, 2018, p. 118). Portanto a tese do mesmo é de que,

a história da política européia moderna é uma oscilação instável entre esses extremos sugere um influxo na direção oposta sempre que a pratica e a compreensão da função do governo se aproximam de qualquer dos seus extremos teóricos; também prevê que cada estilo se tornará “reacionário” à medida que saia de moda ou volte a tomar a iniciativa. (OAKESHOTT, 2018, p. 120).

Em outras palavras, essas duas formas de governar oscilam entre o poder, ora sendo situação, ora sendo oposição. O que nos leva a mais uma discussão, a que o autor ate aqui mencionado, vai chamar de “nêmesis da fé e do ceticismo” (OAKESHOTT, 2018), na qual vai mostrar que ambos os pólos se sozinhos causarão sua própria destruição. Assim, “cada um deles é, ao mesmo tempo, parceiro e oponente do outro; cada um necessita do outro para resgatá-lo da autodestruição” (OAKESHOTT, 2018, p. 146). Portanto a nêmesis da fé, “é a maneira pela qual o governo, quando atrelado à busca da “perfeição”, colapsa de maneira inevitável” (OAKESHOTT, 2018, p. 156). A política da fé promete o paraíso e segue um caminho que pode e vai demorar gerações para ser alcançado, e convence a todos mesmo que não cheguem ao paraíso, a lutar para

que seus filhos usufruam, e para os pioneiros ficariam a glória. Desta forma, o estado promete todo um bem-estar, em troca de um poder amplo, que na medida que não consegue realizar a utopia, luta apenas para manter o poder. “E, paradoxalmente, como parece a alguns, é justamente o seu caráter de ‘perfeição’ que transforma a busca, de atividade moral, em mera resposta à incitação do poder” (OAKESHOTT, 2018, p. 114).

No outro ponto, está o ceticismo que não quer seguir um caminho único, e é adequado para uma comunidade de características diversas, pois o mesmo por ser um modo operante de governar que “é primordialmente uma atividade judicial” (OAKESHOTT, 2018, p. 169), mantém a ordem, mas é incapaz de ver as mudanças para que possa adaptar a características da sociedade. Desta forma, a “ausência de uma iniciativa maior, a função cética de manter um sistema de direitos e deveres relevantes para as atividades correntes que formam a comunidade tendera a se realizar de maneira vagarosa” (OAKESHOTT, 2018, p. 167). Mas vale lembrar antes de chegarmos a nêmesis, que a política do ceticismo em nenhum momento, apesar de sua forma não intrusiva, deve ser vista como um governo pequeno e com ausência de poder, pois o estilo desse governo “não é anárquico: o extremo aqui não é o ‘não governo’, nem sequer o governo reduzido às menores dimensões [...] conseqüentemente, a nêmesis não é a ausência de governo, nem uma inclinação para o governo fraco” (OAKESHOTT, 2018, p. 164). Dito isto, podemos ir ao ponto extremo em que esse tipo de política colapsa, sua característica de moderada é levada ao extremo e, portanto, esse é seu ponto de destruição. O autor, traz a metáfora do jogo, como um lugar onde os políticos vão, com regras específicas, assim como qualquer jogo, mas lhes faltam a paixão de querer ganhar o jogo pois isso os levariam ao caminho da política de fé, portanto, “quando surge a paixão pelo triunfo, todavia, o encanto é desfeito e o ‘jogo’ termina” (OAKESHOTT, 2018, p. 172), a letargia no jogo é sua autodestruição, pois nenhum dos oponentes tem a pretensão de ganhar. Portanto,

assim como a ironia do ceticismo pode resgatar a fé do fracasso, típico do seu caráter irreprimível, o influxo da fé, a ilusão de que há uma vitória a ser conquistada (e não um recurso ao extremo da fé), resgata da autodestruição um estilo de política disposto a reduzir a atividade de governar a um mero ‘jogo’ (OAKESHOTT, 2018, p. 173).

Em suma, ambos os modos operantes da política, tanto a fé como ceticismo se sozinhos chegarão ao seu extremo. E o ponto que Oakeshott (2018), vai chegar é o meio termo, e a coexistência desses dois modelos de governo. Mas como o próprio autor diz, a política não pode ser vista de maneira simples, pois simplificar a política seria

caminhar para um dos extremos. E ele acredita que a política da fé seja o pior caminho, e o meio termo que propõe é o equilíbrio, como o estivador que mantém o barco nivelado, este “possui uma afinidade mais próxima com o ceticismo que com a fé, mas possui uma vantagem sobre o cético em sua capacidade de reconhecer a mudança e a emergência” (OAKESHOTT, 2018, p. 188). O meio termo seria, portanto, complexo, já que não eliminaria nenhum dos pólos, e sim equilibraria as forças, ou seja: “em uma palavra, a política da média na ação é a adequação” (OAKESHOTT, 2018, p. 114).

A política é complexa, com vimos nas discussões dos três autores ate aqui. Em suma, se pensarmos os pólos na visão espacial proposta por Bobbio, e as mudanças entre conservadora e progressista que em determinado tempo podem ser características tanto da esquerda como da direita dependendo claramente da polarização em sua forma radical que estar no poder, nos leva a visão de Oakeshott (2018), sobre a ambigüidade da política. Assim entender a política e sua caracterização dependera de uma análise histórica.

Enfim, a outros aspectos estudados por outros autores para uma maior compreensão dessa polaridade ate aqui discutida. Porem nosso objetivo foi o de clarear um pouco essa discussão tão polemica e mal-entendida nos dias atuais. E como visto não há apenas dois lados e sim múltiplos lados que se assemelham a esquerda e direita como posições políticas e oposições, em outras palavras existem esquerdas e direitas. Portanto não a um jeito fácil para se pensar a política de forma simples, ela é complexa e como tal pertence ao campo e é entendida de forma mais fácil por aqueles que estão em disputa pelo simbólico. E ainda é importante entender que toda essa complexidade da política é mutável de acordo com o espaço tempo em que se localizam. Finalmente esse texto curto teve o objetivo de apresentar uma discussão sobre a temática, usando apenas três teóricos que versam sobre a discussão política. E vale lembrar que toda teoria tem seus pontos fortes e fracos, e isso caracteriza esse debate apenas como uma vertente baseada em alguns autores.

Bibliografia:

BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda e significados de uma distinção política. Tradução: Marco Aurelio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. RJ: Bertrand Brasil, 14ª Ed, 2010

OAKESHOTT, Michael. A política da fé e a política do ceticismo. Tradução: Daniel Lena Marchiori Neto. São Paulo: É Realizações, 2018.

REPRESENTAÇÕES, MEMÓRIA E IMAGINÁRIO NA VIDA E OBRA DE CYRO DOS ANJOS

César Henrique de Queiroz Porto¹

Cyro dos Anjos foi o primeiro escritor natural de Montes Claros a ingressar na Academia Brasileira de Letras – O outro foi Darcy Ribeiro. Por isso mesmo seu nome ocupa lugar de destaque no panteão dos intelectuais de Montes Claros. Entretanto, o presente texto não visa apenas destacar a importante contribuição literária desse intelectual. Seu propósito consiste antes de tudo em lançar mão de discussões acerca dos aspectos da vida e obra do escritor na produção discursiva acerca da política de Montes Claros e do Estado de Minas Gerais ao longo do período que corresponde as primeiras décadas do século XX, em especial os anos compreendidos entre 1910 e 1923.

Nascido em 05 de outubro de 1906, Cyro dos Anjos foi jornalista, professor, funcionário público, advogado e até mesmo diplomata. Na literatura, além de notável romancista, também escreveu vários poemas, abarcando também a escrita de ensaios e de uma produção memorialística. Essa última constitui inclusive uma das principais fontes desse texto já que, juntamente com outros escritos, revelam importantes elementos do imaginário político municipal, estadual e até nacional da época em estudo. Essa obra descortina uma série de representações sobre a mineiridade e as peculiaridades dos norte-mineiros. O material escrito pelo autor, contempla também uma grande quantidade de escritos jornalísticos, como por exemplo entrevistas, além de muitas correspondências. A respeito das cartas é importante considerar que durante muito tempo, Cyro dos Anjos manteve uma extensa correspondência com Carlos Drummond de Andrade. O produto de boa parte dessa produção foi organizado e publicado em 2012 por Wander Melo Miranda e Roberto Said. Esse último material também nos oferece um bom registro de informações da política local, regional e nacional.

É importante destacar que sua trajetória de vida e obra está inserida em um período da história, marcado por muitas transformações sociais e políticas, econômicas e culturais. Nesse sentido, podemos afirmar que o autor presenciou importantes eventos da história contemporânea mundial, como por exemplo, a primeira Grande Guerra

¹ Professor do Departamento de História e do PPGH da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Apoio: Fapemig.

Mundial e a epidemia da Gripe Espanhola. Em relação a história do Brasil, Cyro dos Anjos conhecia de perto o fenômeno político do Coronelismo, já que era filho de um coronel e chefe político municipal. O autor viu a chamada Revolução de 1930, por isso mesmo, pretendemos compreender nesse texto como sua obra e trajetória podem nos ajudar no entendimento deste período (1900-1930), destacando não apenas elementos da história local, mas também aspectos da história de Minas e do Brasil e até mesmo da história mundial.

Para a confecção desta pesquisa² recorreremos ao domínio da História Intelectual, em especial aos trabalhos de Helena Rodrigues da Silva e François Sirinelli. Sirinelli destaca que o terreno historiográfico da História dos Intelectuais é marcado pelo diálogo entre as ciências humanas, pois, para ele trata-se de um “campo aberto situado no cruzamento das Histórias Política, Social e Cultural” (SIRINELLI 2003, p. 232).

Helena Rodrigues da Silva também aponta o caráter multidisciplinar da história intelectual que se encontra situado na interseção de diferentes disciplinas, tais como história, filosofia e sociologia (SILVA, 2002, p.12). Do ponto de vista metodológico, a autora chama a atenção para a importância de conectar as articulações internas, ou discursos, com as externas ou conjunturas. Para ela, essa história deve destacar “a obra em relação a formação social e cultural do seu autor ao espaço da produção e a conjuntura histórica (SILVA, 2002, p.12). Nesse sentido, pretendemos analisar ao longo da pesquisa a parte da obra de Cyro dos Anjos – Em especial seus livros, textos e cartas que apresentam uma determinada produção memorialista de Minas Gerais – para verificar de que forma seu discurso traduz elementos do imaginário da mineiridade, e também evidencia alguma contradição entre esse imaginário e a tradição cultural nortemineira, marcada pelo discurso daquilo que João Batista chama de “Baiano” (COSTA, 2017).

Outra questão importante nessa pesquisa, será a análise da parte inicial de seu mais importante livro de memórias “*A menina no Sobrado*” – a primeira parte deste livro é intitulada “*Explorações no Tempo*” e condensa uma parcela da vida do autor em Montes Claros, que na obra foi retratada como Santana do Rio Verde. Assim sendo, o livro traz fatos importantes envolvendo a história da cidade, da vida do autor e de sua família, além de fazer referencia ao contexto europeu e mundial, citando eventos como

² Este texto é resultado parcial da pesquisa intitulada “Pensamento e ação: os intelectuais mineiros e os projetos para o Brasil” financiada pela FAPEMIG (APQ – 0034- 18).

o caso da famigerada epidemia de Gripe Espanhola que impactou não somente o mundo, mas também a nossa região.

Por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, o presente texto vai se concentrar na parte da produção memorialística do autor que abarca sua infância e o período inicial de sua adolescência, ou seja, corresponde a época em que Cyro dos Anjos residiu em Montes Claros antes de se mudar para a capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, local no qual aprofundou e completou seus estudos.

Diante disso, como foi apontado anteriormente, seu livro “*Explorações no Tempo*” se torna a principal fonte desta fase da pesquisa, pois trata-se de uma importante produção que resgata expressiva memória de Montes Claros abarcando, principalmente o período entre 1910 e 1922. Esse material histórico é uma excepcional registro para se conhecer fragmentos do cotidiano de uma cidade sertaneja mineira, na medida em que desvela um rico imaginário carregado de Representações Sociais.

Cyro dos Anjos procedia de uma família importante na região, possuidora de estabelecimentos comerciais como loja e farmácia e que ainda possuía duas fazendas, além de uma chácara nos arredores da cidade. Nos últimos anos em que residia no município, ele trabalhou como caixeiro na casa comercial de propriedade do seu pai. Por um breve período chegou também a residir na fazenda Porteirinha, de propriedade da família, local onde exerceu afazeres ligados ao ambiente rural.

Esse período marcou profundamente as suas memórias e mesmo considerando seu trabalho na fazenda ou como caixeiro, não deixou de registrar, argutas observações de Montes Claros que, naquela época experimentava importantes transformações.

Por volta do início da década de 1920, a região de Montes Claros vivia a expectativa do progresso, apesar de conviver com vários problemas e dificuldades típicas de inúmeras cidades pequenas espalhadas pelo interior do Brasil. O autor em seu “*Explorações no Tempo*” nos traz a informação de que um dos maiores problemas vivenciados pelos montes-clarenses no início do século XX eram as questões relacionadas ao precário abastecimento de água. Fato que com o crescimento urbano tendia a piorar. Seu texto também nos informa acerca da grande quantidade de mendigos, que perambulavam nas proximidades do Mercado Municipal pedindo esmolas, o que atesta a existência de muita gente pobre vivendo na pequena cidade.

Contudo, talvez as maiores dificuldades da cidade enfrentada pelos seus moradores estão relacionadas a questão de transporte para a capital. Cyro nos revela que Montes Claros, naquela época tinha cinco estradas (saídas).

A mais importante era a estrada de Várzea da Palma que permitiria ao viajante alcançar a Estrada de Ferro Central do Brasil. O problema é que para cumprir tal itinerário, gastava-se de quatro a cinco dias de viagem em lombo de cavalo. Quando tinha pouco mais de dez anos de idade, o escritor em pessoa conheceu o itinerário em uma viagem para Várzea da Palma para embarcar no trem de ferro com destino a Belo Horizonte, para ele a “viagem de Várzea da Palma subsiste, até hoje como a mais fecunda de minhas experiências geográficas”.

Felizmente para Montes Claros e a sua população os “caminhos de ferro” já se aproximavam. No início da década de 1920 a chegada da ferrovia se tornava o assunto mais comentado na imprensa local. Finalmente, o sonho de ver a cidade ligada pelo transporte ferroviário estava próximo de se tornar realidade. A população do município manifestava grande expectativa no advento da ferrovia. Particularmente ansiosos estavam os pecuaristas da região³, que esperava poder exportar diretamente o gado para os grandes centros urbanos como Belo Horizonte e o Rio de Janeiro, então capital federal. Cyro dos Anjos, na citada obra comenta em varias passagens da perspectiva da chegada dos trilhos ao município.⁴

A expectativa por novidades em “Santana do Rio Verde”, como é chamada Montes Claros em suas memórias, não se limitou ao transporte ferroviário. A cidade vivia impregnada pelo desejo do progresso, à medida que passava por algumas transformações. No mesmo período, os primeiros automóveis, alguns carros e um caminhão começaram a circular nas principais vias urbanas – inclusive uma motocicleta – além disso, o autor rememora que desde 1917, havia chegado a luz elétrica⁵. Poucos anos depois, o coreto foi construído no largo de baixo. “Novidade grande, que trazia outra ainda maior no seu bojo: seriam subterrâneos os fios que levariam a luz elétrica ao coreto.” (ANJOS, p. 182).

De fato, a cidade respirava ares de progresso e sua população aguardava ansiosamente pela chegada da locomotiva, mas por outro lado, Montes Claros continuava marcada por uma política tradicional, pautada no fenômeno do coronelismo e da cultura do mando privado⁶. O município possuía dois agrupamentos de famílias, parentelas para usar a expressão de Maria Isaura Pereira que disputavam o controle

³ Desde suas origens a cidade de Montes Claros tinha na pecuária extensiva o carro chefe de sua economia.

⁴ Ver obra *Explorações no Tempo*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, páginas: 79, 181, 184 e 219

⁵ Por volta de 1920, Montes Claros já contava também com outras novidades da tecnologia, como cinema e telégrafo.

⁶ PORTO, César Henrique de. *Paternalismo, poder privado e violência: O campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros, MG: UNIMONTES, 2007.

político local. A família do escritor fazia parte de uma das parentelas capitaneada pelo deputado federal Dr. Honorato Alves. Do outro lado, a família Prates era o núcleo da parentela liderada pelo deputado Camilo Prates. Esses dois grupos conhecidos pelos seus apelidos “pelados” e “estrepes”, dividiam a cidade por áreas de influência. Os “pelados” compunham o também chamado “Partido de Cima” e os “estrepes” o “Partido de baixo”. Cada um deles tinha uma banda de música e em épocas de eleição, um jornal. Também tinha seus pistoleiros em meio aos correligionários. Ao longo de seu texto, Cyro dos Anjos faz referência a violência política, especialmente em 1918, quando após o pleito eleitoral irrompeu um tiroteio matando algumas pessoas.

Não faltou nem a menção ao caso da “dualidade de câmaras” em 1915, ano em que os dois partidos se arrogaram vitoriosos no pleito municipal e cada um formou a sua própria câmara funcionando em locais diferentes na cidade (PORTO, 2007, p. 76). Para solucionar esse problema o governo estadual patrocinou um “acordo” entre os dois partidos em 1916 dividindo as vagas para vereador na câmara municipal. Esse acordo ilustra muito bem o teor coronelista⁷ da política de Montes Claros. No início da década de 1920 outro acordo patrocinado pelo governo estadual vai levar a conciliação das duas facções locais do Partido Republicano Mineiro. E o pai do escritor Cyro dos Anjos, o coronel Antônio dos Anjos, foi o nome escolhido em função do seu perfil conciliador. É claro que o intelectual não deixaria de mencionar também essa “conciliação”. “Por algum tempo meu pai se manteria na crista da onda, eleito que foi, como candidato de conciliação, para presidência da câmara” (ANJOS, p. 220).

Para finalizar esse texto ainda quero evidenciar outra dimensão importante da produção literária do autor, nessa mesma obra “*Explorações no Tempo*”. Trata-se de uma considerável quantidade de representações, comentários e referências a dois eventos que marcaram a geração do escritor e de milhões de pessoas no Brasil e no mundo. O primeiro deles foi a primeira grande guerra mundial (1914-1918) que em “Santana do Rio Verde” contou com um grupo de amigos do pai de Cyro, no qual predominava a simpatia pela aliança de nações encabeçada pela França. Esses francófonos acompanhavam as principais notícias do *front*. Quando do final do conflito, foguetórios, discursos e passeatas tomaram conta da cidade, na esteira das comemorações pela vitória da Entente.

No final de 1918, ainda no calor das comemorações e negociações que puderam termino ao conflito “A cidade de Montes Claros conheceu o impacto avassalador da

⁷ Sobre os acordos no contexto do coronelismo ver LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*, p. 48.

grande epidemia de gripe espanhola, que assolou a humanidade [...] matando milhões de pessoas espalhadas por dezenas de nações distribuídas praticamente em todos os continentes.” (PORTO, 2016, p.33). Essa epidemia em poucos meses de disseminação ceifou muitos mais vidas do que o conflito mundial que teve duração de cerca de cinco anos. Em Montes Claros, 56 pessoas morreram em função desta doença em pouco mais de um mês. Falando acerca disso em “Santana do Rio Verde” o autor recapitula que “Essa famosa gripe de 1918 levou toda a minha família para cama, e só eu e meu pai ficamos de pé” (ANJOS, p. 150). Apesar do número de óbitos na cidade não ter passado de algumas dezenas, sabemos que centenas de pessoas foram infectadas e depois se recuperaram.

Portanto, conforme destacamos nas páginas anteriores, o texto memorialístico do famoso escritor montes-clarense traz importante contribuição para o entendimento do cotidiano da cidade no período pesquisado. Como foi evidenciado, seu livro *Explorações no Tempo* revela um imaginário carregado de representações que traduzem sentimentos, desejos, expectativas e outros valores ligados a coletividade. Além disso, trata-se de um importante registro de informações da cidade de Montes Claros no início do século XX.

Referências

Fontes

CYRO DOS ANJOS: *Explorações no tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

CYRO & DRUMMOND, (Org). Prefácio e notas de Wander Melo Miranda e Roberto Said, São Paulo: Globo, 2012.

CYRO DOS ANJOS, *A menina do Sobrado*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

Bibliografia

COSTA, João Batista de Almeida. *Mineiros e baianos: a configuração do englobamento, da exclusão e do entre-lugar em Minas Gerais*. Montes Claros: UNIMONTES, 2017.

SILVA, Brasiliano. *São Francisco nos Caminhos da História*. 1997.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. IN: REMOND, René (Org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, RJ: Editora. FGV, 2003.

PORTO, César Henrique de. *Paternalismo, poder privado e violência: O campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros, MG: UNIMONTES, 2007.

PORTO, César Henrique de. Gripe Espanhola e a imprensa escrita de Montes Claros em 1918. IN: RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral (Org). *A História na Imprensa, a Imprensa na História*. Jundiaí (SP): Paco, 2016.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Alfa Ômega, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Ferreira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

A LIGA E A EMERGÊNCIA DE UMA CULTURA POLÍTICA CLASSISTA NOS SERTÕES DO NORTE DE MINAS

David Batista Batella¹

O presente trabalho consiste numa breve apresentação da pesquisa inicial desenvolvida durante o ano letivo de 2019 para elaboração de dissertação, por meio do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/Unimontes) e sob a orientação do professor da casa Dr. Renato da Silva Dias. Nas linhas que se seguem apresentaremos, sumariamente, nosso objeto de pesquisa, nossas fontes historiográficas, alguns dos problemas cardeais para nossa investigação, o campo historiográfico no qual se situa nossa abordagem, assim como referenciais teóricos imprescindíveis em nossa proposta.

Em nossa pesquisa abordaremos a história da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia, mais especificamente a trajetória política de tal movimento no norte de Minas Gerais, entre os anos de 1995 e 2016. A LCP ou Liga, como é mais conhecida na região, é uma organização política surgida nos sertões do norte de Minas Gerais em meados da década de 1990. O centro da atuação do movimento está voltado a luta pelo direito à “terra para quem nela vive e trabalha” para os “camponeses pobres sem terra ou com pouca terra”. A Liga iniciou sua intervenção na região na cidade de Jaíba, no ano de 1995, inicialmente com a denominação de Liga Operário e Camponesa e hoje está presente em cerca de duas dezenas de municípios que se estendem desde Montes Claros ao sudoeste da Bahia, tais como Verdelândia, Varzelândia, Januária, Pedras de Marias da Cruz, Miravânia e Manga.

Diferentemente de movimentos como o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Liga afirma que o secular problema da concentração fundiária não pode ser resolvido por uma “reforma agrária” realizada pelo Estado. Em seu programa político, panfletos e materiais de formação encontram-se termos como “Revolução Agrária”; “aliança operário-camponesa” e “imperialismo”, expressões e conceitos que remetem ao ideário revolucionário das Ligas Camponesas, movimento homônimo ao nosso objeto de pesquisa que, entre as décadas de 1950/1970, mobilizaram milhares de camponeses na defesa de uma “reforma agrária na lei ou na marra” particularmente nos sertões nordestinos.

¹ Mestrando em História no PPGH - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Apoio: Fapemig.

Após a realização de oito congressos, dezenas de ocupações e incontáveis atividades públicas envolvendo milhares de indivíduos ao longo de mais de duas décadas, é possível afirmar que o movimento se consolidou regionalmente como uma importante força política. Na análise de nosso corpus documental, composto por materiais propagandísticos e de formação política, elaborados pelo próprio movimento entre os anos de 1995 e 2016, ademais de entrevistas realizadas com ativistas da LCP, pretendemos compreender centralmente como o movimento representa^{*2} a sua própria história, o significado e a importância de tal representação para a Liga na constituição de sua interpretação sobre o papel político do campesinato na história do Norte de Minas e do país.

Nesse sentido, perguntas como as que se seguem balizam a nossa pesquisa: Como um movimento que se pauta pela defesa da Revolução - termo quase que proscrito pelos setores hegemônicos dentre a esquerda no país há mais de três décadas - pôde alcançar tamanha expressão? Como tal movimento interpreta a realidade social do país e do mundo para justificar soluções políticas tão destoantes dos caminhos predados pela maior parte da esquerda brasileira nas últimas décadas? Qual caminho percorrido pela Liga para chegar a tais conclusões? Como tal caminho pode ter sido influenciado pela ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) e os mais de treze anos de seus governos federais?

O fato de o trabalho versar sobre o problema agrário, da concentração fundiária, remete, necessariamente, a questões como o domínio territorial, a utilização e degradação dos recursos naturais e, em última instância, ao problema da violência e de seu monopólio pelo Estado. A luta pela terra no Brasil é marcada historicamente por conflitos, por vezes sangrentos, em que as forças contendentes representam seus interesses de formas distintas, mesmo antagônicas, ao reivindicarem seus pretensos direitos sobre a posse ou a propriedade da terra. Em cada episódio concreto de tal saga, o Estado é concitado a tomar partido, sempre evocando a razão da História (OLIVEIRA, 2001). Sob este ângulo, tanto determinado conflito pelo direito à posse e a propriedade da terra como a concentração fundiária em si são problemas iminentemente históricos, uma vez que os argumentos políticos e jurídicos mobilizados por cada lado

² O conceito de “representação” é concebido no presente trabalho como a apresentação de algo que não está presente e, nesse sentido, toda apresentação guarda, necessariamente, imprecisões e distorções, não expressando jamais os fatos exatamente como transcorreram, uma vez que toda representação expressa sempre os condicionamentos por meio dos quais foram analisadas as fontes e, sobretudo, o próprio olhar daquele que escreve a história. Dessa maneira, o conceito, na forma como é utilizado no presente trabalho, aproxima-se da definição apresentada por Chartier (1990).

em disputa precisam, necessariamente, se fundarem em fatos do passado que justifiquem o exercício de tais direitos no tempo presente.

No Norte de Minas, a questão fundiária tem sido uma importante esfera de disputas políticas, envolvendo agentes que vão desde proprietários latifundistas, camponeses sem terra, comunidades remanescentes de quilombolas até capitais monopolistas nacionais e estrangeiros. Se bem é possível encontrar em cada fenômeno da história e do cotidiano regional reminiscências do problema da terra, não resta dúvida que o seu traço mais marcante e presente é justamente sua dimensão política, sua relação com o poder e, logo, com o Estado. Episódios relacionados a práticas como a grilagem de terras públicas e a expulsão violenta de posseiros e pequenos proprietários são recorrentes na história do Norte de Minas (DAYRELL, 2011).

Para caracterizar as condições que possibilitaram a emergência da Liga no cenário político regional recorreremos a pesquisas que remetem ao processo de incremento da concentração fundiária no Norte de Minas. Tomaremos como marco temporal nesse sentido o episódio apresentado pelo próprio movimento como “mãe de todas as lutas pela terra” na região, o Massacre de Cachoeirinha ou, como a Liga prefere se referir a “heroica batalha de Cachoeirinha”, ocorrida em 1967, no atual município de Verdelândia³.

Tal recorte temporal justifica-se tanto pela influencia exercida por tal episódio na dinâmica da luta pela terra na região, como porque o próprio advento do regime militar que a precedeu e sustentou representou um salto de qualidade no que diz respeito ao incremento da concentração fundiária e a expansão do atual modelo latifundista de exploração das terras na região⁴. Na caracterização de tal período histórico utilizaremos trabalhos historiográficos, publicações estatais, estudos sociológicos e antropológicos⁵.

Nosso trabalho inscreve-se no campo da história política, mais especificamente, em nossa abordagem utilizaremos de construtos teórico-metodológicos aportados por estudos na área da cultura política. Recorreremos como fontes em nossa pesquisa

³ Episódio ocorrido no ano de 1967, no então distrito de Varzelândia, Cachoeirinha, onde hoje se localiza a cidade de Verdelândia. Na ocasião, policiais militares junto a pistoleiros, comandados pelo então comandante do 10º Batalhão da PM de Montes Claros, Coronel Georgjno Jorge de Souza, expulsaram cerca de 200 famílias de posseiros de suas terras por meio de extremada violência que resultou na tortura e assassinato de diversas lideranças camponesas e na morte por frio, inanição e surto de sarampo de, pelo menos, 64 crianças (SANTOS, 1985).

⁴Várias pesquisas, tais como Pereira (2007), Oliveira (2000) e Rodrigues (2000) têm utilizado como marco da intervenção estatal para o incremento da produção capitalista na região a inclusão do Norte de Minas na área de abrangência da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

⁵ Interessante notar que no âmbito da antropologia se tem realizado inúmeras pesquisas sobre as populações rurais do Norte de Minas, que podem servir como importantes referências para produção historiográfica sobre a região. Nesse sentido, destacamos as seguintes obras: Anaya (2012), Araújo (2009), Costa (1999), Filho (2007) e Oliveira (2005).

documentos provenientes do próprio arquivo da Liga: teses de congressos; textos de formação política, materiais de propaganda (panfletos, jornais e notas à imprensa, etc.) e entrevistas junto a ativistas e lideranças do movimento (de ambos os sexos e de diferentes faixas etárias). Embora o trabalho esteja voltado essencialmente ao campo da história política, suas especificidades demandam certa interlocução com outras áreas da historiografia como a *história regional*, *história do tempo presente* e a *história econômica*. Ressaltamos ainda que, pelo mesmo motivo, não poderíamos deixar de manejar com determinados conceitos oriundos de outras disciplinas das ciências humanas e sociais, em particular, a *geografia agrária*.

Trabalharemos com o conceito de “cultura política” na forma como é apresentado por Motta (2009). Conceito inscrito dentro de um amplo processo de renovação dos estudos historiográficos iniciados na década de 1970, que se convencionou denominar por “Nova História Política” (PEREIRA, 2008). Mais do que uma corrente ou escola de pensamento, compreendemos a “Nova História Política” como um conjunto de pesquisas conformadas por construtos teórico-metodológicos heterogêneos, nos quais a esfera “política” é assumida como uma dimensão específica dos fenômenos sociais, constituída por elementos conceituais, analíticos e normativos que adquirem um caráter central na produção do conhecimento historiográfico (PEREIRA, 2008).

Como demonstra Motta (2009), a “cultura política” somente alcançou sua consolidação como área de pesquisa pela Historiografia na década de 1990, com a publicação do livro-manifesto “Por uma história política”, organizado por Rémond. No objetivo de clarear para o leitor a perspectiva historiográfica assumida na presente pesquisa, apresentamos a definição de cultura política apresentada por Motta (2009, p.21):

Uma definição adequada para cultura política, evidentemente influenciada pelos autores já mencionados, poderia ser: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.

A conceituação supracitada guarda relação com uma dimensão fundamental relacionada às motivações da presente pesquisa. Nosso interesse em estudar a história da Liga está, antes de tudo, ligado a nossa convicção acerca do papel chave ocupado pela democratização do acesso à terra para consecução de transformações sociais efetivas e estruturais na realidade social do país. Nesse sentido, acreditamos os recentes

desdobramentos da profunda crise econômica, política e institucional por que passa o país nos últimos anos, que culminaram na eleição do atual presidente Jair Messias Bolsonaro/PSL para presidência da república, corroboram com a relevância social de nosso estudo, uma vez que, de forma até então inédita no atual governo o representante do mais alto cargo mandatário do executivo afirma, clara e objetivamente, seu posicionamento contrário à reforma agrária⁶, fato insólito mesmo entre os governos militares de 1964 a 1985.

Outro aspecto que concorreu para escolha de nossa temática diz respeito ao fato de não termos encontrado qualquer estudo historiográfico em nível de pós-graduação que trate especificamente sobre a Liga dos Camponeses do Norte de Minas e Sul da Bahia. Encontramos apenas uma pesquisa, na qual a Liga aparece de forma subjacente⁷, constatação que contrasta com a projeção da Liga no cenário político regional.

A primeira ação documentada da Liga no Norte de Minas data do dia 16 de outubro de 1995 quando cerca de 200 pessoas ocuparam o pátio do escritório do Distrito de Irrigação do Projeto Jaíba, em Mocambinho, episódio que remonta a lutas mais antigas ligadas as reivindicações de famílias remanescentes do “Massacre de Cachoeirinha”. Desde então, a expansão do movimento entre o campesinato da região transitou num sentido oposto ao percurso registrado pelo conjunto dos movimentos sócio territoriais no país.

Como demonstra Oliveira (2016), a despeito da persistência da luta pela terra e territórios empreendida por camponeses e quilombolas, desde a ascensão do primeiro

⁶ O presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou na manhã desta segunda-feira, dia 29, durante a Agrishow que pediu ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a urgência de um projeto de lei que permite que o produtor rural possa usar armas de fogo em todo o perímetro da propriedade rural. [...] “É uma maneira de ajudar a combater a violência no campo”. [...] “Ao defender a propriedade privada, o cidadão de bem responde, mas não tem punição”, disse. “A propriedade privada é sagrada”, disse Bolsonaro. Fonte: **Agrishow: Bolsonaro quer liberar uso de arma em todo perímetro de fazenda** da autoria de Francielle Bertolacini. Disponível em: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/bolsonaro-quer-liberar-uso-de-arma-em-todo-perimetro-de-fazenda/> Acesso em: 29/11/19. Mais recentemente, no dia 25/11/19, o presidente Jair Bolsonaro foi ainda mais enfático, defendendo o uso do Exército contra as “invasões”. Segundo matéria do portal G1: [...] “Eu quero inclusive adiantar para vocês, quero uma GLO (decreto para “Garantia da Lei e Ordem”) para o campo”, afirmou Bolsonaro. [...] “Tem alguns estados em que, mesmo a Justiça determinando a reintegração de posse, é o governador que faz. Isso é protelado. E já tem um estado aí, não quero falar qual é, que está em nosso colo para resolver. Depois de oito anos que os caras invadiram fica mais difícil de fazer reintegração de posse”, disse. Fonte: **“Bolsonaro avalia criação de GLO do campo para reintegração de posse em áreas rurais”** da autoria de Luiz Felipe Barbieri. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/25/bolsonaro-avalia-criacao-de-glo-do-campo-para-reintegracao-de-posse-em-areas-rurais.ghtml> Acesso em: 29/11/19.

⁷ Trata-se da tese “Estado, movimentos sociais e as teias históricas da sustentabilidade no desenvolvimento do Norte de Minas nos anos 1990” da autoria de Valéria de Jesus Leite, publicada no ano de 2016.

governo federal petista em 2003 vivenciamos um período relativamente prolongado de refluxo das organizações políticas de luta pela terra no país. Importante notar que, ainda segundo Oliveira (2015), os próprios dados estatísticos oficiais demonstram que, ao contrário da expectativa que muitos nutriam quanto ao avanço das políticas agrárias durante os referidos governos, nos mais de treze anos das administrações federais petistas assistimos ao incremento da concentração fundiária no país a níveis sem precedentes desde a promulgação da Constituição de 1988. Como explicar tal aparente paradoxo entre o expressivo crescimento da Liga no Norte de Minas e o refluxo organizativo registrado entre o conjunto dos movimentos sócio territoriais no país nos últimos anos?

Essa pergunta aparece como uma questão chave na interpretação de nossas fontes e, dentre as várias explicações possíveis, certamente um dos pontos que merecem atenção é o fato de a Liga - ao contrário de movimentos hegemônicos da luta pela terra no país como o MST - nunca ter creditado qualquer expectativa com relação a possíveis avanços na política agrária durante os governos petistas. No sentido oposto, nossas fontes são unívocas não apenas em ressaltar a já mencionada descrença do movimento acerca das possibilidades de realização da reforma agrária por meio de políticas estatais, mas com relação ao próprio caráter político do PT, que jamais fora tratado pelo movimento como uma força de esquerda ou progressista. Esse ponto é crucial para nosso estudo, uma vez que mesmo forças que se dizem comunistas no país, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), não apenas depositaram esperanças nos governos petistas como o compuseram.

De tal constatação emergem questionamentos sobre a relação da Liga com o conjunto das forças políticas tidas como de esquerda no país. Até que ponto seria possível englobar a Liga no mesmo campo político de tais partidos, organização e movimentos? Não resta dúvida de que a Liga possui uma perspectiva peculiar expressa em suas análises sobre a situação política e, logo, quanto às propostas táticas e estratégicas predicadas pelo movimento, o que nos intriga é compreender como essas análises estariam consubstanciadas por uma concepção teórico-ideológica própria ao movimento.

O concurso das possibilidades metodológicas apresentadas pela história oral⁸ será de fundamental importância em nossa senda por jogar luz sobre questões como as apresentadas acima, pois, na perspectiva da cultura política adotada em nosso estudo não basta constatar a prevalência ou mesmo a coerência de elementos discursivos para

⁸ Ao trabalharmos com a História Oral utilizaremos autores e obras consagradas na área, tais como: Portelli (2010), Nora (1993) e Alberti (2004).

reconstituir a história política da Liga no Norte de Minas. É necessário ir mais a fundo, confrontar a teoria com a prática, os elementos ideológico-políticos encontrados em nossas fontes documentais com as representações apresentadas pelos próprios sujeitos diretamente envolvidos na realização e promoção do ideário político expresso pela Liga. Dessa maneira, buscaremos encontrar pistas sobre um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas que poderiam indicar a existência de “uma identidade coletiva” e de “projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p.21).

Nossa pesquisa seguirá o seguinte caminho metodológico. Inicialmente, apresentaremos nossa temática por meio de uma visão global sobre nosso objeto de pesquisa: traçaremos uma apresentação panorâmica sobre a história política da Liga no Norte de Minas, recorrendo, por meio de nossas fontes documentais, a fatos apresentados pela própria Liga como substanciais para compreensão de sua trajetória. Por esse motivo, o recorte temporal adotado no trabalho está delimitado por dois episódios: a primeira ação da Liga no Norte de Minas documentada em seus arquivos e a ocupação realizada pelo movimento em Pedras de Maria da Cruz em janeiro de 2016, como resposta ao assassinato político do dirigente do movimento, Cleomar Rodrigues de Almeida, em outubro de 2014⁹.

Posteriormente, buscaremos estabelecer um diálogo entre nossas fontes documentais e orais com nosso referencial teórico, no sentido de equacionar os problemas substanciais suscitados pelo presente estudo. Não temos a pretensão de apresentar uma visão definitiva sobre a história política da Liga no Norte de Minas. Nosso interesse é apresentar, ao conjunto dos interessados pela temática, elementos essenciais sobre a fisionomia de uma das mais relevantes personagens da luta pela terra nos sertões do Norte de Minas nas últimas décadas.

⁹ Cleomar era coordenador político da Liga, o movimento acusa que o assassinato teve motivação política e que foi encomendado por latifundiários de Pedras de Maria da Cruz, tendo como autores pistoleiros junto a policiais civis. Os nomes dos possíveis mandantes ainda hoje não constam nos inquéritos e dois pistoleiros que supostamente estariam envolvidos em seu assassinato ficaram presos por menos de um ano, sendo libertados após habeas corpus concedido pelo STF. **Fontes: Assassinos de Cleomar estão livres! Farsa de “justiça” não durou nem um ano!** Da autoria da Comissão Nacional das Ligas de Camponeses Pobres. Disponível em: <https://resistenciacamponesa.com/luta-camponesa/assassinos-de-cleomar-estao-livres-farsa-de-justica-nao-durou-nem-um-ano/> Acesso em: 29/11/19 e **Nem esquecimento, nem perdão! Punição para os mandantes e assassinos do companheiro Cleomar!** Da autoria da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia. Disponível em: <https://resistenciacamponesa.com/luta-camponesa/nem-esquecimento-nem-perdao-punicao-para-os-mandantes-e-assassinos-do-companheiro-cleomar/> Acesso em: 29/11/19.

Bibliografia:

- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ANAYA, F. De “encurralados” pelos parques a “vazanteiros em movimento”: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiros de Pau preto, Pau de Léguas e quilombo da Lapinha no campo ambiental. Tese de doutorado. 2012. FAFISC-UFMG.
- ARAÚJO, Elisa Cotta de. Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas. Montes Claros: Unimontes, 2009. Dissertação de Mestrado, PGDS/Unimontes.
- BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. Monocultura do eucalipto e expropriação das populações tradicionais no Norte de Minas Gerais. *Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil, Goiânia*, 2006.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações sociais**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- COSTA, João Batista de Almeida. 1999. Do Tempo da Fatura dos Crioulos ao Tempo da Penúria dos Morenos: identidade através de rito em Brejo dos Crioulos, MG. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de Antropologia/UNB.
- DAYRELL, Carlos Alberto. Rebeldia nos sertões. *Acesso à terra*, 2011, 8.4: 9.
- FILHO, Aderval Costa. Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, MDS, 2007 (mimeo.)
- LEITE, Valéria de Jesus. Estado, movimentos sociais e as teias históricas da sustentabilidade no desenvolvimento do Norte de Minas nos anos 1990. Departamento de História/UFU (tese), Uberlândia. 2016.
- MOTTA, Rodrigo Pato de Sá. (2009). Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 13-37.
- NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Tradução: Yara Khoury. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos avançados*, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: *Conflitos no Campo Brasil (2015)*. Goiânia: CPT, 2016, p. 28-42.
- OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de [et al]. *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.
- PEREIRA, Laurindo Mekie. Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. A nova História Política e o Marxismo. *OP SIS*, v. 8, n. 11, p. 97-119, 2008.
- PORTELLI, Alessandro. Ensaio de história oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- RODRIGUES, Luciene. Formação Econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de [et al]. *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.
- SANTOS, Sônia Nicolau. **À procura da terra perdida: para uma reconstituição do Conflito de Cachoeirinha**. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

BOLSONARISTAS: ENTRE O CÍNICO MODERNO E O ALIENADO

Fábio Antunes Vieira¹

A rearticulação e crescimento da direita brasileira, que resultou na eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2018, não se trata de um caso isolado, mas parte de uma conjuntura maior e complexa. A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, o oposicionismo da Frente Nacional de Marine Le Pen à Emmanuel Macron na França e a aprovação da saída do Reino Unido da União Européia, são alguns exemplos disso. No mais, as eleições dos conservadores Sebastián Piñera no Chile e Mario Abdo no Paraguai, corroboram com este atual cenário mundial, em que as forças políticas de orientação de esquerda parecem já não terem o mesmo apelo de outrora, embora a recente eleição de Alberto Fernández contra Mauricio Macri na Argentina, a onda de manifestações populares no mesmo Chile e o crescimento do movimento "Lula livre" no Brasil se apresentem como incógnitas quanto ao futuro político da América Latina.

Apesar do contraponto, considero que esse avanço da direita pode ser interpretado, dentre outras coisas, em função da crise vivenciada por muitas democracias face ao processo de globalização e o alastramento do neoliberalismo, cujos efeitos têm cooperado para uma certa descrença em relação ao Estado como provedor das políticas de bem-estar social. Nesse sentido, é perceptível que para atender as orientações da política econômica neoliberal, tais como abertura das economias nacionais ao mercado mundial, pagamento da dívida pública, privatizações, preponderância da propriedade privada enquanto patrimônio em detrimento de sua função social, subordinação às instituições financeiras internacionais, desregulamentação do mercado de trabalho, ganhos decorrentes de práticas de juros abusivos e, dentre outras, capitalização individualizada dos sistemas previdenciários, muitos governos têm promovido forte intervenção para reduzir as funções sociais dos estados nacionais, particularmente os mais pobres e alguns ditos em desenvolvimento, não sem o apoio dos grandes meios de comunicação (SANTOS, 2002:30-38). Disso, as consequências mais notórias têm sido a intensificação da concentração da renda interna destes países nas mãos de pequenas elites, sobretudo

¹ Doutorando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, sob a orientação do professor Pós-Doutor Laurindo Mékie Pereira. Graduado em História pela mesma Universidade. Docente do quadro ativo permanente do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG, Campus Januária.

aquelas vinculadas ao mercado financeiro e os consequentes ganhos de juros, o aumento da pauperização da maioria da população e a evasão de divisas da periferia para o centro do capitalismo mundial, realidade que tem corroborado com os estudos do economista Thomas Piketty neste sentido, expostos na obra "A Economia da Desigualdade".

No caso do Brasil sob o governo Bolsonaro, os defensores do neoliberalismo econômico, a começar pelo Ministro da Economia Paulo Guedes, não têm medido esforços para intensificarem o enxugamento do Estado, especialmente no que concerne o fim das políticas de bem-estar social, em benefício da "elite do dinheiro" de que trata Jessé Souza², bem como da manutenção dos privilégios da casta política, dos magistrados e dos militares, sobretudo os de altas patentes, dentre outras minorias inscritas nas demais elites ou segmentos mais abastados da classe média. Todavia, cientes da impopularidade de suas propostas reformistas junto a maioria da população, agentes do governo, incluindo aqui o próprio presidente Bolsonaro e seus filhos, um deles sob suspeita de corrupção, têm procurado lançar sobre elas "uma cortina de fumaça", ao colocarem no centro do debate público pautas de caráter moral, bem como a ridicularização política dos seus adversários³. Assim, atuando de modo a desviarem a atenção para os efeitos econômicos e sociais nefastos das reformas, têm utilizado e reforçado todo um conjunto de "simbologias" e discursos destinados à suposta "moralização do debate público" que cooperaram para a vitória eleitoral em 2018. O intento desta prática é atingir corações e mentes das pessoas desesperançadas com os governos petistas, bem como fomentar em outras a possibilidade da externalização da revolta e até mesmo o ódio nutrido em relação a tais governos, seus partidários e, sobretudo, sua maior liderança, ou seja, o ex-presidente Lula.

É certo que reduzir os grupos bolsonaristas aos desesperançados com o petismo e seus opositores seria um erro, não sendo esta minha intenção. Na prática, a realidade é mais complexa e envolve muitos interesses e atores sociais. Contudo, embora seja possível afirmar que os interesses da "elite do dinheiro" tenham prevalecido frente aos acontecimentos que viabilizaram a eleição de Bolsonaro em 2018, como ela representa uma parcela muito pequena da população brasileira, isso não teria ocorrido sem o

² Para Jessé Souza, a "elite do dinheiro é antes de tudo a elite financeira, que comanda os grandes bancos e fundos de investimento. É a ela que as outras frações de endinheirados, como a fração do agronegócio, da indústria e do comércio, confiam seu lucro". Segundo ele, esta elite é a que "manda" e "compra as demais elites", inclusive uma parcela dos intelectuais e a grande mídia. SOUZA. *A Radiografia do Golpe*, pp 13 e 20.

³ Acerca da ridicularização de adversários na política ver a seguinte obra: ANSART. *Mal-Estar ou Fim dos Amores Políticos?*, pp 62-63.

engendramento de um discurso a partir dos novos e velhos meios de comunicação, que cooperasse para a constituição de uma base eleitoral e militante de apoio. Neste sentido, fundamentado pela leitura das obras de Jessé Souza, a saber "A Radiografia do Golpe", "A Elite do Atraso" e "Resgatar o Brasil", esta última coordenada em parceria com Rafael Valim, bem como nas estatísticas apresentadas no primeiro capítulo da obra "Os Sentidos do Lulismo" de André Singer, sinto-me confortável em afirmar que tal base de apoio ao bolsonarismo se concentra, sobretudo, em diversos segmentos da classe média que, em nome de seus interesses, têm corroborado com as ações do atual governo, via de regra em detrimento dos mais pobres, de modo cínico ou alienado. Com isso, vale insistir, o intento não é negar a existência de outros atores sociais e motivações inscritas no bolsonarismo, mas tão somente tratar do que avalio constituir o seu núcleo, bem como os interesses comuns em torno dos quais seus partícipes atuam, seja cinicamente ou alienadamente. Assim, não desconsidero o apoio de endinheirados e muito menos o de uma parcela (ainda que diminuta) de segmentos populares a Bolsonaro. Todavia, minhas leituras permitem compreender ser a classe média o principal reduto do bolsonarismo.

Ao me referir a classe média, saliento pensá-la segundo a lógica de Pierre Bourdieu e não propriamente marxista. Para Bourdieu, o capitalismo se constitui não apenas a partir de seus aspectos econômicos, mas também sociais e culturais. Nesta lógica, enquanto as famílias mais ricas podem viabilizar uma herança econômica aos seus descendentes que, via de regra, não precisarão empreender maior esforço na vida para continuarem abastados, outros dependerão muito mais do capital cultural adquirido através dos estudos e suas relações sociais, também uma forma de capital, de modo a constituírem algum capital econômico com que possam viver com algum conforto, bem como desfrutar simbolicamente de uma boa posição hierárquica na pirâmide social (BOURDIEU, 2004). Para Jessé Souza, esses três capitais aparecem na realidade social quase sempre juntos. A primazia do capital econômico define a "elite endinheirada" que domina e explora todas as outras, enquanto a "preponderância do capital cultural define a classe média". Todavia, "ambas precisam possuir, em medida variável, tanto os dois capitais principais quanto algum capital social, sob o risco de fracassar na competição social" (SOUZA, 2016: 60).

Embora o capital cultural seja um privilégio mais vinculado a classe média, as famílias nela inseridas procuram a partir dele conquistarem o máximo de capital econômico possível, não apenas para conforto e poder simbólico, mas também para comprarem o tempo livre dos seus filhos, de modo a que estes possam também ser dotados de capital

cultural. Desta feita, ao contrário dos filhos das classes populares que precisam desde muito cedo conciliarem trabalho e estudo, este em instituições públicas muitas vezes precárias, os filhos da classe média podem se dedicar apenas aos estudos até o início da vida adulta, via de regra em instituições particulares. Essa dualidade termina por contribuir para que estes últimos "concentrem capital cultural mais valorizado para o mercado de trabalho", o que implica a ocupação das melhores vagas de emprego e renda, tanto no setor privado quanto no setor público (SOUZA, 2016: 61). Como esse tipo de privilégio de acesso a maior disponibilidade de capital cultural não é, propositalmente ou não, melhor tratado em nossa sociedade, é cômodo a classe média ser a defensora por excelência do mito da meritocracia. No mais, outro ponto pouco tratado, diz respeito exatamente a exploração laboral das classes mais pobres por essa mesma classe média, de modo a que esta possa dispor do ócio necessário a busca pelo capital cultural (SOUZA, 2016: 81).

Seguindo a lógica do parágrafo anterior, Jessé Souza argumenta que "o caso atual da exploração da ralé brasileira pela classe média", tem por intento prover a esta última as condições mais favoráveis à boa escolarização e, por consequência, a ocupação das "atividades que são mais bem remuneradas" (SOUZA, 2017: 80). Para tanto, é necessário, por exemplo, que suas demandas "domésticas, sujas e pesadas", sejam realizadas pela ralé "a preço vil", detrimento escolar e "tempo roubado", explicitando "a funcionalidade da miséria" (SOUZA, 2017: 80). Assim, a ralé enquanto "classe roubada, é condenada eternamente a desempenhar os mesmos papéis secularmente servis", reflexo da mentalidade da exploração escravista que de algum modo ainda se faz presente em nossa sociedade (SOUZA, 2017: 80). Por esta linha de raciocínio, é possível compreender que a participação da classe média "nos golpes contra as classes populares tem muito a ver, portanto, com as estratégias de reprodução de privilégios e muito pouco com moralidade e combate à corrupção" hipocritamente ligados a discursos religiosos ou ações deliberadamente seletivas como as decorrentes da operação "lava jato" (SOUZA, 2017: 95).

Destarte, por ter praticado um governo marcado pela diminuição das desigualdades sociais, em que parte da ralé passou a ter melhor acesso a educação, emprego, renda e condições de cidadania, o governo Lula passou a sofrer não apenas a oposição de uma significativa parcela dos setores médios urbanos, como também seu ódio, face a ameaça da diminuição de alguns de seus privilégios de classe, como a competição pelo acesso ao capital cultural e as melhores ocupações no mercado de trabalho, bem como em função da diminuição da oferta de mão de obra extremamente barata. Além disso, apesar da dinamização da economia, muitos, "especialmente a

classe média tradicional, não gostaram de ter de compartilhar espaços sociais antes restritos com os 'novos bárbaros' das classes populares ascendentes" (SOUZA, 2016: 82). Neste sentido, basta rememorar as muitas reclamações nos aeroportos pejorativamente comparados como rodoviárias lotadas de pobres, as insatisfações com os chamados "rolezinhos" dos adolescentes de periferia em shoppings, os olhares de repúdio aos mais pobres nas filas dos supermercados lotados além, dentre outras coisas que poderiam ser citadas aqui, das críticas em relação ao aumento das vendas de veículos populares que ampliaram a frota nas grandes cidades.

Notoriamente, durante as gestões petistas, passou a existir um desconforto "difuso na classe média tradicional que não pode ser apenas compreendido com motivos racionais". Em termos gerais, a maior proximidade, tanto física quanto de hábitos de consumo, "entre classes sociais que guardavam antes enorme distância precipitou e explicitou publicamente um racismo de classe antes silencioso e exercido somente no mundo privado" (SOUZA, 2016: 82-83). Contudo, como na "política a legitimação dos interesses é fundamental", os setores inconformados da elite e da classe média não poderiam simplesmente, "na cara de pau", dizer a maior parte da população brasileira que as "benesses do mundo moderno" cabem apenas a alguns poucos privilegiados, pois, pelos princípios do cristianismo e do direito, todos são, respectivamente, filhos de Deus e iguais perante as leis (SOUZA, 2018: 19).

Foi neste contexto de impasse acerca da necessidade de legitimação da exclusão social da maioria dos brasileiros, que se iniciou a "construção da linha do moralismo, como mais uma forma alternativa de produzir solidariedade interna entre os privilegiados" (SOUZA, 2016: 83). Para tanto, a atuação dos meios de comunicação, tanto os novos quanto os mais tradicionais, atuando a serviço da "elite do dinheiro" de modo a cooptarem apoio ao discurso da moralidade, do combate seletivo à corrupção, foi fundamental.

Sobre a atuação dos meios de comunicação nesse processo, é importante salientar o papel da chamada "velha mídia" em relação às novas, uma vez que, nas "sociedades contemporâneas, não obstante a velocidade das mudanças tecnológicas (...) a centralidade da (...) televisão, rádio, jornais e revista é tamanha, que nada ocorre sem seu envolvimento direto e/ou indireto" (LIMA, 2013: 89). Nesse sentido, embora as manifestações tenham sido convocadas por meio do uso das novas técnicas de informação e comunicação, tais como as redes sociais através da internet, os agentes sociais nela inscritos "ainda dependem da velha mídia para alcançarem [maior] visibilidade pública, isto é, para serem melhor incluídos no espaço formador da opinião

pública", visto que este espaço de debate, em certa medida, "ainda é monopólio exercido" por ela (LIMA, 2013: 90) ⁴. No mais, "na vida cotidiana de um jornal, de uma rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país. Com todas as deformações que se queira, vê-se aí resumido, reunido, com relevos acentuados, o jogo que é jogado no mundo político" (JEANNENEY, 2003: 225).

Por mais que as novas mídias tenham cooperado significativamente para a emergência das manifestações desencadeadas a partir de junho de 2013, a mídia tradicional não só passou a dotá-las de maior atenção junto a opinião pública, como também a manipular, em certa medida, as leituras e os enfoques que delas deveriam ser realizadas. Assim, conforme as eleições presidenciais de 2014 se aproximavam, enquanto a bipolaridade política se acirrava nas redes sociais e nas ruas, os setores mais representativos e monopolistas da grande mídia fizeram sua escolha, firmando posições com os agentes sociais que apoiaram a candidatura de Aécio Neves em meio a disputa pelo poder político, com vistas ao reformismo econômico de caráter neoliberal e seus impactos no campo social.

Entretanto, a vitória eleitoral de Dilma Rousseff não foi bem recebida pelo grupo derrotado. O cenário pós-eleitoral revelou que o acirramento da disputa, que já era "perceptível em certos setores da mídia e no ambiente virtual das redes sociais, seria capaz também de ganhar as ruas". A derrota de Aécio por uma pequena margem percentual desencadeou uma forte reação de vários segmentos extremistas de uma direita inconformada, que quase imediatamente passou a reivindicar o impeachment da presidenta recém-eleita. A articulação golpista funcionou e em 2016 Dilma Rousseff foi derrubada da presidência. Contudo, envolto em várias denúncias de corrupção e em meio a disputas dentro do PSDB, o projeto ambicionado por diversos segmentos da classe média, dentre outros atores sociais, de viabilizar um governo presidido pelo então senador Aécio Neves, se mostrou inviável.

Diante da perspectiva do retorno do PT a frente do governo, mais precisamente com Lula presidente, as forças de direita decidiram apelar. Fake news nas redes sociais, massificação do discurso anticorrupção, reportagens tendenciosas, vazamento proposital de informações de investigações, grampo ilegal, judicialização da política, aceleração de

⁴ Grifo nosso. Embora seja inegável a contribuição dos grandes meios de comunicação no que concerne a formação da opinião pública, conforme entende Venício Lima, é preciso ressaltar que a relativização propositalmente incorporada na escrita do parágrafo é necessária, visto o texto do autor ter sido escrito em 2013, momento em que os novos meios de comunicação e informação a partir da internet, embora já importantes, não tinham a mesma notoriedade e capacidade de alcance público como hoje.

investigações, vangloriação da "operação lava jato", heroicização de um juiz, manifestações de rua, associações absurdas da esquerda com o comunismo, terrorismo simbólico, seletismo da justiça e espetáculo midiático. Tudo passou a ser válido supostamente em nome do patriotismo, do nacionalismo, do combate a corrupção, do combate ao comunismo, de amor ao Brasil. Quanta hipocrisia. Na verdade, todo o conjunto de arbitrariedades passaram a ser válidas em benefício dos interesses da "elite endinheirada", da manutenção dos privilégios de minorias em detrimento dos interesses dos mais pobres, do direito ao monopólio da classe média sobre o capital cultural e sobre as melhores ocupações laborais no mercado de trabalho e, em resumo, do retrocesso social do Brasil.

Principal foco do ódio da direita, Lula foi questionavelmente condenado em 2018, de modo a impedir seu retorno a presidência da República nas eleições daquele ano, em que aparecia como favorito em todas as pesquisas então realizadas. Para Jessé Souza, "o ataque cerrado da mídia manipuladora ao PT e o ataque concatenado a Lula" representaram "ataques a uma política bem-sucedida de inclusão das classes populares que Lula e o PT representavam". Mais do que isso, o "combate seletivo à corrupção pela imprensa e seus aliados no aparelho de Estado foi mero pretexto para combater uma política redistributiva".

Todavia, mesmo preso Lula forçou as atenções para a carceragem da Polícia Federal em Curitiba. Com seu apoio, Fernando Haddad despertou a temerosidade da direita quanto ao retorno do PT à presidência. Assim, face ao desgaste do PSDB e do candidato Geraldo Alkmin, a direita resolveu radicalizar seu apoio ao candidato Jair Bolsonaro, cujo discurso de campanha não só atendia aos anseios desta mesma direita, sobretudo de uma grande parcela da classe média mais tradicional, como lhe permitia a externalização de todos os preconceitos e ódio não apenas contra o petismo, mas sobretudo contra os mais pobres, os quais pretendiam voltar a submeterem as condições de subalternidade anteriores aos governos PT.

Esquivando dos debates e sem apresentar propostas claras de governo, sobretudo no que tange as questões econômicas e sociais, Bolsonaro empreendeu uma campanha pautada por discursos destinados ao convencimento de massa e marcada pela violência simbólica. Se apresentando como um líder patriótico capaz de moralizar o Brasil, ancorou sua campanha em um processo de demonização do PT e suas lideranças. Aos "petralhas", um dos adjetivos preferidos por ele utilizado, promoveu a associação com a corrupção, com a "bandidagem", com o comunismo e com o ateísmo.

Para além do exposto, Bolsonaro exaltou o mito da meritocracia tão cara a classe média, criticou as políticas sociais, radicalizou o discurso contra a criminalidade,

enalteceu o esforço do empresariado face as dificuldades de se produzir em um país marcado por uma legislação trabalhista entendida por ele como paternalista, se valeu do discurso religioso em um país laico de modo a angariar o apoio dos cristãos mais conservadores, principalmente evangélicos, teceu críticas as minorias a exemplo de indígenas, associou alguns movimentos sociais ao terrorismo como o MST, defendeu o regime militar, homenageou torturador, defendeu a flexibilização da legislação ambiental em benefício dos interesses do agronegócio, escancarou seu lado machista e homofóbico, prestou continência à bandeira dos Estados Unidos, vangloriou os militares e demonstrou desprezo por profissionais da educação e, dentre outras coisas, explicitou sua indisposição com a política de direitos humanos.

O fenômeno Bolsonaro, ainda mais fortalecido após o atentado contra sua vida praticado por Adélio Bispo, foi beneficiado pela associação da "virtú" com a "fortuna" de que trata Maquiavel em "O Príncipe". Em outras palavras, Bolsonaro dispunha do perfil político oportuno diante das circunstâncias inerentes a reação conversadora então em curso pela direita brasileira e, no que interessa aqui, mais particularmente pelo grosso da classe média, pelas razões já elucidadas. Seu discurso de massa divulgado através das redes sociais e emissoras parceiras, a exemplo de SBT e Record, desencadeou o apoio apaixonado de milhões de brasileiros predispostos a aceitá-lo, por se identificarem, de algum modo, com os vários aspectos do seu conteúdo, parte dele explicitado acima. Aqui, mais uma vez é oportuno chamar a atenção para o fato de que não é minha intenção neste texto negligenciar o apoio de outros atores sociais, inclusive dentre populares, ao bolsonarismo, mas tão somente tratar dos aspectos mais vinculados a classe média, onde se concentra sua principal base de apoio, sem a qual ele não teria sido eleito.

Parece contraditório, após ter tratado da classe média enquanto maior detentora de capital cultural, o que pressupõe estudo, expor parte dela como suscetível ao discurso de massa, ainda mais empreendido por uma liderança política de comportamento tão tosco quanto Bolsonaro. Contudo, cabe salientar que, segundo Hannah Arendt, o homem de massa não se caracteriza propriamente pela sua escolarização, mas principalmente pela sua apatia política. Para ela, massa pode ser concebida conceitualmente como um agregado de pessoas ou parcelas significativas de uma população que “não se unem pela consciência de um interesse comum”, adotando posturas de apatia ou indiferença política, fato que termina por favorecer a cooptação destas por “meio da propaganda” ou outro instrumento de doutrinação que lhes possa atingir (ARENDR, 2006: 361 e 390). Na mesma linha, Schumpeter argumenta que

massa pode ser entendida como um agregado de pessoas, indiferente de hierarquias sociais e níveis de instrução formal, marcadas pela “ignorância” e “reduzido senso de responsabilidade” política que, na inviabilidade de ações que versem sobre o bem comum, agem segundo interesses individuais e sob “influência” de “propagandas” ou outros “métodos de persuasão” política (SCHUMPETER, 2010: 322-329).

A partir destas definições, é possível dizer que em consonância com seus interesses e visão de mundo, milhares de integrantes da classe média foram seduzidos pelo discurso bolsonarista o qual dotaram credibilidade. Assim, além de defendê-lo por um processo de alienação, passaram a pautar suas ações contra todos aqueles admitidos no discurso como os inimigos objetivos a serem combatidos, a exemplo dos petistas. Todavia, se por um lado uma parcela significativa da classe média marcada pela ignorância política para além de sua escolarização foi alienada pelo discurso de massa bolsonarista, por outro, nem todos firmaram apoio ao "mito" por esta razão, mas sim por uma opção consciente e deliberada, ou seja, por cinismo em sua versão moderna.

O cínico moderno pode ser compreendido como alguém que obtém o esclarecimento acerca da falsa consciência, que é a consciência induzida por uma dada "realidade" e não propriamente pelo "real" (SLOTERDIJK, 2012: 34). Contudo, apesar de consciente acerca das nuances de uma dada "realidade", o "cínico moderno", ao contrário de seus predecessores da antiguidade, é movido por um sentimento de autoconservação que o conduz a agir segundo a lógica desta mesma "realidade" por ele desnudada.

Embora de um modo mais discreto, na luta pela sobrevivência o cínico moderno, embora esclarecido, se adapta a realidade a qual está inserido, agindo em meio a ela de modo a satisfazer seus interesses e potencializar oportunidades de ganhos, ainda que em detrimento ou promovendo o infortúnio de outros. Assim, o cínico moderno não usa sua consciência esclarecida para tecer críticas a realidade ou ideologia a qual está inserido e muito menos para viabilizar o esclarecimento de outros. Seu comportamento é egoísta e destinado a satisfazer a si mesmo, ainda que ciente do prejuízo de outros (SLOTERDIJK, 2012: 31-37). Como é possível afirmar, embora inscrito em uma sociedade de massa, o cínico moderno não pensa como um típico homem de massa, por não se sujeitar a manipulação do discurso empreendido pelo líder através do controle do aparato dos meios de comunicação. Todavia, ainda que conhecedor da ideologia inscrita no discurso que pauta um determinado governo, se conforma a ele e procura agir de modo a satisfazer, a partir dele, seus interesses, mesmo ciente dos prejuízos sofridos por todos aqueles apontados como os inimigos objetivos do regime.

No caso do bolsonarismo isso não é diferente. Muitos integrantes da classe média, dotados não apenas da escolarização formal, mas também da capacidade de compreensão da realidade política e das distensões ideológicas as quais o país vem passando, em nome da própria autoconservação de seus privilégios, tal como o monopólio do capital cultural já abordado, passaram a apoiar deliberadamente Bolsonaro, em prejuízo aos mais pobres. A estes, embora mais raros, mais que aos cooptados pelo discurso de massa, a responsabilidade pelos infortúnios do governo Bolsonaro devem ser mais cobrados, pois, sabem o que fazem e ainda assim o fazem. Entretanto, seja por cinismo ou alienação, no que tange ao apoio ao discurso empreendido por Bolsonaro durante a campanha eleitoral contra Lula e o PT pelas razões já tratadas, "o que se viu foi um show de hipocrisia". Que "muitos tenham acreditado" ou apoiado conscientemente essa "farsa", deve-se aos interesses racionais ou irracionais da parte mais conservadora da classe média que ansiava por um pretexto para expressar seu ódio de classe" (SOUZA, 2016: 85-86).

Bibliografia

- ANSART, Pierre. *Mal-Estar ou Fim dos Amores Políticos?* Revista História e Perspectivas. Uberlândia: UFU (25 e 26). Jul/Dez de 2001 - Jan/Jul de 2002, pp 55-80.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo. Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- JEANNENEY, Jean-Noel. *A Mídia*. In: RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. 2ed. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- LIMA, Venício A. de. *Mídia, Rebeldia Urbana e Crise de Representação*. In: MIRACATO, Ermínia; et.al. (Org.). *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil*. 1ed. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2013.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 7ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- PIKETTY, Thomas. *A Economia da Desigualdade*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Os processos da globalização*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SCHUMPETER. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. São Paulo: Unesp, 2010.
- SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.
- SOUZA, Jessé. *A Radiografia do Golpe. Entenda Como e Por Que Você Foi Enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.
- SOUZA, Jessé; VALIM, Rafael (Coords.). *Resgatar o Brasil*. São Paulo: Contracorrente / Boitempo, 2018.
- SLOTEDIJK. *Crítica da Razão Cínica*. Tradução de Marco Casanova, et.al. São Paulo: Editora Estação Liberdade Ltda, 2012.

UM INTELLECTUAL NO PRINCIPADO ROMANO (SÉC I D. C.): UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE PLUTARCO DE QUERONEIA À LUZ DO PAPEL DOS INTELLECTUAIS

Francisco ROCHA¹

O objetivo deste trabalho é lançar mão de algumas considerações acerca dos agentes históricos que a contemporaneidade convencionou chamar de “Intelectuais” no contexto da Antiguidade Clássica. Tal discussão, que se apresenta com um caráter inovador e problemático, tem ganhado cada vez mais adeptos e interessados na área. Uma variedade de Antiquistas brasileiros já deu suas contribuições sobre o assunto, como no caso da importante produção bibliográfica *Intelectuais, Poder e Política na Roma Antiga* (2010), fruto dos trabalhos de pesquisa dos historiadores Fabio Duarte Joly, Sonia Regina Rebel de Araújo e Cláudia Beltrão da Rosa. Essa obra é importante, pois demarca no cenário nacional o seu lugar na discussão sobre intelectuais na Antiguidade, oferecendo uma visão consciente da raiz contemporânea do termo, mas o que em contrapartida, não se configura como um empecilho em sua utilização em outros períodos da história

No caso dos escritores, cujas obras compõem o que hoje se considera uma “tradição clássica”, o conceito de “intelectuais” revela-se particularmente interessante por ser mais abrangente que os rótulos de poeta, filósofo, historiador e orador, tradicionalmente aplicados a esses escritores. Essa tendência a compartimentar a atividade intelectual, a colocar fronteiras entre as esferas do conhecimento, é muito mais um fenômeno contemporâneo do que propriamente uma característica do pensamento antigo (ARAÚJO; ROSA; JOLY, 2010, p.14).

Os cuidados com o tratamento conceitual não são características exclusivas dos pesquisadores que se dedicam aos estudos da Antiguidade, porém, nesse caso, sabemos o quão difícil é lidar com termos cuja raiz de suas fundações se encontra predominantemente no período contemporâneo, é precisamente por essa razão que o zelo pela discussão conceitual deve ser sempre revigorado. A antiquista Helena Amália Papa em suas análises ressalta as circunspeções que permeiam o trabalho de historiadores da Antiguidade que ousam apropriar de terminologias dadas na

¹ Mestrando em História no PPGH - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes sob a orientação da Profa. Dra. Helena Amália Papa (Depto. de História – Unimontes). E-mail: franciscorochahistoria@gmail.com Apoio: Fapemig.

contemporaneidade e alerta para a necessidade de ponderação, para não incorrer em riscos de anacronismos. A autora ressalta a necessidade por parte dos historiadores de se esforçarem para compreender, que certos conceitos que possuímos na atualidade eram representados de maneiras diferentes para os romanos (PAPA, 2014).

Cientes dos desafios que cercam as discussões sobre a temática ressaltamos a nossa proposta de colaborar para o enriquecimento da discussão acerca do conceito e suas possibilidades de operacionalização, auxiliando historiadores da minha geração interessados em realizar uma pesquisa a partir desse enfoque. Longe de qualquer pretensão de esgotar o debate, reafirmamos nosso compromisso de contribuição e busca para obter bases mais sólidas para a aplicabilidade do conceito de intelectuais na Antiguidade.

É partindo desta proposta de trabalho que situamos neste debate o personagem a qual centralizamos nossos esforços de análise, a saber, Plutarco de Queroneia, sua vida e parte de sua obra, fonte de nossa pesquisa. A trajetória pessoal deste personagem se apresenta como uma bússola norteadora de nossa investigação. Buscamos neste trabalho empreender nossas análises sobre a atuação do autor grego no Principado Romano (séc. I d.C.), pois, em nossa concepção, Plutarco exercia uma relativa autonomia frente à ordem vigente do mundo social a qual estava inserido e por isso seu papel extrapola a dimensão de um intermediador cultural, se apresentando como um poderoso porta-voz de anseios políticos. Baseados nessa hipótese é que pretendemos vislumbrar através deste texto a capacidade de influência e articulação do personagem no campo político de sua época, por meio da elaboração de seus escritos, suas redes de sociabilidade², e a capacidade de articulação política que o mesmo inspirou dentro da conjuntura política do Principado. Devido à vasta obra de Plutarco, daremos enfoque para o copilado de biografias escritas pelo queronês, conhecidas como *Vidas Paralelas*, em específico a fonte de nossa pesquisa, a obra: *Vida de Alexandre*.

Um balanço acerca da trajetória do conceito

Tendo em vista que, o nosso objetivo é encontrar em Plutarco traços que nos permitam demonstrá-lo como um intelectual, perguntas objetivas surgem no horizonte, quem é que pode ser chamado de intelectual? O que torna determinado indivíduo ou

² Entendemos por rede de sociabilidade o alcance que determinada personagem obtém a partir de suas relações sociais, nas quais, para nós, estão inseridas as possíveis relações existentes no período (religiosa, política, militar, econômica, administrativa, dentre outras) sobre o assunto ver: PAPA, Amália Helena. **A Autoafirmação de um Bispo: Gregório de Nissa e sua visão condenatória aos Eunomianos (360-394 D.C.)**. 2014. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Franca, 2014.

grupo de indivíduos “intelectuais”? A busca por tais respostas nos leva a realizar uma breve análise acerca do conceito com a intenção de demonstrarmos sob quais influências de perspectivas estamos categorizando Plutarco.

Para o autor Jean- François Sirinelli (2009) os estudos acerca dos intelectuais devem sempre ter como elemento norteador a definição alargada na qual os intelectuais são percebidos como criadores e mediadores culturais que desempenharam papel de relevância na vida social de determinada comunidade. Partindo desta premissa caberia aos investigadores da história dos intelectuais buscarem compreender o grau de participação destes agentes no processo de construção de ideias e seu nível de articulação no jogo político de um determinado período.

Tomando como base as reflexões clássicas do autor italiano Norberto Bobbio, a categoria “intelectual” teria surgido no mundo contemporâneo, mais precisamente no final do século XIX tendo a França como palco de seu exórdio, sendo difundida e discutida posteriormente no restante do mundo (BOBBIO, 1997, p. 11). Mesmo com a definição temporal delimitada, o autor não hesita em afirmar que os intelectuais sempre existiram, pois em todo e qualquer tipo de sociedade também existiu para além do poder econômico e do poder político, o chamado “poder ideológico” que seria a capacidade que determinado grupo possuía de transmitir ideias, símbolos, valores e visões de mundo, por intermédio do exercício das palavras (BOBBIO, 1997, p. 11).

Em virtude de nossa cautela em lançar mão de categorias evitando uma abordagem estanque e arbitrária, optamos por adotar a conceituação proposta por Bobbio de que um intelectual é aquele que não faz coisas, mas reflete sobre as coisas, que não maneja objetos, mas símbolos, alguém cujos instrumentos de trabalho não são máquinas, mas idéias (BOBBIO, 1997, p. 68). Embora seja clara, essa definição ainda é muito ampla, pois auxilia mais no processo de exclusão da categoria aqueles que não são intelectuais do que propriamente na definição daqueles que o são. No transcorrer de sua exposição, Bobbio vai apresentando delimitações que irão desaguar em um afunilamento para se visualizar com maior nitidez aqueles que podem ser chamados de intelectuais.

As delimitações propostas pelo autor elucidam o caráter normativo de sua abordagem, ou seja, o texto de Bobbio nos apresenta uma ideia daquilo que o intelectual “deve fazer”, como “devem agir”, é nessa instância que se configura a circunscrição de que a intervenção do intelectual deve sempre ocorrer no debate político, ou seja, o mesmo deve manejar símbolos, signos, idéias como dito anteriormente, mas com uma condição essencial, tudo isso deve se passar estritamente no campo político. Neste

ponto destacamos para fins de sustentação de nossa hipótese, que a possibilidade de reconhecimento de tais figuras ocupadas com o discurso do poder ideológico em tempos e sociedades diversas, corrobora para montagem de reais produtores de acordos, princípios, desacordos, e etc., sempre difundidos por intervenção das elocuções. Sob este prisma Bobbio nos corrobora

Que esses sujeitos históricos sejam prevalentemente chamados de “intelectuais” apenas a cerca de um século, não deve obscurecer o fato de que sempre existiram os temas que são postos em discussão quando se discute o problema dos intelectuais, quer esses sujeitos tenham sido chamados, segundo os tempos e as sociedades, de sábios, sapientes, doutos, *philosophes*, *clercs*, *hommes de lettres*, literatos, etc.”.(BOBBIO, 1997, p. 110-111).

É nesta senda aberta por Bobbio que manifesta-se nosso pressuposto de que Plutarco seria um intelectual dentro de seu contexto. Foi através de seus relatos que tratavam das *Vidas* de grandes personalidades políticas que o autor ganhou notória relevância no mundo antigo e mesmo na contemporaneidade. A apresentação dessas *Vidas* contidas no conjunto das relatorias plutarqueanas tinham como intuito a proposição de “*princeps*”³ ideais” cujos quais deveriam ser seguidos pelas lideranças da época de Plutarco e também da posteridade.

Na atualidade é perceptível a usualidade recorrente com que o conceito de intelectuais aparece. E, embora seja um conceito forjado na contemporaneidade, como já ressaltado aqui neste texto, isso não impede a possibilidade do uso do mesmo em outros períodos da historiografia. A ampliação das suas áreas de aplicabilidade veio atrelada a uma possibilidade de renovação das discussões acerca dos papéis que os intelectuais exerceriam em seus respectivos contextos históricos, sobretudo ao que concerne a extrema relevância daquilo que foi produzido por esses homens no âmbito da política, no caso de nossa investigação situamos as produções bibliográficas no universo da política na Antiguidade.

Na perspectiva da historiadora Dominique Monge Rodrigues Souza e do também historiador André Luiz Cruz Tavares, as análises das produções destes ditos intelectuais antigos, corroboram para alçarmos uma visão de suas atuações que certamente transpunham uma mera visualização de seus conteúdos. Ou seja, trata-se de um olhar para o documento entendendo-o como um veículo de disseminação de valores e idéias que, em seu cerne, se constitui a partir de representações políticas e de

³ Em relação ao emprego deste termo, ver: ZIEGLER, Vanessa. *Plutarco e a formação do governante ideal no principado Romano uma análise da biografia de Alexandre*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

propostas que objetivavam, muitas vezes de forma implícita, o estabelecimento de consensos e dissensos no imaginário político onde foram produzidos (SOUZA; TAVARES, 2017). Ao que concerne o contexto específico de nossa abordagem, os autores supracitados afirmam que

No caso romano antigo, muitos desses intelectuais recorreram à elaboração de verdadeiras genealogias políticas (quase sempre, historicamente idealizadas) e à designação de certos elementos, grupos sociais e/ou instituições políticas como responsáveis pelo estabelecimento da ordem e da prosperidade econômica e social de Roma (SOUZA; TAVARES, 2017, p.9).

Sobre o contexto histórico ao qual Plutarco está situado, a conjuntura política em questão, damos enfoque para o fato de que o Principado Romano ainda era um modelo de governo muito recente, cujas bases rumavam para uma solidificação, sendo que este era alvo de diversas críticas e reflexões. Como é o caso dos conflitos entre correntes literárias do período, uma delas a qual Plutarco fazia parte. Com o auxílio da historiadora Maria Aparecida Silva, situamos a obra plutarqueana dentro do chamado movimento da “*segunda sofística*”, um período compreendido pela historiografia entre os anos 50 e 250 d.C. Esse movimento teria como principal característica uma aglutinação de literaturas gregas de caráter muito próximo, que teria como elementos constitutivos a construção de um passado embasado na narrativa heróica de Homero e nos autores da história clássica grega. De modo geral, os primeiros estudiosos da *segunda sofística* nos apresentam a divisão de seus partícipes como: aqueles que eram favoráveis ou contrários à política imperial. Sob a perspectiva dessa ótica, Jones nos revela que a característica principal da *segunda sofística* é a formação de um grupo de intelectuais gregos, o qual Plutarco integra, convive com a elite romana e é agente partícipe dos quadros administrativos do Império (JONES, 1971, apud SILVA, 2008, p. 5).

Por outro lado, essa corrente literária não flutuava sozinha naquele contexto, Plutarco e demais autores da segunda sofística tinham como seus principais interlocutores os membros de uma corrente literária chamada de crítica cínico-estóica. Essa corrente fora responsável por difundir os contra-exemplos de Alexandre com maior ênfase e de forma caricatural. Esses opositores da imagem do rei macedônio adotavam tais práticas em seus discursos porque se voltavam contra a ideia do Principado e por isso utilizavam-se da imagem de Alexandre para propagar o que na visão desta corrente havia de negativo em relação à ideia de império contida ali.

É vislumbrando desconstruir os modelos que serviriam para justificação ideológica do império que esse grupo almejava ascender sua crença num possível

retorno à República Romana (LIPAROTTI, 2017). Em que pese essas disputas de correntes no bojo do Principado Romano, ressaltamos a possibilidade de haver projetos políticos concorrentes que eram apresentados através desses discursos literários. A imagem de Alexandre, tão cara para Plutarco, passa a ser alvo de censura por grupos opositores ao projeto do Império.

Adicionamos aqui que em nossa interpretação as narrativas de Plutarco tinham o claro objetivo de, além de se fazer notar a cultura dos helenos, apresentarem não um projeto de superioridade, mas uma ideia de equidade que dialogava com as necessidades e anseios políticos da época. Apresentar Alexandre como modelo de rei ideal, repleto de características que o aproximavam dos imperadores da dinastia Julio-claudiana, é parte constitutiva de elaboração de um projeto político que o autor acreditava ser o melhor para Roma naquele momento.

Vida de Plutarco

Plutarco era neto de um homem chamado Lâmprias, filho de Autóbolus e irmão de Timon e Lâmprias, membros da nobreza beócia. Quando completou 20 anos, em torno de 60 a.C., foi para a cidade de Atenas com a intenção de aprender os fundamentos da Retórica, da Física, da Matemática, da Medicina, das Ciências Naturais, da Filosofia e das Literaturas grega e latina, o que era muito comum para os filhos das elites da sociedade na época. Sobre o assunto destacamos o berço a qual Plutarco era proveniente, o autor advinha de uma família da elite o que lhe rendeu plenas condições de estudar fora de sua cidade, um privilégio que na época estava resguardado somente para membros de um seleto grupo social.

Foi durante sua estadia na cidade ática que Plutarco conheceu Amônio de Lamptra, cujo saber apurado a respeito da Filosofia platônica despertou a curiosidade de Plutarco. Das lições de seu mestre egípcio, Plutarco trará em seus escritos a influência de seus ensinamentos (ZIEGLER, 2009, p. 26).

Consonante à pesquisa de Natália Frazão José (2011), o mestre de Plutarco era reconhecido em Atenas como um discípulo ardoroso do trabalho de Platão. É sob sua influência que o jovem grego despertou interesse pelos ensinamentos platônicos, apesar de ter estudado os fundamentos dos saberes mencionados anteriormente. Sobre o assunto, o historiador Pedro Paulo Funari aponta que a passagem de Plutarco por Atenas foi extremamente proveitosa e importante no que diz respeito à formação do mesmo como um intelectual naquela sociedade, pois, durante o período em que lá permaneceu, o jovem

beociano foi aclamado com a cidadania ateniense, símbolo que lhe conferiu grande prestígio (FUNARI, 2007, p. 131). Ao que pese as análises deste historiador acerca da vida de Plutarco, adicionamos ainda que acreditamos que tal prestígio a qual Plutarco foi angariando ao longo de sua carreira, foi responsável por ajudá-lo a construir seu capital simbólico⁴, que posteriormente o daria condições para desfrutar de uma audiência elitizada e influente que o daria atenção ao se mostrar receptiva em relação aos seus relatos.

Ao término dos seus estudos em Atenas, Plutarco, visando o enriquecimento de seus conhecimentos, viajou pela Grécia, Sicília, Ásia Menor e Alexandria. Em 68 d.C., retornou à sua terra natal onde se casou com Timossena, tendo cinco filhos, sendo que três faleceram ainda novos. Escreveu suas obras, assumiu cargos políticos e, por diversas vezes, visitou Roma. Em meio a tantas atividades, dedicou-se por vinte anos ao sacerdócio na cidade grega de Delfos⁵ (JOSÉ, 2011, p. 83).

O exercício do sacerdócio em Delfos nos reforça o quanto Plutarco fora influente na sociedade de seu tempo, sua figura conseguiu circular por meio de lugares sociais de destaque para época em virtude do já ressaltado neste texto, acúmulo de capital simbólico, que o permitia ter força no campo social. Estes elementos, política e religião, estavam intrinsecamente conectados naquela época, o cargo de sacerdote era também uma função de ordem política, aqui ressaltamos mais uma vez as condições as quais tornaram Plutarco um indivíduo aceito positivamente socialmente falando, o que o permitia ser ouvido/lido naquela sociedade. Seu discurso ganhava força através de suas relatorias, pois não advinha de qualquer pessoa, mas sim de um importante membro da elite local. Como já mencionado anteriormente por nós, a origem nobre de sua família, também nos corrobora a compreender sua trajetória e as oportunidades que teve de sempre ocupar cargos de relevância. Além disso, o próprio Plutarco ressaltava seu gosto por amizades influentes, como podemos notar através:

Como pertencia à aristocracia local pelo nascimento, Plutarco participava de viagens, festivais e obrigações oficiais, tornando-se conhecido e mantendo amizade com muitos romanos ilustres que visitavam a Grécia. Muitos desses romanos eram homens novos e ocupavam cargos importantes em Roma, como Mestrius Florus, amigo do Imperador Vespasiano, e que concedeu a Plutarco a cidadania Romana. Segundo Plutarco, era importante ter amigos romanos “das altas esferas do poder” posto que os romanos se preocupavam com os interesses políticos de seus amigos (ZIEGLER, 2009, p. 51).

⁴ Aqui o pensamento do autor está consoante a: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

⁵ Essa cidade localizava-se nas encostas do monte Parnaso. O santuário comportava, além dos edifícios religiosos, um ginásio, um estádio e um teatro com capacidade em torno de cinco mil espectadores.

Posteriormente, já atuando em cargos político-administrativos, Plutarco continuou a participar das obrigações relativas ao oráculo de Delfos, tornando-se um dos dois sacerdotes permanentes do templo, o que mais uma vez nos reforça esse presente atrelamento entre a religião e a política nessa época da história. Utilizando suas influências políticas em Roma, Plutarco promoveu um período de prosperidade ao oráculo de Delfos, sendo erguidas no local muitas construções entre os governos de Trajano e Adriano (ZIEGLER, 2009, p. 50). No primeiro século d.C., o autor beócio aproveitou oportunidades para proferir palestras aos nobres romanos, o que foi determinante para alavancar sua carreira. Foi essa notória influência que o aproximou de romanos politicamente importantes como Mestrio Floro. Este personagem romano foi preponderante na trajetória de Plutarco, pois nas palavras de José (2011, p. 83), o fato de ser um contundente incentivador da cultura romana muito influenciou o nosso autor. Este fora o responsável pela concessão da cidadania romana a Plutarco que, em homenagem ao seu amigo, adotou o nome de Mestrio Plutarco. Devido ao desconhecimento acerca do período em que Mestrio Floro foi Cônsul, é impossível sabermos qual teria sido o imperador responsável por conceder o título de cidadão romano a Plutarco (ZIEGLER, 2009, p. 27).

Plutarco, portanto, pode ter exercido importantes cargos administrativos em Roma, o que se constata pela concessão de títulos como a *ornamenta consularia* (destinado àqueles que não pertenciam ao corpo do senado) e o de procurador honorário da Grécia, fornecidos pelos imperadores Trajano e Adriano, respectivamente. Entretanto, José (2011) questiona se ele realmente exerceu tais funções, pois isso escapa de nossos conhecimentos, não sendo possível precisa afirmação sobre tais eventos.

Por meio dessa breve explanação acerca da trajetória do autor, podemos inferir que uma das principais marcas de sua vida é justamente esse espírito itinerante, ponto que o ajudou a construir sua carreira e imagem de intelectual no império.

Fora esse aspecto que também em muito contribuiu para um profundo conhecimento da sociedade romana na qual estava inserido, deixando como legado suas diversas obras sobre moral, política e religião. Tal característica flutuante, por assim dizer, do autor grego, possibilita-nos a compreensão de diversos aspectos de suas obras, principalmente as intituladas “*Vidas Paralelas*”, em que o escritor utiliza tanto seus conhecimentos e fontes da sociedade grega quanto da sociedade romana para relatar a vida de personagens ilustres em ambas (JOSÉ, 2011, p. 85).

Dentre o legado das canônicas obras plutarqueanas, as *Vidas Paralelas* configuram uma extensa coletânea de relatorias de vidas, nas quais o autor beócio

compara personalidades gregas e romanas, cada qual com sua relevância dentro de sua sociedade. Além das *Vidas Paralelas*, Plutarco deixou de legado seu famoso manual *Obras morais e de costumes*, que consistem em tratados filosóficos que versam, entre outros assuntos, sobre política, moral, história e aspectos da natureza humana. O título *Moralia ou Obras Morais e de Costumes*, como é nomeado o conjunto dos tratados plutarqueanos, foi cunhado somente no início do século XIII por Maximo Planudes, quando o monge bizantino dividiu os escritos filosóficos, religiosos e de costumes das biografias dos homens ilustres, retirando os textos incertos (ZIEGLER 2009, p. 29). José nos informa que os estudos de Plutarco perpassavam desde os assuntos citados acima – filosofia, moral, ética – até discussões sobre casamento, política e religião. Esses tratados seriam basicamente as visões de Plutarco sobre tais assuntos, além de ensinamentos de conduta, virtudes, e sobre a educação das crianças (JOSÉ, 2011, p. 54).

Alcançando as considerações de Simon Swain (1999) inferimos que o período de maior produção de Plutarco teria sido o equivalente ao exercício da sua função de sacerdote em Delfos, mais ou menos a partir de seus cinquenta anos de idade. Também na referida época conforme o mesmo autor, os seus escritos teriam adquirido maior repercussão nas sociedades grega e romana. Além disso, tal autor considera que os escritos plutarqueanos teriam alcançado por volta de trezentos textos, criados separadamente, porém apresentando, na maioria das vezes, caráter moralizante e educador.

Um intelectual no Principado Romano

Em nossa concepção é em torno da *Vida de Alexandre* que se concentra uma significativa proposta de líder ideal, capaz de influenciar as gerações de governantes romanos de sua época. Isso justifica a nossa recorrente menção a essa obra e consequentemente à figura de Alexandre como modelo de *princeps* ideal. Ao que concerne à execução dessa obra, teria ocorrido provavelmente no final da carreira de Plutarco. As *Vidas Paralelas* se tratam de um conjunto de cinquenta vidas apresentadas de forma comparativa, de diversas personalidades históricas que tiveram papel de destaque em suas respectivas sociedades e contextos plurais.

No que tange ao caráter e a composição da obra, José (2011) afirma que as biografias plutarqueanas ou as *Vidas Comparadas*, como também são conhecidas, manifestam uma espécie de padrão em sua estrutura, iniciando sempre com a biografia de um grego, posteriormente a de um romano e, finalmente, uma breve comparação

entre ambos. “Dentro desta comparação, o escritor grego preocupava-se em confrontar e, até mesmo, em equiparar os feitos e valores dos homens romanos e gregos, emitindo suas próprias concepções” (JOSÉ, 2011, p. 54).

Ao relatar a vida de seus escolhidos, Plutarco comparou as ações das suas personagens por meio de diferentes exemplos de seu caráter exaltando e aumentando as suas virtudes, fazendo com que no embate entre os exemplos e contra-exemplos, os exemplos prevalecessem tornando seus personagens uma espécie de esteios a serem seguidos por governantes de gerações posteriores, como nos corrobora em sua análise a antiquista Semíramis Corsi Silva (2014).

O grego que escrevia sobre romanos e os comparava com seus compatriotas, nos traz uma riqueza cultural muito grande de seu mundo, cuja hegemonia pertencia a Roma, mas convergia culturalmente, socialmente, religiosamente com o universo grego. Sem abandonar sua ligação com a Grécia e, sobretudo para reforçar este laço, como quem necessitava desta ressalva para fazer sua cultura sobreviver, Plutarco traz para o mundo romanizado os exemplos de líderes da Hélade que marcaram gerações, agindo em nossa visão, não como um intermediador cultural, mas sim como um intelectual que pretendia exaltar sempre o passado grego que em sua visão era um valioso guia que caso fosse seguido pelos líderes de Roma alteraria positivamente os rumos daquela sociedade.

Por meio das análises da supracitada Maria Aparecida Silva em sua discussão sobre “*Plutarco e a Segunda Sofística*”, a historiadora nos demonstra que através de seus escritos Plutarco dissimulava seu principal objetivo, que consistiria em uma reivindicação de mudanças na política romana em relação às políticas aplicadas aos territórios conquistados. Ora, como já informado aqui, Plutarco era cidadão de Queroneia e viveu sob a égide do governo Romano em sua cidade. É a posição de dominado por parte do nosso autor que não o permitia redigir um texto explicitamente contrário às ações imperiais, freando de certo modo uma maior tonalidade de agressividade em seus registros (SILVA, 2006) Em relação à autoridade de tal autora nas discussões historiográficas, reconhecemos a posição de subalterno de Plutarco como um súdito do império, entretanto, em nossa visão isso não diminui a capacidade de relativa autonomia de Plutarco mediante o mundo social a qual estava submerso e os campos de poder aos quais transitava. O autor insistia através das metáforas das biografias comparadas, em apresentar suas críticas e formulações em relação ao futuro do Império cujo qual ele também fazia parte.

Na seqüência de seu raciocínio Silva (2006) nos corrobora para visualizar como Plutarco através de escolhas de palavras bem elaboradas, tecia seus comentários e expunha suas opiniões sobre questões que desaprovava na administração imperial do governo de Trajano. É por intermédio de palavras, previamente selecionadas dirigidas aos reis e generais que Plutarco manifestava suas desaprovações à política imperial romana

Plutarco procura persuadir o imperador a ler a sua obra mediante os seguintes argumentos: 'Aqui, penso que suas palavras, colecionadas em separado, são amostras também fundamentais de aspectos da vida que não lhe tomarão tempo e poderás rever, com brevidade, os homens de valor para a memória.' (SILVA, p. 259, 2006).

Por esta passagem podemos concluir que Plutarco permite transparecer suas queixas políticas, e nesse caso ao escrever para Trajano que era o representante de todo o império de então, o autor beócio utilizou-se de seu capital simbólico construído ao longo de sua trajetória marcada pela aquisição de relações íntimas com a elite romana para realizar um sutil convite de rememoração ao rei.

Em nossa leitura, a manifestação de sua visão em relação ao imperador só pode ser concebida da maneira como nos corroborou em suas análises, o historiador Laurindo Mekie Pereira, que resguardado pelo pensamento de Bourdieu (2007), nos lembra que alguns intelectuais parecem, em determinadas circunstâncias, usufruir de uma autonomia considerável em relação ao mundo social, ou parafraseando o teórico mencionado, tais intelectuais assumiriam significativa relevância dentro de determinado campo que seriam capazes de não só influenciá-lo como promover profundas mudanças nele (BOURDIEU, 2004, p. 22-23 apud PEREIRA, p. 74, 2018).

Por fim, podemos concluir que a presença do intelectual e a sua atuação política durante a Antiguidade Romana é exprimida por intermédio das construções e difusões de escritos que permaneceram mesmo com o passar do tempo, demonstrando o quanto a discussão sobre o modelo de *princeps* ideal para o período do Principado, foi constante preocupação que atingiu os mais diversos atores políticos das mais distintas vertentes, fosse de apoio ou oposição ao império. De tal modo os intelectuais antigos se esforçavam para difundir suas idéias e princípios políticos através de informações que se conectavam com uma comunidade receptiva destes discursos. Essa comunidade, que aqui podemos chamá-la de audiência, é parte de uma elite que acompanhavam de perto as propostas de exaltação e de busca da manutenção do poder imperial, sendo que este

poder, recebia críticas e sugestões de como seguir governando de maneira ideal, sempre almejando o pleno desenvolvimento e progresso de Roma.

Bibliografia

Fontes

PLUTARCO. **Vidas Paralelas**. São Paulo: Paumape, 1992.

PLUTARCO. **Alexandre o Grande**. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2004.

Bibliografia geral:

ARAÚJO, Sonia Regina R. de; ROSA, Claudia Beltrão da; JOLY, Fábio Duarte (Org).

Intelectuais, poder e política na Roma Antiga. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Unesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo Introdução a Plutarco. In PLUTARCO, SUETÔNIO. **Vidas de César**.

Tradução e notas de Antônio da Silveira Mendonça e Ísis Borges da Fonseca. São Paulo: Estação Liberdade, 2007, p. 131 – 135.

JOSÉ, Natália Frazão. **A construção da imagem do imperador Augusto nas obras de Velúcio Patérculo, Plutarco e Suetônio**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Franca, 2011.

LIPAROTTI, Renan Marques. Estudo Introdutório. In: PLUTARCO. **A Fortuna e a Virtude de Alexandre Magno**. Coimbra: Annablume Editora, 2017, p. 9-31.

PAPA, Amália Helena. **A Autoafirmação de um Bispo: Gregório de Nissa e sua visão condenatória aos Eunomianos (360-394 D.C.)**. 2014. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Franca, 2014.

PEREIRA, Laurindo Mekie. OS INTELECTUAIS E SEUS DILEMAS: uma análise sobre a intervenção de Antônio Sérgio e Gilberto Freyre no debate político luso-brasileiro. **ANAIS do X Simpósio Estado e Poder: Estado Ampliado** • 2018 • p.64-77.

SILVA, M.A.O. **Plutarco Historiador: uma análise das biografias espartanas**. São Paulo: Editora EDUSP, 2006.

_____. **Plutarco e a Segunda Sofística**. Revista Classica • 2006 • p.257-264, Universidade de São Paulo, Brasil.

SILVA, Semíramis Corsi. **O Império Romano do sofista grego Filóstrato nas viagens da vida de Apolônio de Tiana**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Franca, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p. 231-270.

SOUZA, Dominique Monge Rodrigues; TAVARES, André Luiz Cruz. Intelectualidade, culturas políticas e as representações do poder senatorial na Roma Antiga. In:

CARVALHO, Margarida Maria de; FUNARI, Pedro Paulo, JOSÉ, Natália Frazão (Orgs). **Diversidades Epistemológicas**. Curitiba: Ed: Prismas, 2017, p. 103 – 132.

SWAIN, S. Plutarch's Moral Program. In Plutarch's **Advice to the Bride and Groom and a consolation to his wife**. Oxford: University Press, 1991, p. 85-96.

ZIEGLER, Vanessa. **Plutarco e a formação do governante ideal no principado Romano uma análise da biografia de Alexandre**. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

A PRÁTICA DO PODER NA POLÍTICA: AS DISPUTAS BIPARTIDÁRIAS ENTRE “TIMBÓS” E “FARISEUS” NO MUNICÍPIO DE JANAÚBA/MG, 1960 A 1980

Genilda Rosana da Silva¹

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as atividades, exercícios e práticas do poder no contexto do bipartidarismo durante a Ditadura Militar brasileira em Janaúba/MG. No mencionado período, em muitas localidades os simpatizantes e filiados de partidos receberam denominações diversas, muitas vezes ligadas à sua história naquele lugar. As denominações para esses grupos partidários orbitavam entre as ideologias predominantes no período ARENA e MDB, a saber, em Janaúba eram os “Fariseus” e os “Timbós”.

A perspectiva teórica que fundamenta a presente pesquisa é com base no campo conceitual da História Política. O autor René Rémond, por exemplo, ajuda a entender a finalidade e as motivações dos partidos políticos que é a conquista e a manutenção do poder. Para este estudo específico, uma vez que o mesmo foi desmembrado da minha dissertação de mestrado, em fase de desenvolvimento, destacamos como fonte a investigação de livros dos memorialistas sobre a história local, assim como exemplares do Jornal “O Gorutuba” que circulava no município de Janaúba e região à época.

Uma discussão que tem foco a “política” e o “poder” não poderia deixar de mencionar José D'Assunção Barros (2009), quando ele alude que ambos são indissociáveis. Na perspectiva teórica e metodológica: “A Política, em sentido mais restrito, e o Poder, em sentido mais amplo, são construídos, percebidos, exercidos, apropriados, imaginados e discursados de modos diferenciados ao longo da História” (BARROS, 2009: s.d.). O autor enfatiza que “poder” não só é uma palavra complexa como polissêmica, além dos muitos sentidos que ela pode expressar, também é apropriada de maneira diversificada. Para os historiadores e pensadores políticos do século XIX, “o poder” era emanado apenas do Estado ou das grandes Instituições, entretanto numa outra perspectiva:

¹ Mestranda em História Social pelo PPGH - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. E-mail: E-mail: genilda1973@yahoo.com.br Apoio: Fapemig.

“Poder” – de acordo com uma nova ótica que foi se impondo gradualmente – é aquilo que exercemos também na nossa vida cotidiana, uns sobre os outros, como membros de uma família, de uma vizinhança ou de uma comunidade falante. “Poder” é o que exercemos através das palavras ou imagens, através dos modos de comportamento, dos preconceitos (BARROS, 2009: s.d.).

Percebemos que o poder, nesse sentido, faz parte das mais diversas instâncias da vida em sociedade. O mesmo não fica restrito a uma relação apenas vertical, mas ele está estritamente vinculado às relações estabelecidas na vida cotidiana. Essa percepção é extremamente importante quando analisamos as disputas de poder na política, pois é justamente no ordinário, muitas vezes através de atos sutis, e até mesmo de maneira velada que ocorrem os embates.

As informações enfatizadas no presente texto foram elaboradas a partir da perspectiva das memórias localizadas nos livros de escritores da região, tais como: José dos Santos Neto, no livro “Causos e coisas: o sertão e sua gente”, Osvaldo Antunes Farias, no livro “Os filhos do Gorutuba” e Hermínio Prates, no livro “Família Miranda”. Nesse sentido, alertamos para o fato que a memória construída é carregada de subjetividades e intencionalidades. Inclusive, enfatiza-se não apenas as lembranças do sujeito que as produz, mas também existe uma seleção dos fatos recordados que devem chegar até o leitor. Essa reconstrução da memória é permeada por tensões, como (DELGADO, 2003:10) afirma: “A relação tencionada acontece, por exemplo, quando se recompõem lembranças, ou se realizam pesquisas sobre guerras, vida cotidiana, movimentos étnicos, atividades culturais, conflitos ideológicos, embates políticos, lutas pelo poder”. Para a autora a memória ultrapassa o tempo da vida individual, e através das narrativas diversas constrói-se a memória de um tempo anterior a vida de um sujeito, e a mesma destaca: “Nessa dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e constituem-se como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico” (DELGADO, 2003:10). É importante sublinhar que essa não é uma tentativa de definir o conceito de memória, o qual requereria um esforço muito mais amplo e complexo. Nossa intenção é mostrar que as informações as quais lançamos mão circunscrevem no campo da memória. Embora, sejam utilizadas como fontes do conhecimento histórico, elas também são produzidas em um determinado tempo e espaço. E o pesquisador não deve ficar alheio a essa constatação.

Janaúba está localizada na região Norte de Minas Gerais, distante 660 km da capital do estado, Belo Horizonte, atualmente possui estimativa de 71.648 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019). O seu nome, de origem indígena,

significa planta leitosa, também conhecida como algodão de seda. O seu passado colonizador aconteceu por meio de um povo “cafuzo” ou “caboré”, mescla de índios tapuias e quilombolas que fugindo do cativeiro se estabeleceram na região, segundo Tolentino (1992) e posteriormente outros homens e mulheres vieram fixar residência e fizeram história nos solos gorutubanos², na data de 31/12/1943, através da Lei Estadual nº 1058, o distrito de Gameleira, que à época pertencia a Francisco Sá, passa a ser denominado de Janaúba, vindo a se emancipar em 27/12/1948 através da Lei Estadual nº 336, conforme consta no site oficial da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAUBA, 2018).

O município em questão limita ao Sul com Francisco Sá, Riacho dos Machados na parte Sudeste, Porteirinha e Nova Porteirinha a Leste e Noroeste, a divisa com Jaíba e ao Norte e a Noroeste Verdelândia, Capitão Enéas e São João da Ponte a Oeste.

Ao analisar o livro *Os Filhos do Gorutuba* de Osvaldo Antunes Farias percebemos que a sinalização da chegada da Rede Ferroviária em 1940, essa que seguiria de Montes Claros sentido Monte Azul traria mudanças significativas para cidade de Gameleira do Gorutuba. Nesse sentido o autor destaca:

Pessoas influentes da época – fazendeiros, descendentes de brancos portugueses que povoaram o Gorutuba no período da escravidão – aproximaram-se e viram a Gameleira do Gorutuba já habitada pelos descendentes de escravos, como região promissora para o comércio de gado e algodão através da ferrovia (FARIAS, 2018:119).

A construção de um templo da Igreja Católica e um hotel para receber os ferroviários é o primeiro marco dos tempos vindouros, onde as famílias tradicionais estabeleceriam as bases do poder econômico e político da região. Pois são justamente essas famílias que futuramente através de seus descendentes disputariam o poder político no município. O próprio autor confirma essa ideia quando afirma que, “a política ficou como uma espécie de herança de pai pra filhos, netos e bisnetos, que sempre estão envolvidos, direto ou indiretamente na disputa do poder público” (FARIAS, 2018:128).

Dentre os primeiros habitantes, citamos, conforme dados do IBGE: Francisco Barbosa, Antônio Catulé, Américo Soares de Oliveira, Jacinto Mendes, Mozart Mendes,

² Segundo a versão de Teodoro Sampaio a etimologia da palavra “Gorutuba” está relacionada aos pedregulhos e calhaus que são abundantes no leito do rio homônimo da região (FARIAS, 2018: 191)

Maurício de Azevedo e Moisés Lacerda. Muitos desses nomes permanecem na história de Janaúba quando se trata da política do município.

Retomando a discussão histórica acerca do político, é importante destacar que no Brasil, as instituições partidárias são classificadas como artificiais por muitos estudiosos, isto porque se observa o hábito da sociedade de, na maioria das vezes, votar na pessoa e não no que o seu partido prega ou representa. Assim, os partidos se tornam um amontoado de filiados, sem qualquer conexão real com a sociedade civil, como seria de se esperar.

Esse abismo impede que os partidos cumpram seu papel articulador entre as classes sociais, suas demandas e a política. O país está tomado por um fenômeno nacional recente: parte da sociedade está descrente dos partidos políticos, da política institucional e da democracia. O artificialismo dos partidos deve ser quebrado por uma melhor estruturação das classes sociais e econômicas, para que elas mesmas, através de seus cidadãos, se interessem pela política e passem a enxergá-la de maneira séria e profunda, como meio de organização de ideias e representação dos interesses do povo (SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016). Nessa mesma linha de raciocínio, os autores ainda alertam que:

Desta forma, as mazelas da inconstante vida política brasileira, estiveram desde sempre relacionadas à capacidade de superação dos problemas nacionais via desenvolvimento econômico. A subordinação das massas populares à industrialização e a urbanização nas estruturas do mundo rural em transformação, impediam a formação de partidos verdadeiros e a realização de eleições competitivas, visto que a importância da economia teria superado a todo tempo a importância da política e seu desenvolvimento (SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016: 09).

Dessa maneira, notamos que os autores destacam que ocorreu uma predominância do viés econômico como solução dos problemas nacionais. E a subordinação das massas populares às grandes estruturas de poder, o que acabou funcionando como entrave na organização e estruturação de partidos e eleições que representassem os interesses da população. O foco se manteve mais na importância da economia em detrimento da política.

O sistema bipartidário no Brasil foi institucionalizado durante a Ditadura Militar (1964-1985), e essa teve suas peculiaridades, típicas de um regime autoritário, com procedimentos legitimadores democráticos, numa tentativa de maquiagem do golpe

então instaurado. Há um hibridismo político que alternava práticas autoritárias e outras ao mesmo tempo aparentemente democráticas. Citamos, por exemplo: manutenção dos poderes legislativo e judiciário, mas com violação de suas decisões; a Constituição não foi extinta, mas seu texto foi várias vezes desrespeitado pelos Atos Institucionais; havia eleições para alguns cargos, mas a atuação política era extremamente restrita (SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016).

Em uma dessas eleições, partidos de oposição ao regime militar se mostram potentes frente ao clima instaurado no país e é justamente nesse momento que é instaurado o Ato Institucional n. 2, com o objetivo de eliminar a existência dos partidos reformistas e progressistas. Posteriormente, com a adoção do Ato Complementar n. 4, abre-se caminho para a existência de apenas dois partidos: Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA). A seguir os autores observam:

O interessante é que não ocorreu simplesmente a extinção dos antigos partidos, mas, sim, a configuração de um novo sistema partidário, do qual o regime esperava obter certo nível de legitimidade política e estabilidade para exercer o seu domínio autoritário ditatorial. De fato, os militares reafirmaram o hibridismo político do regime ao se proporem a aceitar um partido que desse sustentação ao governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – formada essencialmente por ex-membros da UDN-, e outro de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) tendo de forma majoritária os deputados do PTB como membros fundadores. Evitava-se, assim, um sistema de partido único (SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016: 12).

Dessa maneira, estudiosos afirmam que o MDB nasce como uma “oposição artificialmente construída”, numa tentativa de legitimar o regime imposto, mas que ao mesmo tempo não criasse uma oposição forte o suficiente para se tornar uma ameaça à Ditadura Militar. Logo, percebe-se que o estado procura suprir a necessidade de existência de um partido político, criando um ambiente desenvolvimentista com uma complexa modernidade conservadora (SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016).

Segundo informações de Janner Ruas de Abreu e Oliveira Júnior na década de 1950 surgiram dois grupos políticos que posteriormente seguiriam as ideologias da ARENA e do MDB. Inicialmente, esses grupos eram apelidados de “a turma de cima” e a “turma de baixo”, isso pela localização em que esses grupos residiam na cidade de Janaúba. A própria divisão geográfica refletia disputa pelo poder político na cidade, ou seja, esse poder também era estabelecido por meio dos limites territoriais, que também estavam ligadas a questões econômicas e sociais. Como (RÉMOND, 2003:35) tem

afirmado, com suas próprias peculiaridades, a análise do político deve ser realizada considerando suas relações com outros domínios de poder inerentes a vida em sociedade, pois ele, “liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social”. Ou seja, não sendo apenas institucional, a política perpassa as relações existentes na sociedade e é tida como atividade própria dos seres humanos.

A “turma de cima” era composta por Maurício Augusto de Azevedo, Mauricinho Azevedo, José Augusto de Souza, Moisés Lacerda, Martiniano Coelho e um grupo de ferroviários, todos residentes em torno do mercado municipal e da estação ferroviária. Enquanto “a turma de baixo” englobava os políticos Antônio Catulé, Marcolino Evangelista, Américo Soares, Reinaldo Viana, todos esses residentes nas adjacências da Praça Dr. Rockert, Rua Jacinto Mendes e parte da Avenida Brasil.

O mercado, a ferrovia e as ruas mencionadas estão todos localizados no centro da cidade, mas alguns deles estão mais centralizados, enquanto outros estão mais às margens da região, o que provavelmente pode ter contribuído para a indicação “turma de cima”, também conhecido como “Azevedos”, devido aos líderes políticos do grupo: Maurício Augusto de Azevedo e Mauricinho Azevedo, e “turma de baixo”, também chamada de “Catulés” em consideração ao líder Antônio Catulé e seus familiares.

Com a instituição do Bipartidarismo no país, surgiram outras denominações para esses grupos que orbitavam entre as ideologias predominantes no período ARENA e MDB, a saber: a “turma de cima” passou a ser chamado pejorativamente de “Fariseus”, enquanto a “turma de baixo” foi denominada de “Timbós”, o que acentuaria ainda mais as contendas entre esses grupos.

Ainda segundo informações de Janner Ruas de Abreu, numa determinada ocasião, em uma das reuniões da turma de baixo, o Sr. Reinaldo Viana desabafou comentando que a turma de cima parecia com fariseus e o Sr. Joaquim Brito retrucou que, eles poderiam ser fariseus, mas, que eles, a turma de baixo, seriam os timbós a matar esses peixes grandes. As disputas políticas eram constantes e muitas vezes marcadas pela violência.

Ao estabelecer essa denominação, eles sabiam que fariseus eram pessoas inescrupulosas e timbó era o nome de uma planta usada pelos índios para matar peixes. Obviamente o apelido não agradou à turma de cima, o que contribuiu ainda mais para

que ele se firmasse como meio de provocação dos adversários. Em um texto o memorialista, Janner Ruas de Abreu (2018) relembra os fatos:

Antônio Dias, de uma oratória invejável, se destacava. Lembro que certa feita o Antônio Dias, em um discurso no comício dos timbós ele fez referência aos fariseus como “sepulcros caiados”, quando assim dizia com relação às perseguições políticas, e mencionou: “Ai de vós, sepulcros caiados, fariseus, que por fora parecem limpos e belos, mas por dentro estão cheios de toda podridão” (sepulcros caiados literalmente falando é uma alusão ao túmulo, a lápide é linda, mas dentro tem um morto). Tal expressão usada por ele feriu em muito o grupo lá de cima, principalmente por ser chamados de fariseus, numa referência bíblica, usado por Jesus ao denominar os antigos fariseus de “sepulcros caiados” (ABREU, arquivo pessoal).

No trecho mencionado percebemos que o discurso proferido por Antônio Dias, que tem como alvo o adversário político, justamente por possuir uma oratória que como afirma Abreu (2018) “invejável”, que no nosso entendimento poderia ser compreendido como perspicaz. Ao lançar mão da literatura bíblica ele conseguiria alcançar aqueles que escutavam sua predica, que soava como uma homilia proferida por um líder religioso. Ao apelar a esse estilo de metáfora, para um homem que era conhecido pela retórica primorosa, ao certo ele saberia que seu discurso atingiria a parte mais sagrada de qualquer homem e mulher, onde por excelência, é reservada a religião, ou seja, o coração, além de didático, ele também garantia que seu discurso astucioso tivesse um valor catequético. Nesse sentido, percebemos o valor da linguagem nas disputas pelo poder. Assim, é interessante lembrar o que Barros (2009) menciona que o poder também se faz presente, nos discursos e representações. No caso desse primeiro, em nossa análise ele não foi indiferente.

Outra questão nessa disputa pelo poder que nos chama atenção na história da política de Janaúba é fato de que mesmo sem nunca ter conseguido eleger um representante para o governo federal, isso não impediu que o grupo que representava a UDN nessa cidade despontasse sempre vitorioso no pleito. Embora, segundo José dos Santos Neto (2010) os mesmos não se furtavam de usar todos os tipos de táticas ardilosas para se manter no poder. Considerando que do lado dos Timbós a retórica era uma das armas contra os adversários, o autor deixa claro que do outro, o dos Fariseus, o combate se dava em outro campo, não do discurso, mas dos artifícios que poderiam mudar os resultados das eleições, responsável pela alcunha a eles atribuída. Como destaca o autor sobre a UDN, “em Janaúba, ela era imbatível, o grupo inventava todo

tipo de truque, mas não perdia a eleição. Por isso o apelido de “fariseu” pelas tramoias e falsetas que inventava pra ludibriar os eleitores e ganhar as eleições”. (SANTOS NETO, 2010:62)

Ao que tudo indica ao considerarmos o que autor destaca é que a atuação dos Fariseus em benefício do seu candidato ocorria, sobretudo, na contagem dos votos,

Mas a turma da UDN sabia direitinho como passar mel na boca dos eleitores e adversários. O povo falava que o mandiocal dos timbós era maior do que o dos fariseus, mas mesmo assim, eles não conseguiam ganhar. Os fariseus podiam não ganhar nos votos, mas sabiam ganhar na apuração (SANTOS NETO, 2010:63).

Percebemos que os fariseus garantiram a eleição do seu candidato utilizando de fraude, ou seja, revertendo o resultado dos votos ao seu favor. Essa constatação evidencia um fator que sempre aparece na política brasileira, ou seja, a corrupção como base da manutenção do poder.

Chama a nossa atenção também o fato do próprio autor procurar, suavizar ou mesmo justificar a atuação do grupo dos Fariseus, quando ele afirma:

Para a felicidade da população do município, a esperteza dos Azevedo ficava apenas nas eleições. Passou a apuração, acabou! Na hora de administrar, eles eram criteriosos e honestos. Tinham o maior zelo com o dinheiro público. Por esse motivo a família Azevedo elegeu quatro prefeitos em Janaúba. Dr. Maurício, Dr. Mauricinho, Dr. Rômulo, e mais tarde Joaquim Maurício. Todos administraram com maior lisura. Ninguém tem o direito de acusá-los nem de insinuar que tenham desviado dinheiro dos cofres públicos (SANTOS NETO, 2010:63).

No jogo pelo poder fica evidente que até mesmo no campo das memórias que tem da história política da cidade procura-se manter a hegemonia dos Fariseus. Inclusive, numa tentativa de reafirmar a adágio de que “os fins justificam os meios”.³ Diante dos “meios” utilizados para a ascender ao poder, é impossível não questionar essa lisura defendida pelo autor. Embora, também importante lembrar que no jogo político diversas questões ligadas a vida econômica e social podem estar envolvidas.

³ A frase “Os fins justificam os meios” jamais chegou a ser proferida pelo italiano Nicolau Maquiavel, embora frequentemente a citação seja associada a ele. A oração pode até ser considerada uma síntese redutora do tratado político O príncipe, escrito pelo pensador, mas a verdade é que o intelectual jamais redigiu tal oração. A frase “Os fins justificam os meios” sugere que, com o intuito de se alcançar determinado objetivo, seria aceitável tomar qualquer atitude (FUKS, 2019: s.d.)

Contudo, fica claro que o mesmo é marcado pela ardileza, e não é possível crer que esses ardis seriam por mero deleite de governar por parte dos Fariseus.

Vale destacar nessa análise o papel desempenhado pelos Timbós na política, nesse sentido (SANTOS NETO, 2010:62) afirma:

Os Timbós, apelido atribuído ao PSD, nome de uma erva daninha que os índios usavam para desoxigenar a água e matar os peixes. É tão toxica que ficou conhecida simplesmente como erva. Quando uma rês a ingere, morre empanzinada em poucas horas. Ela ocorre em toda região e é extremamente difícil de ser erradicada.

O que percebemos através das palavras do autor é que, embora o timbó fosse praticamente mortal para os animais, na analogia adotada pelo grupo, sua eficácia contra os Fariseus como queria os Timbós não parecia tão fatal. Justamente por ser uma disputa marcada pelas artimanhas dos adversários. Nesse sentido, coube durante anos de disputas a função de oposição nas eleições por parte dos Timbós, pois como destaca o autor: “Por muito tempo o PSD gurutubano não ganhou nenhuma” (SANTOS NETO, 2010:62).

ARENA e MDB então se tornaram respectivamente fariseus e timbós dentro do contexto político de Janaúba. O orgulho de ser timbó crescia e fez com que fosse eleito outro prefeito do grupo, Adelino Pereira Dias, que posteriormente se elegeu deputado representando a região. A denominação fariseu, recusada a princípio, mas no decorrer da campanha eleitoral também foi aceita pelos próprios integrantes da turma de cima.

É possível notarmos como esse momento foi determinante para os grupos políticos, percebe-se inclusive as estratégias estabelecidas por cada partido. Acerca da denominação Timbó, por exemplo, construiu-se uma ideologia política capaz de enfrentar os Fariseus com sua estrutura de poder, com o apoio de o governo militar. Os ânimos acirram-se exatamente no momento da disputa pelos votos dos eleitores, como podemos constatar a seguir:

A campanha eleitoral é parte integrante da eleição, é seu primeiro ato. Não apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. Sobretudo, ela modifica cada dia as intenções e talvez as relações de força (RÉMOND, 2003:449).

O autor no trecho mencionado procura demonstrar a relevância da campanha eleitoral como parte integrante da eleição. Durante esse processo pode-se ocorrer mudanças nas estratégias adotadas, assim como nas relações de força. Ou seja, é no percurso que os grupos políticos envolvidos a cada dia estabelecem as novas regras do jogo.

Percebemos que os grupos políticos em Janaúba se organizaram dentro da estrutura estabelecida e imposta pelo governo militar. Contudo, notamos também as peculiaridades que foram se despontando nessa disputa. Nesse caso, mantendo as características das pessoas e grupos que pleiteariam o poder na cidade. Mesmo com distinções sociais e econômicas, até na questão das alianças, consideradas uma aliada importante nesse tipo de disputas, que é o apoio do partido, ambos os grupos conseguem se organizar, dentro de um projeto político, onde podem demonstrar seus próprios interesses. Nesse sentido, o político é concebido como, “o lugar onde se articula o social, e sua representação, matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo” (ROSANVALLON, 2010:12). É importante observar que foi justamente em torno da experiência coletiva, como demonstrou o autor, que cada grupo foi buscar argumentos utilizados em suas representações. Fariseus e Timbós são termos da linguagem popular de fácil compressão. Ao mencionar Hannah Arendt, Rosanvallon (2003) lembra que a atividade política está relacionada diretamente com a comunidade, e que o ser diferente afeta ambos. Muito peculiar no nosso caso analisado, Fariseus e Timbós com ideais e posturas opostos, um tem no outro seu desafeto.

Vale destacar que o grupo denominado “Fariseus” era melhor representado politicamente falando, pois contava com o apoio de políticos de prestígio na esfera federal e estadual: Teófilo Pires, Francelino Pereira e Artur Fagundes. Enquanto os “Timbós” tinham apenas o apoio do deputado Feliciano de Oliveira, natural da cidade de Francisco Sá/MG.

Contando com maior prestígio político, a “turma de cima” conseguiu eleger os primeiros prefeitos da cidade, além de ter o privilégio de poder indicar pessoas aos cargos ligados ao governo estadual, como professoras, diretoras e serventes das Escolas Estaduais, Coletoria, Fórum, Prefeitura, e assim por diante. Enquanto a “turma de baixo” ficava sempre em segundo plano e eram perseguidos por não terem tanta influência política.

Um dos pontos que nos chama atenção e que podemos detectar nessa análise, é a questão da ausência de fronteiras naturais no exercício do poder, quando se trata do político. O mesmo demonstra ser possível se dilatar ou retrain, isto é: “Essas variações obedecem a necessidades externas: refletem também as flutuações do espírito público”. (RÉMOND, 2003:442). Mesmo com a ampliação de sua atuação, com a agregação de outras lideranças, a “turma de baixo” não conseguia eleger um prefeito. Este fato só ocorreu quando os dois grupos firmaram um acordo para que Péricles de Oliveira fosse chefe executivo durante um mandato tampão (1952/1954), outro político desse grupo eleito foi Eduardo Pereira Nogueira, novamente através da aliança entre a “turma de cima” e “turma de baixo”. Esse fato nos confirma a amplitude dos limites do político. Ou seja: “Na verdade, o campo político não tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo o sempre são inúteis” (RÉMOND, 2003:443).

Percebemos assim, que o bipartidarismo nacional influencia e é influenciado pelo regional, no caso de Janaúba, abarcando com isso as peculiaridades desse espaço, o modo de vida de seu povo e costumes. O que levou a ascensão de nomes ligados a certas classes ou posições sociais que acabaram por se firmar na história política municipal e cujas ações reverberam até hoje no imaginário que norteia os rumos eleitorais/políticos da cidade. Nesse sentido concordamos que: “O político pode, portanto, ser definido como um processo que permite a constituição de uma ordem que todos se associam, mediante a deliberação das normas de participação e distribuição” (ROSANVALLON, 2003:42).

No caso de Janaúba constatamos entre Fariseus e Timbós a articulação dessa ordem mencionada pelo autor no parágrafo anterior, na história política da urbe. Diante de todo o cenário apresentado, fica explícito a necessidade cada vez mais latente de continuar a investigar a história política de Janaúba, pois ainda existem muitos outros fatos a serem registrados e analisados como reflexo de um panorama nacional. Sobretudo porque dessa perspectiva do político compreendemos que nesse campo ocorre a gestão do social e econômico (RÉMOND, 2003:10). Ou seja, um entendimento que não é construído de maneira isolada.

Concluimos nessa concisa análise que a luz da história política e de fontes constituídas a partir das memórias presentes nas obras dos escritores da região, a política no município de Janaúba é repleta de embates pelo poder. Na nossa percepção o presente estudo possibilitou que compreendêssemos que nos confrontos políticos, o

poder está muito além das ações manifesta ao público. Ele se dá também nas entrelinhas das vivências cotidianas, nas relações conflituosas dos candidatos em si, mas também o mesmo ocorre entre os próprios eleitores. As disputas pelo poder podem ser mais sutis do que podemos imaginar, quando se trata do jogo político. Uma retomada na perspectiva histórica é fundamental para sua compreensão, como procuramos realizar na presente pesquisa.

Bibliografia

Fontes:

Arquivos da Biblioteca Pública de Janaúba.

Arquivo Pessoal de Janner Ruas de Abreu.

Blog Oliveira Júnior (<http://oliveirajunior2.blogspot.com/>). Disponível:

<http://oliveirajunior2.blogspot.com/>. Acesso em: Set/2018.

IBGE Cidades – Janaúba/MG. Disponível em: <

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/janauba/historico>>. Acesso em: Set/2019.

Informações sobre a cidade Janaúba. Disponível em: www.janaubamg.gov.br.

Acesso em: Set/2018.

Bibliografias:

BARROS, José D'Assunção. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. Disponível em:

<<https://pt.scribd.com/document/143875397/Historia-Politica-o-estudo-historiografico-do-poder-dos-micropoderes-do-discurso-e-do-imaginario-politico-Jose-D-Assuncao-Barros>>. Acesso em: 09 out. 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa**: tempo, memória e identidades. VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO) – Conferência de Abertura. Disponível em:

<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=62>. Acesso: 12 Out. 2019.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. Tradução de Paulo Martinez. São Paulo: 1995.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. Tradução de Christian Edward Cyril. São Paulo: Alameda, 2010.

SOARES, Alessandro; TAUIL, Rafael; COLOMBO, Luciléia. **O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB**. *Sinais*, n. 19, jan./jun. de 2016, p. 07-29.

TOLENTINO, Leksander Araújo. **A influência econômica e social das microempresas na cidade de Janaúba**. Monografia aprova na Universidade Estadual de Montes Claros -Unimontes, curso de História, 1992.

FUKS, Rebeca. Frase Os fins justificam os meios. Disponível em:

<https://www.culturagenial.com/os-fins-justificam-os-meios/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CITY OF ANGELS IN CONSTANT DANGER: A CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE LOS ANGELES POR MEIO DO RAPPER TUPAC SHAKUR

Gustavo Martins Mota¹

Introdução

No prefácio a segunda edição do livro “Cidade de Quartzo”, o historiador Mike Davis descreve que os fenômenos tais quais a ascensão do *Gangsta Rap* como manifestação musical periférica e a explosão de confrontos étnico-raciais como os *Los Angeles Riots of 1992*, são consequências diretas do processo sócio urbano vivenciado em Los Angeles na década de 1980 (DAVIS, 2009, p. 22).

Mas como podemos visualizar esse processo a partir de uma construção de memória, ou melhor dizendo, baseando-se nas disputas de memória entre as estruturas hegemônicas e as minorias marginalizadas? É essa inquietação que nos motiva a pensar de que forma podemos relacionar o *Gangsta Rap* com a construção de memória para a população afro-americana em Los Angeles sobretudo entre os anos de 1991 e 1997, anos em que a violência policial pode ser concatenada na figura de Rodney King e seu julgamento².

Los Angeles tem a segunda maior região metropolitana dos Estados Unidos, com a população estimada em aproximadamente 18 milhões habitantes³. E além de seu tamanho e importância para os estadunidenses (para nos atermos a um exemplo, é nessa região que encontramos *Hollywood*, conhecida internacionalmente como a capital mundial do cinema), Los Angeles também é reconhecida pela sua faceta multiétnica, na

¹ Mestrando em História Social pelo PPGH - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Bolsista Capes. Apoio: Fapemig.

² Algumas situações ganham muito peso perante a opinião pública, como o caso Rodney King, quando um grupo de policiais de Los Angeles - CA espanca o taxista desarmado e no chão, em um ato que foi amplamente divulgado pela mídia graças a um cinegrafista amador que registra toda a ação policial. O caso tomou contornos ainda mais sensíveis quando, em 1992, o tribunal da Califórnia absolveu os policiais envolvidos, gerando uma grande comoção por parte da população afro-americana, que acarretou em um dos maiores distúrbios coletivos registrados nos EUA, os *Distúrbios de Los Angeles*, em 29 de abril de 1992(ou Los Angeles Riots of 1992, em inglês) (WACQUANT, 1993, On-line).

³ Informação podem ser encontradas no portal *Unites States Census Bureau*, o escritório de pesquisas estatísticas do governo estadunidense. Retirado de:

<<https://factfinder.census.gov/faces/tableservices/jsf/pages/productview.xhtml?src=bkmk#none>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

qual pode-se destacar as grandes comunidades de latinos, asiáticos e afro-americanos que residem nessa região. Contudo, mesmo com essa característica populacional variada, o que se pode perceber é o latente quadro de desigualdade vivenciada pelas minorias étnicas, em especial, os negros e os latinos.

A Construção da cidade de Los Angeles Através do Rapper Tupac Shakur

Observamos que esse processo de invisibilidade das minorias étnicas como parte de um processo maior de construção de uma memória relacionado a cidade de Los Angeles. E essa invisibilidade é, na perspectiva do historiador português Fernando Catroga, um dos aspectos da memória *seletiva*. Para o autor, assim como a memória, o esquecimento é fruto do embate de forças hegemônicas que disputam o controle da memória e são nesses embates em que ocorre amnésia social, e esse recurso é um dos elementos utilizados para construção seletiva de um passado. A respeito do espectro seletivo da memória, Catroga infere que:

Todos estes condicionamentos impõem que a memória seja sempre selectiva. Por conseguinte, ela não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo um mero *registó*; mas é a retenção afetiva e “quente” do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo. E seus elos com o esquecimento obrigam que somente se possam recordar partes do que já se esqueceu. Todavia, a mesmidade do eu tende a preencher os vazios da amnésia como o percurso autobiográfico fosse um *continuum*, cuja coerência existencial unifica os buracos negros da caminhada. Isto é, como se, desde as suas primícias, cada indivíduo transportasse em si o cumprimento de uma vocação específica (CATROGA, 2001, p. 20-21, grifo do autor).

Com base no trecho acima, pode-se perceber como se dá a utilização da memória, mais especificamente a amnésia social como uma ferramenta de construção seletiva dos papéis de determinados grupos. E nesse sentido, Los Angeles nos fornece um valioso exemplo da utilização da memória para uma construção seletiva do passado ao pensarmos a relação da cidade com suas minorias, em especial afro-americanos e hispano-americanos.

Durante o sec. XX, conforme Davis (2009), Los Angeles vivenciara intensas mudanças, passando de uma pequena cidade no começo do séc. XX para se tornar uma das maiores e mais desenvolvidas cidades do mundo. Contudo, no intuito de manutenção dos privilégios das populações mais abastadas, Los Angeles, durante o século XX, vale-se de um profundo crescimento econômico e esse crescimento é

responsável pela construção de uma noção de prosperidade associada a cidade. E com essa tentativa, pode-se perceber um enaltecimento das partes mais nobres da cidade, em detrimento do abandono de partes periféricas.

Para compreender as relações entre Los Angeles e a população afro-americana recorremos aos estudos sobre o hip-hop e a cultura apresentadas por Tricia Rose, que é professora responsável pelo departamento de estudos étnicos da *Brown University*. Rose, em seu livro *Black Noise* faz uma análise cultural do movimento hip-hop estadunidense. Na perspectiva da autora, o Rap opera como uma espécie de escrita oculta. Essa escrita é utilizada para disfarçar códigos culturais, para desafiar o *status quo*. Rose (1994) infere que nem todas as formas de dominação são criticadas por essa técnica, contudo, as transcrições ocultas funcionam como um mecanismo de engajamento simbólica e ideológica para combater as instituições que oprimem categoricamente a população afro-americana. Nessa perspectiva, o Rap inverte a ordem social estabelecida, construindo narrativas sobretudo sobre as instituições policiais, apresentando uma visão sobre o cotidiano vivenciado por essa parte da população (ROSE, 1994, p. 100-101).

A reflexão de Rose (1994) é muito reveladora no que tange as formas de se pensar a utilização do Rap como objeto de estudos em história, sobretudo se pensarmos mudança da concepção de fonte vivenciada no sec. XX. Essas mudanças tem possibilitado a amplitude nos objetos e fontes trabalhadas pelos historiadores. Essa gama de fontes é de fundamental importância para academia, que na atualidade goza de riqueza e diversidade sob influência da Nova História.

Conforme Peter Burke (1992), o termo A Nova História está relacionado ao historiador francês Jacques Le Goff, pioneiro na utilização em seu livro *Le Nouvelle Histoire* (1972). A utilização desse termo está relacionada as renovações do campo historiográfico que surgira com a *Escola dos Annales*, que impactara profundamente as concepções científicas da história no último século (BURKE, 1992).

Nesse sentido, a fala do historiador francês Jacques Le Goff é pontual e nos auxilia a compreender melhor essa nova ideia de fonte - “há que tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem ou qualquer outra maneira” (LE GOFF, 1990, p.540).

Contudo, convém notar que, por mais que exista essa construção hegemônica sobre a memória, é possível observar que ao mesmo tempo, as populações afro-americanas também disputam a memória desse espaço. Pode-se observar essa questão

em algumas canções do *Rapper* Tupac Shakur⁴. Nelas é possível perceber o enaltecimento a cidade de Los Angeles ao mesmo tempo que o cantor denuncia os abusos sofridos pelos hispânicos e afro-americanos. Dentre essas canções, convém destacar a faixa *To Live and Die in L.A.* gravada em 1996 e lançada em 1997 no álbum *Don Killuminati: The 7 Day Theory* de 1997.

No doubt, to live and die in LA
California, what you say about Los Angeles
Still the only place for me
That never rains in the sun and everybody got love
To live and die in LA, where everyday we try to fatten our pockets
Us niggas hustle for the cash so it's hard to knock it
Everybody got they own thang, currency chasin'
Worldwide through the hard times, worrying faces
Shed tears as we bury niggas close to heart
Who was a friend is now a ghost in the dark,
Cold hearted bout it Nigga got smoked by a fiend
Trying to floss on him, blind to a broken man's dream,
A hard lesson, court cases keep me guessin',
Plea bargain, ain't an option now, so I'm stressin'
Cost me more to be free than a life in the pen
Making money off of cuss words, writing again
Learn how to think ahead, so I fight with my pen
Late night down Sunset liking the scene
What's the worst they could do to a nigga? Got me lost in hell
To live and die in LA on bail
To live and die in L.A.
It's the place to be
You've got to be there to know it
What everybody wanna see To live and die in L.A.
It's the place to be.
You've got to be there to know it
What everybody wanna see
It's the City of Angels and constant danger
South Central LA, can't get no stranger
Full of drama like a soap opera, on the curb
Watching the ghetto bird helicopters, I observe
So many niggas getting three strikes, tossed in jail
I swear the pen the right across from hell
I can't cry 'cause it's on now,
I'm just a nigga on his own now, living life thug style
So I can't smile, writing to my peoples when they ask for pictures
Thinking Cali just fun and bitches
Better learn about the dress code, B's and C's
All them other niggas copycats, these is G's
I love Cali like I love women
'Cause every nigga in LA got a little bit of thug in him

4 Tupac Amaru Shakur foi um grande expoente do Rap estadunidense. Sua mãe fora teve grande atuação em uma célula do partido dos Panteras Negras em Baltimore, esse contato com o movimento influenciaria muito a construção de Tupac como poeta e posteriormente Rapper. Pode-se destacar sobre a carreira desse artista a sua mudança para Califórnia, onde participou do grupo *Digital Underground*. Tupac se afasta desse grupo construindo sua carreira solo marcada por sucessos e controvérsias, sendo considerado o principal nome do subgênero *Gangsta-Rap*. O cantor fora assassinado em 1997 em 13 de setembro de 1996, num dos crimes mais misteriosos da história dos Estados Unidos. Até hoje ninguém foi julgado e continua sendo uma das investigações mais polêmicas dos Estados Unidos.

We might fight amongst each other, but I promise you this
 We'll burn this bitch down, get us pissed [...]
 'Cause would it be LA without Mexicans?
 It's black love brown pride and the sets again
 Pete Wilson trying to see us all broke, I'm on some bullshit
 Out for everything they owe, remember K-DAY
 Weekends, Crenshaw, MLK
 Automatics rang free, niggas lost they way
 Gang signs being showed, nigga love your hood
 But recognize and it's all good, where the weed at? [...](Don Killuminati: The
 7 Day Theory 1997)⁵.

A canção acima é reveladora em muitos sentidos e, em primeiro lugar, é relevante salientar sobre a questão de pertencimento. É inegável que, durante o primeiro trecho, o Tupac demonstre orgulho de viver naquele lugar e isso pode ser percebido quando ele se refere a Los Angeles: “Sem dúvida viver ou morrer em LA/ Califórnia – não importa o que você diga sobre Los Angeles/ Aqui é o único lugar para mim, aqui nunca chove/e todos gostam”⁶. Contudo qual é a Los Angeles é essa em que Tupac tem orgulho de viver?

Para responder a essa pergunta recorreremos a construção que o cantor faz sobre sua cidade, a qual diz bastante sobre a Los Angeles em que os negros e latinos vivem. Em seu discurso, é perceptível o intuito de apresentar as condições em que essas minorias estão submetidas. Nos versos “Viver e morrer em Los Angeles/ onde todos os dias tentamos encher nossos bolsos/Nós negros sempre na batalha por grana/ mas não é fácil conseguir”⁷. É possível inferir sobre a difícil situação vivenciada na metrópole pelos negros, que tem de lutar para conseguir sobreviver.

Gradativamente, conforme Davis (2009), o que pode-se perceber é uma transformação da cidade de Los Angeles, onde graças ao processo de neoliberalização da cidade, tem resultado em políticas de transformações dos espaços urbanos que, em última instância, tem cada vez mais segregado as minorias étnicas do convívio na metrópole. Esse fenômeno é comentado por Davis:

5 Optamos aqui por utilizar a letra original, visto que algumas terminologias perderiam sentido caso optássemos por uma tradução. E nesse sentido, faz-se importante destacar a presença de uma variação do inglês estadunidense na estrutura das canções, trata-se do *ebonics*. O *ebonics* compila as várias influências linguísticas originárias da África, como por exemplo a influência Iorubá, desenvolvendo um linguagem híbrida. Alguns lugares como em Oakland CA, escolas utilizam o *ebonics* como disciplina escolar (OGBU 1999, p. 147-149). As referências tanto ao *ebonics* quanto a coloquialidade das letras são elementos relevantes para a o desenvolvimento da nossa análise.

6 Tradução livre de : “No doubt, to live and die in LA/ California, what you say about Los Angeles/Still the only place for me/That never rains in the sun and everybody got love”.

7Tradução livre de: “To live and die in LA, where everyday we try to fatten our pockets/Us niggas husle for the cash so it's hard to knock it”.

Bemv indo à Los Angeles pós-liberal onde a defesa dos estilos de vida luxuosos se traduz na proliferação de novas formas de repressão no espaço e no movimento, apoiando na “relação armada” ubíqua. Essa obsessão por sistemas de segurança física e, colateralmente pelo policiamento arquitetônico das fronteiras sociais, tornou-se o *Zeitgeist* [espírito da época] da reestruturação urbana, a narrativa mestra do meio construído emergente dos anos 1990 (DAVIS, 2009 p. 235-236, grifo do autor).

A letra continua a narrar a escalada da violência urbana, bem como as relações de violência policial e institucional as populações de minorias étnicas. E nesse sentido Tupac toca em uma série de elementos, dentre os quais pode-se destacar a relação de *South central Los Angeles* (uma região periférica de Los Angeles, na qual podemos destacar locais como Watts, uma vizinhança afro-americana que ficou marcada pelos Distúrbios de Watts em 1965, uma profunda reação da população a violência policial da década de 1960), e como a música representa essa localidade. Em determinado momento, a música infere sobre “Tantos negros tomando três strikes e sendo jogados na cadeia/Eu juro que a penitenciária fica do outro lado do inferno,/ e eu não posso chorar”,⁸ faz referência as políticas de encarceramento que afetam as populações afro-americanas. Sobre especificamente a lei de *three strikes and you’re out*, recorremos ao texto dos criminologistas Franklin E. Zimring, Gordon Hawkins e Sam Kamin que definem essa legislação como:

The “Three strikes and you’re out” legislation adopted in California in 1994, was at the same time, typical of recent American penal policy and decidedly unique. It is typical because of its orientation (long mandatory terms of imprisonment), its devotion to symbolic gestures and slogans and its willing to displace discretion with blinding general commitments to particular punishment. The California version was only 1 of 26 laws with that label passed in a three-year period during the 1990s, and the Three Strikes approach was only one of many punitive reforms of the 1990s. (ZIMRING; HAWKINS; KAMIN, 2001, p. ix grifo do autor).

No tocante a essa situação, o sociólogo francês Loïc Wacquant, especialista em estudos metropolitanos indica que, após 1967, durante a guerra do Vietnã e as marchas pelos direitos civis, houve uma espécie de queda no refluxo da população prisional estadunidense. Além disso, a *Comissão sobre a administração da lei e da justiça*, comitativa incumbida de organizar e operacionalizar o sistema prisional no país, apontava que era necessário a redução sumária das instituições responsáveis pelo encarceramento de menores, assim como uma reestruturação da matriz prisional dos Estados Unidos.

8 Tradução livre de: “So many niggas getting three strikes, tossed in jail/I swear the pen the right across from hell/ and i can’t cry”.

Entretanto, o que aconteceu foi um aumento de população prisional de forma superlativa e constante. Esse crescimento é decorrente de inúmeras discussões políticas a respeito da segurança, enquadrando negros e latinos no centro dessa questão de “segurança pública” (WACQUANT, 1999).

E a forma que se insere essas populações minorizadas no cerne da questão da segurança pública é a construção da guerra às drogas. Iniciada pelo presidente Richard Nixon em 1971 e que é continuada de maneira contundente pelo presidente Ronald Reagan, em 1986. Com a criação dessas políticas, o que pode se perceber é um crescimento exponencial das populações carcerárias, sobretudo de minorias étnicas, entretanto, esse aumento de prisões pouco refletiu-se em melhoras na luta contra o tráfico de entorpecentes (WACQUANT 1999, p. 42).

A dificuldade de conquistar uma seguridade financeira, aliados com a construção da noção de aumento da criminalidade é uma das principais questões quando falamos da população afro-americana. E nesse aspecto, Wacquant (2008), apresenta relevantes reflexões no que tange essa desvalorização dos guetos. Para o autor, fazendo uma leitura pautando-se em Norbert Elias, é possível perceber “irrupções “descivilizadoras”” (WACQUANT, 2008, p. 53, grifo do autor), que está presente na construção das periferias. E essa noção nos é de grande valia para compreender a periferia de Los Angeles nos anos 1990. Quanto essa noção de violência que é construída nas periferias, Wacquant afirma que:

Na atualidade, medo, violência e Estado são integrantes da formação e da transformação do gueto negro norte-americano. O medo de contaminação e degradação pela associação com seres inferiores – escravos africanos – está na raiz do preconceito disseminado e da institucionalização da rígida divisão em castas que combinados com a urbanização, deram origem ao gueto na metade do séc. XX. A violência partindo tanto de baixo, na forma de agressão interpessoal e terror, quanto de cima, aparecendo como discriminação e segregação patrocinadas pelo Estado, tem sido instrumento preeminente para traçar e impor a “fronteira de cor”. E ela também tem um papel crítico no realinhamento dos limites sociais e simbólicos dos quais o gueto contemporâneo é a expressão material (WACQUANT, 2008, p. 54-55).

Outro ponto fundamental é a inserção dos latinos, em especial, a comunidade mexicana, na noção que o Tupac tem de Los Angeles ideal. Nas estrofes “Será que se chamaria LA sem os Mexicanos?/Os negros adoram o orgulho negro, e as gangues de

novo/ Pete Wilson tentou acabar com nós, agora eu to fudido⁹”, Tupac expande aos mexicanos a noção de pertencimento e também comenta sobre Pete Wilson, que fora governador do estado da Califórnia durante a década de 1990. Wilson ficara conhecido por sua posição incisiva anti-imigração, na qual tem como principal atuação a proposição 187 da Califórnia, uma proposta enviada ao referendo estadual sobre políticas extremamente regidas contra imigrantes ilegais, dentre as quais proibia o acesso de imigrantes a serviços públicos de saúde e educação contudo a proposição fora anulada por ser inconstitucional.

Considerações finais

Entender a relação do Pete Wilson com a comunidade latina mostra que, em termos de resistência, existe uma aproximação do discurso afro-americano e a luta da população hispânica em Los Angeles.

Por fim, pensando a canção como um todo, podemos destacar que o Tupac usa sua canção como uma estratégia de ferir o status quo em Los Angeles atribuindo voz àqueles que estão sendo constantemente silenciados pelas forças hegemônicas que exercem influência sobre Los Angeles. E ao tocarmos em táticas, baseamo-nos na produção de Michel De Certeau, em seu livro “A invenção do Cotidiano” onde o autor comenta sobre a utilização das estratégias e táticas. Sobre o conceito de estratégia, o autor nos aponta que:

Chamo de *estratégia* o cálculo ou manipulação das relações de força que se torna possível a partir do momento a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) poder ser isolado. A *estratégia* postula um lugar suscetível de ser circunscrito com *algo próprio* e ser base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (DE CERTEAU, 1998, p. 99, grifo do autor).

Então, pode-se destacar que a canção, fora produzida em um contexto onde as violências contra as minorias étnico-raciais, e que a mesma se comporta como um manifesto, que ao mesmo tempo exige o reconhecimento dessas populações como povo de Los Angeles, e, ao mesmo tempo, denuncia como grupos hegemônicos perpetua-se na memória da cidade, invisibilizando que não se encaixa ao perfil hegemônico daquela região. E ao mesmo tempo, Tupac na música analisada, propõe-se a inserir as minorias em Los Angeles, mesmo com as mazelas, mesmo com as violências sofridas, negros e

9 Tradução livre do original “Cause would it be LA without Mexicans? / It's black love brown pride and the sets again/ Pete Wilson trying to see us all broke, I'm on some bullshit/.”

latinos querem fazer parte dessa cidade, o que mostra um esforço de resistência a tentativa de invisibilidade dessa população que se perpetua na memória.

Bibliografia

- ALEXANDER, Michelle. A Nova Segregação: Racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017. 376 p.
- ARAÚJO, Joel Zito. Tevê e Identidade Negra Diante da Mundialização da Cultura. In: KUNSH, Margarida Maria Krohling; FISCHMANN, Roseli (Org.). Mídia e Tolerância: a ciência construindo caminhos de liberdade. São Paulo: Edusp, 2002. p. 89-100.
- BURKE, Peter. A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
- CATROGA, Fernando. História, memória e historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CIMENT, James. Atlas of African-american History. Estados Unidos (new York): Facts On File, 2007. 250 p.
- DAVIS, Mike. City of Quartz: Excavating the future in Los Angeles. Inglaterra (Londres): Verso, 2006.
- DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. São Paulo: S.i, 2003. 169 p. Disponível em:<<https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2017.
- ESTADOS UNIDOS. UNITED STATES CENSUS BUREAU. Annual Estimates of the Resident Population: April 1, 2010 to July 1, 201: 2018 Population Estimates. 2017. Disponível em:<<https://factfinder.census.gov/faces/tables/services/jsf/pages/productview.xhtml?src=bkmk#none>>. Acesso em: 14 jul. 2019.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. Política & Sociedade, [s.l.], v. 10, n. 18, p.133-154, 27 abr. 2011. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).<<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2011v10n18p133>>.
- HAGEDORN, John M. A World of Gangs: Armed Young Men and Gangsta Culture. Estados Unidos (Minneapolis): University Of Minnesota Press, 2008.
- KELLNER, Douglas. A Cultura Da mídia: Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e pós-moderno. Bauru SP: Edusc, 2001. 454 p. Tradução de: Ivone Castilho Benedetti.
- LADIPO, David. O retrocesso da liberdade: contabilizando o custo da tradição prisional americana. Perspectiva, Florianópolis, v. 19, n. 1, p.223-253, jan./jun. 2001. Semestral.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

LYNCH, Mona. Theorizing the role of the 'war on drugs' in US punishment. *Theoretical Criminology*, [s.l.], v. 16, n. 2, p.175-199, maio 2012. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1362480612441700>.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Parábola Ed., 2008.

MAINGUENEAU, Dominique; ROCHA, Décio. *Análise de textos de comunicação*. Cortez, 2008.

MARTIN, S.. Punishment and Democracy: Three Strikes and You're Out in California. By Franklin E. Zimring, Gordon Hawkins and Sam Kamin (New York. *British Journal Of Criminology*, [s.l.], v. 43, n. 1, p.251-252, 1 jan. 2003. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/bjc/43.1.251>.

MEYER, Josh. Gang Violence Rises in Hollywood as Six People Die in Recent Weeks: Crime: A police Operation Hammer sweep is less successful than expected, apparently because word of it hit the street first. 1990. Disponível em: <http://articles.latimes.com/1990-09-14/local/me-132_1_operation-hammer>. Acesso em: 09 fev. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 235-290.

PURDY, Robert Sean. Racismo e a grande migração de afro-americanos. In: KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao séc. XXI*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 181-184.

ROSE, Tricia. *Black Noise: Rap Music and Black Culture in Contemporary America* Muisic/Culture. Estados Unidos: Wesleyan University Press, 1994.

SMITH, James P.; WELCH, Finis R. Black/White Male Earnings and Employment: 1960-70. In: JUSTER, F. Thomas (Ed.). *Distribution of Economic Well-Being*. [S.I.]: Nber, 1977. p. 233-302.

TERRA, Paulo Cruz. *MÚSICAS DE TRABALHO NO MUNDO ATLÂNTICO*. Outros Tempos, São Luiz, v. 3, n. 3, p.1-17, nov. 2006. Semestral.

WACQUANT, Loïc. *CRIME E CASTIGO NOS ESTADOS UNIDOS: DE NIXON A CLINTON*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13, p.39-50, nov. 1999. trimestral. Dossiê Cidadania e violência.

WACQUANT, Loïc. O RETORNO DO RECALCADO: Violência urbana, "raça" e dualização em três sociedades avançadas. 1993. Conferência plenária pronunciada no 17. °Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro de 1993. Disponível em:<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_24/rbcs24_02.htm>. Acesso em: 12 set. 2017.

QUESTÕES DE GÊNERO EM TORNO DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF

Ivana Veloso de Almeida¹

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar a construção da imagem da ex-presidente Dilma Rousseff nos meios midiáticos, sobretudo no processo de *impeachment* buscando verificar as questões de gênero em torno desse marco na vida política de nosso país. Linda Rubim e Fernanda Argolo (2018) em sua obra *O Golpe na Perspectiva de Gênero*, trazem reflexões da relevância em se falar sobre gênero, pensando nas mobilizações da mídia e nos ataques sofridos por Dilma, buscando dar voz a muitas outras mulheres que possam, no futuro, estarem envolvidas na vida política brasileira. Em linhas gerais, ao se pensar na sociedade machista na qual vivemos, Rabello traz um questionamento importante:

E por que não havia de ter este direito? Não somos também, como é o homem, parte componente da sociedade? Não estamos sob o jugo da lei e não temos inteligência, lucidez, vontade livre? Para que o governo seja democrático, é necessário que todos que estejam sob seu domínio possam também agir sobre ele. Ou então tudo é absolutismo. Para haver liberdade de um povo é evidentemente necessário que seja o seu governo criado pelo sufrágio de todo ele. Mas se apenas uma metade pode agir livremente, a outra agirá automaticamente: só a primeira é livre, a segunda escrava. São dois povos em um mesmo país, um livre e independente que conforme sua vontade reina sobre o segundo: os homens são os soberanos: a mulher continua a ser a súdita (RABELLO apud ALVES, 1980:94).

A partir destes pressupostos, compreende-se que as mulheres foram fator excludente na Constituição Brasileira de 1891, ela não existia para os constituintes como indivíduos dotados de direitos, ela era condenada a viver na obscuridade. Nessa perspectiva, Rubim e Argolo (2018) ressaltam a importância de relembrar a luta das mulheres para adentrar nas questões de gênero no *impeachment* de Dilma Rousseff, para enfatizar o quão conturbada é a construção da história deste gênero, representada por avanços e retrocessos.

As autoras ressaltam que foi urdida a ofensiva “fora Dilma”, tendo como a pretensa acusação “as pedaladas fiscais”, já utilizadas como procedimento de gestão

¹ Licenciada em História, Mestranda em História Social pelo PPGH - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Bolsista Capes. E-mail: yvavelosoalmeida@gmail.com Apoio: Fapemig.

pelos presidentes anteriores. O que nos leva ao fato de que há uma discussão entorno das pedaladas fiscais serem ou não um crime. As autoras colocam que, em verdade, tais palavras de ordem eram de fato a tradução do ressentimento dos políticos representantes das tradicionais classes dominantes do Brasil, que tinham perdido o poder; e de classes médias cada vez mais reativas à possibilidade de um país menos desigual. Inflamados por uma mídia, absolutamente descompromissada com a imparcialidade da informação. Partindo deste princípio, este trabalho foi dividido em dois tópicos, onde o primeiro visa discutir conceitos de gênero a partir de algumas teóricas feministas e o segundo tem o intuito de descrever as questões de gênero em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff.

Um estudo acerca do Gênero

Ao estudarmos sobre as questões de gênero em torno da figura da presidenta Dilma Rousseff, sobretudo no processo de *impeachment*, é interessante ressaltar o quanto as feministas lutaram para ter o seu papel na sociedade. Uma sociedade anteriormente marcada por fortes hierarquias e discriminações, que por muito tempo privou as mulheres de ter uma vida ativa perante a sociedade. Para tanto, buscamos discutir os conceitos e categorias de gênero, de modo geral, a partir de algumas autoras feministas como, Michelle Perrot, Margareth Rago, Joan Scott, Rachel Soihet e Joana Maria Pedro.

Perrot (2005) em seu texto *As Mulheres ou os Silêncios da História* nos coloca alguns questionamentos dos silêncios das mulheres, apresentando algumas motivações que pautaram o seu interesse pelo silêncio e, por outro lado, nos apresenta novos sujeitos que passaram a reivindicar o seu lugar na escrita da história. Nesse sentido, a autora expõe que as mulheres começaram a “invadir” os locais que até então eram proibidos, sendo essa uma invasão do século XIX e que por muito tempo as mulheres foram “esquecidas”, como se elas fossem destinadas a obscuridade da reprodução, inenarráveis, como se elas estivessem fora do tempo ou até mesmo do acontecimento. Assim, a autora ressalta que os silêncios das mulheres estavam pautados em todos os acontecimentos da sociedade, nas assembleias políticas, no espaço público e até mesmo na vida privada, que nesses acontecimentos eram povoados por homens, na qual cabia às mulheres o papel de “ser bela e calar a boca”.

A partir destas prerrogativas, Perrot (2005) pontua alguns direitos adquiridos pelas mulheres com a sua luta, mas ressaltamos que, ainda hoje é preciso insistir para que as estatísticas sejam sexuadas, um fator preponderante para que as atividades das mulheres e sua luta sejam valorizadas. A partir destes pressupostos pode-se compreender que, mesmo diante de tanta luta pelo movimento feminista ao longo dos anos, e mesmo o fato da aquisição de alguns direitos com essa luta, ainda há hoje em dia um grande preconceito em torno da imagem das mulheres, sobretudo na política. Portanto, se torna cada vez mais relevante trabalhar as questões de gênero em torno da imagem de Dilma Rousseff durante seu processo de *impeachment*, pois é notável a presença do gênero, principalmente a maneira na qual ela foi denegrada nas redes sociais por ser uma mulher, a única mulher eleita presidenta do Brasil até então.

Rago (1998) nos apresenta em seu texto *Descobrendo Historicamente o Gênero* um grupo de pesquisadoras, no Brasil, que se reuniram para pesquisar acerca das mulheres, e nos apresenta a categoria do gênero como sendo um meio de permitir, portanto, sexualizar as experiências humanas, fazendo com que nos déssemos conta de que trabalhávamos com uma narrativa extremamente dessexualizadora. Isto porque, embora reconheçamos que o sexo faz parte constitutiva de nossas experiências, raramente este é incorporado enquanto dimensão analítica. Por outro lado, a autora nos ressalta que a categoria do gênero permitiu nomear campos das práticas sociais e individuais que conhecemos mal, mas que intuímos de algum modo.

Partindo desta premissa, a autora ainda relata que, fundamentalmente, passamos a perceber que o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século XIX, mas, sobretudo, por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente. O gênero tornou-se um instrumento valioso de análise, que permite nomear e esclarecer aspectos da vida humana com que vínhamos trabalhando, impulsionados pela pressão dos próprios documentos históricos.

Vale ressaltar que, conforme Rago (1998), foi no início dos anos 1970 que as mulheres começaram a entrar nas Universidades e reivindicar o seu papel na história, mas ainda assim havia um cenário de hierarquias impostas para as mulheres, assim diz a autora: “Era como se nos dissessem, tudo bem, pensaremos as relações sexuais, mas, desde que respeitemos que a divisão social é mais importante que a sexual” (RAGO, 1998, p. 90). Logo, para a autora, as feministas avançavam a crítica questionando a figura do sujeito unitário, racional, masculino que se colocava como representante de

toda a humanidade. Portanto, as mulheres não tinham história, eram absolutamente excluídas pela figura do homem. Ademais, Rago (1998) ressalta que o gênero tornou-se assim um instrumento valioso de análise, na qual permite nomear e esclarecer aspectos da vida humana, com o que vínhamos trabalhando, impulsionadas pela pressão dos próprios documentos históricos.

Por outro lado, Scott (1990) salienta que as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos. Na tentativa de conceituar o gênero, a autora ressalta que na gramática gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado, mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos separados.

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas, que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico, implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico.

Nessa perspectiva, a autora ressalta Nathalie Davis para dizer que em 1975 já deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, do mesmo jeito que o historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses com o objetivo de entender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Assim sendo, Scott (1990) segue dizendo que inscrever as mulheres na história implica, necessariamente, a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva, quanto as atividades públicas e políticas.

Pode-se entender, de acordo com a autora, que a maneira pela qual as sociedades representam o gênero, é a maneira pela qual o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem sentido não se tem experiência, e sem o processo de significação não tem sentido. Nessa perspectiva, a autora ressalta que o pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica das relações

entre masculino e feminino, mas seus contextos específicos são uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos. Ainda conforme Scott (1990), os historiadores feministas estão atualmente em condição de teorizar as suas práticas e de desenvolver o gênero como uma categoria de análise. Por fim, vale destacar que a questão de gênero está vinculada também às relações de poder, uma vez que ela foi utilizada pela teoria política para justificar ou criticar o reinado de monarcas ou para expressar relações entre governantes e governados.

Uma análise das questões de gênero em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff

Quando pensamos as mulheres na política, pode-se constatar que o Brasil é um dos países menos igualitários do mundo, e, em relação aos governos anteriores, foi justamente no governo Dilma Rousseff que um número maior de mulheres passaram a ocupar cargos políticos. Partindo destas premissas, buscaremos fazer uma breve análise sobre as questões de gênero em torno do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Em 2011 o Brasil inaugurou uma nova página da história cultural e política, onde, pela primeira vez, o povo escolheu para ocupar o cargo da Presidência da República uma mulher. Linda Rubim e Fernanda Argolo (2018) ressaltam que durante a cerimônia de posse da presidenta Dilma, em 1º de janeiro de 2011, foi deflagrada a primeira inflexão sobre as questões de gênero. Diferentemente da posse dos presidentes anteriores, a presidenta Dilma Rousseff subiu a rampa do Palácio do Planalto acompanhada de sua filha, Paula Rousseff – configurando um fato novo, inaugurador na história dessa cerimônia no Brasil.

A partir da objetificação do corpo feminino, traço característico da cultura machista, o jornal banaliza o ato de transmissão de posse da presidência da República de 2011, despreza o dado jornalístico mais importante: a primeira vez que uma mulher assume aquele poder. Por fim, a mídia cria um cenário informativo que desconsidera um momento histórico singular para as mulheres e a nação brasileira. Em vista de tais faltas, não tem como não pontificar essa “derrapagem” como o primeiro ato que desqualifica a presidenta Dilma como símbolo de poder (RUBIM; ARGOLO, 2018).

Outro fator importante destacado pelas autoras é o embate criado pelo uso do termo presidenta, adotado por Rousseff após a sua posse. Tal fato mobilizou a imprensa brasileira, que engendrou uma série de “seminários” com especialistas em gramática para opinar sobre a correção da palavra, e se opôs a adotar a nomenclatura em seus

conteúdos, como mais um exemplo da sua parcialidade. Ao inaugurar o termo, a presidenta rompe com 121 anos de uma tradição de homens a comandar a república. E não é sem sentido que, ao ser afastada do cargo pelo *impeachment*, quem a substitui busca apagar, desde a linguagem até as marcas que podem condensar a memória da sua presença. Uma das primeiras ações de Michel Temer, ao assumir interinamente o governo foi “orientar” a Empresa Brasileira de Comunicações (EBC) a não utilizar em seus conteúdos o termo “presidenta”.

Linda Rubim e Fernanda Argolo (2018) utilizam da obra de Mary Castro denominada *O Golpe de 2016 e a Denominação de Gênero* para pontuar que nos governos Dilma Rousseff o Congresso Nacional organizou uma ofensiva contra as políticas de gênero, em especial com a criação do conceito de ideologia de gênero. Dessa maneira, o Congresso Nacional se tornou, e atuou como o maior partido de oposição à presidenta. De forma contumaz, empregou marcas de gênero em sua campanha de deslegitimação e a condenou pelo crime de Responsabilidade, em que ainda não se sabe se realmente é um crime (RUBIM; ARGOLO, 2018).

Nessa perspectiva, as mesmas autoras mencionam uma outra obra importantíssima para a compreensão das questões de gênero em torno de Dilma, da autora Flávia Biroli denominada *Uma Mulher foi Deposta: sexismo, misoginia e violência política* para demonstrar que a categoria gênero foi tão incisiva na representação simbólica da presidenta, que é marca presente tanto das peças de oposição quanto das de defesa. Deste modo, o sexismo, o machismo e a misoginia compuseram os lances mais lamentáveis e perversos da campanha do *impeachment*. A mídia, seja abertamente ou em articulados jogos de linguagem, utilizou os estereótipos de gênero e *double bind*² para empreender sua elaborada oposição à Rousseff. Mas o fato é que a presidenta rompeu estereótipos de gênero e apresentou-se como uma mulher que não cabe no *script* das instituições mais tradicionais da sociedade brasileira, incluindo a imprensa. Tanto no comportamento, quanto em aparência (RUBIM; ARGOLO, 2018).

No dia 17 de abril de 2016, a Câmara de Deputados, com mais de 90% de homens, autorizou a abertura do processo de *impeachment* de Dilma, e, no dia 31 de

² “Kathleen Hall Jamieson (1995) discorre sobre as dificuldades de participação das mulheres no campo político a partir do conceito de doublebinds, um paradoxo vivenciado pelas mulheres políticas em que qualquer que seja o comportamento adotado por elas, alguma falta será apontada. A autora classifica as principais dualidades que surgem como cobrança para elas: Profissional ou mãe?; O mesmo ou a diferença?; Silêncio ou vergonha?; Feminina ou competente?; Idade e invisibilidade. As estratégias de participação das mulheres na política, portanto, se colocam como um conjunto de ações para equilibrar os traços considerados masculinos e os considerados femininos” (RUBIM; ARGOLO, 2018, p. 21).

agosto deste mesmo ano, o Senado Federal, com mais de 85% dos homens, votou, e, aprovou o processo. Durante a campanha a favor do *impeachment*, levada a efeito nas redes sociais por grupos conservadores, e nas manifestações de rua lideradas por uma classe média urbana elitizada, a questão de gênero aflorou da forma mais primária possível. Deixou de ser um preconceito contra mulheres na política para ser simplesmente um preconceito contra a mulher.

A sociedade brasileira mostrou todo seu primarismo, toda a sua ignorância, cultivada nos bairros e nos colégios de elite das principais cidades do país. As ofensas sexuais, em adesivos e nas redes sociais, bem como os palavrões dirigidos à Dilma Rousseff, melhor do que qualquer pesquisa de opinião, são parâmetros do nível de educação cívica e de preconceito contra a mulher no país (RUBIM; ARGOLLO, 2018, p. 30) em que, pela primeira vez, tivemos mobilizações via internet como meio de convocar a população a ir as ruas reivindicar e pedir o afastamento da presidenta Dilma Rousseff.

A partir dos acontecimentos expostos, surgiram várias páginas nas redes sociais, especialmente no *Facebook* que passaram a denegrir a imagem de Dilma enquanto mulher e presidenta do Brasil. Vale mencionar uma página que atuou nesse ínterim, denominada *Eu Tenho Medo de Dilma Rousseff*, que publicou vários *memes* denegrindo a imagem de Dilma e exigindo que esta sofresse o *impeachment*. Seleccionamos uma imagem da referida página, em que pode-se notar a forma como Dilma foi denegrida, principalmente por ser mulher.

Imagem 1: Meme sobre a ex-presidente Dilma Rousseff



Fonte: Página "Eu tenho medo da Dilma Rousseff".

<<https://www.facebook.com/141701759187786/photos/a.728757657148857/2109940202363922/?type=3&theate>>. Acesso em: 15 nov./2018.

Por outro lado, vale a pena destacar que Linda Rubim e Fernanda Argolo (2018) mencionam em sua obra o adesivo de Dilma Rousseff nas bombas de gasolina dos carros de milhares de brasileiros. As autoras pontuam que a presidenta sofreu um estupro político, no momento em que ela teve as suas pernas abertas, invadida por uma peniana bomba de gasolina, em que o deputado Jair Bolsonaro se posicionou como o grande estuprador em potencial contra Maria do Rosário e que, no dia 17 de abril no momento da votação do *impeachment*, elogiou o torturador coronel Ustra como o “terror de Dilma Rousseff”. Assim sendo, as autoras seguem pontuando que não podemos falar de um olhar de desejo sexual, mas de um olhar de culpabilização – típico do estuprador que precisa culpar a mulher de saias para tornar-se apto a violentá-la. Esse olhar responde por um desejo obtuso que se expressa como violência sexual. Nesse sentido, pode-se observar essa ponderação das autoras na imagem abaixo.

Imagem 2: Adesivo de Dilma Rousseff no carro na bomba de gasolina.



Fonte: Portal Terra.

Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/governo-denuncia-adesivo-com-ofensa-sexual-a-dilma,33f5fa7ff225c4a3d42f654bee769de9sgleRCRD.html>>. Acesso: 30 jul./2019.

Nessa perspectiva as autoras ressaltam o quanto Dilma era invejada pelos “homens políticos” aqueles que desejavam seu lugar, aqueles que perderam as eleições para uma mulher, mulher essa que não estava nos moldes da branquitude burguesa,

européia e obediente. Ela está longe de ser “a bela, recatada e do lar” que, conforme vimos na mídia golpista, pode-se ter à cama nos tempos do machismo narcísico e impotente. Contra isso, revistas tentaram fazê-la passar por louca, má, agressiva, doente. Manipulações da imagem fazem parte da era do espetáculo político. Nesse sentido, Linda Rubim e Fernanda Argolo (2018:113) dizem “cuidado com a inveja masculina que historicamente inventou a inveja feminina num golpe de mestre da misoginia histórica”.

E, chegando ao fim desta reflexão em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff, as autoras dizem que o golpe contra Dilma Rousseff nos coloca hoje essa grande questão: não haverá democracia se houver misoginia, pois a misoginia carrega o princípio da negação do outro, que nos coloca agora no atual esvaziamento do estado de direito e do fim da democracia que sempre será a única esperança que podemos ter na política.

Considerações Finais

Este trabalho é parte integrante do tema de dissertação em andamento no Programa de Pós Graduação em História, na Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES, em que o objetivo deste artigo foi descrever algumas teorias acerca de gênero na visão de algumas feministas, além de uma breve reflexão acerca das questões de gênero entorno do *impeachment* de Dilma Rousseff.

Por outro lado, o artigo teve a pretensão de mostrar a imagem de Dilma, enquanto mulher que quebrou paradigmas e ocupou o mais alto cargo político brasileiro, dando voz às mulheres nos espaços de poder. Seguindo essa linha, sabe-se que justamente o fato de Dilma ser mulher contribuiu nos ataques de massa sobre a sua imagem, sendo que esse ódio foi impregnado nas manifestações contra ela, presentes na sociedade, mas ganhando maior visibilidade nos *sites* de redes sociais, ampliando a sua força e reprodução. Vale destacar que esse preconceito de gênero não estava ligado apenas à ex-presidenta Dilma, mas sim, a todas as mulheres, o que demonstra a urgência em discutir e problematizar a desigualdade de gênero, uma vez que, por mais que as mulheres tenham conquistado arduamente muitos direitos ao longo dos anos, o sexismo ainda é latente em nossa sociedade, especialmente no meio político.

Bibliografia

JAMIESON, K. H. *Beyond the double bind: women and leadership*. New York: Oxford University Press, 1995.

PERROT, Michelle. Introdução. In: _____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 11, 1998, p. 89-98.

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: Edufba, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

VIOLÊNCIA NA TV: O FENÔMENO DA ESPETACULARIZAÇÃO NA SÉRIE DOCUMENTAL INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Laura Mendes Matos¹

A cultura das mídias audiovisuais, no que diz respeito à representação das imagens de violência e criminalidade, vem demonstrando duas vertentes predominantes: o telejornalismo, que incorpora elementos de construção típicos das novelas, e a programação ficcional que se pretende realista, retratando o cotidiano da polícia em ação. Assim, para a série *Investigação Criminal* essa análise fica ainda mais abrangente, pois ela aponta os elementos verídicos do caso acoplado de artifícios cinematográficos.

A primeira vertente traduz esse modelo de violência urbana retratada pela série, como midiático caso de Eloá Pimentel, sendo um acontecimento emblemático de crime espetacularizado pela mídia, em que o jornalismo televisivo assume dimensões de uma novela melodramática. Para Cama (2009) a visibilidade promovida pelos meios de comunicação sobre a figura da vítima e do criminoso os transformam em personagens de uma história narrada em capítulos. Se o crime ganha destaque na mídia e garante bons índices de audiência para os canais de TV, acompanharemos pela tela toda a trajetória de vida do criminoso e da vítima, o depoimento de seus familiares e colegas sobre curiosidades dos envolvidos.

Sibilia (2008 apud Cama, 2009) aponta que ao exibir a biografia do criminoso e vítima em doses diárias, ao ponto de transformá-los em celebridades do crime, ela faz um paralelo ao consumo massivo das imagens televisivas pertencentes ao universo da violência urbana, a intimidade como espetáculo manifesta-se em homenagens à vítima postadas nas comunidades de rede sociais. Imagens relacionadas ao tema ganham destaque em sites de compartilhamento de vídeo.

Desta forma, Cama (2009) alude que a espetacularização da violência urbana evidencia os efeitos do real, dos dramas policiais, e o sentimentalismo promovida pelo telejornalismo embaralham os limites entre realidade e ficção. Uma esfera contamina a outra, sob a égide dos recursos midiáticos.

¹ Bacharel em Direito, mestranda em História Social pelo PPGH - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Bolsista Capes. E-mail: lauramendesjuris@gmail.com Apoio: Fapemig.

A estética realista adotada pelo seriado, conforme as observações Jaguaribe (apud Cama, 2009) sobre os novos registros do realismo estético, define a encenação da operação investigativa. Esse fenômeno global, segundo a autora, manifesta-se no cinema novo iraniano, nos filmes do grupo escandinavo Dogma e em diversos documentários, entres outros exemplos audiovisuais. No caso do Brasil, a autora nos diz que:

Os novos realismos despontam dentro de gêneros como o romance policial e a narrativa da violência marginal, ou em retratos do cotidiano que esmiúçam, com maior ou menor pendor psicológicos ou naturalista, os impasses de vidas anônimas. (JAGUARIBE apud CAMA, 2009, p.11)

Ressalta-se que essa pesquisa aborda análise do episódio que trata do caso Eloá Pimentel, e assim não há como desvencilhar-se do problema da legitimação da violência de gênero em nossa sociedade que resulta no assassinato de mulheres, perpassando pelas relações entre patriarcado e legitimação do feminicídio, bem como as combinações entre construção da vítima e do agressor e a naturalização do crime.

A série investigação criminal e o 1º episódio da quinta temporada - “Eloá Cristina”

Investigação Criminal é uma série de televisão de 2012 que foi veiculada originalmente no canal A&E, muito embora seus direitos de exibição tenham sido adquiridos pela Netflix no ano de 2018. A série aborda, por meio de sequências de entrevistas, a história de grandes crimes brasileiros, como o dos Nardoni, dos Richthofen, de Mércia Nakashima e do cartunista Glauco, da Eloá, entre outros.

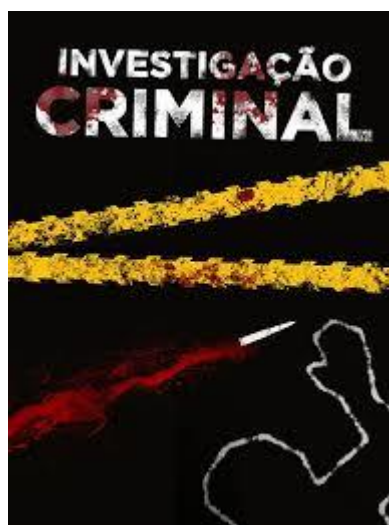


Figura I- Imagem da capa de divulgação da série

Machado (2007) destaca que séries com teor investigativo homicida carregam com si potencialidades do prazer do olhar advindos do cinema: “cenário ideal para afloramento dessa pulsão que é a chave do prazer no cinema: a escopofilia” (MACHADO, 2007, p.45). Esse fenômeno de “espiar o outro” vazou da tela do cinema e tornou-se um gênero televisivo, assim o autor observa:

Em nossa sociedade marcada pelo destino do panoptico, a própria vigilância resulta também em espetáculo. As telas dos monitores de vigilância, por exemplo, não são mais objetos secretos, reservados apenas às salas de controle e observação. Antes, elas se esparramam pela paisagem vigiada, oferecendo-se como espetáculo aos seus próprios protagonistas, para que o olho público assuma ele mesmo a tarefa da vigilância. Ademais, é de se notar a maneira como a própria televisão consegue transformar em atração situações típicas de vigilância. (MACHADO, 2007, p.226).

Cama (2009) destaca que as máquinas de observar usadas conforme modelos atualizados do panóptico foram incorporadas pela indústria cultural e principalmente no formato audiovisual e para web. Assim a indústria do crime-espetáculo adaptou o espectador como voyeur explícito da vida alheia para os dramas policiais de ficção. O uso do termo crime- espetáculo faz referência direta ao conceito de sociedade do espetáculo elaborado por Guy Debord.

Para o pensador francês o espetáculo, em especial a indústria do entretenimento, “é a realização técnica do exílio, para o além das potencialidades do homem; a cisão consumada no interior do homem” (DEBORD, 1997, pág. 19). De certa forma, portanto, o modo como o crime espetacularizado na narrativa seriada de Investigação Criminal é apresentado já fora, na década de 60, criticado por Debord, já que segundo o autor compactua com uma representação da violência estereotipada.

Com nove temporadas e sessenta e cinco episódios a série propõem-se traduzir a “realidade” dos casos. Em 2016, estreou o 1º episódio da 5ª temporada de Investigação Criminal, apresentando um dos casos mais pedidos- segundo o diretor- intitulado de “Eloá Cristina”, com duração de 45 minutos é apresentando a “história” da jovem assassinada pelo namorado. Eloá Cristina Pimentel tinha 15 anos e morava em Santo André, cidade do estado de São Paulo. Lindemberg Alves, de 22 anos, era seu namorado havia três anos. Ele terminou o namoro, se arrependeu e quis reatar a relação. Eloá não quis retomar o namoro. Lindemberg, inconformado, invadiu o apartamento onde ela morava, fazendo-a refém junto com mais três colegas de escola: Nayara Vieira e outros dois garotos, sendo que estes foram libertados por Lindemberg; Nayara foi

libertada no dia seguinte, mas acabou retornando ao apartamento alguns dias depois, permanecendo ali até o desfecho do caso.

O cárcere privado de Eloá ocorreu do dia 13 ao dia 17 de outubro de 2008, contabilizando 100 horas, só terminando quando a polícia invadiu o apartamento. Durante a invasão da polícia, Lindemberg atirou em Eloá (púbis e cabeça) e Nayara (rosto) antes de ser dominado e preso. Nayara sobreviveu, apesar dos ferimentos. Eloá morreu no dia 18 de outubro.

Esse caso ficou conhecido pela imensa atuação da mídia de todos os seguimentos, já que em determinados momentos os envolvidos até falaram ao telefone com as jornalistas, bloqueando inclusive a linha que era usada para contato com os policiais, a repercussão chegou até em mídias internacionais. O julgamento de Lindemberg durou quatro dias, e ele foi considerado culpado por 12 crimes e condenado a 98 anos e 10 meses de prisão. Sua sentença foi transmitida ao vivo por diversas redes televisivas. Em outubro de 2009, um ano após a morte de Eloá, foi divulgada nota afirmando que havia disputa entre alguns meios de comunicação para fazer entrevista exclusiva com Lindemberg Alves. Os advogados de Lindemberg negaram essa possibilidade.

Diante da interferência dos meios de comunicação, desde o início do sequestro houve ampla cobertura da mídia, com muitas reportagens ao vivo, e a repercussão fez aumentar a audiência de diversos programas de televisão. Um deles, especificamente, se destacou por ter exibido ao vivo uma entrevista com Lindemberg, feita por telefone. O programa é o “A tarde é sua”, da Rede TV, apresentado pela jornalista Sônia Abrão.

Segundo Rial(2004) muitos estudos apontam para o poder da mídia em desencadear fenômenos sociais e estabelecer ou modificar modelos de comportamento. Sobre isso, a análise crítica dos efeitos da mídia considera o que ela veicula como uma prática social e busca investigar a ideologia implícita nos textos que dela surgem, e que estão tão naturalizados na sociedade ao tratá-los como modos aceitáveis e naturais do discurso.

A série tem início com uma abertura chocante, quase amedrontadora, com música melodramática, depois corta-se para a fala de uma vizinha da Eloá relatando as últimas palavras que a mãe da jovem ouviu dela, após isso o delegado do caso aparece dizendo sobre a falta de amor de Lindemberg pela Eloá, a sequência de narrativas sucedem pela temática do relacionamento, e depois o caso começa a ser desenhado pelos profissionais do direito, sucedendo-se a isso é mostrado a “cobertura da

imprensa” conversando com a refém através do telefone, pedindo que enviasse uma mensagem para os familiares dela e do Lindemberg. A jovem reforça o pedido de calma, informando que ele está bem armado e qualquer atitude precipitada poderia prejudicá-la.

A partir dessa cena, é apresentado 9 diversos recortes de canais diferentes (Rede TV, Rede Globo, Rede Record, Rede Bandeirantes e TV Cultura), apontando o acompanhamento excessivo das emissoras de televisão, contrariando a conduta em casos de sequestro, onde o crime só é noticiado após a resolução do caso, evitando qualquer tipo de interferência no andamento do caso. Através da análise dos psicólogos e psiquiatras o episódio desenha o perfil dos envolvidos, diversas imagens e cenas do crime são exibidas, e ao final apresenta-se o desfecho trágico que leva condenação do algoz.

Para Sibilia (2008) a espetacularização do crime citado na série, corroboram para o que ela designa de tirania da intimidade, onde os espectadores de todo o país acompanham os íntimos detalhes do “show do crime”, e assim essa cultura da visibilidade abarca, tanto a espetacularização da vida cotidiana quanto o campo da narrativa ficcional. Entretanto Schwartz (2004) contextualiza que esse fenômeno de espetacularizar o crime não é algo insurgente dos tempos atuais, já no final do século XIX essa indústria desse tipo de entretenimento já era emergente.

O episódio finaliza demonstrando o sofrimento da família de Eloá com sua morte e a última cena ressalta o tempo de condenação imputado à Lindemberg. O método investigativo encenado pelo seriado denuncia a intenção simbiótica contida entre o universo fictício do crime e os fatos cotidianos da violência marginal narrados.

As legitimações de gênero no episódio “Eloá Cristina”

A série apresenta a entrevista exibida no programa “A tarde é sua”, na qual o repórter Luiz Guerra conversa com Lindemberg por telefone. Ele se apresenta como repórter do programa da Sônia Abrão, diz que é amigo da família e que a mãe de Lindemberg quer saber como ele está. Afirmava categoricamente: “a gente que saber se está tudo bem com você, a nossa preocupação é com você”. Em vários momentos chama Lindemberg de “filho” e de “querido”.

O repórter também fala com Eloá, perguntando se “está tudo bem”, se “está tudo tranquilo” e se Lindemberg “está a tratando bem”. Depois de cerca de sete minutos de entrevista, Sônia Abrão diz que Lindemberg está prestes a se entregar, mas quer

cobertura maciça da imprensa para evitar que algo ruim aconteça a ele, e passa a conversar com o advogado Ademar Gomes, um dos convidados do programa. Ele afirma ser otimista e esperar que a situação “termine em pizza”, com um casamento futuro entre Lindemberg e a “namorada apaixonada” dele; o convidado ainda reforçava o discurso de que o rapaz era jovem, e a paixão o desequilibrava, mas que eles iriam superar isso e ter um final feliz.

Durante as conversas e negociações, a imprensa estava sempre presente, transmitindo as conversas em programas ou plantões de notícias. O episódio apresenta uma conversa de Lindemberg ao telefone, falando “eu tô agredindo minha namorada” e, quando a jovem responde que não é namorada dele, é possível ouvir o barulho de tapas e ordens para ela calar a boca, o que reforça a interpretação sobre briga de casal ser algo pessoal, que a polícia não deveria ser envolvida.

Pela análise do episódio observa ainda que, pela televisão é possível saber mais do Lindemberg do que da Eloá, essa parece não existir ou ser uma decorrência do 10 sequestrador, assim as emissoras vestiram o sequestrador com uma capa de bom moço, bom filho, rapaz trabalhador, encarando essa situação como algo a parte. As agressões cometidas são ignoradas, não é usada a palavra sequestrador para se referir a ele. Durante boa parte das reportagens, ele é mostrado como o menino bom que ficou abalado com o término do relacionamento e tomou uma decisão passional, levando o telespectador a se questionar se a menina não teria feito algo para desestabilizar o rapaz ou o motivo dela não o perdoar, já que ele é tão apaixonado que chegou a tomar esse tipo de atitude passional.

Diante de tais situações, a primeira reação por muito tempo foi no sentido de procurar justificar o crime cometido pelo agressor. É neste contexto que surge a figura falaciosa do crime passional. O engodo se apresenta na própria denominação do crime. Compreende-se como passional aquele crime cometido pelo agente quando este se encontra sobre a influência de forte emoção, como a ira, por exemplo.

Segundo Corrêa(1981) os crimes passionais, de fato, nunca figuraram em nenhum dos códigos brasileiros de forma explícita, o que poderia ser visto como parte da tendência do direito em ir eliminando progressivamente de seu corpo a vingança privada, à medida que o Estado começavam a se constituir como mediador das disputas entre as pessoas.

Assim, segundo Sosa(2012) o termo passional sempre foi associado à paixão, enquanto sentimento derivado do amor, manifestado na sua forma mais intensa,

trazendo a falsa impressão de que o crime foi em verdade o ato último de alguém dominado pelo mais elevado dos sentimentos que, num momento de desespero, acabou por ceifar a vida da pessoa amada. Trata-se de uma visão romântica, porém, distante da realidade. Verifica-se que, na grande maioria das vezes, o crime cometido é resultado de um sentimento de posse, de contrariedade, de uma obsessão quase que doentia, mas contraditoriamente, dotada de grande lucidez.

Os tribunais brasileiros começaram a posicionar-se contrariamente a estes argumentos, passando a julgar este tipo de crime enquanto homicídio qualificado, em virtude da incidência da qualificadora do motivo torpe ou fútil. Evidencia-se, assim, a impossibilidade de se aceitar qualquer justificação no sentido de se conceber um assassinato pela mera contrariedade à vontade do agente, que não aceita o término de um relacionamento, ou que padece de um ciúme incutido por sua própria possessividade.

Segato (2003) acrescenta a esses conceitos dois eixos de atuação, relacionados ao agressor, sua vítima e seus pares. No eixo que denomina vertical ela inclui a relação assimétrica entre agressor e vítima, enquanto que no eixo horizontal se encontram as relações entre agressor e seus pares, uma “irmandade masculina” na qual todos trabalham para manter a simetria de suas relações, mesmo que com isso precisem reforçar a assimetria das relações verticais.

O episódio mostra que o comandante da operação, em determinado momento afirmou que a equipe poderia ter dado um tiro de comprometimento, mas “era um garoto de 22 anos de idade, sem antecedentes criminais e uma crise amorosa”. O que normalmente é algo comum quando fala-se de violência doméstica, geralmente o agressor nunca praticou outras formas de crime, e são homens cumprem bem seus “papéis sociais”.

Eluf (2007) afirma que a sociedade ainda vive os reflexos do romantismo do século XIX, a autora elucida que é comum que os meios midiáticos fomentem o discurso de ódio em casos graves, como os de crimes passionais. E por meio disso, ocorrem fatos contraditórios: a vitimização do agressor através do argumento “ciúmes”, produz a culpabilização da vítima, atribuindo-lhe as prerrogativas de provocadora dos fatos e merecedora de suas consequências, para a autora apesar da perversidade do crime, é um ato que pode ser praticado por qualquer pessoa, por isso enquanto gera a indignação, também reproduz uma certa isenção.

Para Galvão (2016) a grande problemática em romantizar o crime passionai é a naturalização desse tipo violência, pois frequentemente esses crimes ocorrem após a separação, quando o criminoso não aceita a ruptura da relação ou não admite que seu parceiro(a) inicie outro relacionamento, mas que raramente a imprensa estimula a reflexão sobre as causas desse padrão de violência, fazendo com que a figura do criminoso fique socialmente romantizada.

“Matei por amor” foi a frase dita por Lindemberg Alves no depoimento dado a polícia, logo após os atos que aconteceram, fala que ficou estampada durante dias em todos os veículos de comunicação, com diversos discursos sendo recepcionados de modo legítimo pelo público.

A espetacularização e naturalização da violência contra a mulher pode dizer muito sobre os comportamentos socioculturais do país. Segundo Oliveira (2018) a ideia de “crime passionai” evoca a alegação do criminoso agir por “violenta emoção”, não estando em pleno domínio de suas emoções no momento em que cometeu suas ações. Assim, causa espanto a mídia utilizar esse termo para se referir a esse caso, pois de acordo com Teixeira (2009) é consenso na literatura que o agente do crime não o faz movido por amor, mas pela possessividade, com o intuito de mostrar a sociedade o seu poder sobre o outro.

Sobre isso, Machado (2015) aponta que o inconformismo com o fim do relacionamento aparece com frequência nos processos judiciais em casos de feminicídio ou de sua tentativa, revelando a possessividade do autor da violência. É possível observar o sentimento de posse e legitimação da violência nas falas de Lindemberg quando este, ao telefone, informa “eu tô agredindo minha namorada” e quando a mesma nega a relação é possível ouvir o barulho de tapas e ordens para calar a boca. Ao alegar que a jovem é sua namorada, o autor do crime parece se achar no direito de agredi-la, naturalizando o controle e possessão do corpo feminino, além da sua reação de ódio quando a mulher tenta exercer autonomia quanto ao próprio corpo e decisões.

Oliveira (2018) ainda ressalta que para além da legitimação da agressão, a culpabilização da vítima por parte do agressor esteve evidente nas entrevistas ao vivo que ele concedia por telefone, declarando que estava cometendo a ação por culpa da jovem. Lindemberg alega cometer o crime porque é “apaixonado por ela e se ela o amasse, ela não viraria as costas, que ele estava usando da força para ser ouvido. (...) se ela tá passando por isso é porque ela merece, porque ela quis dessa forma”, isso é mostrado na série.

Dessa forma, Lindemberg alega que a ação é motivada pelo comportamento da ex-namorada, que “virou as costas” quando a procurou para reatar o namoro. De acordo com a declaração, é possível supor que, se Eloá seguisse o desejo de Lindemberg, ele não estaria cometendo o crime. Nascimento (2010) evidencia que a maioria dos assassinatos femininos ocorridos no país se apresentam como resultados da desobediência da vítima, que agiu de contrária aos interesses e padrões de comportamentos determinados pelo agressor, ofendendo de forma direta sua honra e recebendo sua punição como consequência.

De acordo com Coulouris (2004), a construção do perfil do agressor como pessoa honesta e de boa conduta tende a afastar sua responsabilidade sobre o crime. Ao apresentar comportamentos sociais adequados para a sociedade, o acusado consegue eximir sua culpa. Além disso, Machado (2015) ressalta que ao tratar o crime como circunstancial na vida do criminoso a violência contra a mulher é desconectada do contexto relacional e histórico. Os direitos de Eloá não eram mencionados, ela foi deixada cativa e recebendo agressões físicas do ex-companheiro. Como apresenta o seriado, o comandante disse que “a Nayara repassou aos policiais que ele só batia na Eloá”. Isso diz muito sobre a cultura da naturalização das violações femininas. A espetacularização do caso não foi algo isolado na mídia brasileira.

Considerações finais

O propósito desse trabalho foi analisar a espetacularização operada na série documental *Investigação Criminal*, pelo episódio “Eloá Cristina”, buscando compreender como a produção representa e produz a questão da criminalidade violenta no país, reconfigurando os formatos narrativos de dramas policiais, ao problema da legitimação da violência de gênero em nossa sociedade que resulta no assassinato de mulheres, observando as relações entre patriarcado e legitimação do feminicídio, bem como as relações entre construção da vítima e do agressor e a naturalização do crime.

Assim, através de depoimentos dos profissionais, imprensa e testemunhas envolvidas nos casos, a série lança a história desenhada e abordada na visão desses “personagens”, utilizando-se dos elementos narrativos característicos das produções cinematográficas para alcançar o clima de drama que deseja-se, operando o voyeurismo mórbido, é eminente salientar que a discussão aqui apresentada faz parte de trabalhos ainda em desenvolvimento na pesquisa no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGH-UNIMONTES), assim é notável que

Investigação Criminal alude os elementos da dramatização, espetacularização do real para universo ficcional, e reproduz as naturalizações das violações femininas.

Bibliografia

- CAMA, M.P. **O crime espetáculo na tela: entre a realidade e a ficção**. 2009.88 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CORRÊA, M. **Os crimes da paixão**. Editora: Brasiliense. São Paulo, 1981.
- COSTA, D. E. da. **Paixão, insanidade ou crueldade? A motivação e a responsabilidade penal no homicídio passionai**. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA – Assis. 2015
- COULOURIS, D. G. **Violencia, gênero e impunidade: a construção da verdade nos casos de estupro**. In: Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP, Campinas.2004
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de Pontes Visgueiro a Pimenta Neves**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- GALVÃO, D. S. **A Paixão e o Crime Passional**. 2016.Disponível em: Acesso em 02 de outubro de 2018.
- MACHADO, A. **O sujeito na tela: modos de enunciação no cinema e no ciberespaço**. São Paulo: Paulus, 2007.
- MACHADO, M. R. de A. **A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no brasil**. CEJUS | Centro de Estudos sobre o Sistema de Justiça. Brasília, DF. 2015.
- NASCIMENTO, J. M. **O julgamento dos crimes passionais**. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5238. 2010.
- OLIVEIRA, G. L. de. **Eloá e o feminicídio: Assassinatos Silenciados e Naturalizados como Espetáculo**. Conferência internacional de estudos Queer. 2018.
- PRADO, D. & SANEMATSU, M. **Feminicídio: #Invisibilidade Mata**. Fundação Rosa Luxemburg. Instituto Patrícia Galvão. São Paulo.2017.
- RIAL, C. **Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação**. Revista antropologia em primeira mão. Florianópolis: Programa De Pós Graduação Em Antropologia Social.2004.
- SCHWARTZ, V. **O espectador cinematográfico antes do aparato do cinema; pela realidade na Paris fim- de –século**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- SEGATO, R. L. **Que és un feminicídio**. Notas para un debate emergente. Brasília: UnB, 2003. p.4-5. 6.
- SIBILIA, P. **O show do Eu: A Intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SOSA, M. G. **A violência de gênero no Brasil: O caso dos crimes passionais**. Revista eletrônica do curso de Direito da UFSM. 2012, disponível em: [www.ufsm.br/redevistadireito.v. 7, n. 1 / 2012](http://www.ufsm.br/redevistadireito.v.7,n.1/2012).

LEITURAS E RELEITURAS: A TELENÓVELA *O CLONE* E AS REPRESENTAÇÕES DA DANÇA DO VENTRE (2001 – 2002)

Lorena Danielle Santos¹

Introdução

Estudar a realidade social é o dever da sociologia, conforme nos aponta um dos mais importantes sociólogos do século XX, Pierre Bourdieu (1930 – 2002) que acrescenta também a tarefa de se preocupar com as perspectivas que os agentes têm dessa realidade considerando as diferentes posições que ocupam dentro do espaço social e as diversas relações que ali são estabelecidas. Este autor, que nos fornece importantes contribuições teóricas também aplicáveis às pesquisas históricas, defende que é preciso se fazer “uma sociologia da construção das visões de mundo, que também contribuem para a construção desse mundo” (BOURDIEU, 2004:157).

A luz dessa perspectiva, a qual também concordamos, os agentes são pensados não como sujeitos passivos, mas ativos enquanto construtores de visão de mundo que operam mesmo que sob coações estruturais. E sobre a construção do real, ou melhor, as visões de mundo que são naturalizadas e postas como portadoras de uma propriedade universal, o autor nos alerta que:

Se o mundo social tende a ser percebido como evidente e a ser apreendido, para empregar os termos de Husserl, segundo uma modalidade dóxica, é porque as disposições dos agentes, o seu habitus, isto é, as estruturas mentais através das quais eles apreendem o mundo social, são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social. Como as disposições perceptivas tendem a ajustar-se à posição, os agentes, mesmo os mais desprivilegiados, tendem a perceber o mundo como evidente e aceitá-lo de modo muito mais amplo do que se poderia imaginar, especialmente quando se olha a situação dos dominados com o olho social de um dominante (BOURDIEU, 2004:157-158).

Assim, conforme o referido autor, a produção da visão e compreensão de mundo ocorre a partir de uma dupla estruturação já que ela é, por seu lado objetivo, socialmente estruturada, mas por outro lado é estruturada subjetivamente “porque os esquemas de

¹ Mestranda em História Social pelo PPGH - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig. Apoio: Fapemig.

percepção e apreciação, em especial os que estão inscritos na linguagem, exprimem o estado das relações de poder simbólico” (BOURDIEU, 2004:161). De tal modo, tem-se que o mundo de senso comum é fruto dessas determinantes.

Como exposto, as percepções e representações sociais dos agentes variam de acordo com a posição que eles ocupam no espaço social, mas também em razão de seu *habitus* que “implica não só apenas um *sense of one’s place*, mas também um *sense of other’s place*” (BOURDIEU, 2004:158). Aqui, considerar o conceito de *habitus*, enquanto as capacidades cognitivas e de ações dos indivíduos de perceber o mundo, traduz-se em não perder de vista a dimensão que é produzida pelos condicionamentos sociais. Posto isso, conforme Bourdieu, a implicação que surge para nós é a de que os agentes são dados a se classificar e a classificar aos outros ao mesmo tempo em que também disputam o monopólio de impor o seu princípio legítimo de visão e divisão no espaço social.

As concepções expostas acima auxiliam teoricamente o nosso tema de pesquisa que é pautado na acepção saidiana de Orientalismo. Encontramos na obra *Orientalism* lançada em 1978, o autor E. Said debruçado sobre o estudo de um mundo oriental que “era praticamente uma invenção europeia, e fora desde a Antiguidade um lugar de episódios romanescos, seres exóticos, de lembranças e paisagens encantadas, experiências notáveis” (SAID, 2007:27). Pontuamos, inclusive, o nosso entendimento de Orientalismo alinhado a definição em que se trata essencialmente da construção da visão do Ocidente - por intermédio de seu sistema de percepção e apreciação do mundo social que compõem o *habitus* das pessoas do Ocidente - sobre o Oriente, carregada de estereótipos e preconceitos. Nas palavras de Said:

O orientalismo é um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre "o Oriente" e (a maior parte do tempo) "o Ocidente". Assim, um grande número de escritores, entre os quais estão poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais, tem aceitado a distinção básica entre Oriente e Ocidente como o ponto de partida para elaboradas teorias, épicos, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, dos seus povos, costumes, "mentalidade", destino e assim por diante (SAID, 2007:29).

Foi a partir do período medieval que as expressões *latinidade* e *cristandade* serviram para diferenciar o meio europeu das demais sociedades de maneira que estas, caso desejassem desenvolver sua cultura, política e economia teriam ali, na Europa, o grande modelo a seguir. Em razão disso, Said assevera que “a exceção do Islã, até o

século XIX o Oriente era para a Europa uma área com uma história contínua de domínio ocidental inquestionável” (SAID, 2007:115).

A separação produzida entre esses dois mundos se operacionalizou também através da cultura. Pela perspectiva ocidental, a cultura oriental e, notadamente a sua dança, foi caracterizada, em essência, pelo exotismo e erotismo. Portanto, é objetivo desta apresentação, que problematiza pelo viés da História, averiguar as representações da Dança do Ventre veiculadas pela telenovela *O Clone* (2001-2002) nos atentando à força do poder colonial ocidental presente nessas mesmas representações que reconstruíram as imagens canônicas ocidentais sobre o Oriente. A saber, a referida novela foi o principal veículo de divulgação dessa dança aqui no Brasil.

Sobre essa força colonial citada, a percebemos de imediato quando observarmos a própria denominação da dança, posto que em árabe é chamada de *Racks el Sharqi*, que significa Dança do Leste, mas o Ocidente tornou-a conhecida e difundida como *Danse du Ventre*, aos moldes franceses, e *Belly Dance*, conforme definido pelos norte-americanos. Acerca disso, Raposo (2013) ao trabalhar as (auto)representações da cultura árabe em eventos performativos em Portugal e Espanha, nos acrescenta:

Belly dance, por exemplo, juntamente com a danse du ventre, retransmite uma história triste, uma vez que evoca a imersão de uma forma de arte na cultura ocidental e sua absorção num discurso masculino heterossexista. Danse du ventre denota a conquista colonial francesa da Argélia e da Tunísia, bem como de outras regiões do Oriente Médio, por isso está impregnada da heterossexual perseguição dos soldados imperiais pela sua satisfação hedonista nos corpos dos sujeitos colonizados (karayanni, 2004:25, apud RAPOSO, 2013:228 traduções do autor).

Sabe-se que o contato da Dança do Leste com os soldados franceses aconteceu no Cairo (contexto napoleônico), que impressionados pelos movimentos dos ventres femininos alimentaram “uma fantasia sexual e um desejo fantasmagórico do Oriente que se multiplicou depois em toda uma produção imagética particular de ampla circulação na colônia e na metrópole” (RAPOSO, 2013:15-16). A partir disso, deu-se o processo de consolidação da imagem dos haréns - bem populares no período Otomano - pelo imaginário ocidental, transbordado de mulheres exóticas que seduziam por meio da dança. Nesse sentido, completa Salgueiro (2012:16) que “Com este novo domínio ocidental, chegam à Europa imagens mais consolidadas de uma dança de performance quase exclusivamente feminina, que logo recebe a alcunha que a acompanhará, com suas variações, até a atualidade: *danse du ventre*”.

Ao questionarmos sobre a origem dessa dança, o que logo se percebe é que não é possível determinar com certeza nenhuma informação devido à escassez de fontes. Mas sabemos que os pesquisadores do assunto afirmam que a referida dança se desenvolveu para além dos países árabes, incluindo outros espaços como por exemplo a Grécia e Turquia.

Sobre isso, Assunção (2014) ao problematizar a origem da Dança do Ventre moderna, tomando como fonte a obra do orientalista inglês Edward Willian Lane, *An Account of the Manners and Customs of the Modern Egyptians* que foi publicada em 1836, levantou a hipótese de que a Dança do Ventre moderna nos moldes em que hoje é concebida, teria surgido no contexto imperialista europeu iniciado no século XVIII, através do contato estabelecido entre ocidentais e egípcios. A respeito de tal aspecto, pontuamos que a busca minuciosa por traçar a origem da Dança do Ventre na história parece-nos uma tarefa impossível e mesmo dispensável para os nossos propósitos.

História, representações e novela: suporte teórico

Chaveau e Tetart (1999) ao estudarem as questões que pairam sobre a História do Tempo Presente destacam os grandes desafios de natureza metodológica, epistemológica e até deontológica que são postas diante dos historiadores. Ressaltam que a Nova História, fruto da renovação historiográfica ocorrida nos anos 1970, herdeira dos pais fundadores da revista francesa *Les Annales d'Histoire Économique et Sociale*, não surgiu a partir de historiadores interessados em estudar o tempo presente, pois estes estavam mais ocupados em trabalhar temas situados no período da Idade Média e Moderna.

Considerando a própria história, temos que os historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre desde 1929, ao fundarem sua revista com a proposta de uma renovação na historiografia pelo repúdio a tradicional corrente historiográfica metódica, advogaram em defesa de uma história-problema e multidisciplinar que se ocupasse em trabalhar outras temáticas para além da política. Ademais, a preocupação que o historiador deve ter com o presente também foi muito pontuada por estes franceses, pois Bloch advertia que a incompreensão do passado surge da ignorância do presente e “Lucien Febvre, num curso intitulado “A História na vida contemporânea”, ele afirmava que a análise do presente” podia dar a “régua e o compasso” à pesquisa histórica” (CHAVEAU; TETART, 1999:10). Ou seja, desde o início da década de 1930 já havia

sido posto em evidencia um interesse inicial dos historiadores em tratar, dentro do seu ofício, o tempo presente.

Mesmo assim os historiadores evitaram durante um tempo a problemática do presente. Mas nos últimos anos, tem crescido o número de pesquisas que se debruçam sobre as questões do contemporâneo devido a uma reorientação dos historiadores interessados em compreender as particularidades das sociedades no presente abordando para isso, suas mentalidades, cultura e política.

Assim sendo, a afirmação e expansão desse campo em que nos situamos, isto é, o campo da História do Tempo Presente surgiu a partir dessa demanda social e também por intermédio da História Política renovada, que nesse contexto, se mostrou empenhada em ampliar o seu campo de investigação, incluindo o estudo de questões sociais e ideológicas, como bem nos lembra o historiador Francisco Falcon (1997). O estudo dos acontecimentos recentes e seus impactos sociais surge como necessidade para as diferentes áreas do saber, mas para a História aparece reforçado pelo aspecto metodológico, posto que “a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente” (CHAVEAU; TETART, 1999:15). Ao discutir em termos teóricos-metodológicos a História como campo de estudo, K. Jenkins em sua obra *A História repensada* (2007), nos fornece valiosos esclarecimentos a começar justamente por essa relação/distinção central entre História e o seu objeto de estudo, pois:

O passado já aconteceu. Ele já passou, e os historiadores só conseguem trazê-lo de volta mediado por veículos muito diferentes, de que são exemplo os livros, artigos, documentos etc., e não como acontecimentos presentes. O passado já passou, e a história é o que os historiadores fazem com ele quando põem mãos à obra. (JENKINS, 2007:25).

Neste sentido, passado e História não são sinônimos como o senso comum ainda tende a afirmar. Entretanto, pensar a análise histórica no tempo presente implica em realizarmos uma reflexão mais ampla que coloca em debate a presença controversa do historiador também como ator e espectador do seu tempo. É, pois, justamente a proximidade que se apresenta enquanto argumento mais feroz dos críticos dos historiadores do Tempo Presente, pois conforme via de regra enfatizam, a ausência da distância do objeto pode comprometer metodologicamente a análise. Rioux (1999), nesse ponto, contra-argumenta da seguinte forma:

Os historiadores do recente, nadando na indolência conceptual assinalada há pouco, mas bastante bem garantidos sobre suas retaguardas sociais, fizeram bonito, no final das contas, martelando o bom senso do velho artesão, metodologicamente pouco sofisticado mas passavelmente percuciente: o argumento da “falta de recuo” não se sustenta, dizem eles, pois é o próprio historiador, desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que cria sempre, em todos os lugares e por todo o tempo, o famoso “recuo” (RIOUX, 1999:44-45).

É importante destacar que a subjetividade do historiador presente em seu ofício fora reconhecida e admitida desde a renovação historiográfica francesa de 1929. Neste contexto, os fundadores *annalistes* rejeitaram a noção de neutralidade que os historiadores tradicionais metódicos tomavam em alta conta ao produzirem a História científica.

Assim sendo, o campo da História do Tempo Presente se engajou em (re)afirmar o que já se tornara pauta no transcorrer do século XX, ou seja, a presença do historiador em seu tema de estudo. Este historiador, agora completamente ciente de que é impossível recuperar o passado em sua totalidade e pureza, se apoia sobre a análise das fontes para construir o seu discurso. Entretanto, o reconhecimento da subjetividade e presença do historiador na pesquisa devem ser seguidas pelo rigor teórico-metodológico. Corroborando com a argumentação de Rioux (1999) que destacou a importância do bom senso que sempre deve ser usado, Chaveau e Tétart, advertem:

O historiador deve, pois, abstrair-se o mais completamente possível das interferências da ideologia e da subjetividade, estudando-as e procurando apreender verdadeiramente seu objeto além de uma acepção puramente histórica. A epistemologia da história do presente consiste, portanto, em interrogar a história a fim de propor novos dados que aumentarão sua capacidade de explicitação e de sugestão (CHAVEAU; TÉTART, 1999:36).

Ao tratarmos da História do Tempo Presente neste estudo, ressaltamos o fato de que é cada vez mais frequente a relação dos historiadores com a mídia no que se refere a esta entendida enquanto fonte, isto é, documento histórico. Os jornais, as revistas, a internet, os filmes e a televisão de modo especial, entre outros, compõem o universo audiovisual que fornecem uma perspectiva ao pesquisador não só dos valores e condutas, mas na qualidade de indícios, também possibilitam perceber, em perspectiva crítica, onde se operam as múltiplas transformações e permanências sociais no tempo presente. Oportunamente, Kellner (2001) ao analisar a cultura midiática ao qual estamos inseridos, demonstra como o nosso cotidiano é preenchido por imagens e sons que

moldam a nossa conduta, a nossa visão de mundo que influi, em especial, na formação da nossa identidade.

No tocante as representações sociais, estas se tornam objeto de estudo dos historiadores quando a História Cultural, marcada por uma renovação, ressurgiu na década de 1970, bem próxima da Antropologia Interpretativa. Ressurgiu, pois foi por volta de 1960 que as mentalidades passaram a ser estudadas pela História com o objetivo de se compreender os grupos sociais “menos estritamente definidos pelo seu lugar no seu sistema de produção, ou mais complexos na sua estrutura” (PROST, 1998:128). Mas o conceito de mentalidades e mesmo o campo histórico que se esboçava ali apresentavam fragilidades demasiadamente criticadas, de forma que o declínio se pôs como evidente. A partir disso, o que houve foi uma mudança de muitos historiadores para a cultura e é por isso que para o historiador Ronaldo Vainfas, a História Cultural é “neste sentido, um outro nome para aquilo que, nos anos 70, era chamado de história das mentalidades” (VAINFAS, 1997:148).

Além disso, a História Cultural preocupada com questões referentes as práticas sociais e representações se aproximou da Psicologia Social, em especial, e se beneficiou com suas contribuições teórico-metodológicas. Como por exemplo, o que foi posto por Serge Moscovici a respeito das representações que:

Devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduz nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa. (MOSCOVICI, 2007:46).

Desse modo, as representações orientalistas sobre a Dança do Ventre fincaram no imaginário social ocidental e, nomeadamente no brasileiro, a imagem canônica da dançarina do Ventre enquanto uma odalisca, a serviço exclusivo de seduzir aos homens. É relevante esclarecermos que este estudo entende o conceito de imagem canônica pelo que definido por Saliba da seguinte maneira:

Imagens-padrão ligadas a conceitos-chaves de nossa vida social e intelectual. Tais imagens constituem pontos de referência inconscientes, sendo, portanto, decisivas em seus efeitos subliminares de identificação coletiva. São imagens de tal forma incorporadas em nosso imaginário coletivo, que as identificamos rapidamente (SALIBA, 2007:88).

No Brasil, as representações midiáticas dominantes da Dança do Ventre, mostradas como parte de um exótico, têm reproduzido exatamente imagens reducionistas e preconceituosas que pesam sobre aqueles que a praticam. Nesse ponto, aqui a televisão contribui e muito com a reprodução de discursos que promovem preconceito e a discriminação em suas diversas formas. Bourdieu, a respeito disso, argumentou que a força da televisão se deve ao seu “[...] *efeito de real*, fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização. Ela pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos” (BOURDIEU, 1997: 28).

Ressaltamos que foi em 1950 que a televisão chegou ao Brasil e desde então, são os mais variados gêneros de ficção que são veiculados por este meio de comunicação. O principal deles é, sem dúvida, a telenovela que chegou aqui exatamente um ano depois, isto é, em 1951. E se a princípio, tal produto enfrentou desafios muito centrados na qualidade, hoje diferentemente, é visto como sendo de importância capital para a teledramaturgia brasileira.

Maria Lourdes Motter (2000), ao pesquisar a telenovela brasileira como produto cultural de massa, assevera que atualmente enquanto produto de alta qualidade ela serve como modelo que é exportado para diversos outros países consumidores gerando bons negócios. Além disso, a autora analisa que “enquanto produto cultural, ela gera um conhecimento sobre o Brasil. Ficcional é verdade, mas ainda assim, com frequência, única fonte de informação sobre nós para comunidades de culturas distantes e pouco aparentadas com a nossa” (MOTTER, 2000:1). A sua identidade que a particulariza foi forjada pelo movimento histórico e seus eventos, sendo marcada pela Ditadura Civil-Militar de 1964 que censurou os meios de comunicação no que se refere a conteúdos que atentavam contra os ideais do regime. Algumas emissoras de televisão foram favorecidas pelos militares nesse contexto, entre elas a Rede Globo se destacou.

A autora ainda argumenta sobre a relevância que a telenovela tem dentro da sociedade brasileira, posto que ela está entre os produtos mais consumidos bem como se insere ainda – em diferentes níveis e graus - na realidade cotidiana dos brasileiros por estabelecer um diálogo entre aspectos do mundo cotidiano com o espaço ficcional. Assim, quando optamos pela produção telenovelistica enquanto fonte histórica, concordamos que o sucesso de uma novela só é possível mediante a abordagem dos temas que “se renovam levando em conta as variáveis que o próprio movimento sócio-histórico-político coloca na dinâmica social” (MOTTER, 2000:3).

Isto posto, a Rede Globo de Televisão que ainda se apresenta nacionalmente hegemônica no campo da indústria cultural tem em suas produções telenovelisticas o destaque entre seus principais produtos de sucesso. Consoante, tem-se a novela *O Clone* (2001-2002) que abordou fortemente a cultura islâmica, dentro de um contexto histórico internacional marcado pela angústia e medo coletivos em relação aos constantes ataques terroristas de fundamentalistas islâmicos. A tese do pesquisador Cesar Henrique de Queiroz Porto intitulada *Uma reflexão do Islã na mídia brasileira: televisão e mundo muçulmano, 2001-2002* (2012) ao tomar a telenovela *O Clone* como fonte, teve por objetivo central analisar as representações do Islã, muçulmanos e árabes levadas ao grande público. Para o autor, no tocante as fantasias orientalistas:

O Oriente, na moderna cultura midiática, além de se apresentar como um rentável produto de consumo, aparece em muitas produções, quase sempre associado a um lugar de fantasia e sedução. A leitura brasileira da tradição literária oriental derivada das Mil e Uma Noites também foi tributária desse tipo de imaginário orientalista. Se a novela *O Clone* cultivou o encantamento, fascinando sua audiência através de referências de todo o tipo, retiradas do livro introduzido por Galland, ela também seduziu o telespectador brasileiro [...] Tal visão tem como maior símbolo as imagens de odaliscas, dançando com seus ventres de fora, mas cobertas com o véu que pode ser transparente mostrando os rostos ou de um tecido não-transparente que esconde a face da mulher, mas instiga a imaginação masculina e a fantasia (PORTO, 2012:326-328).

Pela argumentação apresentada, o que se verifica é a reiteração do estereótipo orientalista sobre as dançarinas associadas ao mundo árabe, tal como odaliscas, postas no espectro da sexualidade e fetichização.

Para melhor percebermos a apresentação recorrente que novela fez da Dança do Ventre é oportuno analisar, ainda que de forma mais breve, os pontos principais da primeira cena em que a dança foi exibida. Foi por meio de Jade (Giovanna Antonelli), personagem protagonista, a executando no momento em que conheceu, pela circunstância, o seu par romântico, o personagem Lucas (Murilo Benício). Ao assisti-la dançando, Lucas se apaixonou à primeira vista e como em estado de transe se demonstrou incapaz de desviar o olhar. Estava entregue. Tal cena transborda o ar de mistério e encantamento entre os personagens. Sobre essa primeira exposição da Dança do Ventre, consideramos o figurino também enquanto elemento fundamental para pensarmos o estudo da apresentação da dança em questão. Assim:

Jade veste um bustiê verde, inteiro, bordado com canutilhos e com cordões também de canutilhos e com cristais pendurados, caindo e movimentando-se sobre o ventre ao ritmo da dança. No cós da saia, canutilhos e cristais bordados na circunferência do quadril formam um cinturão embutido, com correntes e franjas soltas ao longo da saia justa no quadril, em tecido leve de seda disposto em camadas em V. Da altura dos joelhos para baixo, tiras lisas, como se fossem lenços pendurados em toda a saia, formam um volume que conferem à peça o modelo sereia. O resultado dessa composição é um traje que deixa o corpo da personagem pouco coberto. Ela utiliza como acessórios apenas o anel-pulseira que herdou de sua mãe e o colar de pedra jade na cor verde. Ao dançar ela segura um lenço verde do mesmo tecido da roupa que está vestindo, com as extremidades bordadas de canutilhos [...] essa cena é um exemplo das configurações estéticas apresentadas em *O Clone* através da dança do ventre, que ocorreu quase semanalmente ao longo dos 221 capítulos da trama (WAJNMAN; NAVARRO, 2007:3).

A esteticização ocidental se põe como evidente sobre o figurino da dança, mas também sobre a personagem central ao longo da trama. Jade se alinha ao que é imposto pela imagem cênica hollywoodiana da dançarina: corpo magro, mais definido, roupas exóticas junto de seus cabelos longos. A personagem dança. Lucas é imediatamente conquistado. As imagens canônicas da Dança do Ventre e do Oriente como espaço do exotismo e do erótico são reproduzidas insistentemente. Percebe-se assim, que a trama tratou de transmitir os ecos da já discutida tradição de pensamento orientalista no que tange a Dança do Ventre de forma regular e que, em verdade, seduziu ao grande público garantindo-os como telespectadores-consumidores.

Por fim, inferimos que a visão orientalista que por processo histórico consolidou um imaginário tão forte no que se refere ao mundo oriental em geral, vem sendo reafirmada e reatualizada pelos nossos meios midiáticos obtendo como resultado o fortalecimento de preconceitos. No que tange as representações da Dança do Ventre veiculadas pela referida novela e os seus principais efeitos sociais, conforme já foi demonstrado por pesquisadores como Xavier (2006), destacaram-se a alta no mercado de fantasias; o aumento da procura por aulas de Dança do Ventre na busca, em especial, do aprendizado de técnicas de sedução masculina e finalmente, a moda que nesse momento assistiu à um *boom* de roupas pseudo-orientais e acessórios vistos como exóticos e propagandeados enquanto adornos ousados indispensáveis para se obter êxito no jogo de sedução masculina.

Considerações finais

Lembramos e concordamos com E. Said ao dizer que “a realidade do Orientalismo é anti-humana e persistente. O seu alcance, assim como suas instituições e influência dissimulada, perdura até o presente” (SAID, 2007: 78) e embora as representações do Oriente e da Dança do Ventre associadas ao discurso orientalista recebam consideráveis reforços em nosso meio social, a grande visibilidade ofertada pela telenovela possibilitou – ainda que timidamente - a ressignificação e divulgação dessa dança por uma outra imagem alternativa e positiva que tem ganhado cada vez mais espaço, sobretudo nos espaços virtuais. Progressivamente divulgada enquanto atividade física democrática - possível de ser praticada por todas as pessoas - benéfica para o corpo, capaz de desenvolver não só a melhora do condicionamento e a flexibilidade das articulações, entre outras coisas, mas também como alternativa excelente para o desenvolvimento do autoconhecimento, autoconfiança e valorização da autoimagem.

O engajamento dos profissionais da Dança do Ventre para tornar dominante justamente essa imagem positiva da dança tem sido fundamental para desconstruir essas representações do Oriente marcadas pelo preconceito ocidental. Por isso que por uma última vez citamos o Bourdieu, pois também acreditamos que “para mudar o mundo, é preciso mudar as maneiras de se fazer o mundo, isto é, a visão de mundo e as operações práticas pelas quais os grupos são produzidos e reproduzidos” (BOURDIEU, 2004:166). As pesquisas acadêmicas contribuem com isso. Assim, a nossa abordagem histórica desse tema objetiva contribuir agregando valor social a partir de esclarecimentos a respeito da descolonização da Dança do Ventre bem como intenta também dar visibilidade as estas outras novas formas de representações positivas a partir de outros olhares marginais.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In:____ **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- CHAVEAU, A.; TÉTARD, ph. Questões para a história o presente In:____. (Orgs). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: Edusc, 1999.

FALCON, Francisco. História e Poder. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios da teoria e metodologia. 12 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GARCIA, Emilla Grizende. **A telenovela como fonte de pesquisa historiográfica**. Disponível em:

<http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406773378_ARQUIVO_ATELENOVELACOMOFONTEDEPESQUISAHISTORIOGRAFICA.pdf>. Acesso em 30 mai. 2019.

JENKINS, Keith. **História repensada**. São Paulo: Contexto, 2013.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: Edusc, 2001.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3792/pdf_121>. Acesso em: 30 mai. 2019.

MOTTER, Maria de Lourdes. **Ficção e realidade** – telenovela: um fazer brasileiro. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/93c8672e358352c456d8bd0baff3130c.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2019.

PORTO, César Henrique De Queiroz. **Uma reflexão do Islã na mídia brasileira**: televisão e mundo muçulmano, 2001 – 2002. Disponível em:

http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27022013-101905/publico/2012_CesarHenriqueDeQueirozPorto_VCorr.pdf. Acesso em: 14 dez. 2018.

RAPOSO, Paulo. **Performando Orientalismos: do Harém à Primavera Árabe**. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/82468/85447>. Acesso em: 20 mai. 2019.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer história do presente? In: _____. (Orgs). **Questões para a história do presente**. Bauru. SP: Edusc, 1999.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

SALIBA, Elias Thomé. As imagens canônicas e a história. In: CAPELATO, Maria Helena; [et al.]. **História e cinema**. São Paulo: Alameda, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios da teoria e metodologia. 12 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

XAVIER, Cíntia N. ... **5, 6, 7, ∞...Do oito ao infinito**: por uma dança sem ventre, performática, híbrida, impertinente. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5669/1/2006_Cynthia%20Nepomuceno%20Xavier.pdf. Acesso em: 20 mai. 2019.

WAJNMAN, S; NAVARRO, E. **Configurações Culturais e figurino da telenovela O Clone**. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202007/3_13.pdf>. Acesso em 30 mai. 2019.

FICÇÃO OU REALIDADE? O USO DA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E A ANÁLISE DE DISTOPIAS NO COMBATE ÀS PÓS-VERDADES E *FAKE NEWS*

Maria Clara de Oliveira Silva¹

Em 2016, a palavra “pós-verdade” foi eleita pelo Dicionário Oxford como “a palavra do ano”. Segundo o dicionário, o termo refere-se à prática que se tornou cada vez mais comum nos últimos anos, quando as emoções e crenças pessoais exercem mais impacto sobre a opinião pública do que os fatos objetivos e dados empíricos (POST-TRUTH, 2019).

Curiosamente, observa-se nos últimos anos, uma proliferação de notícias falsas nos veículos midiáticos – especialmente a internet –, prática que se tornou tão comum ao ponto de se tornar popularmente conhecida no mundo inteiro por sua etimologia inglesa: “*fake news*”.

Nesse sentido, muitos governos – quase sempre de caráter autoritário, portando características neofascistas –, têm se elegido ao redor do mundo utilizando uma fórmula que combina o uso das pós-verdades com as *fake news*. Observa-se, a partir disso, um cenário quase distópico: governantes instilando a população a negarem obras canônicas, boicote à ciência, aos intelectuais, às verdades históricas, dentre outros. Como afirmou em entrevista o filósofo Noam Chomsky, “as pessoas já não acreditam nos fatos” (CHOMSKY, 2018).

Pensando neste contexto, torna-se extremamente relevante a valorização e produção da história do tempo presente, como artifício para combater as pós-verdades e *fake news*, que contribuem com o alastramento da desinformação entre a população. Este trabalho se propõe a fazer isso através da análise de distopias, ou seja, obras que apresentam um futuro próximo onde as consequências do presente são levadas ao extremo, cujo intuito é trazer ao leitor a reflexão sobre as atitudes no presente para tentar evitar um futuro desastroso. Sendo assim, infere-se que o presente trabalho apresenta um caráter extremamente intertextual, analisando passado e futuro para se

¹ Mestranda em História Social pelo PPGH - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig. Apoio: Fapemig.

realizar uma crítica sobre o presente, e combatendo as “distopias reais” com as “distopias ficcionais”, por mais controversas que tais designações possam parecer.

Para isto, este artigo foi dividido em três partes: inicialmente, propôs-se uma revisão teórica sobre a história do tempo presente, dialogando com importantes estudiosos que abordaram o tema, para apontar as suas vantagens e desafios, e analisar como este campo historiográfico é visto hoje, passadas quase quatro décadas desde a criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) francês. Numa segunda parte, abordou-se a utilização de fontes midiáticas no estudo da história, tendo em vista que o desenvolvimento tecnológico propiciou o aparecimento de vários veículos midiáticos que hoje são utilizados como fonte de pesquisa nos estudos históricos, principalmente atrelados à história do tempo presente. Por fim, discutiu-se a respeito das distopias, que se constituem como um tipo de romance futurístico geralmente de caráter político e que têm se constituído como objeto de estudo sedutor para historiadores, visto que retratam possibilidades de futuro levando em conta os comportamentos identificados no presente. Pretende-se, assim, identificar nas distopias um objeto de estudo para se compreender melhor o presente.

Apontamentos contemporâneos sobre a história do tempo presente

Ao analisar os campos da história, o historiador José D’Assunção Barros aponta uma fragmentação cada vez maior dentro do campo historiográfico, trazendo uma pluralidade de novas perspectivas historiográficas (BARROS, 2004). Se por um lado, essa pluralidade apresenta a desvantagem de “pulverizar” o campo histórico, por outro lado, nos traz a possibilidade de desbravar novos campos, que até pouco tempo eram relegados a outras áreas do conhecimento, vistos com desdém ou pouco interesse por parte dos historiadores. Nesse sentido, inicialmente, abordar-se-á neste artigo a história do tempo presente, considerada uma categoria relativamente recente dentro da historiografia.

A história do tempo presente surgiu no final da década de 1970, a partir da criação do Instituto de História do Tempo Presente na França. Sobre isso, François Dosse pontua:

Seu primeiro diretor, François Bédarida (1978), o definiu como “a nova oficina de Clio”. Sua instituição, segundo François Bédarida, estava associada a uma verdadeira mudança epistemológica marcada pela ascensão da dimensão memorial, a busca ansiosa da identidade e a crise dos

paradigmas utilizados nas Ciências Sociais, bem como uma crescente incerteza sobre o presente e o futuro (DOSSE, 2012, p. 5).

Passadas quase quatro décadas após a sua criação e consolidação, o campo da história do presente ainda hoje é questionado por alguns historiadores. Isso se deve, em grande parte, às heranças de outras correntes historiográficas, como o positivismo – que se voltava principalmente para a análise de fontes já consagradas, como o documento físico –, ou a Escola dos Annales – graças à valorização do tempo de longa duração difundida principalmente por Braudel.

Nesse ínterim, o que estaria relegado a este novo tipo de olhar historiográfico, que via o presente como seu objeto de pesquisa, com suas fontes inacabadas, suas testemunhas vivas e a efemeridade dos fatos?

No final do século XX, num contexto após as grandes guerras mundiais, e com o desenvolvimento cada vez mais rápido de novas tecnologias de comunicação, a história do presente começou a receber mais atenção por parte dos pesquisadores. Um deles foi Jean-Pierre Rioux, que em um dos seus ensaios se questionava se caberia ao historiador realizar tal tarefa, fazer a tão temida “história do presente”.

Em seu artigo, o autor discorria sobre as problemáticas e receios levantados quanto a essa modalidade histórica, que décadas após o seu surgimento, ainda era considerada como “tabu”. De acordo com Rioux:

O argumento mais frequente levantado contra essa história é o da **proximidade**. A objeção, de fato, é forte. Como traduzir em termos de duração um presente, por definição, **efêmero**? Presente esse cuja produção, além disso, é cada vez mais, ao longo do século XX, fenômeno atual, cujos delineamentos são confundidos nesse turbilhão denso e indistinto de mensagens, nesse intenso rumor mundializado de um “atual” triturado, amassado, transformado sem trégua, sob o triplo efeito da mediatização do acontecido, da ideologização do ato e dos efeitos de moda da nossa apreensão de um curso da história? Se nosso presente é uma sucessão de *flashes*, de delírios partidários e de jogos de espelhos, como sair dele para erigi-lo, em objeto de investigação histórica? (RIOUX, 1992, p. 41, grifos nossos).

Assim, durante muito tempo na historiografia, houve um receio por parte dos historiadores em se trabalhar com uma temática considerada tão delicada, uma vez que envolvia questões muito próximas e efêmeras, e, dispondo-se a trabalhá-las, o historiador poderia consequentemente incorrer no erro de lançar mão de interpretações equivocadas ou precipitadas sobre o seu objeto de análise, dada a proximidade com o seu objeto.

Pensando nisso, Rioux ironiza o fato e se questiona se não seria melhor deixar tal tarefa para os jornalistas e estudiosos de outras áreas, tendo em vista que as maiores críticas contra a história do presente partem justamente dos historiadores (RIOUX, 1999). Por sua vez, Dosse pontua que “a prática ainda permanece suspeita e ilegítima; ainda não considerada científica; confinada como um domínio separado, muito marcada por uma relação incestuosa com o jornalismo” (DOSSE, 2012, p. 6).

Para Agnès Chauveau e Philippe Tétart, que analisam a história imediata e também a do presente, ao se referirem à história imediata – ainda mais contemporânea, e, portanto, mais questionada que sua irmã próxima, a história do presente –, informam que, de fato, os procedimentos empregados para se realizar a história imediata são mais afins às técnicas jornalísticas do que à ciência histórica, pois o que propiciou seu nascimento não foram princípios iniciais da história, como o recuo, ou o desprendimento em relação ao fato, todavia, isso não quer dizer que esta modalidade histórica seja determinada por estas técnicas, e que não se constitua enquanto pesquisa científica (CHAUVEAU; TÉTART, 1999, p. 22), nesse sentido, se a história imediata, ainda mais próxima à nossa “atualidade” é considerada enquanto objeto de pesquisa científica, porque o mesmo não valeria para a história do presente?

Partindo-se desses pressupostos, Rioux deduz que a desistência em se realizar história do tempo presente não resolveria nada e, sendo otimista em relação a este campo historiográfico, conclui que “ela será uma espécie de evangelho eterno para vivos”, da qual o historiador seria seu apóstolo, e mais, correlaciona a modalidade histórica em questão a um “depoimento de boa qualidade científica sobre esse estranho sentimento de nosso próprio tempo, inédito na torrente do tempo e que atrapalha tão frequentemente nossos contemporâneos: a consciência” (RIOUX, 1999, p. 43).

Jean-François Sirinelli, por sua vez, pontua que é um fato incontestável que o contexto histórico influi sobre as orientações historiográficas, e, para o autor, isso independe do período estudado (SIRINELLI, 1999), portanto, não faz sentido evitar a história do tempo presente sob o argumento de ser influenciado pelo contexto em que se vive, uma vez que, independente do período estudado, o historiador sempre irá imprimir suas impressões e influências do presente em seu estudo.

A este respeito, o historiador Eric Hobsbawm já havia se pronunciado, afirmando que, mesmo que se leve em conta todos os problemas estruturais da história do tempo presente, seria necessário fazê-la, realizando as pesquisas com a mesma cautela e os mesmos critérios utilizados para outros tempos, ainda que, no ponto de

vista dele, ela sirva para salvar do esquecimento, e talvez da destruição, as fontes que serão indispensáveis aos historiadores do terceiro milênio (HOBSBAWM, 1998, s/p).

Chauveau e Tétart, analisando a necessidade de questionamento que os historiadores têm acerca da história do presente, afirmam:

A epistemologia da história do presente consiste, portanto, em interrogar a história a fim de propor novos dados que aumentarão sua capacidade de explicitação e sugestão. Por em questão a história do presente não é antes de tudo louvar sua capacidade explicativa. Não é defender e ilustrar uma nova maneira de história, é ao contrário observá-la e pô-la em dúvida para melhor conhecer seu funcionamento e assegurar-se de sua validade – de sua capacidade heurística (CHAUVEAU; TÉTART, 1999, p. 36-37).

Nesse sentido, a despeito dos seus problemas, mais do que nunca se faz necessário que os historiadores dediquem-se à história do presente. Em um mundo permeado por pós-verdades e *fake news*, onde as notícias falsas se espalham rapidamente graças aos novos meios de comunicação, no qual a mídia detém uma capacidade absurda de manipulação dos fatos para favorecer politicamente seus aliados, qual profissional estaria mais apto que o historiador para apresentar os fatos com uma análise interpretativa mais bem embasada e consistente, ou um depoimento de boa qualidade científica?

O uso das fontes midiáticas na contemporaneidade

Abordando ainda a história do presente, Rioux afirma que, aos olhos de alguns estudiosos mais conservadores, que ele intitula de “guardiões da ciência histórica”, o historiador do presente seria “ingênuo, marginal, agitador por defeito e impotente por vocação”, e essa sua imagem pejorativa seria ainda mais agravada caso este resolvesse se “passar por muito ‘midiático’” (RIOUX, 1999, p. 119, grifos nossos).

O preconceito dentro do meio historiográfico com o uso de fontes midiáticas – assim como com a análise sob a perspectiva da história do presente –, também se constituiu como tabu por muito tempo, e também graças à influência da história positivista e dos Annales – a primeira, por valorizar os documentos físicos, a segunda, por considerar que o passado é o objeto ideal de análise histórica.

Até mesmo a história oral – hoje amplamente utilizada nas pesquisas históricas graças à importância dada aos testemunhos –, passou também por esse processo de renegação dentro da história, numa época em que somente os documentos físicos que

apresentassem certo distanciamento histórico em relação ao presente eram considerados fontes históricas.

Sobre as reuniões realizadas pelo Instituto de História do Tempo Presente, Dosse apontou que, enquanto em 1992 o que gerou polêmica foi a utilização de fontes orais, em 2011, o aumento de fontes imagéticas e recursos relacionados à informática que geraram inflação arquivística, foram os alvos da polêmica (DOSSE, 2012, p. 6).

Percebe-se, portanto, que o *frisson* a respeito da utilização de fontes midiáticas na historiografia é muito recente, e atinge seu auge agora no século XXI, embora o termo “mídia” tenha surgido ainda no começo do século XX, como pontua Asa Briggs e Peter Burke, segundo os quais, o termo data da década de 1920, quando aparece pela primeira vez no *Oxford English Dictionary* (BRIGGS; BURKE, 2004, s/p).

Felizmente, nas últimas décadas, especialmente graças ao desenvolvimento de novas tecnologias, a visão condenatória das fontes midiáticas enquanto fontes históricas vêm mudando. Isto porque as novas mídias mostram-se cada vez mais como fontes pertinentes para as análises historiográficas, especialmente no que diz respeito à história do presente, que também tem ganhado mais adeptos, à medida que se passa o tempo. De acordo com Douglas Kellner:

No momento em que adentramos num novo milênio, a mídia se torna importante na vida cotidiana. Sob a influência de uma cultura imagética multimídia, os espetáculos sedutores fascinam os ingênuos e a sociedade de consumo, envolvendo-os na semiótica de um mundo novo de entretenimento, informação e consumo, que influencia profundamente o pensamento e a ação (KELLNER, 2004, p. 5).

Sendo assim, graças ao desenvolvimento das novas mídias, o uso da imagem torna-se cada vez mais fascinante, criando, desta forma, uma “cultura imagética”. Essa cultura imagética, no entanto, pode ser perigosa aos telespectadores desavisados, uma vez que, justamente por exercer uma espécie de fascínio sobre quem a recebe, faz com que estas pessoas deixem passar despercebidas as subjetividades que estas mensagens carregam. Parte disso se deve ao fato de que, reconhecendo-se que a mídia exerce grande influência sobre a sociedade, esta transformou-se em objeto de interesse pelos detentores de poder, que imputam-lhe mensagens do seu interesse.

O estudioso Henry Jenkins, que trabalha o conceito de “cultura da convergência” representado pelas transformações tecnológicas vivenciadas nos últimos tempos e como elas afetam diretamente a sociedade –, afirma: “no mundo da convergência das mídias, toda história importante é contada, toda marca é vendida e todo consumidor é cortejado

por múltiplas plataformas de mídia” (JENKINS, 2009, s/p). Por sua vez, Ferro defende que “uma imagem é também uma informação, como uma palavra, um texto escrito, um discurso”, assim, “é preciso lhes considerar como sonoro, noticiário ou ficção” (FERRO, 2009, p.15-16).

Sendo, portanto, uma informação, a imagem deve ter o seu lugar dentro das análises historiográficas. Mais do que os documentos escritos, as imagens produzidas pelas fontes midiáticas têm a capacidade de captar a atenção do público, e desta forma, como citado por Kellner, podem influenciar profundamente o pensamento e ação das pessoas. Nesse sentido, seu impacto do ponto de vista social é muito eficaz, tanto para bem, quanto para mal.

Para Martín-Barbero, essa capacidade midiática de captar a atenção do público pode inclusive se constituir como fator determinante na governabilidade local ou nacional, uma vez que “as mídias aumentaram o rol de intermediários entre instituições do Estado e as pessoas, processam a inconformidade da cidadania, sensibilizam a sociedade em relação às intervenções estatais em certas situações” (MARTÍN-BARBERO; REY, 2004, p. 74).

Partindo dos pressupostos citados, compreende-se, portanto, que as fontes midiáticas podem ser utilizadas tanto a serviço do governo – com a finalidade de conduzir a sociedade a determinadas atitudes por ele esperadas –; bem como um meio de conscientização contra as arbitrariedades cometidas por um grupo ou mesmo pelo governo, no caso da mídia alternativa, por exemplo.

Assim, embora apresente várias atuações, analisar-se-á aqui o papel da mídia enquanto veículo alternativo, configurando-se como meio de conscientização política, dentro do qual destaca-se a atuação das distopias, cuja narrativa, que constitui-se em ficção, geralmente dialoga diretamente com a política, funcionando como um alerta à sociedade sobre as consequências dos seus atos, ou de medidas autoritárias adotadas pelo governo, e como esses atos podem ter desdobramentos que coloquem o futuro da população em risco.

Mas como as distopias podem estar relacionadas à história do tempo presente, já que retratam uma realidade futurística? E como se configuram enquanto fontes midiáticas? Pretende-se analisar estas e outras questões no próximo tópico.

As distopias enquanto fontes midiáticas e sua relação entre passado, presente e futuro

A obra “A Utopia”, escrita em 1516 por Thomas More foi responsável por inaugurar o termo que posteriormente seria utilizado para definir um modelo ideal de sociedade, caracterizado por justiça social e convivência pacífica. Em 1868, o filósofo John Stuart Mill, em um discurso no Parlamento, criava o termo “distopia”, análogo ao termo cunhado por More, ao citar: “o que é demasiadamente bom para ser tentado é utópico, o demasiado mau é distópico” (MILL, 1868, s/p).

No contexto das grandes guerras que assolaram o mundo no século XX, houve uma proliferação de romances “distópicos”. De acordo com Krishan Kumar:

Depois da Primeira Guerra, as utopias estão em retrocesso por toda parte. Os anos 1920, 1930 e 1940 foram a era clássica das ‘utopias em negativo’, das anti-utopias ou distopias. Essas são as ‘décadas diabólicas’, os anos do desemprego em massa, das perseguições em massa, de ditadores brutais e das guerras mundiais (KUMAR, 1987, p. 224 *apud* NEUMAN; SILVA; KOPP, 2013, p. 84).

Sendo assim, percebe-se que as distopias não apresentam uma realidade perfeita, ao contrário das utopias. Mas em que exatamente consistiria no romance distópico?

Como já brevemente pontuado, a distopia consiste em uma história fictícia geralmente de caráter político e com um tom irônico, que denuncia os problemas enfrentados pela sociedade no presente, retratando-os a partir de hipérboles. Sobre isso, Hilário pontua que, como todo recurso de emergência, a distopia intenta chamar a atenção para que o acontecimento perigoso seja controlado, e seus efeitos, embora já em curso, sejam inibidos (HILÁRIO, 2013, p. 202).

Desta maneira, embora retrate geralmente um futuro próximo, a distopia diz respeito mais ao tempo em que foi escrita do que propriamente ao futuro, já que alerta a sociedade para a consequência dos seus atos, possuindo, portanto, um caráter extremamente crítico em relação ao presente. A este respeito, Elizabeth Ginway afirma que “ao empregar um mundo futurista imaginário, as distopias efetivamente se concentram em temas políticos e satirizam tendências presentes na sociedade contemporânea” (GINWAY, 2005, p. 93). Por outro lado, pode-se considerar também que suas narrativas envolvem o passado, uma vez que muitas vezes baseiam-se em experiências ruins já vivenciadas pela humanidade, alertando-nos para o perigo de se repetir estes fatos. Nesse sentido, Dosse aponta:

Na atualidade, nós atravessamos uma grave crise de historicidade em função da crise da noção futuro. Noção de futuro que põe em questão a postura clássica do historiador como intermediário entre o passado e o devir. Essa mudança na nossa relação com o futuro, a crise de todas as escatologias e, assim, o colapso das teologias, tem o efeito de modificar nossa relação com o passado, abrindo-o sobre um presente exposto, em uma forma de presentismo (DOSSE, 2012, p. 10).

Deduz-se, portanto, que as distopias se configurariam como um elo de ligação entre o passado, o presente e o devir, dada assim a sua importância enquanto fonte histórica. Além desta característica, este gênero literário-midiático apresenta ainda uma intertextualidade, que reside no fato de, simultaneamente, se apresentar como um tipo de fonte histórica relativamente nova, enquadrando-se enquanto mídia – quando representada pelas telas do cinema, no rádio, na TV, nas HQ's, dentre outros –, e também representando no cerne das próprias histórias a relação entre o homem e a tecnologia.

Kellner enxerga as novas tecnologias e suas abordagens como algo positivo, que permite à sociedade preparar-se para um futuro incerto. Parafraseando o autor, ao analisar as tendências tecnológicas, culturais e sociais no intuito de perceber resultados futuros, o indivíduo é levado a mapear suas relações sociais atuais, podendo assim, desenvolver a capacidade de enfrentar o devir, um possível choque do futuro, já que será inevitavelmente confrontado com este, tendo em vista a velocidade da informação eletrônica e a força da explosão nuclear (KELLNER, 2001, p. 402).

Assim, é reconhecida a capacidade das distopias de especular sobre o devir, através de hipérboles baseadas em problemas encontrados no presente, demonstrando um futuro nada esperançoso, mas que, em contrapartida, concede ferramentas para encará-lo e resistir àquilo que ele reserva à humanidade. Andityas Matos afirma que:

A história recente do Ocidente demonstra e comprova a possibilidade técnica de realização dessas distopias político-jurídicas autoritárias, cada vez menos fictícias. Não poderia ser diferente: os enormes avanços tecnológicos somados à desagregação ética que assola o nosso tempo produziram visões de futuro em que o direito passou a ser mero instrumento de dominação e de desumanização. Impossível pensar em uma sociedade universal justa e livre após os horrores dos totalitarismos, testemunhas da capacidade de infinita crueldade, em escala global, de que os homens são capazes (MATOS, 2017, p. 47).

Para muitos autores, portanto, as distopias têm demonstrado cada vez mais uma capacidade de tornarem-se reais, preparando a humanidade para lidar com um futuro potencialmente autoritário, de liberdades suprimidas, de controles midiáticos e da

imprensa, dentre outros. A este respeito, é possível elencar inúmeras distopias que, embora escritas no século XX, demonstram conflitos que vivenciamos hoje, no século XXI, como é o caso da consagrada *1984*, do escritor George Orwell, na qual a sociedade é constantemente vigiada pelas *teletelas*, as liberdades individuais são suprimidas e a história é constantemente reescrita com o intuito de alterar a memória coletiva de modo que os fatos favoreçam o governo.

Analisando sob um ponto de vista crítico, percebe-se que, embora escrito em 1949 e retrate um futuro especulativo para o ano de 1984 (que leva o título da obra), o livro de Orwell diz muito sobre o mundo atual, cujas tecnologias são usadas constantemente a serviço do governo para transmitir mensagens do seu interesse ao público. Ademais, considerando-se as notícias falsas largamente divulgadas na internet, especialmente durante as últimas campanhas eleitorais, não parece irracional acreditar que é possível reescrever a história de modo a favorecer o governo, tal como acontece na obra.

Outro romance distópico escrito ainda no século XX cujo conteúdo tem sido facilmente associado ao presente é *O Conto da Aia*, da escritora Margaret Atwood, que conta com um filme baseado na história e foi transformado em série homônima em 2017. A obra retrata um futuro onde as desigualdades de gênero são levadas ao extremo, os homens detêm posições de poder e as mulheres são divididas em castas, tornando-se donas de casas, escravas sexuais ou trabalhadoras braçais, todas elas com uma característica em comum: a exploração pelo sexo masculino. Escrito em 1984, num período em que o neoliberalismo estava em ascensão e com ele o boicote aos direitos das minorias, percebe-se hoje que, embora apresente-se como uma visão radical de um futuro próximo, a obra não está tão longe em alguns pontos da realidade. Pode-se também, traçar um paralelo entre a realidade apresentada por Atwood e os governos autoritários que ascenderam em diversos países no período da Segunda Guerra Mundial. Ao abordar o patriarcado fascista, a autora Victoria de Grazia pontua:

A ditadura de Mussolini constituiu um episódio especial e característico da ordem patriarcal. O patriarcado fascista considerou como axiomático que homens e mulheres eram por natureza diferentes e politizou depois esta diferença em benefício dos homens, convertendo-a num novo sistema, particularmente repressivo e amplo, com o propósito de definir a cidadania feminina e controlar a sexualidade, o trabalho assalariado e a participação das mulheres (DE GRAZIA, in DUBY, PERROT, 1994, p. 147).

Já no final do livro de Atwood, a autora pontua: “como todos os historiadores sabem, o passado é uma enorme escuridão, e repleto de ecos” (ATWOOD, 2017, p. 366). Nesse sentido, percebe-se que a obra de Atwood dialoga não só com o futuro, mas também com o passado, remetendo a experiências já vivenciadas pela humanidade, e principalmente com o presente, ao alertar os leitores sobre um possível retorno a estas experiências.

A história, que denuncia as arbitrariedades de um governo americano autoritário e teocrático contra os direitos das mulheres, possivelmente influenciada pela época de ascensão do neoliberalismo em que foi escrita, vê hoje nos radicalismos políticos da ultradireita a representação do que pode estar por vir em um futuro próximo.

Observa-se, portanto, que semelhanças entre as distopias e a realidade atual não faltam. Vittorio Talone pontuou alguns fatos que demonstram como, há alguns anos atrás, o nosso presente poderia ter sido lido como parte de um futuro distópico, como, por exemplo, o fato de o Brasil estar em 10º lugar no *ranking* mundial quanto à taxa de homicídios – que afetam, sobretudo, os jovens negros –; ou o fato de Donald Trump ter quase provocado um dos maiores riscos de guerra nuclear das últimas décadas por “trocar farpas” com Kim Jong-un, ditador da Coreia do Norte; e ainda, a guerra na Síria, travada durante anos contra o Estado Islâmico, cuja atuação deixou milhares de pessoas mortas e refugiados espalhados por todo o mundo (TALONE, 2018, p. 369). Para completar essa lista, ressaltamos a negação da história, como os questionamentos atuais sobre as atrocidades cometidas pelo regime nazista ou pelas ditaduras militares latino-americanas, e ainda, os retrocessos em direitos já conquistados pelas minorias – como a população negra, os mais pobres, as mulheres e a comunidade lgbtqi+.

Pode-se elencar inúmeros outros comportamentos atuais que, se fosse possível relatar àqueles que viveram no passado, talvez teriam sido considerados improváveis por nossos antepassados. Assim, Kellner pontua:

Os estudos culturais podem desempenhar importante papel, ainda que modesto, na luta por um futuro melhor. O *cyberpunk*, a ficção científica e os estudos culturais, voltando-se para o futuro, podem imaginar e expressar um porvir futuro e ajudar a guiar nossas ações e escolhas presentes e futuras. A reflexão sobre os possíveis futuros da mídia chama a atenção para a urgência de tarefas prementes dos estudos culturais, tarefas que foram negligenciadas ou suprimidas no tumulto na confusão do presente (KELLNER, 2001, p.423)

Tendo em vista estes apontamentos, pode-se considerar a distopia como uma fonte histórica extremamente rica e atual, que permite múltiplas análises sobre a história

em si e sobre a própria renovação historiográfica no que diz respeito ao uso de fontes midiáticas.

Considerações finais

A partir das análises realizadas neste artigo, conclui-se que a história do tempo presente, tão renegada e criticada pelos historiadores durante décadas, hoje configura-se como importante instrumento para se analisar e compreender os fatos com o olhar científico e criterioso concedido pela interpretação dos historiadores, funcionando também como ferramenta imprescindível para o combate às pós verdades e *fake news*. Neste mesmo sentido, dentro deste campo, a utilização de fontes midiáticas torna-se cada vez mais aceita, tendo em vista as transformações tecnológicas que o mundo enfrentou nas últimas décadas, proporcionando o surgimento de fontes de pesquisa ricas, interdisciplinares e que dialogam bem com a história do presente. Uma delas é a distopia, cujo objetivo, como se viu, é realizar uma ácida crítica ao presente especulando suas consequências para o futuro.

Nesse sentido, constatou-se que a distopia se configura como uma fonte muito dinâmica para se trabalhar dentro da história, uma vez que dialoga com vários tempos históricos, sendo, principalmente, ferramenta de análise do presente, dotada ainda de intertextualidade, por ser fruto de um contexto em que o desenvolvimento tecnológico e midiático davam seus primeiros passos, e também por retratar em si, este contexto, apresentando suas eventuais consequências de maneira crítica.

Bibliografia

- AHRENS, Jan Martínez. Noam Chomsky: “as pessoas já não acreditam nos fatos”. **Periódico El País**. 12 mar. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/06/cultura/1520352987_936609.html> Acesso em 29 jun. 2019.
- ATWOOD, Margaret. **O Conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- BARROS, José D’Assunção. Os campos da história – uma introdução às especialidades da História. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis16/art3_16.pdf> Acesso em 27 jun. 2019.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica Paulo Vaz. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CHAUVEAU, Agnès; Philippe Tétart. Questões para a história do presente. In: _____ (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.7-37.

DE GRAZIA, Victoria. O patriarcado fascista. In: DUBY, G.; PERROT, M. (dir.). **História das mulheres no ocidente**. O século XX. Porto: Afrontamento, 1994, p.147-184.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História. v.4, n.1. Florianópolis, jan/jun, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/>2014> Acesso em 24 jun. 2019.

GINWAY, M. Elizabeth. **Ficção Científica Brasileira**. São Paulo: Devir, 2005.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre a história**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Teoria Crítica e Literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 201-215, out. 2013. ISSN 2175-7917. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2013v18n2p201/25995>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. **A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo**. LÍBERO - Ano VI - Vol 6 - no. 11, 2014. Disponível em: <<http://www.cienciasnuvens.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/35932881-A-Cultura-da-midia-e-o-triunfo-do-espetaculo.pdf>> Acesso em 24 jun. 2019.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2. ed. - São Paulo :Aleph, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesus; Rey, German. **Os exercícios do ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Utopias, distopias e o jogo da criação de mundos. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1 e 2, p. 40-59, jan./dez. 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/24/03_Andityas_UtopiaDistopia_pags_40a59_Revista_UFMG_24.pdf> Acesso em 28 jun. 2019.

MORUS, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Editora Escala, s/a.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

POST-TRUTH. **Oxford Learner's Dictionaries**. Oxford University Press, 2019. Disponível em: <<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/post-truth>> Acesso em 19 dez. 2019.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; Phillipe Tétart (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.38-50.

_____. Entre história e jornalismo. In: _____ (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.119-126.

SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, tempo e história. In: _____ (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.73-102.

TALONE, Vittorio da Gamma. Distopias presentes, passadas e futuras: os monstros da sociedade. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 368-380, dez, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222018000300368&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29 jun. 2019.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DO ESPAÇO PÚBLICO: UMA ANÁLISE SOBRE O PARLAMENTO JOVEM DE MINAS GERAIS À LUZ DE HANNAH ARENDT

Maria Santana Silva Santos¹

Introdução

A construção de sociedades que consigam abarcar os interesses da maioria é uma das temáticas que permanecem recorrentes no campo de discussão das Ciências Humanas. Nessa esteira, são diversos os contextos empíricos que se tornam alvo de análises a fim de que sejam verificados, dentre outros fatores, os protagonismos e as hierarquias entre os sujeitos que compõem determinado espaço social.

Nas Ciências Sociais, de uma maneira geral, o interesse pelos grupos sociais envolve a tentativa de compreensão das relações de poder entre os sujeitos com o intuito de esclarecer as regras que perpassam determinado grupo social. Nesse sentido, Ciência Política, Sociologia e Antropologia apresentam as dinâmicas grupais a partir de suas respectivas óticas, através das quais ganham destaque os processos hierárquicos enquanto fatores fundamentais para que se possa compreender as relações sociais.

O presente trabalho busca debater sobre a existência de forças contrárias presentes em um determinado campo de disputa, a fim de compreender, teoricamente, a pertinência dos discursos e da ação nos processos de constituição dos espaços públicos. Para tanto, o Parlamento Jovem (PJ), programa de educação cívica que busca aproximar os jovens da política parlamentar, é o eixo central das análises.

Vale ressaltar que o PJ é um programa de socialização política já que desenvolve inúmeras ações que visam aproximar o público-alvo de uma determinada realidade, exemplos disso são a inserção dos jovens em realidades que pressupõe práticas de cunho político/ parlamentar e a disseminação de conteúdos referentes a questões sociais que são debatidas pelos jovens no âmbito do programa.

A tentativa de aproximação entre as discussões arendtianas com as dinâmicas do PJ ocorre no sentido de conectar a questão do encontro entre os “diferentes” presente nas discussões Hannah Arendt (2007) com as dinâmicas de socialização política que

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES. Graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição.

caracterizam o PJ, visto que o programa pressupõe a conexão de diferentes indivíduos em torno de objetivos em comum, tendo como finalidade concreta a transformação de determinada realidade social através de um projeto construído pelos jovens.

O Poder da palavra no processo de constituição da esfera pública

Um dos fatores essenciais quando se pensa em um regime democrático diz respeito à liberdade dos cidadãos em manifestar seus interesses individuais e coletivos, logo, a diversidade de opiniões é a marca do regime no qual estamos imersos. Consequentemente, a mesma liberdade de opiniões que por vezes possibilita o compartilhamento de projetos em comum é também motivo de tensões que se manifestam no contexto social.

Adentrando no campo mais específico da política, nossos discursos podem gerar mudanças que despontam tanto na vida privada quanto no espaço parlamentar. Ao refletirmos sobre o “poder da palavra” em um âmbito histórico, percebemos a partir da abordagem feita por Richard Sennet (2003) sobre a sociedade grega que uma das principais formas de manifestação de poder naquela sociedade ocorria por meio da palavra, assim, o discurso era o principal meio de imposição de poder utilizado pelos integrantes da *pólis*.

Sennet (2003) adverte que quando o portador do discurso percebia que o simples uso de uma voz imponente era capaz de gerar as mudanças de mentalidade que este desejava provocar sobre o receptor, os discursos passavam a ser proferidos sem que houvesse preocupação com a veracidade dos fatos, nesse sentido, aquele que possuía o poder da palavra fazia uso de um discurso inflamado no intuito convencer os pares de que o que estava sendo declarado era verídico.

A referência à obra de Sennet (2003) é relevante no tocante à reflexão acerca do poder que a palavra tem e sempre teve em nossas sociedades; é a partir dela que construímos visões de mundo ou legitimamos determinados acontecimentos. Os alcances de um discurso continuam acentuados na sociedade atual, não é por acaso que, por exemplo, nossos representantes eleitos possuem dentre as imunidades parlamentares a liberdade de opinião, desde que inseridos no âmbito de suas atividades políticas². Tal

² Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 08/07/2019

pressuposto revela o grau de importância das opiniões na constituição de uma sociedade democrática.

O poder da palavra na construção das sociedades é uma temática que ganhou bastante relevância a partir das discussões feitas por Hannah Arendt (2007) em “A condição humana”. Em sua obra, Arendt traz tópicos acerca do valor do discurso e da ação para que a vida em sociedade possa integrar a todos os sujeitos. A autora aponta esses dois eixos que devem coexistir para que o homem se revele como ser social atuante: “A ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens” (ARENDT, 2007, p.189). É válido dizer que a questão da ação carrega o sentido de união entre os homens, assim, segundo a autora:

Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais (ARENDT, 2007, p.191).

Torna-se perceptível a partir dos apontamentos de Arendt (2007) o poder dos nossos discursos, pois como se observa, eles são os principais veículos de transformação social. As discussões estabelecidas por Arendt nos permitem compreender a necessidade de que as sociedades estejam abertas às opiniões contrárias, assim, também percebemos a importância do estabelecimento da vida pública na qual as pessoas possam se colocar enquanto sujeitos atuantes, capazes de gerar mudanças. Por conseguinte, é na esfera pública que os sujeitos podem manifestar sua essência agindo coletivamente.

Em um caminho semelhante ao de Hannah Arendt, Jurgen Habermas (1997) trata a esfera pública como o meio através do qual os indivíduos podem se expor ao mundo da vida. Assim, a esfera pública baseada na comunicação tem por finalidade a construção de práticas voltadas para a produção do bem comum. Na concepção de Habermas (1997) temos a esfera pública como um espaço aberto que se baseia na discussão de temas diversos que emergem da vida cotidiana, isto é, dos espaços privados. Ademais, os debates se estabelecem essencialmente nos espaços públicos, que, neste caso, são considerados os verdadeiros campos de construção social. Por conseguinte,

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (HABERMAS, 1997, p.92).

Habermas (1997) deixa claro em sua discussão a não institucionalização do campo da esfera pública (isto é, nela não existem estruturas normativas preestabelecidas), logo, o esforço explicativo do autor está em tentar direcionar quais seriam esses espaços abertos³ que possibilitam a comunicação. Assim, a esfera pública é um espaço de construção, onde a fala é livre e na qual o intuito principal é o estabelecimento de ações que possam beneficiar a coletividade dos sujeitos. Nessa direção, as discussões que surgem desse espaço podem posteriormente fazer parte de um domínio institucional.

Aprofundando na questão da construção coletiva de uma sociedade e tendo o poder da palavra como um dos elementos dentre os que podemos referenciar enquanto mecanismos da ação política, é válido adentrar no conceito de poder de Arendt. Em um texto que discute tal conceito, Habermas (1980) elenca que para Arendt o poder é algo que é construído em conjunto, o que denota que o mesmo não parte de “cima para baixo”, ocorrendo, portanto, um movimento inverso.

Max Weber definiu o poder como a possibilidade de impor a própria vontade ao comportamento alheio. Hannah Arendt, ao contrário, concebe o poder como a faculdade de alcançar um acordo quanto à ação comum, no contexto da comunicação livre da violência. Ambos veem no poder um potencial que se atualiza em ações, mas cada um se baseia num modelo de ação distinto (HABERMAS, 1980, p.100).

Se na perspectiva arendtiana o poder é resultado de um ato conjunto, percebe-se que a ação comunicativa entre os sujeitos é atividade central. Algo que chama a atenção a respeito do conceito de poder desenvolvido pela autora é que este poder não se constrói na coerção de uns sobre os outros, em uma atitude de imposição de pretensões. Ao contrário disso, é um processo que pressupõe a interdependência entre os

³ **Esfera pública mais ou menos especializada:** literárias, eclesiásticas, artísticas, feministas ou ainda esferas públicas alternativas da política de saúde, da ciência e de outras; **esfera pública episódica:** bares, cafés, encontros na rua etc.; **esfera pública da presença organizada:** encontros de pais, público que frequenta o teatro, concertos de Rock, reuniões de partidos ou congressos de igrejas; **esfera pública abstrata** (produzida pela mídia): leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente (HABERMAS, 1997).

indivíduos. Nesse viés, verifica-se que “H. Arendt desprende o conceito de poder do modelo teológico da ação; o poder se constitui na ação comunicativa, é um efeito coletivo da fala, na qual o entendimento mútuo é um fim em si para todos os participantes” (HABERMAS, 1997, p.103).

Pode-se perceber com base nos debates de Habermas com Arendt, que a legitimidade do poder está ancorada nas práticas coletivas, portanto, “O poder legítimo só se origina entre aqueles que formam convicções comuns num processo de comunicação não-coercitiva” (HABERMAS, 1997, p.112). Pensar nessa abordagem sobre o poder nos remete às dificuldades para se estabelecer atos conjuntos nas sociedades atuais que são marcadas pelo individualismo, isto é, pela busca primeiramente de satisfação individual em detrimento do bem-estar coletivo. Nesse aspecto, a criação de espaços coletivos que extrapolem, por exemplo, a formalidade do parlamento, torna-se essencial para que o poder aos moldes arendtianos seja alcançado em nossas sociedades.

Boaventura de Sousa Santos (1999) salienta que estamos passando por uma crise do contrato social, isto é, não estamos vivendo a democracia baseada no encontro entre as diferentes opiniões no intuito de integrar os interesses de todos. Por conseguinte, o autor considera fundamental a criação de um novo contrato social que seja efetivamente democrático e por consequência menos excludente, tendo em vista que esta exclusão dos espaços de discussão perpetua a condição daqueles que são marginalizados.

A partir disso, passaremos a refletir no próximo tópico a respeito de um tipo de programa que busca integrar os indivíduos nos processos sobre conhecimento da rotina parlamentar e nas discussões sobre temas relevantes no meio social, fatores que podem atuar na direção desse “novo contrato social” salientado por Boaventura (1999). Logo, parte-se do pressuposto de que o PJ possibilita a construção de poder a partir do estabelecimento de determinadas esferas públicas.

Parlamento Jovem: a participação Política dos jovens e os processos de ação coletiva

Práticas governamentais voltadas para a educação cívica de um público específico são visualizadas em diversos países (COSSON, 2008). No caso do Brasil, o Parlamento Jovem é um exemplo de tais práticas. Nessa direção, a inserção de jovens do ensino médio nos processos de aprendizado e discussão sobre a política que se desenvolve no parlamento é a principal característica do projeto.

O PJ de Minas Gerais teve como ponto de partida as ações da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) juntamente com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) no ano de 2004. Atualmente, os jovens envolvidos tem a oportunidade de participar da formatação de um projeto (referente ao tema de discussão de cada ano) que é posteriormente encaminhado à Comissão de Participação Popular⁴ da ALMG, momento em que os parlamentares dão os devidos encaminhamentos.

No processo constitutivo do PJ de Minas Gerais existem cinco etapas⁵ fundamentais, sendo elas: 1) Preparação: a responsabilidade é da coordenação estadual do programa, busca-se nesta etapa, dentre outras questões, promover a escolha do tema da próxima edição do PJ. 2) Implantação: sob responsabilidade das coordenações municipais, envolve a assinatura do Termo de Adesão ao PJ Minas e mobilização de atores, como escolas públicas ou particulares, que farão parte do programa. 3) Etapa Municipal: promovida pelas câmaras municipais participantes, compreende atividades de formação dos estudantes nos municípios, tendo em vista os temas e subtemas escolhidos e a realização da plenária municipal que tem como foco a elaboração e votação de um documento que contenha propostas dos estudantes acerca do tema que posteriormente será encaminhado à Câmara. 4) Etapa Regional: será promovida pelas câmaras municipais que compõem cada polo regional e envolve a consolidação das propostas que serão encaminhadas à Coordenação Estadual. 5) Etapa Estadual: os estudantes eleitos nas plenárias regionais e demais atores que fazem parte do programa discutem o documento consolidado com as propostas regionais na Assembleia a fim de elaborar um documento único que será encaminhado à Comissão de Participação Popular da ALMG.

Os responsáveis pela área de mídias digitais do PJ de Minas Gerais realizam postagens constantes de mensagens dos jovens participantes do programa em uma página do facebook intitulada “Parlamento Jovem de Minas”. Geralmente, a postagem é composta de uma imagem do jovem acompanhada de um pequeno texto acerca da visão deste sobre o PJ. No que concerne às falas relacionadas mais especificamente aos

⁴ Comissão permanente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que acolhe a participação direta dos cidadãos no processo político.

⁵ As etapas descritas foram retiradas do documento intitulado: Regulamento geral do Parlamento Jovem de Minas 2019, que consta no site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. https://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/2019/?albPos=1&aba=js_programacao (Acesso em 08/07/2019).

efeitos do PJ na vida dos participantes e ao tema⁶ referência dos debates, pude verificar 28 postagens desde 01/01/2019 até o dia 09/07/2019. Neste sentido, foram selecionadas algumas falas⁷ no intuito de nortear nossa compreensão acerca da confluência entre os contornos do programa e a constituição da esfera pública discutida neste trabalho.

O acesso de um público específico a um campo de discussão especializado torna evidente que o PJ realiza um processo de socialização do público alvo com relação à política. Mário Fuks e Gabriel Casalecchi (2011), ao apresentarem uma discussão⁸ sobre o PJ, colocam em destaque teorias que vêm apontando para a questão de que os conhecimentos sobre política adquiridos na educação primária, a exemplo da família, podem ser maleáveis, transformando-se na medida em que os sujeitos apreendem outros conteúdos relacionados ao tema. Nessa direção, os autores apontam que:

1) importantes processos de socialização ocorrem depois da infância, 2) outros agentes, a depender do contexto, são tão significantes quanto à própria família; 3) muitas atitudes e crenças formadas na infância são maleáveis e, portanto, sujeitas à mudança no decorrer da vida (FUKS e CASALECCHI, 2011, p. 5).

Partindo-se dessa perspectiva, é possível considerar o PJ como um instrumento pedagógico que interfere na visão sobre política dos jovens participantes. Em um trabalho destinado a compreender as atitudes políticas dos participantes do PJ, Fuks e Casalecchi (2011) apresentam apontamentos sobre a confiança dos jovens em instituições políticas. Na oportunidade, os autores verificaram que os jovens participantes do PJ passaram a ter mais confiança na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em detrimento de jovens que não participaram do programa.

Entretanto, se por um lado o PJ possibilita essa ampliação do conhecimento dos jovens a respeito das instituições políticas e de temáticas que norteiam cada edição, é pertinente problematizar a forma como tais conhecimentos são repassados. Em um dos relatos coletados no facebook, uma jovem diz:

O futuro do nosso país depende dos jovens. Este projeto faz o investimento no futuro... investimento este que está em falta. O Parlamento Jovem ensina os jovens a saberem o que falar, quando falar, sem falar besteira. Coisa que os cidadãos não sabem, o PJ ensina. Participei, e ainda participo (desde 2017), e pode ter certeza que jovens que passam pelo projeto saem pessoas

⁶ “Discriminação étnico-racial” é o tema referência das ações do PJ em 2019. Os temas são indicados pelos jovens na edição anterior a qual ele será tratado.

⁷ A exposição das falas dos jovens neste trabalho foi autorizada pelos responsáveis pela rede social em questão.

⁸ (Jennings e Niemi, 1974; Jennings e Markus, 1984; Sears e Valentino, 1997).

ricas em sabedoria. E eles são a esperança do nosso país. O Parlamento é o primeiro passo para que nossa cidade evolua (postado em: 16/05/2019).

A partir da fala desta jovem podemos observar duas questões, a primeira é que ela verifica nos aprendizados sobre política adquiridos pela juventude a possibilidade de um futuro melhor. A segunda questão é que no entendimento desta jovem os demais cidadãos não sabem embasar suas opiniões, ou seja, torna-se perceptível que a ideia é a de que o programa eleva o “grau” de cidadania dos sujeitos que por ele passam. Por conseguinte, somos levados a refletir se nos contornos das esferas públicas atuais a fala de todos os integrantes é legitimada ou se apenas os discursos daqueles que foram “politicamente alfabetizados” possui credibilidade. Ademais, fica também evidente a partir disso o caráter pedagógico do programa.

Ao realizar uma análise comparada entre o PJ de São Paulo e o de Minas Gerais, Cosson (2009) identificou diferenças como a forma de escolha dos temas a serem discutidos e a escolaridade dos participantes, mas algo que chama a atenção é o caráter coletivo da construção do PJ mineiro e o maior grau de participação deste em relação ao paulista. Assim, conforme identifica o autor:

A simulação paulista tem um caráter meramente instrutivo, ou seja, os projetos aprovados são apenas divulgados como questões que interessam e preocupam os jovens do evento, ainda que alguns deles tenham sido efetivamente usados por deputados para a apresentação de proposições legislativas. A simulação mineira tem um caráter mais participativo, uma vez que o documento final aprovado é encaminhado à Comissão de Participação Legislativa, a qual analisa as demandas e as encaminha, segundo as suas características proposicionais legislativas, como audiências públicas, requerimentos ao Executivo e projetos de leis (COSSON, 2009, P.7).

Se por um lado o PJ paulista está mais centrado na discussão de temas diversos tendo como norte os conhecimentos adquiridos durante o processo, o mineiro avança no sentido de uma verdadeira prática democrática tendo em vista a abordagem em torno de um tema central e o desenvolvimento de ações em torno do mesmo. Assim, não é incorreto dizer que os alunos atuam enquanto cidadãos, em um processo em que entendem que sua voz será efetivamente ouvida nos espaços do parlamento. Segue a fala de um jovem em torno disso,

Nesse ano o Parlamento Jovem chegou em nosso município e com ele estamos tendo a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre a política em geral, o que é essencial para todo cidadão, além da luta dos negros e de todas as etnias e raças presentes em nosso país. O que o Parlamento Jovem nos trouxe de mais importante? Eu diria que foi a representatividade, podermos

opinar, ter esse local de voz, tentar ajudar de alguma forma, não apenas criando propostas, mas também nos conscientizando e ajudando a conscientizar (postado em: 28/06/2019).

O debate entre diferentes (que se colocam como iguais no direito à fala) faz recordar o valor do discurso elencado por Hannah Arendt (2007). É nesse processo de colocar suas opiniões no campo de debate que os indivíduos constroem não apenas um projeto concreto, mas também se constroem enquanto cidadãos.

Se por um lado as ações do PJ mineiro preveem a existência de monitores que conduzem as práticas dos participantes e de temas específicos que direcionam os espaços de discussão, temos dentro deste universo a possibilidade de que tais jovens socializem e aprendam novas formas de ver a vida, o que extrapola os aprendizados adquiridos nas instituições tradicionais como família e escola.

É pertinente considerar o PJ enquanto um eixo de construção do ambiente democrático, visto que possibilita aos indivíduos não apenas os aprendizados técnicos como também o estabelecimento de debates sobre diversas questões sociais. Neste ano, por exemplo, o tema das discussões do PJ de Minas Gerais é “Discriminação étnico-racial”, tendo como subtemas: Desigualdades socioeconômicas; Violências por motivo étnico-racial; Direitos às identidades e à diversidade cultural. Percebe-se que esta edição é relevante para estabelecer reflexões acerca das dinâmicas das relações raciais na sociedade atual para além do que é abordado no ambiente escolar de uma maneira geral. Segue a fala de uma jovem a respeito disso:

(...) Na jornada até aqui, pensando na elaboração de propostas, pude perceber a grande diversidade cultural brasileira e o pouco que é reconhecida, o que me proporcionou várias ideias de intervenção. No entanto, não é simples, já que se trata da modificação de uma estrutura social e política. Portanto, acreditando na educação em forma de conscientização, poderemos um dia obter a justiça e o reconhecimento merecido de cada povo (postado em: 14/06/19).

Na fala desta jovem é perceptível que durante o processo pelo qual ela participou do programa foi formatada uma nova mentalidade a respeito do tema em questão. Mais que isso, observa-se que a jovem passa a ter uma visão estrutural quando pensa nas possibilidades de transformação e intervenção no meio social, sendo que para ela a educação é esse meio elementar de mudança das estruturas sociais.

Para além de pensar o PJ enquanto uma aproximação do jovem com a política mais institucional, torna-se válido ressaltar a interação que os atores estabelecem no

processo de discussão de temas que dizem respeito a todos e que por consequência disso merecem ser debatidos no campo das esferas públicas. Hanna Arendt (2007) não define exatamente qual é a esfera pública da qual ela trata, ou seja, a esfera pública por excelência não é necessariamente o parlamento onde as leis são discutidas. Na discussão da autora, temos a “esfera dos negócios humanos” como uma verdadeira rede de ação na qual a história dos indivíduos e da sociedade é construída.

A rigor, a esfera dos negócios humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos. A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas consequências imediatas (ARENDT, 2007, p.197).

Avançando nesta discussão em que Arendt deixa em aberto qual seria esse espaço público, fica claro, sobretudo, que este é um espaço de construção coletiva. Com base nessa discussão, O PJ pode ser considerado esse espaço público, no qual um público específico estabelece diálogos com diversos atores, resultando em sujeitos que podem ter uma maior compreensão de determinadas realidades sociais. Além disso, verifica-se a constituição de um projeto em comum como um dos fatores resultantes desta ação coletiva.

Ainda utilizando dos escritos de Arendt, é válido fazer uso do conceito de poder para compreender a dinâmica do PJ. Na visão da autora, o poder é algo positivo na medida em que faz parte de uma construção coletiva, perspectiva contrária a de Weber que via no poder o espaço da dominação (HABERMAS, 1980). Para Arendt (2007, p.213), “O único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens.”. Sendo assim, o acesso a práticas e conhecimentos relacionados às atividades legislativas, a experiência com os monitores que teoricamente dominam os conteúdos em discussão e o compartilhamento de experiências entre os próprios jovens que participam do programa são elementos para a construção deste poder que posteriormente pode ser utilizado por estes sujeitos.

Assim, pensar esta construção do poder enquanto pertinente a espaços coletivos, a exemplo do PJ, remete-nos a um contraponto ao contexto de individualidade que constitui as sociedades atuais. Ao analisar a relação dos corpos na sociedade moderna, Sennet (2003) apresenta em seu texto uma observação de como na atualidade os sujeitos estão bem mais preocupados em consumir do que em refletir sobre as complexidades relacionadas à política de uma maneira geral. Por outro lado, o estabelecimento de um

espaço de discussão como ocorre no PJ possibilita o debate de temas que são pouco explorados no campo de debates da vida privada.

Sennet (2003) realiza uma abordagem em sua obra “Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental” sobre a Grécia antiga e de como a voz e o corpo eram importantes instrumentos de cidadania naquela época, tendo em vista que para os gregos o calor corporal era o maior sinal de que o indivíduo estava apto a atuar no meio público e que a palavra era o principal instrumento de elevação deste calor. “(...) os gregos tomavam ao pé da letra expressões como ‘o calor da paixão’ ou ‘discursos inflamados’. Para eles, a retórica consistia na técnica de produzir o calor verbal” (SENNET, 2003, p.55). Na conjuntura do PJ, verifica-se como os indivíduos ganham espaço para construir novas ideias que posteriormente podem ser aplicadas para a construção do bem comum.

Portando, o PJ mineiro engloba contrários que são necessários à democracia, a discussão que aponta diferentes perspectivas em torno de um tema em comum e a possível intervenção em determinada realidade ao final do projeto. Sendo assim, podemos defini-lo como um mecanismo que atua em favor da constituição de uma sociedade mais democrática e participativa, aquilo de que vai de encontro aos anseios de Boaventura de Souza Santos (1999) quando este discorre sobre a necessidade de se “reinventar” a democracia. Por conseguinte, a inclusão destes jovens nesse processo é um fator que denota um contraponto às diversas exclusões no ambiente democrático.

O discurso é essencial para que os homens possam revelar suas singularidades (ARENDT, 2007). Ao pensar os mecanismos disponibilizados pelo PJ, verificamos como o estabelecimento de espaços públicos abertos ao diálogo e a consequente criação de novos discursos é importante para a constituição das nossas sociedades, pois as disparidades reveladas na esfera pública são essenciais para que se possa construir o bem-estar para a coletividade.

Considerações finais

Ultrapassando as questões práticas que envolvem o PJ em cada uma de suas edições, o que chama a atenção no caso de Minas Gerais é o aspecto participativo ensejado pelo programa. Sem deixar de lado a questão dos interesses políticos e sociais que podem estar por trás desse manuseio com caráter pedagógico da política, é possível observar que existe uma considerável disseminação de conhecimento através do PJ

mineiro, pois os alunos tem contato com atores diversos como, por exemplo, os alunos do curso de Ciências Sociais da PUC-MG. Através da participação no PJ, os jovens podem estabelecer diálogos em torno de temas sociais em um espaço de discussão relativamente aberto e em grande medida especializado.

Uma questão que se coloca é que os aprendizados de projetos como o PJ são restritos a um determinado público, se por um lado é uma importante ferramenta de conhecimento político e de construção coletiva, não é um programa acessível a um público mais considerável. A própria seleção da escola e a própria seleção de alunos dentro destas escolas evidenciam esta questão. Talvez pudéssemos pensar, a partir desta ação, em ações que possam integrar mais indivíduos no que se refere à aprendizagem sobre questões práticas da política e em discussão de temas sociais nos espaços que extrapolam instituições como família e escola.

Uma incursão a campo poderá nos esclarecer se de fato o discurso é livre nestes espaços, visto que a análise exclusivamente documental apresenta características altamente positivas, principalmente nas atuais conjunturas da democracia e da política em geral. Portanto, a imersão em campo poderá mostrar a realidade dos discursos proferidos nos encontros do PJ, como os jovens de fato se inserem nestes contextos e como fazem uso dos aprendizados adquiridos no decorrer da edição e, finalmente, qual o real poder de fala durante este processo.

Bibliografia

- ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Tradução: Roberto Raposo, Forense Universitária, 2007.
- COSSON, Rildo. Escolas do Legislativo, Escolas da Democracia. Brasília, Edições Câmara, 2008.
- COSSON, Rildo, Dois modelos de *parlamento jovem*: uma leitura de seu funcionamento como letramento político, Revista Estudos Legislativos, N.3, NOV. 2009.
- FUKS, Mario.; & CASALECCHI, Gabriel Ávila. Confiança e informação política: as bases cognitivas da mudança atitudinal dos participantes do Parlamento Jovem mineiro. Trabalho apresentado a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). 2011.
- HABERMAS, Jurgen (1929). Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HABERMAS, Jurgen O Conceito de Poder de Hannah Arendt. In FREITAG, Bárbara; ROUANET, Sérgio Paulo (orgs). *Habermas – Sociologia*. São Paulo: Ática 1980.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. (Orgs.) Os sentidos da democracia. Petrópolis, Vozes, 1999.
- SENNETT, Richard. Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

O EVANGELHO DA PROSPERIDADE NOS ESTADOS UNIDOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO TRABALHO DA HISTORIADORA KATE BOWLER

Marlon Andrey Nunes da Silva¹

Introdução

Apesar de ser uma das teologias de maior sucesso atualmente, o evangelho da prosperidade tem sido pouco estudado pela academia norte-americana. Nesse sentido, a historiadora Catherine Bowler – mais conhecida como Kate Bowler – ganhou destaque ao apresentar uma inédita tese de doutorado sobre a história do movimento da prosperidade no país. Professora de história do cristianismo norte-americano na *Duke Divinity School*, Bowler publicou em 2010 uma tese intitulada *Blessed: A History of the American Prosperity Gospel* (Abençoado: uma história do evangelho da prosperidade americano) na qual ela trabalhou as principais características do movimento e sua relação com a cultura norte-americana. Diante disso, temos como objetivo geral entender quais são essas características do evangelho da prosperidade e como que Kate Bowler construiu suas análises. Em nossa metodologia, utilizamos como fontes a tese de doutoramento de Bowler, artigos do jornal *The New York Times* e publicações em seu *website* pessoal (www.katebowler.com). Ao analisar os escritos de Bowler, utilizamos o conceito de “operação historiográfica” do historiador francês Michel de Certeau (1925-1986). Em um primeiro momento, apresentamos o surgimento do evangelho da prosperidade nos Estados Unidos, suas principais influências e a conjuntura social do período. Em um segundo momento, expomos o trabalho da historiadora Kate Bowler, suas principais ideias e como a mesma interpretou o movimento da prosperidade nos Estados Unidos. Na última parte, analisamos os escritos de Bowler a partir do conceito de “operação historiográfica” de Michel de Certeau. Os resultados deste trabalho são parciais, pois o mesmo faz parte de uma pesquisa de mestrado em História Social a concluir.

¹ Licenciado em História, especialista em Educação Moderna pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e mestrando em História Social pelo PPGH - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Bolsista Capes. Apoio: Fapemig.

Blessed! O surgimento do evangelho da prosperidade nos Estados Unidos

Tendo surgido por volta dos anos 1950 e 1960 nos Estados Unidos, o evangelho da prosperidade (ou teologia da prosperidade) se expandiu pelo país a partir dos anos 1970 e fez diversos “discípulos” em dezenas de outros países a partir dos anos 1980. Tendo no evangelista norte-americano Oral Roberts (1918-2009) o seu primeiro grande representante, sendo ele o pregador responsável por criar e difundir a mensagem *abundant life* (vida abundante) que afirmava que Deus concederia bênçãos e conquistas para aqueles que “semeassem” ofertas financeiras através da fé. O conceito de “lei da sementeira” inventado por Roberts se tornou uma das doutrinas evangélicas mais pregadas no século XX. Outro importante nome do evangelho da prosperidade foi o evangelista T.L. Osborn (1913-2013). O pastor Osborn ficou famoso por realizar grandes “cruzadas” evangelísticas no exterior e era conhecido por pregar a mensagem da “cura a partir da expiação de Cristo”. Segundo o pastor norte-americano, ao morrer na cruz Jesus não apenas se sacrificou pelos pecados morais da humanidade, mas também por suas doenças e enfermidades (HARRELL, 2009, p.433-7).

Porém, foi com o pastor texano Kenneth Hagin (1917-2003) que as ideias do evangelho da prosperidade ganharam características únicas. Tendo sido contemporâneo dos evangelistas Roberts e Osborn, Hagin sintetizou a crença na prosperidade financeira de Roberts, com a crença na cura na expiação de Osborn e a fé no poder transformador das palavras do pastor batista E.W. Kenyon (1867-1948) (MARIANO, 2014). Nessa síntese, Hagin criou a chamada teologia da confissão positiva, uma das teologias mais difundidas no mundo atualmente. Nesse sentido, as principais influências sobre a confissão positiva podem ser consideradas três: o *New Thought Movement* (Movimento do Novo Pensamento), os *Healing Revivals* (Avivamentos de Curas) dos anos 1940-1950 e a teologia pentecostal-carismática.

Em relação ao primeiro movimento, este surgiu nos Estados Unidos no século XIX e teve em Phineas Quimby (1802-1866) um de seus principais fundadores. Quimby foi influenciado por um religioso sueco chamado Emanuel Swedenborg (1688-1772) e por um mágico profissional chamado Lucius Burckmar. A partir dessas influências, Quimby passou a desenvolver ideias sobre hipnose e o mundo espiritual, afirmando que a mente “possuía poderes de criar e influenciar a matéria” e passando a partir disso, a oferecer serviços terapêuticos e a ensinar os seus pacientes “os segredos mágicos da mente”. Entre os principais pacientes de Quimby e futuros divulgadores da filosofia do

Novo Pensamento estavam Warren Felt Evans (1817-1889) e Mary Baker Eddy (1821-1910).

Evans se tornou um dos principais escritores do movimento, lançando obras como *The Mental Cure* (1872) e *Soul and Body* (1881). Já Mary Baker é considerada a principal discípula de Quimby, sendo responsável por criar uma vasta rede de instituições e escrever diversos livros com o intuito de difundir suas ideias religiosas. Baker é a fundadora da Ciência Cristã e do Colégio Metafísico no estado de Massachusetts, além de ter escrito livros de grande vendagem como a obra *Ciência e Saúde com a Chave das Escrituras* publicado no ano de 1875. Além desses, outros dois importantes líderes e autores do Movimento do Novo Pensamento são o transcendentalista Ralph Waldo Emerson (1866-1958) e o pastor reformado Norman Vincent Peale (1898-1993) (JONES, 2012).

Nesse sentido, é necessário afirmarmos que a influência do Novo Pensamento sobre as ideias de Kenneth Hagin se deu através do pastor batista Essex William Kenyon. Aos 17 anos de idade, depois de se converter ao cristianismo evangélico, Kenyon frequentou a *Escola Emerson de Oratória* em Boston, instituição está conhecida como uma das principais representantes e divulgadoras da filosofia do Novo Pensamento. Ao ter contato com as ideias do movimento e ter sido colega de classe de um dos principais líderes do grupo – o transcendentalista Ralph Waldo – Kenyon passou a pregar a importância dos pensamentos positivos e da confissão positiva para que as pessoas alcançassem a cura física (THE GOSPEL COALITION, 2015).

Além do Movimento do Novo Pensamento, os Avivamentos de Curas dos anos 1940 e 1950 tiveram um impacto muito grande sobre a teologia de Hagin. Esses avivamentos tiveram como principais líderes pastores como Oral Roberts, T.L. Osborn, Gordon Lindsay (1906-1973), William Braham (1909-1965), Jack Coe (1918-1956) e A.A. Allen (1911-1970). O pastor Kenneth Hagin na época também participava desses avivamentos, mas era apenas um coadjuvante em meio às outras estrelas do movimento. Entre os líderes de maior destaque estava o já citado evangelista Oral Roberts, conhecido por pregar o evangelho da vida abundante e por ser um dos pioneiros do televangelismo norte-americano (HARRELL, 2009, p. 433-7).

Os avivamentos de cura estabeleceram várias inovações na tradição de evangelismo norte-americano, principalmente o uso da mídia - como os jornais, revistas e rádio - e as técnicas de arrecadação de fundos e de marketing para o crescimento dos ministérios, instituições religiosas essas que passaram a funcionar como verdadeiras

empresas. O contexto religioso de difusão desses avivamentos foi no movimento pentecostal do país, em um momento onde o pentecostalismo passava por um amplo processo de institucionalização e burocratização (nas palavras de Max Weber) e os evangelistas se propunham a levar a mensagem pentecostal para outros lugares do país, atingindo outros grupos sociais e passando a ter visibilidade através da televisão e do rádio. A teologia pentecostal era muito forte no movimento, apesar de algumas alterações – como a ênfase demasiada em cura divina e na prosperidade – crenças como a continuidade dos dons espirituais, principalmente a glossolalia² e a profecia e o estilo mais “dinâmico” e “espontâneo” de culto se faziam presentes no movimento.

Foi sob essas influências que o pastor Kenneth Hagin desenvolveu sua teologia da confissão positiva nos anos 1950 e 1960. Tendo nascido em uma família pouco religiosa, Hagin relata ter sido curado de uma doença aos 17 anos e se convertido a fé cristã evangélica. Desde sua cura e conversão, o pastor norte-americano afirmava que passou a pastorear igrejas e fazer trabalhos evangelísticos principalmente nas cidades do interior do estado do Texas. Nos anos 1940 e 1950, Hagin entrou em contato com as ideias de Oral Roberts sobre a prosperidade divina, com os ensinamentos de T.L. Osborn sobre a cura na expiação e a crença no poder mágico das palavras positivas do pastor E.W. Kenyon. Nesse sentido, Hagin fez uma síntese teológica que afirmava que a cura e a prosperidade financeira estavam providas para todo o cristão na expiação de Jesus Cristo e que a mesma era alcançável através da conversão, da doação de ofertas e dízimos e da confissão positiva, que seria um “decretar” ou “profetizar” do cristão a respeito de coisas que deseja para a sua vida. Com o desenvolvimento dessa teologia e o seu posterior estabelecimento na cidade de Tulsa, Oklahoma, Hagin começou um programa de rádio e fundou um centro de treinamento bíblico, a partir do qual passou a difundir para todos os Estados Unidos sua mensagem de prosperidade, sendo uma das teologias de maior sucesso tanto nos Estados Unidos quanto no mundo a partir dos anos 1980.

Desde o surgimento da teologia da confissão positiva, Kenneth Hagin fez vários discípulos em seu país. Entre os principais estão o seu filho, Kenneth Hagin Jr., líder do ministério Rhema, da Igreja Bíblica Rhema e do Centro de Treinamento Bíblico Rhema nos Estados Unidos além de ser televangelista e autor de dezenas de livros sobre a confissão. Outro importante discípulo de Hagin é o pastor Kenneth Copeland e sua

²Glossolalia é a prática pentecostal-carismática de “falar em línguas” não-idiomáticas, interpretadas pelos praticantes como inspiradas por Deus.

esposa Gloria Copeland. Ambos são os fundadores do *Kenneth Copeland Ministries* e apresentam um programa de televisão de sucesso e que está a décadas no ar, o *Believer's Voice of Victory*. (THE GOSPEL COALITION, 2015)

Outros nomes seriam o casal Jim Bakker e Tammy Bakker (1942-2007) da rede de televisão cristã *Praise The Lord* e do parque temático cristão *Heritage USA*; Robert Tilton do programa *Success-N-Life*; John Osteen (1921-1999), pastor fundador da Igreja Lakewood em Houston no Texas; Frederick K. C. Price do Centro Cristão Crenshaw em Los Angeles na Califórnia; o pastor Benny Hinn, famoso televangelista e apresentador do programa *This is Your Day* e pastor do Centro Cristão de Cura em Orlando na Flórida; T.D. Jakes, televangelista e pastor da Igreja Casa do Oleiro em Dallas no Texas; Creflo Dollar, pastor da Igreja *World Changers* em Atlanta na Geórgia; Joyce Meyer, apresentadora do programa *Desfrute a Vida Diária* e Joel Osteen, filho de John Osteen e pastor da Igreja Lakewood em Houston (THE GOSPEL COALITION, 2015).

Por fim, em relação à conjuntura histórica da época do surgimento da teologia da confissão positiva nos Estados Unidos – anos 1950 e 1960 – o país passava por um *boom* econômico, denominada pelo historiador Eric Hobsbawm como a “era de ouro” do capitalismo, marcado por um grande crescimento da economia e por aumento do consumo (HOBSBAWM, 1995, p.253-4). No plano político, o país experimentava um dos períodos mais conservadores de sua história, onde o *American Way* era difundido na nação e no exterior, impulsionados principalmente pela Guerra Fria (1945-1991) (PURDY, 2016, p.227).

Apesar da expansão e do impacto da mensagem do evangelho da prosperidade nos Estados Unidos desde os anos 1950, foi somente a partir dos anos 2000 e 2010 que os primeiros trabalhos acadêmicos sobre o tema passaram a ser feito³. Entre esses trabalhos, o da historiadora Kate Bowler se tornou uma referência nos Estados Unidos e nos ajuda a compreender as principais características desse movimento no país.

O trabalho da historiadora Kate Bowler

Catherine Bowler nasceu na Grã-Bretanha em 16 de junho de 1980. Filha de um historiador da religião com doutorado em História pelo *King's College* em Londres (KATE BOWLER, 2018), Bowler se formou em Estudos Religiosos pela *MaCalestar*

³ Outros dois importantes trabalhos acadêmicos recentes sobre o evangelho da prosperidade nos Estados Unidos são dos historiadores John Wigger e Jonathan Root. O primeiro publicou um livro sobre o casal Jim e Tammy Bakker intitulado *PTL: The Rise and Fall of Jim and Tammy Bakker's Evangelical Empire*. Já Jonathan Root publicou uma tese de doutorado em História intitulada *Total Salvation: The Gospel of the Abundant Life and American Culture, 1947-1989*.

College (2002), estudou mestrado em Estudos Religiosos pela *Yale Divinity School* e obteve um doutorado em Estudos Religiosos na *Duke University* (2010) defendendo uma tese sobre a história da teologia da prosperidade nos Estados Unidos (DUKE DIVINITY SCHOOL, s/d).

Depois da defesa de sua tese, se tornou professora associada do departamento de Estudos Religiosos da Universidade de Duke, ocupando a cadeira de história do cristianismo norte-americano. Em 2013, publicou sua tese em formato de livro, a obra *Blessed: A History of the American Prosperity Gospel*, alcançando grande fama e notoriedade acadêmica e na mídia, concedendo entrevistas para importantes veículos de comunicação como a *Time Magazine*, *Newsweek Magazine*, *American Magazine*, *Los Angeles Times*, *The New York Times* e programas de televisão com o da apresentadora Oprah Winfrey e a diversas redes de televisão como a *NBC*, *ABC*, *CBS*, *CNN*, *Fox News* etc (DUKE DIVINITY SCHOOL, s/d).

Em 2015, a historiadora descobriu que estava com uma doença grave, o que a levou a publicar outro livro, intitulado *Everything Happens for a Reason: And Other Lies I've loved*⁴ (THE NEW YORK TIMES, 2016). Em 2019, depois de realizar uma pesquisa sobre religião e gênero financiada por uma instituição universitária nos Estados Unidos, Bowler publicou a obra *The Preacher's Wife: The Precarious Power of Evangelical Women Celebrities*⁵, onde ela estudou as principais pregadoras e esposas de famosos televangelistas nos Estados Unidos, como Beth Moore, Joyce Meyer e Victory Osteen (KATE BOWLER, 2019).

Mas em relação a sua principal publicação, o livro sobre o evangelho da prosperidade nos Estados Unidos, Bowler traz importantes contribuições para os pesquisadores do tema, não só sobre a religiosidade e o movimento evangélico nos Estados Unidos, mas também para pesquisadores sobre o tema no contexto religioso brasileiro, já que a teologia da prosperidade aqui pregada tem sua matriz nos Estados Unidos. Nesse sentido, quais são as principais análises e conclusões da historiadora?

Em um primeiro momento, Bowler analisou a história do movimento, apontando como as principais influências em sua formação o Movimento do Novo Pensamento, o pensamento mágico do pentecostalismo, as inovações dos evangelistas de cura e a cultura terapêutica nos Estados Unidos. Outro ponto que a historiadora destaca é a periodização histórica do movimento em duas etapas, denominadas por ela de *hard*

⁴ Tradução livre: "Tudo acontece por um motivo: e outras mentiras que eu amei".

⁵ Tradução livre: "A esposa do pregador: o poder precário das celebridades femininas evangélicas".

prosperity e *soft prosperity*. A primeira faz referência aos anos de 1960 até 1980, onde o foco dos pregadores era na cura divina e no enriquecimento mediante a fé, além de exorcismos em massa. Já o segundo momento seria o período a partir dos anos 1990, onde o foco se deslocaria para a cura emocional e relacional, busca por dieta e corpo *fitness*, além de técnicas de administração financeira e libertação espiritual (BOWLER, 2010, p.114-16, 125-27).

Eu seu trabalho, a tese central de Bowler é a de que o movimento da prosperidade nos Estados Unidos estaria ressignificando a religiosidade norte-americana, tornando-a mais sincrética, mais “leve” e menos burocrática. Em sua pesquisa, Bowler também abordou temas polêmicos como as relações de gênero dentro do movimento, as questões raciais e as visões políticas. Sobre a questão das relações de gênero, Bowler afirmou que o movimento evangélico e o pentecostalismo em geral tende a não aceitar as mulheres na liderança dos ministérios e igrejas, mas que as igrejas e os adeptos da teologia da prosperidade tendem a ter uma maior aceitação para com as lideranças femininas (BOWLER, 2010, p.209-15). Em um livro publicado recentemente, onde a pesquisadora estudou as principais esposas de famosos televangelistas norte-americanos, Bowler demonstrou que apesar de certas limitações, as esposas de pregadores da prosperidade possuem um maior espaço nas instituições religiosas (KATE BOWLER, 2019).

Em relação ao tema dos conflitos raciais dentro do movimento, Bowler afirmou que no geral, os adeptos do evangelho da prosperidade tendem a não apresentar posturas racistas como outros setores do movimento evangélico norte-americano, porém, há exceções, e uma das mais conhecidas foi à pregação ministrada por um dos principais nomes do movimento da prosperidade nos Estados Unidos, o já citado Kenneth Hagin, na qual o mesmo afirmava que “a Bíblia era contrária ao casamento de pessoas de raças distintas”. Na época, essa afirmação de Hagin causou alvoroço entre os adeptos da teologia da prosperidade nos Estados Unidos, inclusive levando a um de seus principais líderes, o pastor afro-americano Frederick K. C. Price, líder de uma mega-igreja em Los Angeles, Califórnia, a gravar uma série de mensagens afirmando que a Bíblia seria contrária ao racismo (BOWLER, 2010, p.205).

Em relação ao tema da política, Bowler afirmou que os pastores e pregadores da prosperidade não ficaram conhecidos como fortes defensores da política conservadora americana, apesar de que muitos apoiavam organizações evangélicas com fins políticos – como o evangelista Oral Roberts e o televangelista Jim Bakker. Bowler afirmou que

esse distanciamento da política se explica a partir da maior característica do movimento, a chamada *therapeutic culture* (cultura terapêutica), que consistiria na “psicologização” da vida e na constante busca por bem-estar, um importante característica do *American Way of Life*. Porém, apesar desse “distanciamento” para com a política doméstica, em relação à política externa norte-americana os mesmos são conhecidos por apoiarem o movimento sionista⁶ no país e defenderam de forma irrestrita as ações de Israel no Oriente Médio. A historiadora afirma que parte da explicação para esse apoio está na escatologia⁷ do movimento, que tem uma visão teológica herdada do fundamentalismo evangélico, na qual a nação de Israel “ainda seria o povo de Deus” e que “o Senhor teria um plano especial para essa nação no final dos tempos” (BOWLER, 2010, p.220-223).

Bowler e a “operação historiográfica” de Michel de Certeau

Ao analisarmos o trabalho empreendido por Kate Bowler, percebemos algumas características de sua obra que são importantes para estudiosos do tema. Em relação às fontes usadas pela pesquisadora, estão dezenas de livros dos pastores e pregadores da prosperidade, além de programas de televisão e reportagens de revistas e jornais seculares e cristãos, além de uma ampla pesquisa de campo, tendo visitado diversas igrejas tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá e de ter participado de uma cruzada evangelística do pastor Benny Hinn em Israel (BOWLER, 2010, p.6-8).

Como ferramentas de análises, Bowler utilizou autores e pesquisadores da história cultural e da história religiosa norte-americana, sendo orientada por uma importante autoridade no estudo da história cultural do pentecostalismo nos Estados Unidos, o historiador Grant Wacker. Interessante observarmos também que apesar de que a pesquisa foi realizada no campo da história cultural e de que Kate Bowler se tornou professora de história do cristianismo na Universidade de Duke, a mesma não doutorou-se em história, mas em estudos religiosos. Por fim, em relação ao uso de conceitos teóricos no trabalho, percebemos o pouco uso de conceitos desse tipo na pesquisa, e quando a mesma os utilizou, faltou uma profundidade em trabalhá-los, sendo que somente no final da tese é que houve algumas críticas ao sociólogo Peter Berger (BOWLER, 2010, p.229).

⁶É um movimento político que defende a autodeterminação do povo judeu e a existência do Estado de Israel.

⁷ É a área da teologia responsável por estudar as “últimas coisas” ou “as verdades reveladas sobre os fins dos tempos”.

Quando nos deparamos com essas características da obra de Bowler, nos “veio à mente” o conceito de “operação historiográfica” ou “operação histórica” do historiador francês Michel de Certeau. O conceito de Certeau está presente no livro *A Escrita da História* (1975), onde ele é apresentado em um capítulo que leva o mesmo nome do conceito. Na busca de definir o que seria a “operação historiográfica” Certeau entendeu a História de três formas: como uma disciplina, uma prática e uma escrita (CERTEAU, 1982, p.66).

Ao tratar a História como uma disciplina, Certeau afirmou que a mesma faz parte de um lugar social. Esse lugar social seria a instituição universitária, como suas leis acadêmicas, com a necessidade de aprovação de outros pares e com seus “constrangimentos” visíveis e não-visíveis (CERTEAU, 1982, p.66, 70-2). Segundo Carlos Eduardo,

Michel de Certeau afirma que a atividade de pesquisa histórica está inserida em um lugar, no qual de acordo com os seus interesses definirá o que pode vir a ser feito e o que não é permitido ser realizado. Através desses apontamentos Certeau nos deixa claro sobre o peso que a instituição e o lugar social dos indivíduos possuem sobre a construção do discurso do historiador (CAMPOS, 2010, p.212).

Em relação à prática do historiador, Certeau afirma que o profissional da História possui técnicas de trabalho, maneiras de se manusear os objetos e as fontes e formas de se entender e aplicar a teoria. Segundo o historiador, não existiria apenas uma técnica ou uma maneira de se fazer História, pois as técnicas do *métier* histórico seriam contextuais e condicionadas pelas instituições. Para Carlos Eduardo “através da ação das instituições, a prática do historiador também possui um limite dado pela disponibilização de documentos e métodos para os seus estudos” (CAMPOS, 2010, p.213).

Por fim, em relação a escrita da História, Certeau argumentou que uma das principais funções da escrita histórica nas sociedades é a sua tarefa de passar valores, assumindo assim um caráter didático (CERTEAU, 1982, p.95). A escrita da História seria a ação do conteúdo sobre a forma, “na qual o conceitual” daria “um amparo a exposição do conteúdo” (CAMPOS, 2010, p.214). Essa escrita também é permeada por leis acadêmicas, por regras formais de escrita – como o uso de referências – e pela necessidade de validação dos pares.

A partir das principais ideais e considerações do historiador Michel de Certeau, podemos pensar brevemente a pesquisa realizada por Kate Bowler sobre o tema do evangelho da prosperidade nos Estados Unidos. Nesse sentido, podemos perceber a formação de Bowler, desde a influência de seu pai que era historiador e de sua mãe que era professora de música em uma universidade dos Estados Unidos (KATE BOWLER, s/d), além da formação religiosa da mesma e seu interesse por temas da religião (KATE BOWLER, 2018). Em relação a sua tese de doutorado, percebemos que a mesma explorou pouco o tema da relação entre os pregadores da prosperidade e a política no país, sendo justificado pela historiadora através da predominância de uma cultura terapêutica no movimento, o que corroboraria para o pouco interesse desses religiosos por temas políticos (BOWLER, 2010, p.139, 220-3). Interessante observarmos que para quem pesquisa o tema da teologia da prosperidade no Brasil, ao se deparar com o fato de que a maior parte dos políticos evangélicos e das instituições religiosas “mais políticas” do país são as que pregam a teologia da prosperidade – tais como a Igreja Universal do Reino de Deus do bispo Edir Macedo e a Igreja Internacional da Graça de Deus do missionário R.R. Soares – ficam evidentes o contraste entre os pregadores da prosperidade dos Estados Unidos e do Brasil, na qual os primeiros demonstrariam “menos interesse” por questões políticas.

Outra importante característica do trabalho é a que a mesma falou sobre “tudo”, não se atentando a nenhum tema específico em relação ao evangelho da prosperidade. Outro ponto de destaque é a grande interdisciplinaridade do trabalho de Bowler, combinando referências a estudiosos da história cultural, dos estudos religiosos e da antropologia, demonstrando assim uma das mais importantes características da cultura universitária norte-americana, a interdisciplinaridade. Outra característica é o pouco uso de conceitos teóricos, típico da tradição empirista norte-americana (DEWEY, 2007). Como já dito, Bowler trouxe poucos teóricos para o seu trabalho e quando os citou não aprofundou nas discussões, no máximo tecendo críticas as conclusões do sociólogo Peter Berger no capítulo final de seu trabalho

No geral, podemos perceber como que a formação pessoal de Bowler, juntamente com sua formação acadêmica e os condicionamentos das instituições de pesquisa norte-americanas definiram a produção histórica da pesquisadora, suas práticas de pesquisa e o modo como a mesma escreveu.

Considerações finais

Em nosso trabalho tivemos como objetivo entender quais as principais características do movimento do evangelho da prosperidade nos Estados Unidos e como que a historiadora Kate Bowler construiu suas análises. Na busca de compreender esse objetivo, utilizamos o trabalho de Michel de Certeau, na qual o mesmo discutiu as condições sociais da produção histórica e como que os historiadores são condicionados pela cultura, pela conjuntura histórica e pelas instituições que o formam. Nesse sentido, Kate Bowler “se encaixa” em uma “típica” pesquisadora norte-americana, com um trabalho marcado pelo alto grau de interdisciplinaridade – história cultural, estudos religiosos e antropologia -, pela grande diversidade de fontes e pelo pouco uso de conceitos, uma das principais marcas da tradição empirista acadêmica dos Estados Unidos.

Bibliografia

- BOWLER, Catherine. *Blessed: A History of American Prosperity Gospel*. PhD Thesis in Religious Studies in Duke Divinity School, Duke University, 2010.
- CAMPOS, Eduardo da Costa. Resenha: CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS. Num. 6, vol. 3, janeiro-Junho 2010. p. 211-14.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- DEWEY, John. *O desenvolvimento do pragmatismo americano*. Scientiae Studia. Vol.5, nº 5, São Paulo. p.227-43. Abril/Junho de 2007.
- DUKE DIVINITY SCHOOL. *Our faculty: Kate Bowler*. Disponível em: <https://divinity.duke.edu/faculty/kate-bowler> Acesso em 20 de dezembro de 2019.
- HARRELL, David E. *Ministros de Cura e Televangelistas após a Segunda Guerra Mundial*. In: SYNAN, Vinson. O século do Espírito Santo: 100 anos do avivamento pentecostal e carismático. São Paulo: Editora Vida, 2009.
- HOBBSBAWN, Eric J. *Era dos Extremos*. O breve século XX: 1914 – 1991. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JONES, David W; WOODBRIDGE, Russell S. *¿Salud, riquezas y felicidad?* Editorial Portavoz, Grand Rapids, Michigan, 2012.
- KATE BOWLER. *Published Books*. 2019. Disponível em: <https://katebowler.com/books/> Acesso em 19 de dezembro de 2019.
- KATE BOWLER. *The Preacher's Wife: The Precarious Power of Evangelical Women Celebrities*. 2019. Disponível em: <https://katebowler.com/books/the-preachers-wife-the-precious-power-of-evangelical-women-celebrities/> Acesso em 18 de dezembro de 2019.

KATE BOWLER. *When Your Child is Diagnosed*. s/d. Disponível em: <https://katebowler.com/when-your-child-is-diagnosed/> Acesso em 20 de dezembro de 2019.

KATE BOWLER. *Why Christmas is Not Lent*. 2018. Disponível em: <https://katebowler.com/why-christmas-is-not-lent/> Acesso em 20 de dezembro de 2019.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

PURDY, Sean. O Século Americano. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2016.

THE GOSPEL COALITION. Prosperity Gospel Born in the USA, by Russell S. Wooddbrigde. June 4, 2015. Disponível em: <https://www.thegospelcoalition.org/article/prosperity-gospel-born-in-the-usa/> Acesso em 20 de dezembro de 2019.

THE NEW YORK TIMES. *Death, the Prosperity Gospel and Me*, by Kate Bowler. Feb. 13, 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/02/14/opinion/sunday/death-the-prosperity-gospel-and-me.html> Acesso em 20 de dezembro de 2019.

NA AUSÊNCIA DOS TERCEIROS: HISTÓRIA(S) E MEMÓRIA(S) DAS ALIANÇAS AFRO-INDÍGENAS NA AMAZÔNIA CARIBENHA

Ramiro Esdras Carneiro Batista¹

Roselles Magalhães Felício²

Do ponto de vista historiográfico, a diáspora africana propõe um fenômeno mundial “[ú]nico em termos de número, extensão geográfica e econômica” (SILVÉRIO, 2013:39). Nas américas, tal diáspora vai demonstrar seus desdobramentos mais dramáticos a partir da formação dos “[E]stado[s]” negros (SILVÉRIO, 2013:49), a exemplo de Palmares no Brasil; do Haiti no Caribe antilhano; e finalmente o “país” *Saramaka* no interior da Guiana franco-holandesa. Ocorre que a construção historiográfica acerca deste processo de reterritorialização *Saramaka* no interior da floresta amazônica, parece eivado de lacunas, que por sua vez podem ser preenchidas pelo testemunho de sujeitos sociais a partir de seus lugares fronteiriços, no compartilhamento de suas respectivas memórias.

No presente artigo, nos debruçamos sobre as narrativas do Senhor Waddy-Many Cambi Benoît – um homem-memória pertencente ao povo *Saramaka* (LE GOFF, 2013) – que reposicionam o histórico de “invenção” de distintos grupos étnicos no interior da Amazônia caribenha, a partir da memória coletiva de seu povo. Os *Saramaka* são um grupo étnico afro-guianense que habita desde as regiões florestais da República do Suriname (antiga Guiana Holandesa), até as fronteiras costeiras do território ultramarino francês (antiga Guiana Francesa) com o Brasil. Formados a partir do tráfico negreiro e diferentes eventos guerreiros, revoltas e fugas, principalmente nos séculos XVII e XVIII, pelegados em princípio contra judeus portugueses, e depois contra qualquer agente ou governante que se apresentasse, ganharam a alcunha de *Bosch-négre* ou *Saramaka* ainda no século XVII. (LAVAL, 2016)

A partir de um processo de reterritorialização realizado em termos próprios, grupos diaspóricos nas Guianas aparentam ter engendrado, além da criação de distintos grupos

¹ Doutorando em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), docente do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena na Universidade Federal do Amapá (CLII/UNIFAP), e colaborador do grupo de pesquisa Cidade, Aldeia e Patrimônio na Amazônia/CNPq/UFPA. E-mail: jjesdras@bol.com.br – Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0809460177410652>

² Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Professora do Departamento de Comunicação e Letras e Analista Universitária na Universidade Estadual de Montes Claros - Campus Januária. E-mail: rosfelicio@gmail.com.br – Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6953066907270767>

étnicos a partir da reivindicação de uma ascendência africana, a manutenção de narrativas Históricas que remontam as estratégias de recomposição étnica protagonizada por eles, a partir da aliança com distintos povos ameríndios e contra os agentes colonizadores. Narrativas que tomamos a análise a partir da díade história-memória, comparando-as com a história “oficial” acerca da colonização da região.

No caso em tela, consta que unidos em torno de um líder guerreiro (*Gran-Man, Ganmann, ou Ghãmun*) – seis grupos afro-guianenses arrancaram as mãos dos holandeses sua liberdade, “oficialmente” em 1762, depois de infringirem severas baixas ao sistema de plantation da costa de Paramaribo e resistirem a preação escravocrata no interior da floresta, por aproximadamente cem anos. (DORIGNY E GAINOT, 2017) Trata-se, portanto, de unidade(s) étnica(s) forjada(s) na *ladjé*⁴ (guerra) anti-escravocrata e descolonizadora, ou dito em termos próprios, na *Marroonage* Afro-Guianense. Uma vez auto libertos, os *Saramaka* participaram da abertura dos rios que viabilizaram a corrida do ouro no Oiapoque do século XIX, visto serem exímios fabricantes e condutores de canoas nos rios encachoeirados da região. No Baixo rio Oiapoque, limítrofes a fronteira brasileira, parecem ter se estabelecido definitivamente por volta de 1900.⁵

Os *négre* da Guiana são pessoas cuja diáspora marca profundamente as narrativas indígenas da região do Baixo rio Oiapoque, visto que a existência de “transplantados” da costa atlântica africana em navios europeus com o objetivo de serem escravizados nas plantation de cana-de-açúcar, tabaco e café caribenho-guianenses, encontram seus primeiros indícios históricos já em princípios do século XVII. (VISIGALLI & SARGE, 2011) Discutir o processo de amálgama de grupos étnico-raciais provenientes de distintos povos africanos a partir do tráfico humano realizado nos navios “túmbeiros” europeus e a formação, da perspectiva própria; e “invenção”, da perspectiva colonial, do atual grupo étnico afroguianense *Saramaka* em sua diversidade interna, a partir da abordagem etnográfica, nos parece importante para repensar a história da Amazônia. Dessa maneira, intentamos comparar as narrativas regionais de orientação colonizadora sobre os denominados *Bosch-négre* (negros “enganadores” ou negros da floresta) das Guianas, com a autodenominação e História narrada em termos próprios, por Waddy-Many Cambi Benoît.

Do lado brasileiro, os termos usados para designar afro-guianenses de maneira genérica é “Bushinenguê”, “Quilombola” ou “Saramaká”. De maneira análoga, na margem

⁴ Sinonímia para Guerra, em língua *Créole*.

⁵ Conforme Pauline LAVAL (2016) e Waddy BENOÎT (2019), os *Saramaka* conquistaram o monopólio do transporte ribeirinho no rio Oiapoque a partir de 1900, e do rio Approuage a partir de 1920, sendo suas canoas de madeira tão excelentes e flexíveis que, posteriormente, foram alvo de aquisição pelo exército brasileiro.

francesa, usa-se o *Saramaka* ou seu correspondente genérico, o *Créole*. No caso da antiga Guiana Holandesa (atual República do Suriname), a alcunha *Bosch-négre* é sinônimo de marroom, “negro foragido” ou “negro da selva”, conforme me ensinou o indígena *Yermollay Caripoune* (Comunicação pessoal, jul:2018). Não obstante a designação historicamente constituída, os jovens afro-surinameses têm rejeitado a alcunha na atualidade por considerarem-na pejorativa, preferindo ser chamados *Marroons*.⁶ (Comunicação pessoal, Rudi van Els, jul: 2019)

Em termos “oficiais”, a exploração de pessoas escravizadas de matriz africana em colônias francesas, aí inclusa a colônia guianense, estendeu-se até 1794, quando, influenciada pela revolução de 1789, a França declara sua primeira abolição. (DORIGNY E GAINOT, 2017) Para o período, a estimativa é de que das quinze mil pessoas que habitavam a Guiana Francesa, aproximadamente doze mil eram escravizados de origem africana. (ZAGUETTO, 2019:43) Essa breve “abolição” revogada por Napoleão Bonaparte anos depois colapsou as plantations da então produtiva colônia guianense,⁷ impactada por um sem número de revoltas e consequente expulsão e assassinatos de seus antigos mestres e senhores, alguns dos quais refugiaram-se na província de Belém do Pará. (ZAGUETTO, 2019)

Em termos Históricos próprios, a revogação realizada pelo imperador francês é atribuída pela memória *Saramaka* aos caprichos da “[l]inda crioula” Josephine De Bournais, que não se conformando com a ida de seus servos e “[a]gindo como uma fera doida”, teria convencido seu amante Napoleão Bonaparte a revogar a abolição (Comunicação pessoal, BENOÎT, jun. 2019), o que de fato ocorreu – reestabelecimento da escravidão e tráfico negreiro – em maio de 1802 (DORIGNY E GAINOT, 2017:69), constituindo-se então esta mulher “crioula” como traidora do povo para sempre.

Conforme considera Sonia Zaghetto (2019), com as revoltas nas Guianas, a maioria dos ex-escravizados optou por “se embrenhar nas matas” e construir seus projetos de liberdade e autonomia, não esperando pela revogação da ensaiada abolição. Evento que fez da Guiana supostamente francesa uma rota de “mocambos” para o qual afluíam fugitivos de origem africana tanto do Caribe, quanto da costa paraense brasileira. A ensaiada liberdade

⁶ Marroon advém da designação cimarrón, utilizada por colonizadores espanhóis para referir tanto o gado quanto os índios “bravos” que se refugiavam em montanhas. Ao resistir a escravidão no interior da floresta, distintos povos africanos formaram a “marroonage” guianense. *Marroonage* aqui aparenta propor uma antítese a crioulagem, por tratar da manutenção de uma alteridade radical que rejeitou a proximidade e a sujeição aos “brancos”.

⁷ O rico mercado cafeeiro da América do Sul iniciou-se pela exploração escravocrata de base africana por holandeses no Suriname e, posteriormente, franceses na Guiana, só chegando ao Brasil secundariamente a partir do tráfico de mudas e sementes da planta árabe. Digno de nota é o excelente tabaco da região guianense, que em boa parte do período colonial tem seus charutos e derivados mais valorizados no mercado transatlântico que os de origem cubana. (VISIGALLI & SARGE, 2011; ZAGUETTO, 2019)

proposta pelo ideário da revolução francesa só teria efeitos mais permanentes nas colônias caribenhas a partir do colapso napoleônico, e depois da abolição inglesa de 1834.

Segundo Dorigni e Gainot, l'Abolition de l'Esclavage somente se efetivaria nos territórios franceses a partir de 1848. Como a Guiana Holandesa⁸ sempre “[i]gnorou esse tipo de compromisso” (2017, p. 78) e o Brasil só o efetivaria bem tardiamente, em 1888, a Guiana Francesa, aí inclusos seus territórios contestados, tornaram-se o *locus* de liberdade a serem buscados tanto por escravizados quanto por africanos “libertos”, que no Brasil eram indesejados pela insegurança que causavam no interior do império, sobretudo após a malograda revolta dos Malês,⁹ em 1835. Parece ser exatamente desse movimento histórico de colonização, escravidão, guerra, abolição e recondução ao cativeiro que surgem as condições para a produção da etnicidade *Saramaka* e, conseqüentemente, da atual língua *Créole* no Baixo rio Oiapoque, como abordaremos.

Voltando a nosso interlocutor, importa dizer que Waddy Benoît é filho de uma mulher brasileira com um *négre Saramaka* – o *Ghāmun* Waddy da comunidade de *Tampak* – oriundo da margem francesa da foz do rio Oiapoque. Note-se que o título de *Ghāmun*¹⁰ é o mesmo usado pelos povos indígenas do Baixo Oiapoque (*Karipuna* e *Galibi-Marworno*) para referir-se aos seus líderes e “velhos”. A palavra designa a qualidade de “pessoa grande” ou notável na língua *Créole/Kheuól*, mas conforme Waddy Benoît nos explicou, entre seu povo o *Ghāmun* designa, além de uma pessoa honorável, o líder “espiritual” da comunidade, descrição que coincide em alguma medida com a figura dos “homens-memória” pontuados por Jaques Le Goff (2013:393), personalidades cuja função social seria a de “manter a coesão do grupo” a partir de uma memória e uma “história ideológica”, constantemente reificada.

Nou ladjé à kont l'esklavaj: os saramaka segundo o filho do ghāmun waddy

É sabido que a costa atlântico-guianense que os portugueses cognominaram Cabo do Norte e os holandeses de Cabo Orange foi densamente povoada no passado pré-colonial por distintos povos indígenas, principalmente de matriz Aruaque e Caribe. A produção da terra arrasada, deserta e hostil proporcionada pelas guerras de implantação das bases coloniais europeias nessa região (BATISTA, 2019) e o conseqüente morticínio do indígena

⁸ Atual República do Suriname, a Guiana Holandesa foi conquistada pelos ingleses por volta de 1651 e ocupada três anos depois pelos holandeses, estes últimos expulsos da capitania do Pernambuco, em 1654. Em 1667 a disputa entre ingleses e holandeses pelo Suriname termina, com a assinatura do tratado de Breda. (CAVLAK, 2015:105)

⁹ Sobre o assunto, consultar CARNEIRO DA CUNHA (1985).

¹⁰ *Ghāmun*, *Gamã*, e *Gaanmã* são variações da mesma palavra e referem-se ao mesmo título honorífico usado por indígenas e quilombolas tanto no Baixo Oiapoque, quanto no interior da floresta surinamesa, respectivamente.

címarroon que se seguiu, é compensado, do ponto de vista europeu, ainda em meados do século XVII, quando em 1650 a Companhia da França Equinocial faz aportar cinco navios com colonos franceses e “250 esclaves noirs”¹¹ na ilha de Caiena. (DUBOIS ET NOGARA, 1978) Importação de seres humanos que criou outra modalidade específica e paralela de guerra em terras guianenses, a *ladjé négre* (Guerra dos negros) contra a escravidão.

Esse tráfico de seres humanos de origem africana no decurso de séculos fez dos afro-guianenses a população de maior representatividade política na Guiana Francesa da atualidade. Não obstante o aporte demográfico¹² e a prevalência dos *Créoles* (com ascendência africana) em postos chave da administração pública no território ultramarino francês, o tratamento e o “conhecimento” dos franceses metropolitanos sobre essa população aponta para muitos equívocos, quando confrontada com a autodenominação dos mesmos. Para pensar a existência de uma suposta “[b]urguesia *créole* de Caiena” (ZAGUETTO, 2019) ainda em fins do século XIX, que aponta para as relações ditas “raciais” de subalternidade entre os primeiros e os franceses (RICARDO, 1983), principalmente a partir da “abolição” e consequente produção de uma classe urbana de ex-escravizados, é preciso pressupor um sistema de convivência e cooperação baseada no paternalismo escravocrata. Como lembra Laval, “[o] *status* de escravos liberados não é homogêneo” (2016:69) e também é preciso considerar que a renovação do sistema colonial embasada na díade alforria/abolição engendra um sujeito dado a dependência e as “[l]ealdades pessoais”, pois nesse sistema, não se emerge livre da escravidão. (CARNEIRO DA CUNHA, 1985:11) Não se pode olvidar que continuidades na organização social desses *Créoles* devem prevalecer até a atualidade, ainda que mascarados por sua suposta ocidentalização. É a resistência passiva dos africanos “liberados” da ilha de Caiena que parece engendrar a atual divisão entre *Créoles* e *Saramaka*, como temos analisado.

Ainda sobre estes *Créoles* de Caiena, consta que os mesmos teriam derramado lágrimas pela saída dos agentes brasileiros¹³ da ilha, deixando atônitos os representantes da colônia europeia. Evento que nos permite postular que uma percebida “lusofonia” no

¹¹ “Duzentos e cinquenta escravos negros”, tradução livre minha.

¹² Não é possível precisar a demografia afro-guianense em função da legislação francesa proibir a realização de censo com recorte étnico, de modo que a afirmação sobre o peso político dessa população é feita com base na prevalência de ocupação em postos na administração pública. Em suma, nas colônias atuais, eufemisticamente tratadas como “territórios ultramarinos franceses”, todo mundo é francês, embora no caso da Guiana, indígenas e afrodescendentes tenham constantemente reivindicado *status* étnico diferenciado, bem como territórios próprios. Demandas que – segundo o advogado *Galibi-Kalinã* Alexis TIOUKA (2019) – são cotidianamente ignoradas pelo governo metropolitano.

¹³ Evento que aponta para o histórico de invasão da ilha por Portugal em 1809, e a consequente administração luso-brasileira que se seguiu pelos prepostos de Dom João VI por aproximadamente uma década, em retaliação a invasão napoleônica da península ibérica. (SOUZA JUNIOR, 2012)

interior dos atuais *Saramaka* e nos estudos da língua *Créole/Kheuól* necessita ser exaustivamente investigada, em termos de linguística antropológica.¹⁴

Em princípio, cumpre problematizar a existência de divergências internas entre os afrodescendentes na Guiana Francesa¹⁵ atual, que apontam para o recorte urbano/rural: a categoria *créoles* (crioulos) não parece tratar de africanos “mestiços” como a designação poderia levar a pensar, mas antes refere os guianenses “destribalizados” das cidades ou, em termos próprios, dos *négre* “[q]ue não resistiram a escravidão” junto aos da floresta. (Waddy Benoît, comunicação pessoal, jun. 2019) Não obstante a mesma suposta ascendência, os *Saramaka* se afirmam os “negros da floresta”, atualmente ocupantes de zonas periurbanas ou florestais do território, a que chamaríamos no Brasil de quilombolas. Na ótica de meu interlocutor, os da floresta tem “carinho pelo Brasil” enquanto os crioulos da cidade seriam supostamente avessos a ocupação brasileira e aliados dos agentes coloniais franceses.

Por consequência, os *Saramaka* seriam os “donos da palavra” nas relações interétnicas atuais por terem se insurgido explicitamente e durante toda a História contra a *esclavage* colonizadora; por sua vez, os *Créole* da cidade, integrados ao “[m]odo ocidental” de viver adotam uma postura condescendente com os da floresta, quando nas reivindicações dos últimos junto ao poder público francês. Nesse sentido, *Créole* ou Crioulo seria o guianense que, reconhecidamente africano, “[s]aiu do padrão” e abandonou os valores tribais (Waddy Benoît, comunicação pessoal, 2019), tratando-se, portanto, do sujeito colonizado que na literatura de Mia Couto (2006) é classificado como o “assimilado”, no caso da África lusófona. A dissonância vai longe é só deve ser equacionada endogenamente, mas é fato que os escravizados africanos na intimidade do “[l]ar senhorial” também resistiram a seu modo, recorrendo inclusive a estratégias para enfraquecer e “minar” a energia e a saúde de seus senhores. (SANTANA, 1995:26)

Nosso interlocutor insistiu em propor que a divisão interna atual não é urbana/rural mas se dá principalmente em função da organização social dos grupos. No entanto, é possível postular que há uma distinção espacial implícita que “[c]omporta dois modos de vida distintos” (SACCHI E GRAMKOW, 2012:21), sendo que o espaço comunitário do interior é discursivamente apontado como o do exercício pleno das alteridades africanas. Benoît lembra

¹⁴ A título de exemplo, os *Saramaka* do Baixo Oiapoque utilizam a palavra “muyé” para designar pessoas do sexo feminino. Aparentemente, o vocábulo não guarda nenhuma origem etimológica com as línguas francesa, *créole*, ou *saamaka*, estando muito próxima da palavra mulher, em português.

¹⁵ A personalidade jurídica “Guiana Francesa” foi extinta em 1946, ocasião em que a França cria o 45º departamento “Ultramarino” da Guyane, o que supostamente daria ao lugar o *status* de entre federado, ou *France en outre-mer*. Não obstante, a nomenclatura colonizadora utilizada tanto pelos guianenses quanto por agentes públicos franceses até a atualidade, corresponde a antiga nomenclatura.

que nas comunidades *Saramaka* do interior “[n]ão impera o machismo”. Afeitos a matrilinearidade,¹⁶ neste interior seriam “[a]s mulheres e os *Ghãmun* os donos da palavra”, sendo que os homens permanecem calados no âmbito da atuação pública, de forma que “[n]ão há bate-boca”. Dessa maneira “[a]s mulheres mandam porque só elas falam” seguindo a regra da Deusa-mãe, concluindo que enquanto nas comunidades *Saramaka* “[o]s homens respeitam as mulheres”, entre os *Creóles*, o homem “[é] o chefe da família” por ter aderido a etiqueta ocidental. (Waddy Benoît, Comunicação pessoal, jun. 2019) Cumpre lembrar que essa descrição da organização familiar dos *Saramaka* do Baixo Oiapoque engendrada por Benoît é coerente com a tradição *Bosch négre* do interior do Suriname, onde a “[l]inhagem familiar vem da *Beni*”, a barriga materna. (Rudi van Els, Comunicação pessoal, jul. 2019)

Da perspectiva da História em termos próprios, Waddy Benoît nos contou que a forma *Saramaka* de reproduzi-la é “no banquinho”, emendando que o ato ou rito de transmissão geracional de africanos e indígenas guarda muitas convergências. Segundo Waddy, as principais diferenças estariam na língua utilizada e principalmente no fato de que o *Saramaka* senta-se em um banquinho diminuto de madeira sempre de frente para a fogueira, esquentando os pés; enquanto no rito indígena de atualização do jovem com relação a sua História, não há o banquinho de madeira e eles – os índios *Wajãpi* – sentam-se sempre de costas para o fogo, de modo a aquecer os dorsais. Métodos mnemônicos que fazem pensar na reminiscência como algo intrinsecamente ligado ao corpo físico e a iniciação: a memória/reminiscência como um dom de iniciados. (LE GOFF, 2013:401).

A colonização escravocrata como “inventora” da etnicidade Saramaká

O discurso sobre a existência de uma cultura musical *Créole* afirmada sobretudo por acadêmicos e músicos afro-guianenses na atualidade, traz mais elementos para pensar a(s) etnicidade(s) em curso na região. As manifestações musicais são um aspecto importante de resistência ao escravismo, que preconiza a dissolução da humanidade de uma pessoa até que ela se torne um objeto de seu senhor. Conforme considera Achille Mbembe, o escravizado é capaz de resistir a sua objetificação ao “[d]emonstrar as capacidades polimorficas das relações humanas por meio da música e do próprio corpo, que supostamente pertencia a um outro.” (2018:30).

De acordo com a etnomusicóloga Marie-Françoise Pindard, a tríade colonização-escravidão-abolição, engendrou o que hoje se cognomina de “música Créole das Guianas”

¹⁶ Laval também observou que entre os *Saramaka* “[os] direitos sucessórios, [a] sucessão política, religiosa e identidade seguem uma transmissão matrilinear” sendo que a divisão entre “[c]lãs e linhagens [seguem] esta lógica”. (2016:69)

(2019). Segundo a autora, o ritmo teria origem na “música proibida” dos *Bosh nègre* (negros da floresta), ao tempo em que incorporava outros elementos linguísticos e etnomusicais. Das evidências linguísticas, Pindard destaca os *les chants créoles* (os cantos crioulos), onde constatou a existência de palavras “[e]n langue française, amérindienne, africaine, anglaise”, além de muitas onomatopéias de origem africana, sendo que os mesmos se dividem principalmente em “cantos de trabalho” e “cantos de festa”. (2019) Quanto as evidências de cultura material, a autora destaca em sua pesquisa o uso do “Le Grajé”¹⁷ que talvez seja o instrumento mais representativo da cultura *créole* na atualidade.

Outro estudioso da cultura afroguianense, o pedagogo Émile Lanou, defende a existência de um “Jazz made in Guyane”, mesmo admitindo que o ritmo somente chega a Guiana Francesa a partir de “[l]e séjour des américains”¹⁸, a partir de 1944, portanto, no contexto da segunda guerra mundial (2019). Lanou defende o entendimento de que há um “Jazz guianense” em função da cultura crioula da Guiana francesa ter apropriado-se do Jazz norte-americano, e sincretizado-o com o tambor (*Sanpula*) de origem *Galibi-Kalinã*. Para Lanou, o diálogo entre as matrizes africana, ameríndia e norte americana realizado por músicos afroguianenses, permitiriam postular o que chamou de “Jazz made in Guyane”. (2019) Para uma etnicidade em curso, portanto, o engendramento de uma cultura musical em curso.

Isso posto, podemos depreender do que foi narrado até agora por Waddy Benoît que a etnicidade em curso dos *Saramaka*, bem como a população *Créole* (Crioula) da Guiana Francesa, são uma “invenção” do contexto colonial-escravocrata empreendido em territórios da Amazônia caribenha e consequente resistência de distintos grupos e pessoas, principalmente de origem africana, traficados a partir de entrepostos nas antigas guianas holandesa e francesa. Como demonstra o trabalho de Jean-Pierre Dozon (2017), com respeito a etnia *Bete* da Costa do Marfim na atualidade, esta (a unidade étnica) é sobretudo um produto da colonização e, no caso, da intervenção colonizadora francesa na regulação do processo de migração e distribuição fundiária a distintos povos migrantes naquele território.

Por analogia e a partir do testemunho de um homem *Saramaka*, podemos inferir que no caso da Guiana franco-holandesa aqui problematizada, os *nègre* não existem enquanto unidade étnica “tradicional”, mas antes são engendrados em um processo histórico a partir de uma designação dos agentes coloniais em direção as lideranças africanas da *ladjé* (guerra), que por sua vez pleitearam a expulsão holandesa da atual República do Suriname.

¹⁷ A palavra Le Grajé designa, na língua *créole*, tanto um tambor quanto uma cobra venenosa.

¹⁸ “A permanência dos [soldados] americanos”. Tradução livre nossa.

De fato, é “[a]consciência étnica, cristalizada em torno de uma oposição e de uma visão política mediatizada pelos pertencimentos tribais e aldeões” (DOZON, 2017:114) que parece reificar uma ascendência africana remota e promover o ajuntamento dos grupos afro-guianenses, sob o comando dos que Waddy Benoît chamou de “guerreiros lusófonos”. (Comunicação pessoal, mai. 2019).

Cumprе mencionar que em nosso trabalho com história indígena percebemos que o ato de perseguir o histórico de organizações e unidades étnicas pré-coloniais é um exercício frustrante, visto a dificuldade de recompor um universo que desapareceu rapidamente, do ponto de vista historiográfico. Mesmo as evidências arqueológicas que por um tempo prometiam elucidar a questão, concluem no atual estado da arte que não é possível estabelecer ligação direta entre grupos etnolinguísticos atuais e vestígios materiais de datação pré-colonial. (NEVES, 2006).

No caso do Baixo Oiapoque, a exemplo do que conseguimos alcançar junto ao histórico de ocupação Caribe e Aruaque da calha do rio, é mais coerente pensar em uma profusão de grupos humanos que se organizavam principalmente, mas não exclusivamente por afinidade linguística, (BATISTA, 2019) em que pese a premissa de que indígenas e africanos, sob o tacho do colonizador escravista (o terceiro), tenham se unido e engendrado novas e distintas entidades étnicas, que se autodenominam e organizam de diferentes maneiras. Desta maneira, as alianças de grupos humanos tão distintos como os de matriz africana e ameríndia, forjadas principalmente em função de uma convergência de afinidades e objetivos, em determinada conjuntura histórica, podem explicar rupturas entre povos considerados de origem comum, ou alianças entre povos considerados de origem dispare.

Referências Documentais

- BENOÎT, W. M. C. (Povo *Saramaka*). *Entrevistas e narrativas recolhidas na zona urbana do município de Oiapoque*, Amapá, Brasil. 2019.
- CARIPOUNE, Y. (Povo *Karipuna*). *Entrevistas concedidas no município de Oiapoque/Amapá*, Brasil. 2018.

Referências Bibliográficas

- BATISTA, R. E. C. Keka Imawri: narrativas e códigos de guerra entre os Palikur-Arukwayene. Dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2019. (Inédita)
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Negros, Estrangeiros – os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- CAVLAK, I. “O Extremo Norte da América do Sul: A Guiana Inglesa e o Suriname no século XIX”. In: Faces da História. No. 01. São Paulo, p. 96-114. Disponível em <http://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/download/194/187/>. 2015. Acesso em 26 de julho de 2019.
- COUTO, M. O outro pé da sereia. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DORIGNY, M. e GAINOT, B. Atlas da Escravidões – da antiguidade até nossos dias. Petrópolis: Ed. Vozes, 2017.

DOZON, J. P. “Os betes: uma criação colonial” In: Amselle, Jean-Loup e M'Bokolo, Elikia. No centro da Etnia. Etnias, tribalismo e Estado na África. Petrópolis: Ed. Vozes, 2017.

DUBOIS, E. e NOGARA, R. Guyane: Amazonie Française. Boulogne: Editions Delroisse, 1978.

LANOU, Emille. “Jazz made in Guyane”. Conferência proferida durante o Festival International Brasil-Guyana no Instituto Federal do Amapá – Campus Avançado de Oiapoque, no período de 30 de maio a 01 de junho de 2019. Oiapoque. Brasil. (Comunicação oral)

LAVAL, Pauline. Captures estuariennes, une ethnoécologie de la pêche sur le bas Oyapock. Tese de Doutorado, apresentada ao Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris. Disponível em www.researchgate.net/publication/316921079_captures_estuariennes_une_ethnoecologie_d_e_la_peche_sur_le_bas_Oyapock. 2016. Acesso em 23 de julho de 2019.

LE GOFF, Jaques. História & Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MBEMBE, A. Necropolítica. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

NEVES, E. G. Arqueologia da Amazônia. São Paulo: Ed. Zahar, 2006.

PINDARD, M. “Ritmos Crioulos tradicionais da Guiana Francesa”. Conferência proferida durante o Festival International Brasil-Guyana no Instituto Federal do Amapá – Campus Avançado de Oiapoque, no período de 30 de maio a 01 de junho de 2019. Oiapoque. Brasil. (Comunicação oral)

RICARDO, C. A. (Org.). Povos Indígenas no Brasil. São Paulo: CEDI, 1983.

SANTANA, L. C. A noite dos cristais. São Paulo: Editora 34, 1999.

SILVÉRIO, V. R. Síntese da Coleção História Geral da África: século XVI ao século XX. Brasília: UNESCO/MEC/UFSCar, 2013.

SOUZA JUNIOR, J. A. Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Belém: Ed. UFPA, 2012.

TIOUKA, A. O movimento indígena franco-guianense. Palestra proferida durante o III Colóquio de Literatura Amapaense e Literatura de Fronteira, promovido pela Universidade Federal do Amapá – Campus Binacional do Oiapoque, em maio de 2019. Oiapoque. Brasil. (Comunicação oral)

VAN ELS, R. “Amazônia Caribenha” Proferido durante o 3º Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina. Universidade de Brasília (UnB) em 03 e 04 de julho de 2019. Brasília/DF. Brasil. (Comunicação oral)

VISIGALLI, E. & SARGE, K. La Montagne d'Argent – Um site remarquable de Guyane (Ouanary). Matoury: Ibis Rouge Editions, 2011.

ZAGHETTO, S. Histórias de Oiapoque – Com o arquivo e as memórias de Rocque Pennafort. Brasília: Annabel Lee, 2019.

REFLEXÕES SOBRE AS QUESTÕES RACIAL E MIGRATÓRIA PRESENTES NAS MÍDIAS DIGITAIS RELACIONADAS AOS MÉDICOS CUBANOS

Rogério Macedo Ramos¹

Introdução, discussões teóricas e perspectivas metodológicas

No atual cenário sociocultural brasileiro, faz-se necessário discutir temáticas que estão em voga, e que se apresentam, neste caso, a partir de um programa social desenvolvido para atender a população de baixa renda e que enfrenta dificuldades em acessar serviços essenciais, como a saúde. Dessa forma, com a migração dos médicos cubanos, abriu-se um leque de possibilidades para discutir as questões racial e migratória enfrentadas por esses profissionais que vieram exercer a medicina em território brasileiro.

O Programa Mais Médicos (PMM) foi criado em 2013 pelo governo federal com objetivo de promover a saúde pública no país, de modo a expandir a ida de médicos de vários países, inclusive brasileiros, para localidades remotas que sofrem com a falta de um profissional da área médica (SANTOS, et al, 2015). Desse modo, os profissionais de saúde vieram preencher a falta de profissionais em áreas historicamente negligenciadas pelos governos federal e estaduais, sendo que a intenção do programa era compor o quadro, inicialmente por médicos brasileiros e, mas devido ao não preenchimento do quadro, permitiu-se a vinda de médicos de outros países como: Espanha, Portugal, Uruguai, Argentina e Grécia. Neste caso, os médicos cubanos vieram por possuírem formação e também experiência específica no que refere à Atenção Primária, bem como Medicina de Família e Comunidade, diferente da maioria dos médicos brasileiros que não dispõe disso (CAMPOS e PEREIRA JÚNIOR, 2016).

O presente programa caracterizou-se pela parceria dos governos brasileiro e cubano, juntamente com Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), e que teve como finalidade atenuar os problemas da saúde no país, principalmente em lugares negligenciados pelo poder público. Através da migração dos médicos cubanos, pode-se observar e identificar relações socioculturais conflitivas dentro de um espaço

¹ Mestrando em Desenvolvimento Social pela PPGDS, Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

estabelecido, uma vez que eles acabaram indo trabalhar em uma área historicamente ocupada pelas elites e classe média brasileira, a medicina.

Neste sentido, a categoria social *Estabelecidos-Outsiders* de Norbert Elias e John Scotson (2000) é analisada, já que os médicos cubanos, ao migrarem para o Brasil, irão dividir o mesmo espaço social e profissional, já estabelecido e consolidado, de forma a deparar com mecanismos de controle sociais da classe médica brasileira. Entretanto, não se trata apenas de observar as relações dos estabelecidos e outsiders, mas sim de buscar compreender que na chegada dos profissionais, expôs não somente a insatisfação de uma classe ao PMM, mas trouxe elementos conflitivos diante dos espaços estabelecidos.

Dessa maneira, a discussão do texto se apoia nas ideias de Frantz Fanon (2008) e Abdelmalek Sayad (1979; 2000), autores pós-coloniais e fundamentais para pensar o outro no enfrentamento das questões raciais e migratórias da sociedade atual. Neste sentido, a perspectiva fanoniana contribui no sentido de perceber como o processo de colonização deixou marcas enraizadas na sociedade, como a ideia de se pensar como branco, visto que com a dominação e escravidão do negro, foi se criando estereótipos negativos, de inferiorização e os imputaram aos negros por causa da cor da pele, sendo que isso vai estar impregnado nas estruturas sociais, e nas instituições. Fanon (2008) auxilia compreender como a dominação do branco, através do processo de colonização sobre o negro produziu estereótipos negativos. Essa inferiorização aos negros, por causa da cor da pele, é refletido no funcionamento das instituições e na organização das estruturas sociais. Amplia-se a discussão para uma análise de preconceito e estigmatização desses sujeitos tidos como outsiders após migrarem para o Brasil. Sofrem com o racismo já na chegada, e que vão circular e ocupar os espaços delimitados e estabelecidos pela classe dominante.

A questão migratória será abordada apoiando-se nas reflexões de Abdelmalek Sayad (1979;1996; 2000) como forma de compreender a condição social do migrante, na ideia de provisoriedade, e as relações do migrante a partir do instante em que pisa os pés no outro lugar. E como sujeito migrante, vai implicar na sua condição social, e de mercado de trabalho, já que essa é uma condição primordial de quem migra, de acordo com Sayad (1979). A condição social do migrante nas reflexões de Sayad (1979; 2000) são substanciais para compreender as opiniões e postagens nas mídias sociais atribuídas ao outsider. Daquele que migra a trabalho e depara com relações conflitivas decorrentes do trabalho, de sua condição de migrante, de quem é visto como ser provisório, sem raízes históricas com o lugar, marcado sempre pela desconfiança.

O campo de análise é o *facebook*, haja vista a grande utilização dessa mídia social na exposição de comentários e opiniões. Essa mídia social permite também que as pessoas, além entreterem umas com as outras, expõem também sua visão de mundo. Dessa forma, busca-se a análise de discurso de atribuição contrário aos médicos cubanos no *facebook*, uma vez que esses profissionais desde anunciado sua chegada em território brasileiro, se depararam com a inferiorização, estigmatização, racismo, preconceito por parte da classe de profissionais médicos brasileiros e de pessoas que se posicionaram contrários a sua vinda. Esses elementos identificados são importantes na abordagem porque demonstra que se fazem presente de maneira história dentro das estruturas socioculturais brasileira; bem como a discussão em torno da classe trabalhadora; das médicas cubanas comparadas às empregadas domésticas; a questão migratória; a ideia de provisoriedade. Isto posto, como modo de compreender que, através de um programa social, foram identificados tais elementos, assim, serão examinados e discutidos, já que essas temáticas estão presentes, seja de maneira implícitas e/ou não, no cotidiano.

A estrutura metodológica explorada é a análise do discurso, em que utilizaremos como método de pesquisa através da articulação entre o linguístico e social (BRANDÃO, 2004). Já que o assunto se estende para outras áreas do conhecimento, ganha terreno através de vários sentidos que vão se formando em torno da análise do discurso, e no caso específico tratado na presente discussão, no campo sociológico. No entanto, não se observa a análise do discurso numa definição que congrega os estudos que se fazem acerca do linguístico enquanto condições de produção do anunciado, mas vai para além disso, em que se consideram outros aspectos presentes como: “O quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação, e os embates históricos, sociais etc. que se cristalizam no discurso” (BRANDÃO, 2004, p.17). Assim, a ideia é articular a teoria relacionando-a com o campo.

Nesse contexto, procura-se traçar os objetivos elencados neste trabalho buscando compreender tais temáticas que são identificadas e que se encontram nas mídias digitais, precisamente o *Facebook*, objeto de análise que compreende o período de 2013 a 2018. E como a proposta visa fazer uma análise do PMM do governo federal, que desde 2013, propôs expandir atenção básica da saúde, em parceria com a (OPAS), no envio de médicos de diversos países, inclusive médicos cubanos.

Essa discussão é relevante dada as transformações sociais presentes no contexto atual no Brasil, e que possibilita pensar nas temáticas propostas: racial e migratória. E que estão presentes no debate acadêmico, nas mídias tradicional e digitais. Isso, por

meio da implementação de políticas públicas e programas sociais nos últimos anos que contribuíram na inclusão social de setores das classes subalternas em acessar serviços sociais, como saúde, educação e moradia (SOUZA, 2017). Dentre esses programas, destaca-se o Mais Médicos, que através da chegada dos cubanos que vieram exercer sua medicina nos diversos lugares pelo Brasil, além de deparar com os espaços estabelecidos e comumente ocupado pelas elites e classe média, ganharam relevância principalmente nas mídias.

Diante disso, abriu-se a possibilidade de debater as relações do cubano diante de questões que foram sendo identificadas, como racismo, inferiorização, migração, discriminação e outros. Esses assuntos são de suma relevância para compreender a situação em que os médicos cubanos passaram a se deparar diante dos espaços sociais estabelecidos. E que o presente texto busca discutir as temáticas propostas relacionando com as relações socioculturais na sociedade brasileira enfrentadas pelos profissionais cubanos.

Reflexões sobre Estabelecidos e Outsiders: Uma nova análise na perspectiva racial

Os espaços e relações sociais possibilitam contribuir para compreender as diversidades de grupos que convivem numa determinada localidade. Nesse sentido, a classe social, as condições econômicas, o nível de escolaridade podem contribuir para entender aspectos sociais de certo lugar e dos grupos que o compõem. No entanto, quando se observa que essas características são implícitas, cabe observar de perto a dinâmica social que se faz presente. Em vários lugares os conflitos sociais acabam fazendo parte do cotidiano dos seus agentes, e se esses estão a muito tempo estabelecido no espaço, e passam a dividir o mesmo lugar com quem recentemente chega, há de notar que as relações sociais podem apresentar-se conflituosas, mesmo sem distinção de classe social, etnia e condição econômica (ELIAS & SCOTSON, 2000).

A categoria *Estabelecidos-Outsiders* desenvolvida num espaço conflituoso é importante porque não se aplica exclusivamente na localidade estudada no livro, mas vai além, ela é universalizada a partir do momento que serve como teoria de análise em outras realidades sociais:

O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior — o carisma grupal distintivo — que o grupo dominante atribuía a si mesmo. Assim, encontrava-se ali, nessa pequena comunidade de Winston Parva, como que em miniatura, um tema humano universal (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.19).

Dessa forma, é expandida e ganha força, já que dela pode compreender quais grupos são estabelecidos e outsiders nas relações sociais. Se os estabelecidos são os que detêm os mecanismos de controle social, sendo então os que assumem as relações de poder e dominação em relação aos outsiders que, por se apresentarem de maneira desintegrada, não possuem uma coesão social, logo são submetidos aos mecanismos de dominação impostos pelos já estabelecidos (ELIAS e SCOTSON, 2000).

Nessa lógica, essa categoria é importante porque pode ser usada para compreender dentro de um determinado espaço urbano, como as relações sociais são construídas e constituídas em referência aos grupos que migram para diversas localidades, seja área de abrangência maior ou não. Apesar de que no livro não há distinção de etnias, classes sociais, posição econômica e política, há então outros elementos, como: estigmatização, anomia, preconceito, que se apresentam e distinguem um grupo do outro. E é assim que os estabelecidos e outsiders estão inseridos no mesmo contexto sócioespacial. Esses elementos elencados também contribuirão para compreender esse sujeito outsider, tido como o outro, o qual se encontrará presente em espaços estabelecidos, marcados por relações socioculturais históricas na sociedade brasileira.

É neste aspecto de migrante, inferiorizado, e que sofrem discriminação, que esse texto busca compreender a posição dos profissionais da saúde vindos de Cuba perante setores estabelecidos, e, sobretudo, conservadores da sociedade brasileira. O espaço que se atribui a uma classe que não permite dividi-lo, tão pouco circular por ele, e vão construindo estereótipos negativos e um discurso de aversão, ódio e intolerância à presença desse elemento, que é tido como estranho, que não faz parte e/ou pertence ao espaço que transita. E essa classe de profissionais médicos brasileiros, identificaremos neste trabalho como os estabelecidos, por entender que circulam a mais tempo e historicamente na área médica, espaço bem determinado e ocupado por esses profissionais.

A categoria *Estabelecido-Outsider* explanada em questão possibilita expor ao debate em torno da presença do médico cubano dois aspectos: a hierarquia social e questão racial. Como vimos, os estabelecidos utilizam e ativam formas de dominação, entende-se isso como mecanismos que visam defender e preservar sua condição de sujeito consolidado e que exerce maior influência nos espaços sociais. Estabelece, por conseguinte, uma espécie de hierarquia, ou seja, no caso dos profissionais brasileiros que buscam ao perceber a presença desse outsider como alguém que vem também como ameaça dentro desse espaço. É nesse sentido que o médico cubano é inferiorizado e

estigmatizado, não somente devido sua origem social tida pelos brasileiros como sendo pobre, e comunista, mas também por não fazer parte dessa classe que se vê a mais tempo exercendo sua influência e domínio nesse espaço profissional da medicina. Por outro lado, possibilita também pensar que este profissional, a partir da perspectiva teórica em questão, é visto como o outsider, em que está vinculado nas perspectivas migratória e racial. Essa última não abordada pelos autores, mas que através de suas reflexões vão dando elementos importantes (estigmas, inferiorização, mecanismos de dominação e outros) para se pensar dentro dessas perspectivas de enquadrar outros grupos nesse estudo. Esses elementos imputados aos médicos cubanos, perpassam a princípio pela cor da pele, na sua condição de migrante, e que depararão com discriminação e preconceito.

Assim, após identificar o cubano como outsider, abrimos a possibilidade de expor as reflexões de dois autores pós-coloniais que sentiram na própria pele as questões racial e migratória. Trata-se de Frantz Fanon, que também foi migrante e médico, e Abdelmalek Sayad, que esteve na condição de migrante. Ambos são importantes pensadores que ajudam a compreender melhor essas relações que os médicos cubanos se depararam. E apesar do grau de instrução e possuir uma cultura, estarão diante de relações estabelecidas e dos mecanismos de inferiorização, dos stigmas que são fomentados pelas elites e classes médias brasileiras, e propagados pelos veículos de comunicação e mídias digitais. E em Fanon (2008), abre-se a possibilidade de fazer a construção desse outsider na perspectiva racial.

As reflexões de Frantz Fanon para se pensar a questão racial

Os médicos cubanos ao entrar no tecido social brasileiro se deparam com importantes relações socioculturais, dentre essas a questão racial. É neste contexto que Fanon (2008) traz reflexões que ajudam a compreender tal temática. Trata-se de intelectual fundamental para encorpar a temática racial relacionada a este indivíduo que ao migrar para terras estrangeiras sofre diversos insultos, estranhamentos, xingamentos, e além de serem lançados mecanismos de inferiorização através de um discurso preconceituoso e racista enraizado no imaginário da presente sociedade, de modo a ser reproduzido e comumente associado às classes subalternas. Mecanismos que envolvem a linguagem, sotaque, a questão da pele, do cabelo, enfim, características físicas que estão atreladas à perspectiva subjetiva e à objetiva (FANON, 2008).

Nesse sentido, Fanon(2008) é fundamental porque suas reflexões exploram questões pós-coloniais, posto que mesmo com a descolonização das colônias, principalmente das da África, dominadas pelos países europeus, como Inglaterra, Portugal, França, Bélgica e outros, muitas características e aspectos ficaram impregnados nessas sociedades, tais como o racismo, preconceito, discriminação, inferiorização desses povos e desigualdades (FANON, 2008). E é nesse aspecto que se recorre a este autor martinicano, com seu olhar e perspicácia que contribui para analisar esse sujeito outsider, ou seja, o médico cubano, que através de sua presença em um espaço estabelecido acabou trazendo uma série de questões que estão presentes tanto no discurso das elites quanto nas estruturas sociais, capaz de refletir nas relações socioculturais, em que muitos privilégios são mantidos e conservados por quem ocupam os melhores espaços dentro da sociedade brasileira.

Este autor que se encontra fora do eixo europeu, o qual sentiu na própria pele o que é ser negro e discriminado por seus iguais, imaginando ser tratado como tal, o que vai influenciar decisivamente em sua escrita, de modo a priorizar aspectos que envolvem o racismo e preconceito (FAUSTINO, 2013). E através de suas análises e abordagens que permeiam o colonialismo, tais como os elementos elencados acima, é que permite trazer à tona e a base para colocar em evidência o outsider, de quem migra para um outro espaço desconhecido, e se vê diante de dificuldades, como a língua e as relações já consolidadas (FANON, 2008).

Neste contexto, a língua aparece como elemento importante, pois o cubano também se depara com ela. E a questão da linguagem envolve a inferiorização do negro discutida por Fanon (2008). Esse sujeito ao migrar para um outro espaço, depara-se com esse elemento, é como se assumisse uma cultura diferente da sua, e suportando o peso de uma outra civilização (FANON, 2008). Para Fanon (2008), a linguagem tem uma certa potência, sendo que “um homem que possui a linguagem, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito” (FANON, 2008, p.34). A posição do negro diante da linguagem é importante porque o processo de inferiorização, não somente do homem de cor, mas também de todo aquele que foi colonizado, passa pela interiorização da língua do colonizador.

O pensamento de Fanon (2008) traz reflexões importantes que contribuem para analisar a condição do homem negro, um vez que desde o processo de colonização, incorporou-se vários mecanismos subjetivos, estereótipos, seja através da linguagem, do sotaque, e características físicas negativas construídos pelo branco europeu e que

levaram o negro a se sentir inferior nos diversos aspectos culturais, políticos, sociais em que se encontra inserido (FANON, 2008). E nos diversos discursos analisados desde a chegada dos cubanos ao Brasil, houve a tentativa de inferioriza-los, principalmente através de alguns estereótipos. O seguinte trecho foi extraído da rede social facebook, trata-se da fala de uma jornalista que postou o seguinte comentário sobre os cubanos:

“Me perdoa ser for preconceito, mas essas médicas cubanas tem uma cara de empregada doméstica. Será que são médicas mesmas???Afe, que terrível. Médico, geralmente, tem postura, tem cara de médico, se impõe pela aparência... coitada da nossa população. Será que eles entendem de dengue? E febre amarela? Deus proteja o nosso povo!”²

As expressões utilizadas no comentário acima evidenciam não somente o preconceito, mas demonstra que para ser médica deve ter “aparência de médica”, isso reforça a ideia de que para ser médico no Brasil tem que vir de determinada classe, ter um padrão bem estabelecido, ou seja, ser principalmente branco (a). Além disso, há uma clara discriminação com profissões de baixa remuneração e que não exigem tanta escolaridade, no caso em questão, as das empregadas domésticas.

Nessa perspectiva de que há estereótipos definidos socialmente, sendo que, a jornalista ao dizer em sua conta no *Facebook* “*essas médicas cubanas têm cara de empregada doméstica*”³, evidencia não somente uma opinião de um sujeito isolado, mas demonstra uma fala impregnada nas relações socioculturais e de setores sociais bem definidos. Percebe-se que, a fala representa uma definição de posição de classes bastante consolidadas no Brasil, elite e classe média, por exemplo, uma herança escravagista e colonial que perpassa gerações, e entra pelos estratos sociais, ganha corpo nas relações cotidianamente e é reproduzida, tanto consciente quanto inconscientemente por essas classes e/ou pelas classes subalternas. Trata-se de um modo de inferiorizar e estigmatizar as médicas cubanas, o que evidencia o racismo presente no discurso imputada a essas profissionais.

Nesse sentido, procura-se compreender a questão racial que se apresenta com a vinda e entrada dos cubanos ao Brasil, o que possibilitou discutir tais temáticas, dada sua relevância em explorar essas relações socioculturais em que esses sujeitos estiveram inseridos. Dessa forma, através da migração, busca-se analisar a condição social dos cubanos, para tanto, recorre-se a Abdelmalek Sayad.

² <https://www.facebook.com/>

³ Idem

Sayad: discussão da condição social do migrante

Essas reflexões que envolvem a linguagem, racismo, estigmatização, inferiorização são importantes porque estão inseridas dentro do processo migratório que os médicos cubanos se encontram. Isto posto é que nesta perspectiva possibilita pensar nas reflexões de Abdelmalek Sayad.

Na perspectiva do pensamento de Abdelmalek Sayad, o sujeito migra por determinadas questões como, por exemplo, étnicas, econômicas, sociais, devido às guerras (SAYAD, 2000). Migrar é universal, pode acontecer em qualquer lugar do mundo, sendo que as migrações são distintas, de modo histórico ou sociológico, “nenhuma migração assemelha-se à outra” (SAYAD, 2000, p.10). E por mais que as pessoas migram por questões sociais, políticas ou econômicas, ou seja, relacionada às condições sociais que cada indivíduo estão sujeitos, isso implicará no mercado de trabalho.

Essas discussões abrem espaço para aproximamos o pensamento de Sayad à condição do médico cubano, este que é visto também como um sujeito transitório com base na visão do autor acerca do migrante, e os lugares para onde migrou, no caso o Brasil, não sendo o lugar de origem, dotado de significados secundários, onde não há raízes (SAYAD, 2000). Apesar de que este espaço físico que o cubano se insere a partir da migração, torna-se metaforicamente um espaço social, dotado de relações presentes (SAYAD, 2000). Logo é visto como um ser provisório, transitório, de relações efêmeras, e que não estabelecerá laços duradouros e coesos. E que tal condição marcará sua condição social dentro deste processo de migração.

Há, neste contexto, a ideia implícita daquele que vem como ser provisório, que vem ocupar um espaço historicamente estabelecido e dominado pelas classes médicas. Isso acaba também provocando a criação de uma certa instabilidade. Assim como os questionamentos quanto a sua qualificação; o problema da linguagem, e desse outsider que não é levado em conta seu passado, suas raízes e seu país de origem. Dada a ideia de quem vem roubar o emprego dos brasileiros como se observa a seguir.

As expressões abaixo demonstram de modo evidente que os médicos cubanos vieram roubar os empregos dos brasileiros: “*Favorecer os cubanos, esse programa foi criado claramente para isso, os médicos de outros países não se ver, apenas cubanos*”⁴.

⁴ Idem

Entretanto, a posição do PMM, inicialmente foi contemplar os médicos brasileiros, só que por não conseguir preencher as vagas, principalmente em áreas bastante vulneráveis e com falta de assistência médica, houve a oferta para os cubanos. Assim, há uma tentativa de colocar o médico cubano em evidência, como se o Programa fosse criado para favorece-lo.

O migrante vem para trabalhar nesse espaço, em que há um cooperativismo e aversão a presença desse sujeito. Trata-se de quem não aceita dividir o mesmo espaço, além de culpar o outro pela falta de emprego. No trecho abaixo, a ideia é de que o migrante estar roubando o emprego do brasileiro : *“foi demitido hoje sem justa causa para dar vaga a um médico cubano”*⁵. Nesse sentido, segundo Sayad (2000), a condição de migrante, que vai implicar no mercado de trabalho, a migração desses sujeitos também provoca certa instabilidade nos espaços estabelecidos, porque além do trabalho, são vistos, a princípio como suposta ameaça.

A presença desse migrante nos espaços sociais brasileiros levou a pensar na ideia de instabilidade social, a partir de Sayad (1979), dentro das relações que se formam com a vinda desse outsider. Percebe-se que nos comentários apresentados nas falas analisadas, na visão deste autor, há uma maneira diferente de ver e tratar o migrante. E se seu passado não é reconhecido, quando olham para o outsider, neste caso o cubano, é visto apenas como algo pejorativo e repleto de negatividade. Que vem como ameaça aos empregos dos médicos brasileiros *“governo pilantra porque não oferece condições de trabalho aos médicos brasileiros e oportunidade..”*, conforme o que foi dito, e só de vir de Cuba, provoca aversão, preconceito e uso de expressões como *“vermelhos de Cuba” “ditadura cubana”*, remetendo de modo pejorativo ao comunismo.

Essa questão que se discute da vinda do migrante como possível causador de uma certa instabilidade social diante de relações estabelecidas, baseadas nas reflexões de Sayad, está presente no imaginário brasileiro, principalmente das elites.

Para Sayad (2000) a migração vai implicar no mercado de trabalho, e no caso do PMM, migraram médicos de diversas nacionalidades, principalmente cubanos. Estes interessam à discussão, já que estão no bojo dos noticiários, nas postagens e comentários das mídias sociais. O trabalho é a condição desse sujeito que migra, que ao pisar em solo estrangeiro, se torna um outsider. A desconfiança, a questão de lidar com a língua que é diferente da sua, os questionamentos da qualidade profissional: *“Será*

⁵ Idem

*que estará mais humanizado???? Será que estão realmente preparados para atender a nossa população??"*⁶ Vai dando elementos para construção desse outsider.

No comentário acima, na perspectiva do presente trabalho, este autor contribui para a possibilidade de pensar que a indagação da interlocutora se o cubano está mais humanizado, naquilo que este autor traz elementos que constituem no centro da migração. Deixa implícito que o outsider vem numa espécie de hierarquia social, mas de maneira inferior dentro desse processo, isso comprovado pela colocação “*Será que estará mais humanizado????*”. Seguido de outro comentário que interpela e põe em xeque o atendimento e qualidade de serviço a ser prestado.

Os comentários se seguem, há uma interação entre duas interlocutoras que buscam um certo diálogo em defesa de seus argumentos. É nesse instante que a questão da língua entra em cena, há uma indagação tanto quanto ao atendimento e o falar o português refinado, em que marca a inferiorização através da linguagem: “*...foi super mal atendido por uma médica “estrangeira” ela nem sabia onde estava o prontuário de atendimento e nem falava o português direito...*”⁷ Esses são elementos abordados por Sayad (2000), mas que possibilita dialogar com Fanon (2008), uma vez que a linguagem é um mecanismo que inferioriza o outro nas relações sociais, estabelecendo uma hierarquização de quem expressa uma linguagem refinada.

Considerações Finais

Esse texto procurou explorar como as questões racial e migratória, apareceram no PMM a partir da vinda dos médicos cubanos ao Brasil. Em particular, através do discurso das mídias digitais, precisamente o *Facebook*.

As discussões que se apresentaram foram relevantes, como a ideia de se relacionar estabelecidos e outsiders com a classe médica brasileira e os médicos cubanos. E a vinda dos profissionais cubanos, provocaram uma série de elementos que guardam relação com a formação da sociedade brasileira, como o racismo, discriminação, inferiorização e outros.

Fanon (2008), foi fundamental nessas análises, porque possibilitou compreender melhor como os mecanismos que inferiorizam os negros funcionam, buscam atingir sua imagem e desqualifica-lo, e que muitas vezes, são interiorizados, provocam uma noção negativa desses indivíduos. Além disso, passam a ser associados aos empregos

⁶ Idem

⁷ Idem

subalternos, de baixa qualificação. É como se o negro, por ter tido uma posição social rebaixada no colonialismo e pós-colonialismo, não tivesse condições intelectuais de exercer determinadas profissões, tais como a de médico, bem como ocupar posições sociais e políticas de destaque.

Sayad (1979; 2000) foi importante devido suas reflexões acerca da condição social do migrante, na construir a argumentação da questão migratória. O médico cubano, como foi exposto, ao migrar, torna-se um outsider, é visto como um certo temporal, provisório, e sua história e seu passado não são levados em conta, mas apenas para observar seus aspectos numa visão negativa de sua condição e origem. Entretanto, o médico cubano, ao migrar para o Brasil abre espaço para se pensar na fissura que sua presente traz para com a estrutura sociocultural brasileira.

Bibliografia

- ARAÚJO, ET AL. **Mais Médicos: um programa brasileiro em uma perspectiva Internacional**. Botucatu, Interface, V.19, n.54, jul/set. 2015, ISSN 1414-3283 On-line version ISSN 1807-5762.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004.
- CAMPOS, G.W.S, PEREIRA JÚNIOR, N. **“A atenção primária e o programa mais médicos do sistema único de saúde: conquistas e limites”**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2016, vol.21, n.9, pp.2655-2663. ISSN 1413-8123.
- ELIAS, N.; SCOLTSON, J. **Os estabelecidos e Outsiders**. Traduzido por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FANON, FRANTZ. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FAUSTINO, D. M. **“Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon”**. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. ISSN 2177-9503. 2013.
<https://www.facebook.com/>
- SAYAD, ABDELMALEK. **“O retorno: elemento constitutivo da condição de migrante”**. São Paulo, Travessia Especial, 2000. ISSN 01035576.
- SAYAD, ABDELMALEK. **O que é um migrante?** *Peuples méditerranées*, n.7, abr-jun.1979. pp.3-23.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

REPRESENTAÇÕES E RELAÇÕES DE PODER NO UNDERGROUND DO METAL EXTREMO EM BELO HORIZONTE: O CASO SEPULTURA

Rubens de Brito Ferreira Teixeira¹

Introdução

O presente artigo tem como meta mostrar os resultados obtidos em um estudo ainda maior e de fôlego a respeito dos jogos de poder feitos pela banda de *thrash metal* brasileira Sepultura em relação, por um lado, à cena do *underground* do *metal* extremo em Belo Horizonte e, por outro, tendo em vista algumas representações dispostas no Brasil da década de 1990, sobre as quais a banda foi contra e pontuou sua visão de mundo nas músicas dos álbuns *Chaos A.D.* (1993) e *Roots* (1996). Objetiva-se também mostrar que as relações entre música popular e política vão além da ação de resistência, tal qual foi muito visto durante a ditadura cívico-militar de 1964.

No universo da música popular urbana, bem como em qualquer área da cultura, devemos entender a cultura como um espaço complexo e permeado por muitos jogos de força (CHARTIER, 1995). Por estarem nesse horizonte, as músicas populares também são repletas de embates não somente entre pessoas, e sim entre referências culturais, influências dos meios de comunicação, a interferência do fenômeno da globalização e contextos sócio-históricos. Tentando assimilar tais problemas, o musicólogo chileno Juan Pablo González afirmou que as músicas populares na América Latina se definiriam em função de: primeiro, ela é massiva porque atingi incontáveis pessoas simultaneamente; em segundo lugar, é por estar envolvida simbolicamente com o mundo urbano-industrial e com a mídia que faz delas modernizantes; por fim, há na América Latina entrecruzamentos das músicas locais e tradicionais com as globais, em um processo de modernização social (GONZÁLEZ, 2016: 92-93).

Portanto, as páginas que se seguem são mais uma contribuição de nossas pesquisas para a ampliação do leque de estudos da música na historiografia brasileira. Sempre visando novas problematizações, retornos à questões que não foram tão bem trabalhadas em outro momento, porém sem ter a pretensão de esgotar os assuntos.

* Mestre em História Social pelo PPGH - Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Underground: uma linha tênue entre a solidariedade e as lutas por espaço

Formada em 1984, na cidade de Belo Horizonte, o Sepultura surgiu já chamando as atenções da cena *underground* mineira e da gravadora independente *Cogumelo Records*, tanto que no ano seguinte gravou seu primeiro material fonográfico ao lado da principal banda do gênero na cidade até então, o *Overdose* (LEÃO, 1997: 199-202). Muito embora o grupo não tenha sido um dos pioneiros do universo do *metal*², o mesmo se tornou um dos mais lembrados quando se trata de *metal* no país, seja nas pesquisas acadêmicas, em debates sobre grandes festivais nacionais como o *Rock in Rio* ou mesmo nas listas das bandas mais influentes e importantes de nossa música.

A literatura especializada mostrava ou dava a entender, no mínimo, que a chegada e a difusão do *metal* no Brasil se deram na década de 1980 durante a redemocratização, bem como após um paulatino crescimento da malha da indústria do entretenimento que durou décadas, mas que foi intensificado pelo regime militar, modernizando o país neste setor (ORTIZ, 1989). Contudo, em pesquisas mais recentes mostraram-se que havia pelo menos duas bandas do gênero no Brasil criadas na década de 1970, a paraense *Stress* (1974) e a paraibana *Shock* (1978), que conseguiram lançar seus primeiros discos na década seguinte. (LEÃO, 1997: 200-201; KOROLENKO, 2016: 31; SANTOS, 2016: 32-33; 37-43). No entanto, tais escritos levantam problemas, as quais não serão aqui discutidas, pois fugiria da proposta do presente texto, mas cabe ao menos ser mencionados: não há como ter dimensão ou ter uma breve noção de como eram os públicos brasileiros do *metal* em 1970; onde ocorriam os eventos; se *Stress* e *Shock* foram casos isolados no país, especialmente no Nordeste; e até que ponto essas bandas pioneiras influenciaram as bandas que se destacaram até internacionalmente, como o Sepultura. Talvez em estudos futuros possamos responder esses questionamentos com mais propriedade.

A proliferação do *metal* no Brasil e, conseqüentemente, a criação de inúmeras bandas foi totalmente dependente do movimento *underground*, dentro do qual a cena de Belo Horizonte foi uma das principais, especialmente pela participação da *Cogumelo*³ lançando nomes que se viraram referências nacionais e internacionais como: Chakal,

² A partir daqui usaremos o termo *metal* para se referir a todo complexo musical que envolve o *heavy metal* clássico, criado na Inglaterra no final da década de 1960, com os seus inúmeros gêneros que foram sendo criados conforme as especificidades do lugar, do tempo, do contexto e das fusões culturais.

³ Para ver com mais detalhes o catálogo de grupos lançados pela gravadora especializada em *metal Cogumelo Records* vide seu *website*. Para maiores informações a respeito do *cast* da gravadora, ver seu sítio eletrônico. Disponível em: <https://cogumelorecords.loja2.com.br/page/234907-Bandas-Cogumelo>. Acesso em 29/11/2018.

Holocausto, LouCyfer, *Mayhem*, *Mutilator*, , *Sex Trash*, *The Mist* e *Witchhammer*, cujo destaque eram o *Overdose*, Sepultura e Sarcófago.

Uma característica marcante dessas bandas e de todo o campo musical do *underground* aqui foi sua aproximação com as classes trabalhadoras brasileiras, não sendo à toa o fato de que a maioria das bandas surgiu em cidades ou capitais com um determinado grau de industrialização acima da média, em bairros marcados pelo operariado, áreas marginalizadas e que muitos dos músicos quando adolescentes trabalhavam ao mesmo tempo em que tocavam. Isso pode ser explicado em dois momentos relacionados ao lugar de origem do *heavy metal* clássico e suas primeiras variações na Inglaterra: primeiro, o *heavy metal* surgiu em uma área de grande desindustrialização, caracterizada pela mineração, num contexto de grande crise econômica nos anos 1960-70 e pelos bairros pobres de Birgmingham; em segundo lugar, o movimento *punk* reformulou direta e indiretamente o *heavy metal*, sendo essa a fonte da qual o *heavy metal* pegou novos valores ligados a lógica do trabalho, a repulsa pelo capitalismo, a organização do *underground*, a confecção das revistas artesanais conhecidas como *fanzines* e uma rebeldia próxima ao anarquismo (AVELAR, 2003; AZEVEDO, 2003; 2004; LOPES, 2006, CHRISTE, 2010).

De acordo com o antropólogo Leonardo Carbonieri Campoy (CAMPOY, 2010), o *underground* do *metal* extremo no Brasil pode ser caracterizado como um espaço de solidariedade, de ajudas mútuas e autopromoção para fazer a manutenção da cena. Isso foi possível de se visualizar em Belo Horizonte a partir dos depoimentos de muitos músicos que fizeram parte desse universo e que são encontradas no documentário sobre os 35 anos da *Cogumelo*. Por exemplo, *Tchesko*, da banda *Pathologic Noise*, disse aos 8'39" que

Nós 'era' uma cena muito unida. E todo mundo ali, 'veio'... Se tinha um show, todo mundo 'colava'. Não importa se era show do *Overdose*, se era o show do Sepultura, enfim. E era uma galera muito 'foda'. E isso teve uma importância, isso explodiu a cena. Sabe?! Era muita gente, todo mundo se conhecia, todo mundo saía para beber 'junto'. E acho que isso é uma coisa que quem viveu, viveu, 'véio'. Quem não pegou aquilo ali, não vai nem passar perto daquilo que existiu ali. Entendeu?! (HEAVY METAL ONLINE, 2015).

Ainda nesse sentido de manutenção e fortalecimento da cena *underground* em Belo Horizonte cabe não só destacar que a *Cogumelo* contribuiu com o lançando bandas, como se transformou em um importante centro de difusão de conteúdos, um

ponto de encontro e socialização desses jovens e na divulgação de vídeo clipes permitindo uma audição em grupo. Outro exemplo importante da participação das gravadoras independentes foi lembrado Max Cavalera, fundador do Sepultura, quando disse em certa ocasião que ele ao lado de muitos membros do *metal* da capital mineira criavam uma ‘vaquinha’, em outros termos, eles faziam uma junção das finanças condizente com a realidade de cada um com a finalidade de comprar vinis importados que depois fossem copiados em fitas cassetes e, por fim, distribuídos (TAKESHI; CRUZ, 2016). Tanto as confecções de *fanzines*, o apoio das gravadoras independentes, as cópias de vinis e a rede de solidariedade podem ser entendidas como táticas, uma vez que são ações dos fracos que precisam usar de sua astúcia para sobreviver, aproveitam as brechas deixadas pelos poderosos, articulando um “fazer/com” e um “saber/fazer” com o intuito de utilizar do espaço do outro em benefício próprio (CERTEAU, 2005: 83-100).

Em contrapartida, por meio de outro documentário, *Ruídos das Minas* (SARTORETTO; FONSCECA; SETTE-CAMARA, 2009), pode-se perceber, portanto, exatamente o oposto, o lado das disputas internas que marcam o *underground* como uma parcela inserida dentro do campo artístico, no qual as lutas por posições e capitais simbólicos (resumidamente um poder de consagração de algo ou alguém) são incessantes conforme as regras internas do próprio campo. Segundo Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1996: 162-163), o campo, seja ele qual for e em nosso caso o artístico, pode ser considerado um microcosmo social relativamente autônomo conforme as especificidades do mesmo que possam garantir sua independência em relação a outros campos, porém o campo musical, com destaque para o *underground*, não é autônomo, sempre sofre influências de outros. Nos campos artísticos modernos é possível encontrar uma contradição: as artes buscam ser independentes do mercado ao mesmo tempo em que estão reféns da lógica capitalista. Ademais, cada campo tem seus respectivos capitais, posições, valores e regras internas que gerem seu funcionamento e os jogos de força nos quais os indivíduos estão envolvidos.

O caso mais marcante dessas disputas no interior do *underground* belo-horizontino, e até mesmo a nível nacional, é em relação ao Sepultura e demais bandas e simpatizantes do *underground*. Até meados de 1992, o Sepultura fez sua carreira totalmente inserido no *underground* da cidade até projetar uma carreira internacional após assinar um contrato com a gravadora independente estadunidense *Roadrunner Records* em 1989. Buscar o sucesso no *mainstream* – a principal via do mercado

fonográfico – para muitos adeptos do *underground* é visto como desonesto, mais ainda se tivesse tido sua origem no *underground*, então a banda que o fizer seria considerada traidora do movimento, o que aconteceu com o Sepultura que deveria ser expulso por desonra. Dentro do *underground* existe uma espécie de maniqueísmo em que este espaço é o lado bom e o *mainstream* o ruim, o falso, o sem valor, aquele cujo seio não teria o real espírito do *metal*, já que se venderam ou renderam ao capitalismo (CAMPOY, 2010: 98-104).

Essa é uma das polêmicas mais marcantes do movimento *underground* em todo o país, já que não movimenta somente as concepções de certo e errado, mas são pontos em que é possível compreender em parte o radicalismo existente entre bandas e fãs. Em *Ruídos das Minas*, podemos ter uma noção melhor sobre o que pensaram alguns membros da cena de Belo Horizonte em relação a ida do Sepultura para o *mainstream* e sua suposta traição ao movimento. De acordo com Thiago Sarkis, na época redator de uma das principais revistas especializadas em música a *Roadie Crew*, disse aos 1:09'43" que

A gente “disperdiçou” o *heavy metal*. A gente “disperdiçou” o Sepultura. Até porque o Sepultura não deu chance. O Sepultura não deu essa chance. [O] Sepultura num... num... num espalhou o nome das pes... das bandas daqui. O Sepultura não foi lá “pra” divulgar o nome das bandas daqui ele foi lá “pra” divulgar o dele. “Tá” tudo bem. Direito deles. Num tem nada a ver também. Direito deles e eles fizeram sucesso. Parabéns para eles. Ótimo. Mas também num fica, não “vamo” ficar endeusando os caras como se eles tivessem feito muito pelo *heavy metal* brasileiro. Eles viraram ícone e foram eles apenas. Entendeu? Então a gente não tirou proveito disso.

Anos depois, Max Cavalera⁴ responde às acusações que foram feitas no documentário, revelando que o ex-vocalista do Sepultura também possui certo ressentimento com os adeptos que deram alguns depoimentos comprometedores, tentando-se defender dizendo que havia feito muito por algumas bandas divulgando-as no exterior, como a Dorsal Atlântica. O que se percebe é que em determinados momentos essa polêmica do *underground-mainstream* não é tão relevante assim, já que em determinados períodos e situações, como a exposta por Sarkis, seria aceitável e até bom para a cena do *metal* brasileiro como um todo que mais bandas conseguissem sair do *underground* em direção ao *mainstream*. O que, de fato, esses breves exemplos mostraram foram: as relações de poder dentro do *underground* são feitas em relação aos

⁴ A versão completa da matéria com Max Cavalera está hospedada no canal do *Heavy Nation* no *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SAox45QPTnk>. Acesso em 29/10/2018.

seus pares seja para ajudar ou na luta por posições, bem como o combate ao *mainstream*/capitalismo que adquire contornos morais e maniqueístas.

Os jogos de poder não são compostos apenas por lutas simbólicas

Já com uma carreira consagrada no exterior, como foi mostrado nas biografias consultadas (CAVALERA, 2013; KROLENKO, 2016) e nas demais fontes, o Sepultura a partir de 1993 já era a banda brasileira de maior sucesso internacional. Contudo, embora essa projeção tenha colocado o grupo em uma posição de prestígio dentro do campo musical como um todo, o Sepultura passou por muitos problemas que iam desde questões financeiras a confusões em shows nos quais houve atrocidade, como assassinato de um jovem por outro em um evento gratuito na Praça Charles Muller em São Paulo (KROLENKO, 2016: 99-108).

Em termos musicais, desde o disco de 1991, *Arise*, o Sepultura passou a criar álbuns, que são, de acordo com o historiador Cleber Sberni Junior, trabalhos artísticos como obras em si mesmo com uma lógica interna, hierarquizada, que molda a si mesmo e ao autor conforme as especificidades técnicas do material fonográfico utilizado. Além do mais, essas obras tendem a expressar a visão de mundo de seus produtores, já que elas são criadas com um propósito e buscam ser ouvidas, logo, muitas delas são concebidas a partir de uma ideia central que se liga ao maior número de músicas possível, senão conectado a todas as músicas. São construções repletas de representações, portanto, com uma alta carga simbólica, com significados e significantes e razões para inserir o “quê” e “como” ou mesmo as exclusões (SBERNI JUNIOR, 2007).

Em 1993, o Sepultura lançou o álbum *Chaos A.D.* pelo selo da *Roadrunner*, as vendas foram boas, as críticas especializadas e dos fãs foram positivas e o mesmo se tornou marcante por abordar com mais clareza as influências de certos elementos da cultura afrobrasileira, caipira e indígena, um claro processo de hibridação que misturou elementos até então separados, sobretudo em um gênero tão purista como é o *metal* (GARCÍA-CANCLINI, 2015: XXII). Nesse álbum, a ideia central é a violência do Estado, entretanto, a banda não especifica qual, dando a impressão de que fala em termos gerais de todos os Estados nacionais.

Em sua autobiografia, Max Cavalera citou alguns casos de violência policial que ele sofreu, simbólica e moralmente, deixando claro sua repulsa pelas escolas militares, pelas corporações e pelo sistema prisional (CAVALERA, 2013). Suas falas na obra dão

um forte indicio, servindo até de justificativa, para o fato de que de 1985 a 1996, o Sepultura lançou 65 músicas, sem contar as instrumentais, das quais 6 falavam sobre a polícia militar no Brasil, porém, se considerarmos os militares enquanto soldados os números podem triplicar. Em *Chaos A.D.*, a música sobre esse assunto que mais chama nossas atenções é *Manifest* que representa, aqui no sentido de matriz do mundo social que molda a visão de mundo de um indivíduo ou grupo, de tornar presente o ausente (CHARTIER, 1991), uma versão que contrapõe embasada nos laudos, perícias e matérias de jornais da época as alegações da Polícia Militar do Estado de São Paulo a respeito do massacre ocorrido, em 1992, na casa de detenção conhecida como Carandiru, dentro da ala Pavilhão 9. Nesse primeiro trecho, vemos bem a questão, que é cantada com distorções vocais para simbolizar uma conversa num rádio ou uma matéria de telejornal ao mesmo tempo em que dá a impressão de que a banda presenciou o fato em loco:

Sexta-feira, 2 de outubro de 1992// O caos desceu no “Carandiru”// O maior complexo penitenciário da América do Sul// Cerca de cem presos foram mortos e// Centenas de feridos no massacre// A polícia chegou com helicópteros// E aproximadamente duzentas forças armadas// (...) ⁵.

Até onde se sabe, a rebelião foi provocada por desavenças em um momento de recreação, como a situação ficou incontrolável no Pavilhão 9, no qual estariam réus primários e alguns ainda não condenados, as tropas de segurança foram chamadas e deram início a uma operação que resultou, oficialmente, num saldo de 111 pessoas mortas, das quais nenhuma era das forças de segurança. O episódio repercutiu no mundo todo, virou filme e também revelou uma das figuras que mais causou impacto, o Coronel Ubiratan Guimarães que na ocasião comandava a ROTA (Rondas Ofensivas Tobias de Aguiar) e depois foi eleito deputado do estado de São Paulo com o número 14.111. A versão oficial, da qual o Sepultura vai contra, mostrava que somente 8 detentos morreram e que a repressão começou por meio de atos hostis contra os oficiais, contudo, os laudos e a perícia comprovariam a culpa das forças de segurança, consequentemente do estado de São Paulo também, a respeito do massacre, já que não houve sinais de resistências, os tiros tiveram alvos similares e muitos detentos morreram em suas selas (ONODERA, 2005, p. 5-14; MORAES, 2013, p. 33-35; BORGES, 2016,

⁵ Friday, October 2nd, 1992// Chaos has descended in “Carandiru”// Over a hundred inmates dead and// Hundreds injured on the massacre// The police arrived with helicopters// And over two armed forces. Retirado de Letras.mus. Disponível em: <http://www.letras.mus.br/sepultura/103810/manifest-print.html>. Acesso em: 05/05/2017.

p.17-20). Portanto, a banda, meses após o fatídico dia, compõe uma música representando uma vertente que acusaria o estado como uma tática, de fato, como pregou o conceito central do álbum, fundamentado nos materiais e provas que comprovariam não só a culpa, bem como o modo operante de uma polícia com fortes tendências opressoras, como até mesmo expôs na reportagem investigativa de Caco Barcellos que virou o livro: *Rota 66* (BARCELLOS, 1997).

Mais adiante na canção, o Sepultura apresentou um quadro caótico dado à gravidade da situação, todavia, de modo algum colocando em par de igualdades, e sim relembrando o quão impactante foram as fotos que capturaram os corpos amontoados pelos corredores do Pavilhão 9. No seguinte fragmento se lê:

Eles tomaram o bloco da prisão// Chamado “Pavilhão Nove”// E abriram fogo sobre os presidiários// Num verdadeiro holocausto, método de// Aniquilação, o governo da cidade// de São Paulo não consegue controlar// A brutalidade de sua polícia (...) ⁶.

O que o Sepultura entendia como a truculência da polícia sempre apareceu em suas músicas, entretanto, somente em casos pessoais. Em contrapartida, *manifest* contém uma das letras mais diretas com que a banda já tratou o assunto a sua maneira, de modo que o conteúdo representa um fato concreto amplamente debatido e motivo de diálogos até hoje, até porque muitos dos policiais acusados de homicídios no episódio ainda não tiveram suas condenações decretadas em mais de 27 anos após o massacre. A representação anda ao lado do real, pois se utiliza de elementos dispostos em sociedade que são utilizados por indivíduos conforme seus interesses, portanto, não há como dizer que o interesse do Sepultura foi de conscientizar seu público a respeito do ocorrido nem tampouco fazer um registro histórico como um contemporâneo que vivenciou o fato do lado de fora dos muros do Carandiru. Todavia, é possível dizer que ao usar a música como uma tática contra as versões oficiais, o Sepultura entrou em um jogo de forças contra uma representação legitimada, logo, a ação da banda foi de ataque, confronto e não de resistência.

⁶ They took the jail block// Called “Pavilhão 9”// And opened fire on the inmates// In a holocaust, method of// Annihilation, the government of the city// Of São Paulo cannot control// The brutality of its police// (...).

Considerações finais

Ao longo do presente texto mostrou-se que o campo do *underground* do *metal* extremo de Belo Horizonte, que revelou o Sepultura, em 1985, pode ser considerado um espaço de lutas simbólicas, buscas por posições de prestígio em relação ao outro, bem como de solidariedade entre os pares, uma vez que um dos principais objetivos dessa ajuda mútua foi o crescimento da cena. Além disso, em determinados momentos a intensa rivalidade *underground-mainstream*, pelo menos por parte do primeiro, era esquecida em prol do bem comum que era o fortalecimento da cena também como parte de um jogo político, no qual as táticas de sobrevivência e obtenção de poderes eram usadas pelas pessoas simpatizantes do *metal*, sobretudo do *underground*.

Por fim, em outro momento, o Sepultura usou uma música em específico, *manifest*, também como um instrumento político, fruto de táticas da cultura popular articulando um “fazer/com” ao lado de um “saber/fazer” a fim de confrontar, e não resistir, a versão oficial do estado de São Paulo a respeito do massacre na casa de detenção Carandiru, em 1992, meses antes do lançamento de *Chaos A.D.* É possível que *manifest* tenha sido a primeira produção cultural a abordar o episódio, pois a música *Diário de um detento* do grupo de *rap* Racionais Mc’s foi lançada em 1997 e o filme *Carandiru* é de 2003, obras também muito conhecidas e que fizeram bastante sucesso na cultura mediatizada.

Bibliografia

AVELAR, Idelber. Heavy metal music in postdictatorial Brazil: Sepultura and the coding of nationality in sound. *Jornal of Latin American Cultural Studies*, v.12, n.3, p. 329-346, 2003.

AZEVEDO, Cláudia. Subgêneros de metal no Rio de Janeiro a partir da década de 1980. *Cadernos do Colóquio*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 18-30, 2004.

AZEVEDO, Cláudia. Fronteiras do metal. *XVII Congresso da Anppom*. São Paulo, Unesp, 18p., 2007.

BARCELLOS, Caco. Hospital: esconderijo de cadáver; Matador de inocentes; O campeão dos matadores. In: _____. *Rota 66*. São Paulo: Globo, p. 129-179, 1997. ISBN 85-250-1118-5.

BORGES, Viviane Trinidade. Carandiru: os usos da memória de um massacre. *Tempo & Argumento*. Florianópolis, v.8, n.19, p. 9-33, 2016. ISSN 2175-1803.

CAVALERA, Max. *My bloody roots: toda a verdade sobre a maior lenda do heavy metal brasileiro*. Rio de Janeiro: Agir, LeLivros, 2013. Disponível em: <http://lelivros.love/book/download-my-bloody-roots-max-cavalera-em-epub-mobi-e-pdfdownload-my-bloody-roots-max-cavalera-em-epub-mobi-e-pdf/>. Acesso em: 26/02/2016.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: I – Artes de fazer*. 11ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CHARTIER, Roger. “*Cultura popular*”: revisitando um conceito histórico. *Estudos Históricos*. Trad. Aone-Marie Milon Oliveira. Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p.179-192.

CHRISTE, Ian. *Heavy metal: a história completa*. Trad. Milena Durante e Augusto Zantoz. São Paulo: ARX, Saraiva, 2010.

COGUMELO Records 35 anos (Não Oficial). Reprodução: HEAVY METAL ONLINE. Duração: 47’00”. Colorido. Brasil. Documentário. 2015.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 7ª reimp. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

GONZÁLEZ, Juan Pablo. *Pensando a música a partir da América Latina: problemas e questões*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

KOROLENKO, Jason. *Relentless: 30 anos de Sepultura*. São Paulo: Benvirá, 2016.

LEÃO, Tom. *Heavy metal: guitarras em fúria*. São Paulo: Editora 34, 1997.

LOPES, Pedro A. L. *Heavy metal no Rio de Janeiro e dessacralização de símbolos religiosos: a música do demônio na cidade de São Sebastião das Terras de Vera Cruz*. Rio de Janeiro, 2006, 203f. [Tese de Doutorado] Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – UFRJ.

MORAES, Ana Luiza Zago de. O resgate da memória do massacre do Carandiru: após vinte anos, o que dizer das prisões brasileiras?. *R. Defensoria Públi. União*, Brasília-DF, n6, p. 29-51, 2013.

ONODERA, Iwi. Estado e violência: um estudo sobre o massacre do Carandiru. *X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de História de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario, 20p., 2005.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

RÚIDO DAS MINAS: a origem do Heavy Metal em Belo Horizonte. Direção: Felipe Sartoreto; Gracielle Fonseca; Rafaelle Sette-Camara. Duração: 1:23”. Brasil. Documentário. Colorido. 2009.

SANTOS, Carlos Arthur da Silva. *Underground Heavy Metal em Campina Grande 1985-1995*. 2016, 79f. [TCC em História] Centro de Licenciatura Plena em História. UFPB, 2016.

WOODSTOCK mais que uma loja. Direção: Marcelo Takeshi; Wladimir Cruz. Duração: 2:49’57”. Brasil. Documentário. Colorido. 2014.

Fonografia

MANIFEST. SEPULTURA. *Chaos A. D.* Roadrunner Records; Eldorado Records. Áudio Digital. 4’50”. 1993.

NOTAS SOBRE TEORIA DA HISTÓRIA NO PROJETO DAS *PASSAGENS* DE WALTER BENJAMIN

Warley Souza Dias¹

Ao se analisar a constelação de fragmentos, citações e comentários que compõem a obra inacabada das *Passagens*, elaborada por Walter Benjamin, julga-se, em um primeiro momento, que essa se classifica como uma história cultural e social sobre a cidade de Paris no contexto do século XIX. Entretanto, as questões fundamentais que balizam o projeto colocam-se em um plano maior de investigação. Em uma perspectiva mais ampla, a pretensão de Benjamin era a de escrever a pré-história da modernidade ocidental capitalista por meio de uma leitura detalhada de fenômenos culturais concretos, extraídos do cotidiano da Paris do século XIX.

Arvorando-se causticamente contra uma concepção linear da história, dominante no pensamento teórico e político de sua época, Benjamin recusou desenvolver, nas *Passagens*, uma reconstrução cronológica da sequência dos fatos mais significativos que compreenderam o assim chamado tempo moderno. Sua ideia era construir a Paris oitocentista como uma espécie de mundo em miniatura, no interior do qual deveria ser apresentada uma história abreviada e paradigmática da modernidade. De acordo com a metodologia aventada por Benjamin, o objeto histórico deveria assumir um formato micrológico, no qual a dimensão macrológica da história, isto é, o contexto cultural e social da época, seria desenvolvida em uma escala reduzida.

Dessa forma, Benjamin pretendia substituir a busca por uma totalidade extensiva, própria do historicismo², pela busca de uma totalidade intensiva. Em vez de inserir os objetos históricos na linha de um tempo homogêneo e vazio, ele procurava apreender a própria *dinâmica* do tempo no interior de objetos históricos precisos e bem delimitados. É assim que, ao longo do trabalho das *Passagens*, Benjamin desenvolve a tese inusitada de uma dialética na imobilidade (*Dialektik im Stillstand*), na qual os objetos do cotidiano são concebidos como cristalizações do movimento da história.

¹ Graduado em Filosofia pela Unimontes e mestrando em História Social pelo PPGH - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. E-mail: waleysou@yahoo.com.br Apoio: Fapemig.

² De acordo com Benjamin (1987: 231), o historicismo “oferece a massa dos fatos acumulados para preencher o tempo vazio e homogêneo”.

Com as *Passagens*, Benjamin inaugurava assim um tipo singular de micro-história, antecipando, ao que nos parece, alguns procedimentos defendidos pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989).

Essa dimensão microscópica da historiografia benjaminiana emana de uma singularidade inerente ao seu pensamento. Fragmentária e ensaística, a escrita benjaminiana caracteriza-se por uma atenção e entrega àquilo que é singular, concreto e transitório. Para Benjamin, a “descoberta”, nos domínios do conhecimento, deveria ser capaz de extrair saber “no mais singular e intricado fenômeno, nas experiências mais vulneráveis e toscas” (BENJAMIN, 2004: 33). Seu pensamento buscava captar o “eterno” no efêmero, vislumbrar um fenômeno “universal” a partir da análise do pormenor concreto, do elemento singular e mesmo insignificante. Não nos surpreende, portanto, a recusa benjaminiana de abordagens genéricas ou mesmo abstratas. Fiel ao materialismo, Benjamin tem um apreço especial pelo concreto. Se em sua época era comum à maioria dos estudos marxistas a insistência em desvendar determinações abstratas, este pensador buscava inaugurar uma historiografia materialista heterodoxa, orientada pelo princípio de máxima concretude e visibilidade. Ele propõe um novo modelo de historiografia, no qual a história apresentar-se-ia visível em imagens. O movimento da história se decomporia assim não em grandes narrativas, nem muito menos em estruturas formais e duradouras, mas em imagens ambíguas e carregadas de tensões: é o que ele chama de “imagem dialética” (*dialektisches Bild*).

Nas *Passagens*, tal ideal de visibilidade orienta não apenas a definição dos motivos e temas da investigação, mas dita, surpreendentemente, a própria técnica de composição da obra. É importante dizer que, em Benjamin, a questão do estilo não se coloca como um mero capricho do intelecto. Como crítico literário, Benjamin compreendia muito bem que, nas obras do espírito, aquilo que entendemos por conteúdo e forma são elementos indissociáveis. Nesse sentido, as estratégias estilísticas que tomam corpo na historiografia não são, ao ver de Benjamin, operações inofensivas e indiferentes perante o seu objeto. Elas cercam o ocorrido, violentam-no e o recortam, para, em seguida, introjetar nele relações que lhe são originariamente estranhas. É pela consciência aguda do caráter problemático inerente à exposição histórica que ele se recusa a adotar a forma tradicional da narrativa historiográfica em seu projeto.

Influenciado pelos procedimentos das vanguardas artísticas do século XX, Benjamin planejava empregar, nas *Passagens*, a técnica da montagem literária, por meio da qual o modelo da narrativa linear cederia lugar a uma sobreposição espacial de

imagens conceituais descontínuas: “Método deste trabalho: montagem literária. Não tenho nada a dizer. Somente a mostrar” (BENJAMIN, 2006: 502). O procedimento da montagem era uma técnica artística usual no início do século XX, sendo empregado por muitos artistas das vanguardas modernistas, inicialmente pelos cubistas, na forma da *collage* e, em seguida, pelos dadaístas e surrealistas. Em linhas gerais, essa técnica se caracteriza pela inserção e justaposição de elementos heterogêneos na obra, normalmente estranhos ao *métier* artístico; como é o caso, na pintura, da aplicação de bilhetes, pedaços de cartazes, recortes de revistas e jornais no corpo do quadro. Como crítico e apreciador da arte de seu tempo, Benjamin apropriara-se do procedimento da montagem, incorporando-o como princípio de construção das *Passagens*. No trecho abaixo, ele esclarece a especificidade de seu procedimento:

De que maneira seria possível conciliar um incremento de visibilidade com a realização do método marxista? A primeira etapa desse caminho será aplicar à história o princípio da montagem. Isto é: erguer as grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão. E, mesmo, descobrir na análise do pequeno momento individual o cristal do acontecimento total (BENJAMIN, 2006: 503).

Assim, a prática da montagem visava compor um mosaico da história por meio do recorte e interligação de elementos mínimos, os quais, nas *Passagens*, assumem a forma de pormenores e detalhes retirados do cotidiano urbano. A montagem benjaminiana caracteriza-se, sobretudo, pelo resgate de elementos residuais (detritos, dejetos), isto é, acontecimentos descartáveis em virtude de sua aparente banalidade e insignificância. Como o próprio Benjamin diz, o seu trabalho tinha “a tentativa de fixar a imagem da história nos aspectos mais insignificantes da existência, isto é, nos seus dejetos” (BENJAMIN; SCHOLEM, 1993: 226).

Na prática, essa tentativa benjaminiana de se construir a história a partir dos dejetos de uma produção cultural desencadeava uma renovação das fontes historiográficas. Paralelamente ao uso das fontes tradicionais (monumentos consagrados da historiografia, da política, da filosofia e das artes), Benjamin recorre a um vasto arsenal de fontes secundárias: literaturas de bolso, canções populares, anedotas, cartazes publicitários, estampas, crônicas, anúncios de jornais e de revistas, catálogo de exposições, guias ilustrados, entre outros. Enfim, ele lança mão de toda uma documentação marginal como forma de instituir um saber às margens da historiografia

oficial, no qual pequenos acontecimentos esquecidos e desprezados de uma época seriam convertidos em monumentos da memória histórica.

A Pré-História da Modernidade

O objetivo primordial das *Passagens* era escrever o que Benjamin denominava a *Urgeschichte* (em português: pré-histórica ou história primeva) do século XIX. “Como você sabe estou interessado sobretudo na história primeva do século XIX” diz ele a Adorno em sua carta de 31 de maio de 1935 (BENJAMIN; ADORNO, 2012: 158). Na verdade, essa pré-história do século XIX não seria nada mais do que uma investigação arqueológica sobre as origens da modernidade. A esse respeito, vale observar que, em Benjamin, há uma aproximação essencial entre a noção de *Urgeschichte* e a de *Ursprung* (origem). *Ursprung* é um termo bastante empregado na literatura alemã, razão porque devemos ter cuidado por não tomar seu significado conceitual em Benjamin pelo seu sentido ordinário. Em Benjamin, ao que contrário do que se poderia pensar, a origem não designa a gênese:

Apesar de ser uma categoria plenamente histórica, a origem (*Ursprung*) nada tem nada em comum com a gênese (*Entstehung*). Origem não designa o processo de devir de algo que nasceu, mas antes aquilo que emerge do processo de devir e desaparecer (BENJAMIN, 2004: 32).

Se o momento inaugural da gênese se situa supostamente na aurora de um tempo, a origem, segundo Benjamin, emerge no íterim de um devir histórico. “A origem, portanto, não se destaca dos dados factuais, mas tem a ver com a sua pré- e pós-história” (BENJAMIN, 2004: 32). Em segundo lugar, a origem também não se apresenta como um momento passível de ser reconstituído em sua plenitude, haja vista que o material histórico, como bem observado por diversos historiadores, não é propriamente fonte, mas vestígio, ruína. Como esclarece Marc Bloch (2002: 73): “[...] o conhecimento de todos os fatos humanos no passado [...] deve ser [...] um conhecimento através de vestígios”. Nesse sentido, é equivocado retratar o ocorrido, aquilo que ontologicamente já não é mais, como um sendo semelhante a um ser que floresce ou brota de uma fonte, pois o passado não é um permanecer daquilo que está vivo, mas é pós-vida daquilo que está morto e disperso na história. Por isso, como diz Benjamin (2004: 32): “[...] o que é próprio da origem nunca se dá a ver no plano do factual, cru e manifesto. O seu ritmo só se revela a um ponto de vista duplo, que o reconhece, por um

lado como restauração e reconstituição, e por outro como algo de incompleto e inacabado”.

A busca da origem é uma constante na tradição intelectual ocidental, sendo ligada quase sempre à busca de um passado muito distante situado nos primórdios da civilização, sobretudo na Antiguidade Grega ou Romana. Contrariamente a essa tradição, o estudo da origem, nas *Passagens*, tem como alvo um conjunto de eventos muito próximos ao historiador, situados no horizonte do passado mais recente: “nós fomos educados para a visão à distância do domínio histórico, própria do Romantismo. Prestar contas do legado imediatamente transmitido é importante. Exige-se a reflexão concreta, materialista, sobre o que está mais próximo” (BENJAMIN, 2006: 907). Acrescenta-se que tal proximidade perseguida por Benjamin dá-se tanto no plano temporal (história do passado recente), quanto na dimensão espacial (análise de fenômenos manifestos no cotidiano urbano).

O interesse teórico de Benjamin não se restringe às passagens, ele volta-se para vários objetos legados pela cultura industrial da época: “Este estudo [...] trata fundamentalmente do caráter expressivo dos primeiros produtos industriais, das primeiras construções industriais, das primeiras máquinas, mas também das primeiras lojas de departamento, reclames, etc.” (BENJAMIN, 2006: 502). A partir de uma investigação detalhada sobre a cultura da época, Benjamin buscava compreender em que medida certos fenômenos já esquecidos e ultrapassados do século XIX surgiam como precursores de tendências contemporâneas. Tratava-se, segundo ele, de “reconhecer, nas formas aparentemente secundárias e perdidas daquela época, a vida de hoje, as formas de hoje” (BENJAMIN, 2006: 501). Assim, por exemplo, um olhar sobre as antiquadas passagens permitiria compreender os primórdios da sociedade de consumo; o estudo do *flâneur*, o passeante parisiense, possibilitaria elucidar as novas formas de sensibilidade e de percepção oriundas da experiência urbana; o estudo das tecnologias visuais e das técnicas de reprodução mostraria, por sua vez, o surgimento das mídias de comunicação de massa.

O cultural como expressão do social

Em *Passagens*, a investigação sobre a esfera cultural assume uma posição preponderante frente aos demais domínios da pesquisa, colocando-se, em nosso entendimento, como o foco central da historiografia benjaminiana. As seguintes palavras, que Benjamin certa vez atribuiu ao historiador e colecionador de arte Eduard

Fuchs, serviriam muito bem para caracterizar a si próprio: “Quase se poderia dizer que encontramos nele o *locus classicus* que define o materialismo histórico como história da cultura” (BENJAMIN, 2012: 136). “Quase se...” é uma expressão mais adequada, pois Benjamin recusava-se a conceber a existência em separada e autônoma das disciplinas históricas. Assim, não existe, para Benjamin, uma história da cultura, assim como não há uma história da economia, da política, dos costumes, perfazendo, cada uma, *per se*, uma dialética própria de desenvolvimento. Daí a razão de Benjamin travar uma polêmica teórica com a história cultural tradicional, de origem burguesa, na medida em que essa descrevia comumente o itinerário das obras da arte e demais produções do espírito em um plano independente, segregando-as do processo social do qual devêm sua existência.

Renegando essa tradição, Benjamin filia-se à concepção materialista, no interior da qual não deixa de provocar uma nova divergência. Como Engels e Marx, Benjamin afirma a inseparabilidade entre as condições materiais de existência (na terminologia de Marx, a infraestrutura econômica) e as manifestações culturais e ideológicas (a superestrutura). Contudo, nas *Passagens*, o filósofo se afasta, metodologicamente, de uma das características centrais do marxismo ortodoxo: o desvendamento da superestrutura ideológica a partir de deduções da macroestrutura econômica. Seu método estava mais próximo da filologia e da fisiognomonia, áreas cujos saberes se constituem a partir de análises e intuições inferidas de elementos concretos e singulares. Conforme esclarece Tiedemann (2006: 25):

Benjamin não agiu de maneira crítico-ideológico nas Passagens, ele se ateuve à ideia de uma fisiognomonia materialista que imaginava provavelmente como um complemento ou ampliação da teoria marxista. A fisiognomonia parte do exterior para o interior, decifra o todo a partir do detalhe, apresenta o geral no particular.

Por meio de tal “fisiognomonia materialista”, Benjamin pretendia oferecer não somente uma história socioeconômica da cultura, mas sobretudo uma história cultural da sociedade; o que equivale a dizer que, em seu trabalho, a cultura era tratada não apenas como produto social, mas também como *medium* de conhecimento do social. A interpretação da cultura conduziu assim à interpretação da coletividade, pois, conforme suas palavras: “o coletivo expressa primeiramente suas condições de vida” (BENJAMIN, 2006: 437).

Experiência e memória

Nas *Passagens*, o interesse de Benjamin volta-se para o singular, o visível, o próximo, o cotidiano. Acrescenta-se aí também o elemento vivido e experienciado. Benjamin preocupa-se assim, não apenas em descrever um fenômeno concreto, mas também o modo com esse é apreendido coletivamente na esfera do mundo vivido. Em última instância, o projeto das *Passagens* seria um livro não propriamente sobre fatos históricos, mas sobre a experiência coletiva (*Erfahrung*) de uma geração. Por isso veremos que Benjamin procura, em muitos momentos do seu trabalho, mostrar, paradoxalmente, aquilo que não aconteceu efetivamente, mas foi desejado, sonhado (as utopias e expectativas não realizadas) e resgatado no imaginário coletivo da época.

Dessa maneira, Benjamin se recusa a retratar o passado como um fato objetivo e acabado. Daí por que ele se coloca como crítico contumaz da corrente historicista derivada de Leopold von Ranke: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar de uma reminiscência [...]” (BENJAMIN, 1987: 224). Ora, narrar o passado tal como ele de fato foi, como queria Ranke, é impossível, pois como comentamos anteriormente, do momento passado apenas conservamos vestígios, rastros, lembranças. Por isso, na visão de Benjamin, a história não se constitui como uma representação pura e abstrata do passado, mas tão somente como uma representação da memória do passado, isto é, a representação daquilo que dele ainda podemos lembrar. O passado só sobrevive e subsiste nos registros da memória (seja imaterial ou material), ainda que hoje, lamentavelmente, este registro se origine bem pouco de uma memória viva e espontânea (tradição oral), mas se materializa, em grande parte, em produções banais e suspeitas, em textos midiáticos e imagens técnicas.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado [...] A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico [...] A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir (NORA, 1993: 09).

Essa fala de Pierre Nora serve-nos aqui para medir certa distância que ainda separa o velho Benjamin de boa parte dos historiadores do século XX e de nosso século. Dificilmente Benjamin oporia memória e história em termos tão radicais. Para ele, a representação intelectual do passado, isto é, a reconstrução abstrata do que “não existe mais”, desenvolvida externamente ao campo da experiência e da memória, é uma herança positivista, da qual se afastava sem nenhum remorso. Nesse aspecto em particular, Benjamin tece duras críticas à historiografia em geral: “as construções da história são comparáveis a ordens militares que cerceiam a verdadeira vida e a confinam em quartéis.” (BENJAMIN, 2006: 587).

Benjamin, como poucos, estava muito consciente do depauperamento e da manipulação ideológica da memória, mas nem por isso tratava-se de abandonar os seus caminhos e refugiar-se nos gabinetes da ciência. No fragmento N 8, 1 das *Passagens* ele anota: “[...] a história não é apenas uma ciência, mas igualmente uma forma de rememoração” (BENJAMIN, 2006: 513). Alguns historiadores objetariam que a história pertence ao domínio do pensamento e não da rememoração. “A história é um pensamento do passado e não uma rememoração” argumenta, por exemplo, Jean-Pierre Rioux (1998: 308). Em sua defesa, Benjamin possivelmente contra-argumentaria que a rememoração é também uma forma de pensamento. Lembremos que na língua alemã a palavra rememoração (*Eingedenken*) deriva do mesmo radical da palavra pensar (*Denken*). Ressalta-se assim que a rememoração benjaminiana não se constitui como uma *mimesis* da memória “irrefletida” e espontânea que emana das coletividades. Ela assenta em um princípio construtivo, no qual as imagens da memória deveriam fundir-se com o pensamento, convertendo-se em imagens de pensamento (*Denkenbild*). Dessa forma, a *démarche* de Benjamin perfaz um duplo esforço: como ser crítico, analítico, racional sem abandonar o “concreto”, o “espaço”, a “imagem”, o “objeto”.

Todo historiador é, para Benjamin, um historiador da memória, o que não implica que essa deva ser abordada acriticamente, por ele, como um fenômeno inocente e sem máculas. Como podemos perceber nas notas das *Passagens* e nas teses *Sobre o conceito de história* (1940), Benjamin estava plenamente consciente de que a memória não escapa aos jogos de poder, de dominação e manipulação ideológica. Nesse aspecto, sua posição é até mesmo radical: a própria transmissão da herança cultural funda-se, para ele, em processo bárbaro, pelo qual a classe dominante (os vencedores da história) justifica seus atos e celebra seus triunfos sobre uma classe oprimida:

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1987: 225).

Contudo, a missão da historiografia não deveria ser, para Benjamin, a de destruir a memória, posto que suspeita, mas revisá-la, revolvê-la “a contrapelo”, a fim de resgatar aquilo que permaneceu no esquecimento. Nesse sentido, mais que deter-se na lembrança e na série de suas reiteraões ideológicas, é preciso, segundo ele, dedicar-se ao resgate do esquecido e dos esquecidos. Pois, como o próprio o diz: “é mais difícil honrar a memória dos anônimos do que a dos famosos, a dos mais celebrados, [...]. A construção da história é dedicada à memória dos anônimos” (BENJAMIN, 2012: 187).

A dialética do presente e do passado

No trabalho das *Passagens*, Benjamin procurar romper com um dos grandes princípios metodológicos da pesquisa historiográfica: a empatia (*Einfühlung*). O que Benjamin designa por empatia é o ato ou a tentativa, defendida por certos historiadores, de abstrair-se do presente para transportar-se para o passado, como uma forma de adquirir uma compreensão supostamente mais verdadeira sobre os fatos de um determinado período histórico. Nas teses *Sobre o conceito da história*, Benjamin exemplifica esse procedimento com uma orientação dada pelo historiador francês Fustel de Coulanges:

Fustel de Coulanges recomenda ao historiador interessado em ressuscitar uma época que esqueça tudo que sabe sobre fases posteriores da história. Impossível caracterizar melhor o método com o qual rompeu o materialismo histórico. Esse método é o da empatia (BENJAMIN, 1987: 225).

Para Benjamin, a compreensão empática do passado revela-se, primeiramente, impossível. Ora, ainda que o historiador deixe de lado fases posteriores ao período a que dedica seu estudo, não é possível ao mesmo abdicar-se dos pressupostos que condicionam seu entendimento: suas categorias, conceitos, princípios, visão de mundo, serão sempre tributários, de alguma forma, da época a que este pertence, isto é, da contemporaneidade. Contudo, esse olhar retrospectivo sobre o passado não implica o fracasso da pesquisa histórica, mas é antes aquilo que a possibilita: diferentemente de

Coulanges, Benjamin entende que a compreensão póstuma acerca do ocorrido, sua recepção pela posteridade é aquilo mesmo sobre a qual se funda a historiografia:

A “compreensão” histórica deve ser fundamentalmente entendida como uma vida posterior do que é compreendido e, por isso, aquilo que foi reconhecido na análise da “vida posterior das obras”, de sua “fortuna crítica”, deve ser considerado como o fundamento da história em geral (BENJAMIN, 2006: 513).

Contudo, o aspecto mais problemático, subjacente ao procedimento empático – mas não exclusivo a ele, podendo mesmo ser concebido como uma característica preponderante da investigação histórica - refere-se ao papel relegado ao presente do historiador, até então tido como secundário. Contrário a essa perspectiva, Benjamin propõe uma reviravolta radical na relação dialética entre o presente e o passado, entre o ocorrido e o agora. Para ele, a presença latente da temporalidade presente não apenas contribui para o desenvolvimento da investigação histórica, mas age ou deveria agir, no interior dessa, com uma força gravitacional, como uma espécie de polo magnético, para o qual os acontecimentos pretéritos deveriam convergir. Benjamin reivindicava, assim, uma revolução copernicana na ordem do conhecimento histórico, semelhante àquela efetuada por Kant no domínio da epistemologia. Segundo ele, na historiografia tradicional, “considerava-se como o ponto fixo o ‘ocorrido’ e conferia-se ao presente o esforço de se aproximar, tateante, do conhecimento deste ponto fixo” (BENJAMIN, 2006: 433). Doravante, a relação temporal presente-passado deveria ser invertida. Não se deveria mais, para Benjamin, transportar-se do presente ao passado, e sim o contrário: é o próprio passado que deveria ser transportado, pelo historiador, para dentro do tempo presente. Assim, no lugar do procedimento empático, Benjamin (2006: 926) propõe uma técnica de presentificação (*Vergegenwärtigung*).

Considerações finais: Benjamin e as correntes historiográficas contemporâneas

Parece-nos que as questões epistemológicas e metodológicas problematizadas por Benjamin ao longo do desenvolvimento do trabalho das *Passagens* convergem, em muitos pontos, com as questões colocadas pelos historiadores ligados à Nova História, ainda que as posições e conclusões, de um e de outro, não coincidam exatamente. Vejamos resumidamente algumas dessas características convergentes, tratadas ao longo desse artigo:

i) Benjamin desenvolve um tipo particular de análise microscópica, com base na coleta e interpretação filológica de vestígios e acontecimentos residuais da cultura urbana, antecipando alguns procedimentos da micro-história;

ii) Ele procura analisar a coletividade por meio de suas expressões culturais, produzindo uma história cultural do social e não apenas uma história social da cultura, aproximando-se assim da Nova História Cultural;

iii) Ele utiliza tipos documentais tradicionalmente ignorados, propiciando a renovação das fontes históricas, como defendem os fundadores da Escola dos *Annales* e os partidários da Nova História;

iv) Assim como Paul Veyne e Paul Ricoeur, Benjamin problematiza a questão da escrita da história, propondo o abandono das formas épicas e narrativas, em prol de formas estilísticas mais condizentes com a experiência moderna (a imagem e a montagem);

v) Ele dedica-se à análise da experiência, da memória e do imaginário coletivo, em uma abordagem crítica, atenta à tradição dos esquecidos/vencidos da história;

vi) Ele desenvolve uma história do passado mais recente (a pré-história da modernidade), defendendo que as questões impostas pela atualidade sejam inseridas como elementos balizadores da pesquisa histórica, aproximando-se, em certos pontos, da História do Tempo Presente.

Apesar da confluência entre as questões levantadas por Benjamin e aquelas postas em cena pelas correntes historiográficas contemporâneas, nota-se que a produção benjaminiana ainda tem pouca recepção entre os historiadores. A que se deve essa baixa repercussão do pensamento de Benjamin no debate historiográfico contemporâneo? Dentre os motivos possíveis, um parece-nos ser crucial: a demora na publicação do projeto historiográfico benjaminiano, cuja interrupção prejudicou a reunião e organização do material em uma estrutura coerente e compreensível para os leitores. O trabalho iniciado em 1927 e interrompido em 1940, somente foi publicado em 1982. Nesse intervalo de mais de meio século, renovações decisivas foram operadas na historiografia, as quais o pensamento benjaminiano não pôde dar a sua devida parcela de contribuição.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor; BENJAMIN, Walter. *Correspondência 1928 – 1940: Adorno-Benjamin*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Unesp, 2012.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- _____. *Passagens*. Trad. Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- _____. *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, Walter; SCHOLEM, Gershom. *Correspondência*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, nº. 10, dez., 1993, p. 7-28.
- RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- TIEDEMANN, Rolf. Introdução à Edição Alemã das Passagens. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.